UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E
LITERÁRIOS EM INGLÊS

VISÃO DA MODERNIDADE

A PRESENÇA BRITÂNICA NO *GABINETE DE LEITURA* (1837-1838)

Maria Angélica Lau Pereira Soares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E
LITERÁRIOS EM INGLÊS

VISÃO DA MODERNIDADE

A PRESENÇA BRITÂNICA NO *GABINETE DE LEITURA* (1837-1838)

Maria Angélica Lau Pereira Soares

São Paulo

2006

RESUMO

O *Gabinete de Leitura, Serões das Famílias Brasileiras, Jornal para todas as Classes, Sexos e Idades* foi publicado no final de década de 1830 no Rio de Janeiro. O principal objetivo de seus redatores era o de difundir o hábito da leitura de ficção. Por conseguinte, publicaram textos ficcionais traduzidos de periódicos estrangeiros, principalmente europeus. Este estudo investiga os textos ficcionais e não-ficcionais britânicos presentes no *Gabinete de Leitura*: 1) tendo como ponto de partida como a nação britânica era vista pela jovem intelectualidade brasileira; 2) relacionando a ficção britânica ao conjunto ficcional do *Gabinete de Leitura* com o objetivo de averiguar algumas de suas peculiaridades. Dessa forma, pretendo contribuir para a discussão sobre a presença da ficção britânica nos periódicos oitocentistas brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: ficção britânica; periódicos; Brasil; Grã-Bretanha; século XIX.

ABSTRACT

The *Gabinete de Leitura, Serões das Famílias Brasileiras, Jornal para todas as Classes, Sexos e Idades* was published at the end of the 1830's in Rio de Janeiro. Its editors aimed at developing the habit of reading fiction. Accordingly, they offered translated fiction from foreign periodicals, notably European. This study investigates the British fictional and non-fictional texts of the *Gabinete de Leitura*: 1) by taking into account how the British nation was regarded by the young Brazilian intellectuals; 2) by relating the English fiction to the body of fictional texts offered by the periodical in order to detect some of its peculiarities. Therefore, I intend to contribute to the discussion of the presence of British fiction in nineteenth-century Brazilian periodicals.

KEYWORDS: British fiction; periodicals; Brazil; Great Britain; nineteenth-century.

Para Miguel (em memória) e Lourdes,
meus pais.

Para Adalberto, Daniel, Vanessa e Monique,
meu marido e filhos.

ÍNDICE

Capítulo 1: Continuar-se-á.....	1
1.1 Quem eram os redatores do <i>Gabinete de Leitura</i> ?.....	5
1.2 As condições de produção da imprensa da época.....	8
 Capítulo 2: O que é um GABINETE DE LEITURA?.....	13
2.1 Os gabinetes de leitura chegam à corte do Rio de Janeiro.....	20
 Capítulo 3: Viagem à roda d'um prefácio.....	25
 Capítulo 4: A missão do intelectual.....	41
 Capítulo 5: Visões da Albion.....	63
 Capítulo 6: A nação britânica no <i>Gabinete de Leitura</i>.....	76
6.1 A Galeria Parlamentar.....	76
6.2 A prosa de ficção britânica no <i>Gabinete de Leitura</i>	82
 Considerações Finais.....	138
 Anexos	
1. Índice do <i>Gabinete de Leitura</i>	140
2. Textos do <i>Gabinete de Leitura</i> publicados n' <i>O Chronista</i>	160
3. Lista de alguns dos autores presentes no <i>Gabinete de Leitura</i>	162
 Bibliografia.....	189

B
939
N.º
Na Typographia
Commercial rua do
Hospício N. 65.

GABINETE DE LEITURA

SERÕES DAS FAMILIAS BRAZILEIRAS.

JORNAL PARA TODAS AS CLASSES, SEXOS E IDADES.

INTRODUÇÃO.

Ben quizeramos poupar-nos ao trabalho de fazermos uma introdução, prefácio ou raso d'ordem; bem quizeramos principiar este nosso trabalho *ex abrupto*, mas os usos e costumes que governam o mundo, e a moda nos obrigam a dar-nos raso de nós, e a dizermos o que queremos. Malditos usos! desgraçada moda!

Havia em França, uma mulher, que se chamava Maintenon. — de muitos de meus leitores deve ella ser conhecida. Tinha esta dama muito talento, e como quizesse adquirir nome e dar nos olhos da bõa sociedade franceza, procurou meio de chamar a sua casa quanto de mais brilhante adornava. Pariz. Desgrahada! Maintenon não era fidalga, não dava bailes, onde se reunissem as bellezas da corte, e — o que peor era, — não tinha dinheiro, com que pudesse fazer face as despesas que seriam necessarias para apparecer na corte de França. Lembrou-se ella que os jantares eram um poderoso attractivo, e que com jantares poderia reunir em sua casa as pessoas cuja amizade desejava; — no fim d'este brilhante projecto por fatalidade ella elleu para a sua receita, e viu que loucura ella pretendia fazer.

Maintenon não era mulher que desistisse facilmente d'uma idea que houvesse concebido e examinado; em sua cabeça achava ella recursos para tudo; — recursos devia ella achar para sahir d'esto embarço, e no outro dia todos se admiraram da alegria que adornava seu rosto, e muito mais dos convites que mandou fazer ás principaes personagens de Pariz, para jantarem em sua casa, sem que o jantar fosse correspondente ao numero e qualidade dos convidados. Maintenon, impassivel e socegada esperava pelos convidados e os ia recebendo com grande presença de espirito. Ainda antes do jantar já todos estavam captivos das maneiras affaveis e das reflexões judiciosas que a todo o respeito fazia a dona da casa: a hora do jantar chegou, Maintenon redobrou de perspicacia e agudeza, suas historias e aneddotas foram mais variadas, e todos se retiraram sem perceber que o jantar fora o mais mesquinho que elles haviam comido em sua vida.

Os jantares de Maintenon continuaram a ser honrados por convidados da mais alta gerarchia, e eram tidos pelos melhores de Pariz.

Um dia, — dia feliz e de glorias para Maintenon, — o criado que servia a meza,

por simplicidade da malicia, veio ter com sua ama, quando devia servir os assados, e disse-lhe em meia voz, mas tão alto que podia ser ouvido por todos que estavam a meza: — Minha ama, contes alguma historia a estas senhoras, porque o assado se queimou e não pode vir á meza. — Maintenon não se desconcertou, repetiu as palavras do criado, e contou uma historia, que não encheu a barriga aos seus hospedes, ao menos os divertiu e fez-lhes conhecer que suas finanças não estavam em estado de regalal-os a meza. Maintenon foi reputada pela mulher mais espirituosa do seu tempo, quando os grandes queriam ir á sua casa, não diziam: Vamos jantar á casa de Madame Maintenon, mas sim, vamos conversar com Madame Maintenon.

Nós, imitando Maintenon, vos convidamos para jantar connosco todos os domingos em nosso GABINETE, e si vos não damos que comer, ao menos vos contaremos historias: e praza a Deus, que muitos aceitem o nosso convite!

O que é um gabinete de leitura? é a casa em que cada um vai, por modico estipendio, entregar-se a leitura dos livros que mais convem a seus gostos; — é um foco de instrucção; — é a livreria do povo, d'esses a quem não abundam meios de pagar por um livro preço excessivo, e que todavia podem dar 28000 rs. por mez para lerem quanto puderem. — O que será o *ajuntete de leitura*, — jornal? — O mesmo que aquelle; aqui por modico estipendio haverá artigos talhados para todos os gostos; — não será um foco de instrucção, que tanta phylaeia não temos nós que queremos instruir, mas ao menos com artigos divertidos irá preparando o gosto da leitura longa e reflectida. Acham-se nos gabinetes de leitura muita coisa bõa, muita coisa soffivel, e muita coisa ruim, o mesmo nos acontecerá, mas como a classificação será feita pelo leitor, temos que nem um dos nossos artigos será bom ou ruim.

Ora pois, aqui abrimos a nossa casa, e assim como o proprietario do gabinete de leitura não é o author das obras que alluga, assim tambem nós apenas seremos, como elle, o arranjador dos artigos em seus devidos logares.

Promettemos... mas para que promessas? Faremos por agradar ao publico, que n'isso vae nosso proprio interesse, e trabalharemos para dar aos nossos leitores uma meia hora de ociosidade divertida.

O PROPHETA MYSTERIOSO.

Nos fins do seculo passado, nos ultimos annos do reinado do Sardinapolo francez, Luiz XV, existia uma moça formosissima: seu corpo esbelto e elegante, seus grandes olhos azues, sua boca encantadora, seu olhar vivo, terno e voluptuoso, seus membros pões, suas mãos delicadissimas eraj-lhe armas poderosas que lhe asseguravam a conquista dos corações. — Chamavam-na mademoiselle Lange. Amazia do conde de Barry, seus favores assavam em almofada á quem mais dèsse, e com o confido preço que lucrava, sustentava os prodigos vicios do seu amante.

Filha natural de uma pobre costureira, tinha ella passado por varios degraus de corrupção antes de chegar á casa em que a achamos.

Educada n'um convento, no subir della entrou para a casa de uma costureira-codista, mas levada por seu genio, não se podendo contentar com os laboriosos ganhos da agulha, ella achou que devia constituir-se succubina de Venus mercenaria.

Havia nesse tempo uma marquesa Duquesnoy que dava partidas de jogo, e para engodar os tolos, e deprimir os patibulos, cogitava quantas conchecias podias de seus amores, estipulando a competença comulhando. Nesse civil teve entrada a nossa Venus.

Nessa noite ali encontrou-se um conde João du Barry, homem de crápula imoralidade, perdido de dívidas, e que vivia a custa do jogo e das troças. Mademoiselle Lange esculhe no olho; sua talia logo calculou quanto lucraria, tomando-a por amante: fez-lhe offerta, que foram acceitas; e aqui temos nossa mademoiselle Lange impatronizada no mundo, e amazia de um conde. E' nesse ponto que a tornamos para assumpto deste appendice.

Um dia estando a passear no jardim das Tulherias sentiu que a acompanhavam: — voltou-se, e deu com um moço elegante e seus olhos grandes, pretos, e cheios de fogo, sua boca engrahada, e mais que tudo um não sei que mysterioso e melancolico, que so descebria em sua physionomia, o tornavam interessante: elle trajava uma calça de acã azul clara, bordada de carvão galão de oiro, calções da mesma fazenda, juleco amarelo desmaiado: suas fivelas, seu calçado, sua espada, seu chapéo, tudo indicava bõa gosto, e riqueza.

Continuar-se-á

Havia em França, uma mulher, que se chamava Maintenon, — de muitos de meus leitores deve ela ser reconhecida. Tinha esta dama muito talento e como quisesse adquirir nome e dar nos olhos da boa sociedade francesa, procurou meio de chamar à sua casa quanto mais de brilhante adornava Paris. Desgraçada! Maintenon não era fidalga, não dava bailes, onde se reunissem as belezas da corte, e, — o que pior era, — não tinha dinheiro, com que pudesse fazer face às despesas que seriam necessárias para aparecer na corte da França. Lembrou-se ela que os jantares eram um poderoso atrativo, e que com jantares poderia reunir em sua casa as pessoas cuja amizade desejava; — no fim deste brilhante projeto por fatalidade ela olhou para a sua receita, e viu que loucura ela pretendia fazer.

Maintenon não era mulher que desistisse facilmente duma idéia que houvesse concebido e examinado; em sua cabeça achava ela recursos para tudo; — recursos devia ela achar para sair deste embaraço, e no outro dia todos se admiraram da alegria que adornava seu rosto, e muito mais dos convites que mandou fazer às principais personagens de Paris, para jantarem em sua casa, sem que o jantar fosse correspondente ao número e qualidade dos convidados. Maintenon, impassível e sossegada esperava pelos convidados e os ia recebendo com grande presença de espírito. Ainda antes do jantar já todos estavam cativos das maneiras afáveis e das reflexões judiciosas que a todo o respeito fazia a dona da casa: a hora do jantar chegou, Maintenon redobrou de perspicácia e agudeza, suas histórias e anedotas foram mais variadas, e se retiraram sem perceber que o jantar fora o mais mesquinho que eles haviam comido em sua vida.

Os jantares de Maintenon continuaram a ser honrados por convidados da mais alta hierarquia, e eram tidos pelos melhores de Paris.

Um dia, — dia fatal e de glórias para Maintenon, — o criado que servia a mesa, por simplicidade ou malícia, veio ter com sua ama, quando devia servir os assados, e disse-lhe em meia voz, mas tão alta que podia ser ouvida por todos que estavam à mesa: — Minha ama, contai alguma história a estes senhores, porque o assado se queimou e não pode vir à mesa. — Maintenon não se desconcertou, repetiu as palavras do criado, e contou uma historia, que se não encheu a barriga aos seus hóspedes, ao menos os divertiu e fez-lhes conhecer que suas finanças não estavam em estado de regalá-los à mesa. Maintenon foi reputada pela mulher mais espirituosa de seu tempo, e quando os

grandes queriam ir à sua casa, não diziam: Vamos jantar à casa de Madame Maintenon, mas sim, vamos conversar com Madame Maintenon.

Nós, imitando Maintenon, vos convidamos para jantar conosco todos os domingos em nosso GABINETE, e se vos não darmos que comer, ao menos vos contaremos histórias: e praza a Deus, que muitos aceitem o nosso convite!¹

É com a história dessa perspicaz Madame de Maintenon, que pelo menos nesse prefácio configura-se como uma verdadeira Scherazade da era moderna, utilizando sua habilidade em narrar histórias para ascender socialmente, e é com esse simpático convite que o *Gabinete de Leitura, Serões das Famílias Brasileiras, Jornal para todas as Classes, Sexos e Idades* abre seu primeiro número em 13 de agosto de 1837. O periódico semanal era publicado na corte do Rio de Janeiro pela Tipografia Commercial, situada na rua do Hospício n. 66, que pertencia a Josino do Nascimento Silva. Apesar de sua curta duração, algo bastante comum na época — ao todo foram 35 números, publicados de 13 de agosto de 1837 a 8 de abril de 1838 —, sua importância reside no fato de ter sido quase que exclusivamente dedicado à prosa ficcional num período de formação de nossa prosa literária.² Em suas 8 páginas de três colunas, a prosa de ficção se misturava às crônicas, poesias, anedotas e curiosidades das seções “Miscelânea” e “Variedades”. Ao longo de seus nove meses de existência, o *Gabinete de Leitura* dedicou mais de três quartos de suas 280 páginas à publicação de textos ficcionais. Ao todo foram publicados 92 títulos de prosa de ficção, dentre eles 14 nacionais.

O *Gabinete de Leitura* consistia basicamente de ficção traduzida de periódicos estrangeiros, especialmente ingleses e franceses. Devido ao hábito de citar suas fontes, sabemos que várias de suas histórias foram retiradas de revistas e periódicos ingleses, tais como a *Blackwood's Magazine*, famosa revista escocesa, de atestada importância na

¹ *Gabinete de Leitura* n.1, 13 de agosto de 1837. Somente a ortografia foi atualizada, preservou-se a pontuação. O mesmo vale para citações futuras.

² Meu interesse inicial pela pesquisa da ficção publicada no *Gabinete de Leitura* foi, em grande parte, devido ao comentário que Marlyse Meyer acrescentou à relação de periódicos brasileiros do século XIX que consultou para a sua pesquisa sobre folhetins. Segundo ela, o *Gabinete de Leitura* “é certamente a mais importante publicação para o estudo dos primórdios do romance brasileiro; publicou uma série de novelas de Pereira da Silva com nítida influência de *Luiza* de Mme. Helme, muitas crônicas, primeiro em tradução, depois originais, visivelmente imitadas de Paul de Kock”. [Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 430].

história do periodismo literário do Reino Unido³; a *New Monthly Magazine*, publicada em Londres e contemporânea à *Blackwood's Magazine*; a *Retrospective Review*; e os chamados “giftbooks”, *Forget Me Not* e *Literary Souvenir*, que eram livros de poesia e prosa que fizeram enorme sucesso na Inglaterra e nos Estados Unidos pela qualidade da encadernação e por serem estrategicamente publicados todos os anos à época do Natal, de forma que pudessem ser oferecidos como presente às jovens senhoras, amantes das “belas letras”. Os ingleses Bulwer-Lytton, Crabbe e Richard Steele, além do americano Washington Irving, também figuram entre os autores traduzidos. Quanto aos periódicos franceses, há registro das seguintes publicações: *L'Entr'Acte*, *Gazette Médicale*, *Journal des Débats*, *Gazette des Tribunaux*, *Journal de Paris* e *Revue Britannique*. Com relação aos autores franceses encontramos no *Gabinete de Leitura* histórias assinadas por Frédéric Soulié, Eugène Scribe, Ferdinand Denis, Émile Deschamps, Stephen de la Madeleine, Duquesa D'Abrantes, Visconde d'Alincourt, Arnould Frémy, Jules A. David, Alphonse Karr, Alexandre de Lavergne, Jules Lecomte, Auguste Arnould, Eléonore de Vaulabelle, Burat de Gurgy, Eugénie Foa, e outros completamente desconhecidos para nós⁴.

Antonio Candido ressalta a importância das traduções de ficção durante a primeira metade do século XIX no Brasil e sua possível influência para nossos romancistas:

Os livros traduzidos pertenciam, na maior parte, ao que hoje se considera literatura de carregação; mas eram novidades prezadas, muitas vezes, tanto quanto as obras de valor. Assim, ao lado de George Sand, Mérimée, Chateaubriand, Balzac, Goethe, Irving, Dumas, Vigny se alinhavam Paul de Kock, Eugène Sue, Scribe, Soulié, Berthet, Souvestre, Féval, além de outros cujos nomes nada mais sugerem atualmente (...) Na maioria, franceses, revelando nos títulos o gênero que se convencionou chamar folhetinesco. Quem sabe quais e quantos desses subprodutos influíram na formação do nosso romance? Às vezes, mais do que os livros de peso em que se fixa de preferência a atenção.⁵

³ Para um estudo pormenorizado sobre a importância da *Blackwood's Magazine* na Inglaterra e a sua influência nos periódicos brasileiros da primeira metade do século XIX, ver: Ramicelli, Maria Eulália *Ciranda de ficção no Século XIX. Blackwood's Edinburgh Magazine no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Dissertação de mestrado. (mimeo).

⁴ Para maiores informações sobre biografia e obras desses autores, ver Anexo 3.

Ao folhearmos as páginas dos periódicos da primeira metade do século XIX, percebemos que a prática da tradução ou “imitação”, como muitas vezes era chamada, desempenhou um papel importante no desenvolvimento do hábito da leitura de romances assim como estimulou o interesse dos escritores brasileiros pelo gênero, que ainda era novidade por aqui.

Marlyse Meyer destaca o papel relevante prática da tradução de prosa de ficção e dos romances em folhetim na primeira metade do século XIX. Compara tal atividade a “um verdadeiro laboratório”, o qual possibilitou que nossos primeiros homens de letras aprendessem com os modelos estrangeiros e ao mesmo tempo experimentassem, dentre outras coisas, uma linguagem mais solta.⁶

Também podemos encontrar no *Gabinete de Leitura* textos retirados de periódicos portugueses e brasileiros. A contribuição portuguesa ficou a cargo d’*A Bibliotheca Universal* e d’*O Artilheiro*. Quanto aos brasileiros, há uma crônica retirada d’*O Carapuceiro*, periódico pernambucano escrito pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), um texto do *Correio Official Nictheroyense* e duas contribuições d’*O Chronista*, cujos redatores, Justiniano José da Rocha, Josino do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues da Silva, como se argumentará mais adiante, por certo mantiveram uma estreita ligação com a publicação do *Gabinete de Leitura*.

O *Gabinete de Leitura*, além de ficção traduzida, publicou em suas páginas as primeiras tentativas de se produzir prosa de ficção brasileira. Misto de jornalistas, intelectuais e homens de letras, os jovens colaboradores do *Gabinete de Leitura* faziam parte do grupo que, sob a batuta de Gonçalves de Magalhães, pretendiam lançar aqui as bases da então desconhecida e moderna escola Romântica, promovendo, assim, o que eles acreditavam ser um meio cultural mais elevado em um Brasil recém liberto da amarra colonial⁷. Em vista disso, escreveram histórias com o intuito de construir uma literatura nacional nos moldes daquilo que consideravam como o que havia de mais moderno no campo literário: o romance. Dificilmente passíveis de serem incluídas no que atualmente entende-se como o gênero romance, estas contribuições eram por eles denominadas “novelas”, “romances” e “legendas”. Em geral, essas primeiras prosas

⁵ Candido, Antonio. *Formação da literatura Brasileira.*, vol. 2. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, p.108.

⁶ Meyer, Marlyse. Voláteis e Versáteis: de Variedades e Folhetim se fez a *Chronica*. In: *As Mil Faces de um Herói Canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, pp. 109-196.

⁷ Candido, Antonio. *op. cit.*, em especial capítulos 1 e 2.

ficcionais brasileiras eram narrativas curtas nas quais o enredo e a intriga romântica se misturam aos tipos, cenários e costumes brasileiros.

Pereira da Silva contribuiu com várias histórias: “Luiza — Legenda Brasileira”⁸, “Uma Aventura em Veneza”⁹, “Um Primeiro Amor”¹⁰, “As Catacumbas de S. Francisco de Paula”¹¹, “Um Último Adeus”¹² e “Maria”¹³. Firmino Rodrigues da Silva publica “Um Sonho”¹⁴. O jovem Martins Pena colabora com “Um Episódio de 1831”¹⁵; e, talvez, Gonçalves de Magalhães também tenha participado, escrevendo e/ou traduzindo uma crônica alemã, “Krettel”¹⁶ (a assinatura que acompanha a crônica é semelhante à que Magalhães usava em seus artigos — M.). Além dessas histórias brasileiras de autores por nós reconhecidos, o *Gabinete de Leitura* publicou várias outras, sem assinatura e que somente traziam ao final os dizeres “Collaboração do Gabinete”. Há também uma outra história brasileira, “Meu Primeiro Namoro”, assinada com uma misteriosa inicial K.¹⁷

1.1 Quem eram os redatores do *Gabinete de Leitura*?

Não se pode saber com certeza quem eram os redatores do *Gabinete de Leitura*, uma vez que não há nenhuma nota publicada nele ou em qualquer outro periódico da época — ao menos naqueles a que pude ter acesso — nem fonte bibliográfica que contenha tal informação. Contudo, o *Gabinete de Leitura*, como mencionado, era publicado na Tipografia Commercial que pertencia a Josino do Nascimento Silva. Essa tipografia também publicava o periódico *O Chronista* (1836-1839), cujos redatores eram o próprio Josino, Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva. Ambos periódicos eram vendidos na tipografia e na livraria H. & E. Laemmert, de propriedade dos irmãos Heinrich e Eduard Laemmert. Ao longo dos nove meses nos quais o

⁸ *Gabinete de Leitura*, N. 10 (15/10/1837). *Jornal dos Debates* (18/01/1838). Em Barbosa Lima Sobrinho. *Os Precursores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1960.

⁹ Idem. N. 11 (22/10/1837). Em Sobrinho, B. L. *op. cit.* pp.117-116.

¹⁰ Idem. N. 13 (05/11/1837). *Jornal dos Debates* (03/05/1838), com o título: “Romance: Um primeiro amor no baile do Catete”. Em Sobrinho, B.L. *op. cit.* pp. 111-116.

¹¹ Idem. N. 14 (12/11/1837). *Jornal dos Debates* (25/05/1838). Em Sobrinho, B.L. *op. cit.* pp. 127-134.

¹² Idem. N. 15 (19/11/1837). *Jornal dos Debates* (08/02/1838).

¹³ Idem. N. 18 (10/12/1837). *Jornal dos Debates* (19/04/1838). Em Sobrinho, B.L. *op. cit.* pp. 123-126.

¹⁴ Idem. N. 22 (07/01/1838). Em Sobrinho, B.L. *op. cit.* pp. 143-145.

¹⁵ Idem. N. 35 (08/04/1838). Em Sobrinho, B.L. *op. cit.* pp. 233-237.

¹⁶ Idem. N. 05 (10/09/1837).

¹⁷ Idem. N. 27 (11/02/1838). Até o momento, não descobri nenhum autor brasileiro que assinasse com tal inicial. O que é de se lamentar, pois, talvez “Meu Primeiro Namoro” possa ser considerada uma das melhores histórias brasileiras publicadas no *Gabinete de Leitura*.

Gabinete de Leitura foi publicado, *O Chronista* imprimiu em suas páginas vários anúncios dando publicidade ao periódico¹⁸. Uma outra evidência pode ser o fato de que n’*O Chronista* de 12 de abril de 1838, quatro dias após a data do último número (n. 35) do *Gabinete de Leitura*, há uma nota dirigida aos assinantes do *Gabinete* explicando que o número 35 “não foi publicado no dia conveniente por inconvenientes ocorridos na tipografia” e que os redatores pedem desculpa por esta “falta involuntária”.

Acresce que duas histórias que saíram no *Gabinete de Leitura* já tinham sido publicadas n’*O Chronista*. O contrário também ocorre, sendo que vários textos que apareceram no *Gabinete de Leitura*, especialmente depois de seu término, foram republicados n’*O Chronista*¹⁹. Como por exemplo, na primeira página do segundo número do *Gabinete de Leitura*, de 20 de agosto de 1837, sai publicada a história “O Amor Materno”. Essa mesma história acabara de aparecer na seção “Apêndice” (a que ocupava o rodapé da página) d’*O Chronista* de 2, 5 e 9 de agosto de 1837, respectivamente. Outra história do *Gabinete de Leitura* n. 16 (17 de setembro de 1837), “O Livro da Vida”, já havia sido publicada na seção “Variedades” d’*O Chronista* de 5, 15 e 19 de outubro de 1836, respectivamente.

Apesar de a “rapinagem” de textos publicados em outros periódicos ser uma prática comum nessa época, uma vez que não havia leis específicas regulamentando os direitos autorais ou de publicação, há indícios de que esse não foi o caso do *Gabinete de Leitura* com relação ao *O Chronista* e vice-versa. Não é difícil imaginar que a decisão pela reedição de “O Livro da Vida” nas páginas do *Gabinete de Leitura* tenha sido causada pela confusão havida na sua primeira publicação n’ *O Chronista* no ano anterior. No caso de “O Amor Materno”, a sua republicação no *Gabinete de Leitura* veio acompanhada de uma nota da redação com o seguinte esclarecimento:

(Obtivemos da pessoa que escreveu em português a bela novela — *O Amor Materno*, — publicada no *Chronista*, a correção e supressão de diversos lugares que tornavam a narração fria, e o diálogo pouco animado.)²⁰

¹⁸ N’*O Chronista* número 90, de 23 de agosto de 1837, sai uma nota anunciando o segundo número do *Gabinete de Leitura*. Infelizmente, no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não consta o número 89, que poderia conter o anúncio do primeiro número do *Gabinete de Leitura*.

¹⁹ Ver no anexo 2 a relação dos textos do *Gabinete de Leitura* que também foram publicados nos exemplares d’ *O Chronista* que constam no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁰ *Gabinete de Leitura* n. 2, de 20 de agosto de 1837.

Não se pode negar que, com essa nota, a possibilidade de os redatores dos dois periódicos serem os mesmos ou, pelo menos, de manterem uma estreita relação parece ficar mais plausível. Como os redatores do *Gabinete de Leitura* teriam tido acesso ao tradutor ou tradutora de “O Amor Materno”, se na sua versão n’*O Chronista* não havia nenhuma informação a esse respeito e nenhuma assinatura? Se a história tivesse sido simplesmente “pilhada”, por que os redatores do *Gabinete de Leitura* escolheriam uma história que acabara de ser publicada num periódico da corte?

Da mesma forma, vários textos que apareceram no *Gabinete de Leitura*, especialmente depois de seu término, foram republicados n’*O Chronista*. Um exemplo significativo é a história “O Noivo d’Além Túmulo”, que iniciou sua publicação no segundo número do *Gabinete de Leitura* (20/08/1837) e teve continuação nos dois números subseqüentes. Apenas seis dias depois, sai publicada n’*O Chronista* a primeira parte dessa mesma história, parando exatamente no mesmo ponto que a do *Gabinete de Leitura*. Além do famoso “Continuar-se-á”, nas três partes que a compõem, os redatores deixam bem claro de onde a história foi retirada, pois dão como fonte: “GABINETE DE LEITURA”.²¹

Importante ressaltar que *O Chronista* não era um jornal que costumava publicar anúncios pagos em suas páginas, como era o caso, por exemplo, do *Jornal do Commercio*. Os poucos anúncios que ali aparecem são das então recentes aquisições e/ou publicações de livros da livraria e tipografia dos irmãos Laemmert e da Typographia Commercial, que, como já mencionado, era propriedade de Josino do Nascimento Silva. Foi por essa época, porém, que *O Chronista* passou a publicar os anúncios do *Gabinete de Leitura*, nos quais estavam listados alguns dos títulos já publicados, dentre eles “O Noivo d’Além Túmulo”. Cabe aqui perguntar se a publicação dessa história n’*O Chronista*, numa data tão próxima ao lançamento do *Gabinete de Leitura*, não seria uma forma de propaganda, dando aos leitores (e às suas famílias) uma pequena amostra do tipo de história que encontrariam nas páginas do novo periódico.

²¹ “O Noivo d’Além Túmulo” inicia sua publicação n’*O Chronista*, em 26 de agosto de 1837. As duas partes subseqüentes saem em 30 de agosto e 6 de setembro do mesmo ano.

1.2 As condições de produção da imprensa da época

A sistemática expansão da imprensa brasileira no período pós-Independência, com o lançamento e publicação de um número cada vez maior de periódicos, especialmente nos maiores centros urbanos, não significou, contudo, que sua produção fosse tarefa fácil.

Comparando as redações do jornal moderno à daquela época, Tarquínio de Sousa comenta:

O que agora é tarefa coletiva de um grande número, naquela época era o trabalho de um, dois ou três indivíduos. Os jornais não tinham sequer local destinado à redação. Em regra, o redator escrevia em sua própria casa o jornal, levava-o a uma tipografia, quando não possuía um prelo, e ele mesmo se incumbia da revisão, da distribuição, de tudo isso que agora constitui o trabalho de numerosas seções especializadas.²²

No caso de nossos redatores, contudo, essa dificuldade era minimizada pelo fato de Josino do Nascimento Silva possuir sua própria tipografia. Tudo indica, porém, que na época da publicação d'*O Chronista* e do *Gabinete de Leitura* sua tipografia trabalhava com impressora manual. Isso porque é possível encontrar nas páginas d'*O Chronista* vários artigos nos quais os redatores, com certo tom de despeito, referem-se ao *Jornal do Commercio* como o “grande jornal (...) impresso no **prelo mecânico**”²³. Essa forma de qualificar o *Jornal do Commercio* pode ser um indicativo das dificuldades que Justiniano, Josino e Firmino enfrentavam para colocar no mercado dois periódicos simultaneamente.²⁴

Há bem poucas informações sobre os custos de produção e o número de assinantes necessários para que um periódico se mantivesse no mercado à época. Contudo, em um relatório dirigido ao conselho da Sociedade de Instrução Elementar,

²² Sousa, Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Comp. Ed. Nacional, 1939, p.67.

²³ *O Chronista*, 23 de novembro de 1836 (meu grifo). O *Jornal do Commercio* iniciou sua publicação no Rio de Janeiro em 1 de outubro de 1827, fundado pelo ex-livreiro francês Pierre Plancher. Na condição de exilado político, devido às suas idéias liberais e apoio à causa bonapartista, Plancher veio para o Brasil trazendo consigo maquinário tipográfico e competentes profissionais das artes gráficas. A primeira impressora mecânica do Brasil foi, contudo, adquirida por um outro francês, J. Villeneuve, que comprou o negócio de Plancher e assumiu o *Jornal do Commercio* em 1832. Sobre Pierre Plancher e J. Villeneuve ver o cap. IV de Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985, pp.65-78.

Josino do Nascimento Silva analisa a viabilidade da criação de um periódico que teria como meta a difusão de conhecimentos úteis. De acordo com sua estimativa, o custo para se publicar um periódico mensal, composto de 32 páginas no formato in-4°, seria da ordem de 610 mil réis anuais, dos quais cerca de 80% seriam gastos com a compra de papel e o restante com as despesas referentes à redação e distribuição.²⁵

Tendo em conta que tanto em relação ao formato quanto ao total do número de páginas mensais o *Gabinete de Leitura* assemelhava-se ao referido periódico, esta estimativa talvez estivesse bem próxima dos custos de sua produção, não sendo de todo impossível que ela se baseasse na experiência de Josino com a publicação do *Gabinete de Leitura*. Sendo assim, como o valor da subscrição anual do *Gabinete de Leitura* era de 6 mil réis, seriam necessários um mínimo de 100 assinantes para cobrir as despesas de impressão e distribuição. Se para o leitor moderno tal número de assinantes parece ser pequeno, até mesmo irrisório, tudo indica que naquele tempo as coisas não eram tão simples. Um exemplo disso é um artigo d'*O Chronista* no qual é feito um balanço dos diferentes jornais então publicados no Rio de Janeiro. Nele o redator comenta o sucesso do então recém lançado *Semanario do Cincinnato*, que teria conseguido angariar por volta de 200 assinaturas.²⁶ Significativa também é a comparação feita pelos redatores d'*O Chronista* entre a imprensa e o número de leitores na França e no Brasil:

Em França o jornalismo é uma potência, milhares de leitores ouvem seus oráculos e guiam seu pensar por suas leituras. Outro tanto não acontece no Brasil; poucos são os que lêem, pouca é a importância do jornalismo. O periódico político que conta com mais de 500 assinantes tem quase que tocado

²⁴ Durante o ano de 1837, *O Chronista* era bi-semanal, saindo às quartas e sábados. A partir de janeiro de 1838 passou a ser publicado três vezes por semana: às terças, quintas e sábados. O *Gabinete de Leitura*, como já referido, saía aos domingos.

²⁵ *O Chronista*, de 17 de março de 1838. Por essa época, quase todo o papel utilizado para impressão no Brasil era importado. Em *O Chronista* de 11 setembro de 1838, há pequeno artigo sobre o francês radicado no Brasil, André Gaillard, que possuía uma pequena fábrica de papéis nos arredores do Rio de Janeiro. O artigo comenta sobre as dificuldades que esse empresário enfrentava para fabricar seu produto e que, apesar de o seu papel ser de qualidade inferior ao importado, alguns jornais já estavam utilizando-o regularmente. [Sobre as dificuldades que os impressores brasileiros do século XIX enfrentavam em relação à aquisição de papel ver Hallewell, Laurence. *Op. cit.*, pp.131-133.]

²⁶ *O Chronista*, de 1 de março de 1837. O *Semanario do Cincinnato* saía aos sábados na corte do Rio de Janeiro e, como outros periódicos da época, não teve existência muito longa. Ao todo foram 36 números, de 18 de fevereiro a 4 de novembro de 1837. Era publicado na Tipografia do Diário de N. L. Vianna e, segundo Nelson Werneck Sodré, seu redator era José Cristino da Costa Cabral. Colaborador do *Diário do Rio de Janeiro*, Costa Cabral ficou conhecido devido ao sucesso de sua coluna escrita sob o pseudônimo Cincinnato. Entusiasmado com esse sucesso junto ao público leitor da corte, Costa Cabral resolveu lançar seu próprio jornal semanal. Foi também redator do *Correio Oficial* e do *Jornal do Commercio*, entre 1838 e 1842; a partir de 1855, dirigiu o *Correio da Tarde*. [Sodré, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 157].

ao máximo de sua possível circulação, e esse número bem poucos são os que o atingem...²⁷

Cabe ressaltar que essas cifras referem-se a periódicos que lidavam com matérias de cunho político e econômico, que, segundo os comentários dos próprios redatores da época, atraíam a maior parcela do público leitor, que era preponderantemente masculina. Apesar de esses dados não serem de fontes oficiais, eles permitem entrever as dificuldades que os redatores enfrentavam para manter suas publicações no mercado, especialmente em se tratando de um periódico de cunho exclusivamente literário como era o caso do *Gabinete de Leitura*.

Tudo indica que as dificuldades de ordem financeira que esses jovens redatores enfrentavam não eram pequenas. Na seção “Variedades” d’*O Chronista* de 20 de agosto de 1836, Justiniano José da Rocha promete aos leitores que sempre que possível faria a crítica das produções teatrais encenadas na corte, atividade que, segundo ele, nenhum jornal até então se empenhara em fazer. Contudo, na época em que o *Gabinete de Leitura* estava sendo publicado, Justiniano explica aos seus leitores os motivos da ausência de críticas teatrais no periódico:

De há muito que desaprendemos o ofício de crítico dramático, porque nos não deixam nossas ocupações tempo bastante para que o vamos desperdiçar em nossos teatros, e quando mesmo nos elas (sic) deixassem, conselhos higiênicos nos fazem recolher ao toque de trindades, conselhos econômicos nos obrigam a não despendermos assim de chofre aquilo que tanto nos custa a ganhar: por isso depois de nossa última censura que, se bem nos lembra, foi a primeira representação de — *Uma paixão desenfreada* — nada temos escrito sobre dramas, comédias, atores &c. &c. porque não os temos ido visitar.²⁸

Além da falta de dinheiro, dificilmente se podia contar com uma equipe preparada e especializada que dividisse as inúmeras tarefas. Com relação à redação do *Gabinete de Leitura*, contudo, o acúmulo de trabalho talvez tenha sido contornado pelas contribuições recebidas de seus colaboradores — tanto no que se refere à ficção (assinada e anônima) quanto às traduções. Uma ilustração dessa possível conjunção de esforços para contornar as dificuldades que esses redatores enfrentavam é dada por

²⁷ *O Chronista*, 22 abril de 1837.

Justiniano J. da Rocha, numa espécie de prólogo à história que irá contar em um dos apêndices d'*O Chronista*. Nele, Justiniano faz o narrador vivenciar uma cena que poderia ser sua própria vida de jornalista/escritor. O narrador inicia afirmando que não mais escreveria apêndices porque além de ser tarefa “muito cansativa”, alguns deles lhe acarretaram problemas, uma vez que “certas pessoas” acreditaram que eles haviam sido escritos com o intuito de criticá-las (exemplifica referindo-se ao assunto de apêndices já publicados). São 9 horas da noite e, alegando ter o hábito de dormir cedo, se prepara para deitar. Já sonolento, ouve alguém bater à sua porta. Abre-a ao reconhecer a voz de um amigo, que, esbaforido, lhe pede que escreva um apêndice para a manhã seguinte, de forma que possa sair publicado no próximo número d'*O Chronista*. O tal amigo justifica o pedido alegando que ele e seu colega da redação estavam sobrecarregados de trabalho e que já havia algum tempo que não conseguiam publicar um apêndice e, devido a isso, alguns leitores já haviam reclamado. Pede-lhe que o escreva de forma que preencha “as fraldas de três boas laudas”. O narrador tenta esquivar-se da tarefa alegando que

...para fazer apêndices preciso é ter a cabeça descansada, a imaginação desenferrujada, e pelo menos uma anedota para diluir no competente caldo de palavras: tudo isso me falta.²⁹

O narrador acaba por ceder à insistência do amigo jornalista e apresenta ao leitor, num tom de quem conta um “causo”, uma história que se passa no Rio de Janeiro colonial, cujo tema central gira em torno da “traição feminina”.³⁰

O que vemos nessa espécie de prólogo é uma forma dramatizada do que poderia ser uma situação corriqueira na vida desses jovens redatores à época. Por vezes, a cooperação mútua era a única forma de desempenhar a contento as múltiplas tarefas e profissões que exerciam. Isso porque, além de redatores, escritores, jornalistas e tradutores, Justiniano J. da Rocha, Josino do Nascimento Silva e Pereira da Silva também atuavam como advogados³¹. Mais tarde, Justiniano ainda ocupará o cargo de

²⁸ *O Chronista*, 6 de dezembro de 1837.

²⁹ “O Copo d’Água”, *O Chronista* de 25 de novembro de 1837.

³⁰ Por essa data, Justiniano José da Rocha já havia se desligado da redação d'*O Chronista* para assumir o cargo de redator do *Correio Oficial*, jornal oficial do governo. Na carta em que se despede dos leitores, publicada n'*O Chronista* de 11 de outubro de 1837, Justiniano afirma que eventualmente escreveria apêndices para o jornal. Daí que, para o leitor da época, a cena descrita teria um cunho de veracidade.

³¹ São vários os artigos publicados n'*O Chronista* e no *Jornal dos Debates* que comentam a atuação dos três jovens como advogados de defesa em diversos processos judiciais na corte do Rio de Janeiro durante os anos de 1836-1839. No *Jornal dos Debates* de 8 fevereiro de 1838, por exemplo, foi publicado

professor de Geografia e História Antiga e Romana no Colégio D. Pedro II, enquanto Firmino Rodrigues da Silva será nomeado Juiz de Direito em Minas Gerais.³²

Vê-se, pois, que o acúmulo de trabalho e o baixo retorno financeiro das atividades no campo jornalístico são constantes na vida desses jovens intelectuais, pelo menos durante o período sob exame. Como vimos, uma das formas que parece ter sido adotada para driblar essas inevitáveis dificuldades foi a união de esforços. O fato de Justiniano mencionar que Pereira da Silva tinha o hábito de passar grande parte de suas manhãs no balcão da tipografia Commercial³³, em conversas entre amigos, pode ser um indício de que a idéia de se publicar um periódico que teria a ficção como carro-chefe foi tomada levando-se em conta a colaboração de todos.

Cabia, portanto, a escolha de um título para o novo periódico. A escolha recaiu no que havia de mais moderno em termos de acesso à leitura, como veremos nas páginas seguintes.

um quadro com a lista dos julgamentos realizados no mês anterior, no qual os três estão presentes — Pereira da Silva advoga dois casos.

³² A escassez de livros didáticos leva Justiniano J. da Rocha a escrever o *Compendio de Geographia Elementar offerecido ao Governo de S. M. I., para uso dos allunos do Imperial Colegio de Pedro II*, publicado no Rio de Janeiro em 1838. [*Catalogo de Livros da Bibliotheca Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial de Soares & Co., 1852, p.212.]

³³ *O Chronista*, de 16 de dezembro de 1837.

Publica-se a esta Folha as Quartas e Sábados de cada semana. Subscrição na Typographia Commercial, rua do Hospício N. 60, e na loja de livros de Eduardo Levenhert, rua da Quitanda, por \$8000 rs. cada trimestre; e vendem-se as folhas avulsas por 120 rs. Também recebem-se annuaes.

Epheuerides Universaes.

NOVENO, 25.

1560. — Morte de André Doria, nobre Genuês, um dos maiores marinheiros do seu século.

1751. — Morte de Bolingbroke.

26.

329. — Fundação de Constantinopla pelo imperador Constantino.

27.

511. — Morte de Clovis I.º, rei de França.

28.

1731. — Execução de Cartoneho, celebre ladrão francez.

1825. — Morte de Try, um dos mais valerosos generaes, e dos maiores oradores da França.

INTERIOR.

CHRONICA ADMINISTRATIVA.

Cada vez mais se consolida o credito do governo, parece que as falsidades, com que o attaca a *atrapalhação*, dão-lhe mais força e mais vigoram o bom conceito de que goza o ministerio.

Dos actos que foram publicados no *Correio* apenas referiremos o avizo do ministerio da justiça, declarando que as camaras municipaes devem custas dos

APPENDICE.

O COVO D'AGUA.

Jurei não pegar mais em penna para escrever appendices. Aprei que nunca vi cousa que mais cance, e que menos utilidade deixo; ora, como sei que vivemos num século perfeitamente utilitario, jurei não tractar mais de *sinharías*, e tomei por divisa o famoso.

Não útil est quei facimus, stulta est gloria. E mais me confirmo nesse proposito, quando soube do resultado daquelle ultimo innocentissimo appendice, em que contei, o que tinha padecido n'uma bella manhã do jury do Rio de Janeiro; resultado que foi comprometter-me e inimizar-me com pessoas que... que de tudo se offendem.

Estava eu pois bem desenganado em minha casa, e para ter em que me occupar palitava os dentes; eram nove horas da noite, e já tractava de ler alguns velhos alfarabios, outros confusos annuncios do jornal mechanico a ver si me infundiam a sua copiosissima virtude, que por conselho hygienico deito-me cedo, cedo me levanto, e assim melhores me parecem os dias.

No meio pois de minha deleitosa indolencia, *truz* — *truz* ouço a porta. Surprehendeu-me bulha tão insolita que como já tive a honra de vos dizer, nada te-

processos quando o promotor havendo intentado accusação decahe d'ella. O mais que tem visto a luz publica não merece ser consignado.

O CAVALLEIRO DE FAUBLAS E GUSTAVO.

Dizem-nos que o sr. dr. promotor accusa estas duas obras por immorales, Graças a Deus, que já houve alguem que vingasse a honra d'moralidade brasileira dos ataques que quotidianamente recebem de livreiros especuladores!

Os discipulos de Luciano Bonaparte, aquelles que pretendiam fazer caliar nos espiritos da população brasileira que a unica opposição verdadeira, e de que devia lançar mão o patriota na ultima extremidade, era a opposição de facto, sem incommodar o poder nem destrahir o da manobra com *picadellas de alfinetes*; esses que abertamente pregavam as revoluções como unico correctivo aos desvios do governo, hoje sem renegarem o principio que adoptaram e pregaram, semeando então o grão que devia brotar discordias intestinas e commoções populares, não desprezam tambem as *picadellas de alfinetes*, e assim como foram despoticos

nho de valentio, e como quer a estrellita que me persegue, que me attribua quantas consinhas, que levam agua no bico, sahem estampadas no *chronista*, sei que não poucos são os inimigos que me grangeam meus peccados, e os peccados dos outros, e por isso como nada gosto de *jurados de malagusta*, razão tive de sobra para me sobresaltar, quando ouvi *truz* — *truz* á minha porta em horas em que me dispunha para dormir. Quem está ahí? perganto semianime, e em voz que mal podia ser ouvida. — Abre-me — respondeu-me voz amiga. — Abri. — Meu charo, tem paci-nela, é indispensavel, que amanhã de manhã mandes para a imprensa appendice para o *chronista*. — Appendice! — Sim, eu e o outro vemo-nos abarbadados com o resto da folha, pois que sabado, domingo, e hoje até estas horas occupamo-nos com politica especulativa, e contempladora, e olvidamo-nos da politica eserevinhadora: eia pois, vale-nos nestes apuros, um appendice bem grande, que nos tome as fraldas de 3 boas laudas. — Quisera servir-te mas jurei... — Que importam juras: pois tu que há tanto tempo fazes o officio de jornalista, ainda te embarças com tacs caraminholas? — Não é só meu juramento, mas para fazer appendices preciso é ter a cabeça descansada, a imaginação desenferrujada, e

e caprichoso: quando empoleinados com poder, cobardes e vis se entregam a tropeços e manobras de fracos, hoje que se acham decalhidos e que ainda querem enganar a misera nação brasileira que tanto há ja soffrido d'essa sucia republicano-monarchico-regressistas, e quanto mais desparates quizerem, porque elles abraçarão promptos e regeitirão todos os principios logo que lhes convenha aos planos de mando que meditam na mente, porque suppe que o pobre Brazil é patrimonio seu, e que o melhor titulo para governar-o é a protervia e a estapidez.

Fizemos opposição á passada administração, o gabinete de 19 de setembro não tem escapado a nossa censura, faremos opposição a quantos apparecerem e se succederem no Brazil, porque a opposição é elemento de ordem nos governos representativos, porque é a opposição que tempéra com o exame e espirito de reforma o estacionamento e conservação do constituido, que domina ou deve dominar o espirito dos governos; não assignamos, nem assignaremos contracto com ministerio algum que tenha por condicção limites ou peias a liberdade que nos dão as leis de escrevermos o que pensamos; mas nossa opposição é franca, não intrigamos, nem mentimos como faz o chefe da opposição não attribuiamos a outros ideias que elles

pelo menos uma anecdota para diluir no competente caldo de palavras: tudo isso me falta! — Fortes são tuas objecções, mas nem uma dellas valle contra a imperiosa necessidade; já alguns numeros do *chronista*, por falta de appendices, accusam a esterilidade de nossa imaginação: eia pois, ad bom amigo, sacrifica-te; vamos, são 9 horas, ás 11 terás concluido, e amanhã cá virá o compositor buscar minha encomenda. — Então o que queres que faça? julgas-me por ventura furja de appendices? diz-me ao menos o que queres que conte ao publico, dá-me o assumpto. — Procura-o, procura-o que o acharrás, são palavras do Divino Mestre: Adeus.

Disse e foi-se, e eu fiquei sentado á minha banca, revolvendo a penna no tinteiro, sorvendo largas pitadas de arca-preta, á ver si de todos esses exteriores excitamentos sahia o desejado appendice: com effeito sahiu; eil-o ahí.

Há 30 annos a cidade do Rio de Janeiro não era o que hoje é. Si tivesse o talento archeologico dos Walter-Scott, dos Victor Hugo e outros, contar-vos-hia o que era então o Rio de Janeiro: mas como o não tenho, contentae-vos com o apophthegma. O Rio de Janeiro não era o que hoje é; — todavia as mesmas paixões então se agitavam, haviam moças, e amanteticos, mexeriqueiros e zeladores

Capítulo 2

O que é um GABINETE DE LEITURA?

Um dicionário francês contemporâneo à publicação do periódico *Gabinete de Leitura*, o *Dictionnaire de l'Académie* de 1835, define o termo francês CABINET DE LECTURE como sendo “un lieu où l'on donne à lire, moyennant une faible rétribution, des journaux et des livres”³⁴. De forma mais completa, o *Dictionnaire National* registra: “Établissement tout moderne dans lequel, moyennant une faible rétribution, on peut lire des journaux, revues, brochures et ouvrages et même les louer pour les emporter à domicile”³⁵. Na Inglaterra, as chamadas “Circulating Libraries”, ou bibliotecas circulantes, são assim definidas pelo *Oxford English Dictionary*: “a private commercial establishment for the lending of books, the borrower paying either a fixed sum for each book lent or a periodical subscription”³⁶.

Apesar das diversas denominações que essas instituições receberam nos diferentes países em que se instalaram — o já mencionado “Circulating Library” na Inglaterra e nos Estados Unidos, “Cabinet de Lecture” na França, “Leihbibliotheken” na Alemanha, “Gabinete de Leitura” em Portugal e no Brasil —, seu traço comum era o de serem estabelecimentos de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural que possibilitavam aos seus subscritores a leitura e/ou a locação de livros e periódicos, sem que houvesse a necessidade de compra.

Em 1661, na Grã-Bretanha, já há registros de que o livreiro Francis Kirkman anunciava o aluguel de livros para quem não pudesse ou não quisesse comprá-los.³⁷ Contudo, foi somente a partir da segunda década do século XVIII que o comércio de aluguel de livros começou a se estabelecer de forma sistemática no Reino Unido. Tudo indica que a primeira biblioteca circulante pertenceu ao poeta escocês Allan Ramsay, que alugava os livros de sua livraria em Edimburgo em 1725.

³⁴ [“Um lugar onde se dá a ler, em troca de módica quantia, jornais e livros”] (Esta e as traduções que se seguem são minhas, salvo se observado o contrário)

³⁵ [“Estabelecimento moderno no qual, em troca de módica quantia, pode-se ler jornais, revistas, brochuras e obras, e mesmo alugá-las para levá-las para casa.”]

³⁶ [“Estabelecimento comercial de caráter privado para locação de livros, no qual o locatário pode ou pagar uma taxa fixa por livro alugado ou uma subscrição periódica.”]

³⁷ Altick, Richard D. *The English Common Reader: a social history of the mass reading public 1800-1900*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1957, p.59.

Nos anos seguintes, bibliotecas circulantes se instalaram em locais de veraneio, especialmente em estâncias hidrominerais, tais como Bath e Southampton. O sucesso dessas bibliotecas estrategicamente instaladas em lugares turísticos pode ser averiguado, um século depois, em duas passagens dos *Sketches by Boz*, de Charles Dickens. Nota-se que, para seus frequentadores, além da busca por material de leitura, talvez até como uma maneira de preencher o tempo ocioso, a visita em si a estes estabelecimentos configurava-se como uma forma de estreitar relações sociais:

The 'dear girls' (...) had been at different watering-places, for four seasons; they had gambled at libraries, read books in balconies, sold at fancy fairs...³⁸

The library [at Ramsgate] was crowded. There were the same ladies and the same gentlemen who had been on the sands in the morning and on the pier the day before....³⁹

A partir de 1740, pelo menos três bibliotecas circulantes operaram em Londres: a do Reverendo Samuel Fancourt, com um acervo mais especializado, voltado para o estudo e formação profissional, e as de Thomas Wright e Samuel Bathoe, que aparentemente atendiam mais ao gosto popular.

A prática de aluguel de livros por meio de subscrição também foi utilizada por outros tipos de bibliotecas criadas nesse mesmo período. Formadas, em geral, por pequenas associações ou instituições ligadas a sociedades literárias e filosóficas, as *proprietary libraries*, como eram chamadas, desenvolveram-se principalmente nas grandes cidades e vieram a ser um meio importante de aquisição de conhecimentos para parte considerável das classes alta e média da sociedade britânica. Além da subscrição anual, essas bibliotecas cobravam uma taxa de seus associados para a aquisição do acervo e manutenção das instalações. Devido aos altos preços cobrados e de somente poderem ser utilizadas pelos subscritores, grande parte do público leitor não teve acesso a elas.

Um outro tipo de associação comum na época foram os chamados clubes do livro, ou *book clubs*. Numerosos nas últimas décadas do século XVIII, os clubes do livro

³⁸ Dickens, Charles. *Sketches by Boz*, Great Britain: Wordsworth Editions, 1999, p.272.

surgiram da iniciativa daqueles que não podiam arcar com as altas taxas de subscrição de uma “proprietary library”. Eram em geral formados por famílias ou indivíduos de classe média que se associavam para a aquisição de livros que poderiam ser compartilhados pelo grupo. Uma vez lidos por todos que se interessassem, os livros ou eram vendidos para a aquisição de um novo lote ou mantidos como acervo permanente.⁴⁰

Diga-se, porém, que foram as bibliotecas circulantes, de caráter exclusivamente comercial, que em pouco tempo alcançaram a preferência de um público leitor em plena expansão, particularmente o das mulheres de classe média. Oferecendo leitura por um preço acessível, as bibliotecas circulantes proliferaram na capital, nas províncias e até nas pequenas vilas.

Na França, a prática de alugar livros mediante uma subscrição começou a ser adotada por livreiros franceses durante o século XVIII, especialmente a partir da sua segunda metade. Sob pressão da concorrência dos mais solidamente estabelecidos, os recém instalados livreiros, como forma de aumentar o lucro, tanto podiam vender seus livros como alugá-los. Multiplicaram-se assim os gabinetes de leitura, que passaram a ser importantes entrepostos provinciais para a difusão de periódicos, de novidades e de livros.⁴¹ Os “gabinetes literários”, como foram inicialmente chamados, ofereciam a seus clientes romances, novelas, relatos de viagens, ensaios de autores da época, panfletos políticos, bem como os famosos “livros filosóficos”⁴².

Assim como na Inglaterra também foram criados na França gabinetes de leitura sem fins lucrativos, formados pela associação de cidadãos comuns. Em sua passagem pelo país em 1788, o viajante inglês Arthur Young descreve sua visita a um desses estabelecimentos:

Uma instituição comum nos grandes centros comerciais da França, mas particularmente florescente em Nantes, é a *câmara de leitura*, o que chamaríamos de um *book-club* que não distribui os livros entre seus membros,

³⁹ *Ibidem*, p. 337.

⁴⁰ Um exemplo bem sucedido de um desses clubes do livro se deu em Sussex. Um grupo de cerca de sessenta subscritores conseguiu angariar, entre os anos de 1786 e 1794, um acervo com cerca de 1000 volumes. Altick, Richard. *Op. cit.*, p. 61.

⁴¹ Chartier, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 205.

⁴² *Livres philosophiques* era a denominação dada às obras obscenas, contra a Igreja ou sediciosas. Proibidas, eram impressas nas fronteiras do reino e comercializadas de forma clandestina dentro do país. Darnton, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124.

mas os mantêm como uma biblioteca. Há três salas: uma para leitura, outra para conversação e uma terceira destinada à biblioteca; mantêm-se boas lareiras no inverno e há velas.⁴³

Contudo, a maior expansão dos gabinetes de leitura na França se deu em meados do século XIX. Em Paris, capital e centro da vida intelectual e literária, entre 1815 e 1830, registram-se mais de uma centena de estabelecimentos de caráter comercial que alugavam livros para leitura domiciliar ou permitiam, mediante pagamento de módico valor, que os clientes lessem em suas próprias dependências. Honoré de Balzac confirma:

de 1816 à 1827, époque à laquelle les cabinets littéraires, d'abord établis pour la lecture des journaux, entreprirent de donner à lire les livres nouveaux moyennant une rétribution.⁴⁴

O relato de um contemporâneo dá conta da familiaridade dos gabinetes de leitura na paisagem parisiense da época da Restauração:

On en trouve dans tous les quartiers de la ville, surtout dans ceux qui sont les plus fréquentés des étrangers. La plupart de ces cabinets se bornent à offrir à lecteur, dans des salons bien modestes, les journaux politiques et quelques autres ouvrages périodiques; un certain nombre se distinguent cependant par l'étendue de leur local, par la multitude des journaux et nouveautés, tant français qu'étrangers, et par une bibliothèque choisie d'anciens ouvrages qu'ils mettent tous, pour une modique rétribution, à la disposition du public. Le prix ordinaire d'une séance de durée illimitée est de 6 sous.⁴⁵

⁴³ Young, Arthur. *Arthur Young's Travels in France*. London: George Bell and Sons, ed. Matilda Betham-Edwards, 1909. O texto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Young/yngTF3.html>; acessado em 15 março de 2006. [“An institution common in the great commercial towns of France, but particularly flourishing in Nantes, is a *chambre de lecture*, or what we should call a book-club, that does not divide its books, but forms a library. There are three rooms, one for reading, another for conversation, and the third is the library; good fires in winter are provided, and wax candles.”]

⁴⁴ Balzac, H. de. *Illusions Perdues*, Paris: Garnier Frères, 1961, p.410. [“ De 1816 a 1827, época na qual os gabinetes literários, originalmente criados para a leitura de jornais, começaram a oferecer a leitura de livros novos em troca de pagamento.”]

⁴⁵ Harmand (C.), *Manuel de l'étranger dans Paris pour 1823*, contenant tous les renseignements nécessaires aux étrangers pendant leur séjour dans la capitale, et la description exacte et complète de tout ce qui est remarquable à Paris..., Paris: Hesse et Cie., Firmin Didot impr., 1828. Apud Parent-Lardeur,

Não é de todo impossível imaginar que o gabinete descrito por Paul de Kock em um de seus romances seja visto como exemplar dos Gabinetes de Leitura franceses da época da Restauração:

Le magasin se divise en salon de lecture sur place et en librairie de prêt. Dans le salon, on consulte les journaux et les revistes; le nombre des lecteurs est tel (particulièrement pour les journaux politiques) que la libraire coupe les journaux en deux pour pouvoir satisfaire un plus grand nombre de demandes. Dans la librairie, c'est un défilé incessant d'abonnés qui se mandent avant tout: "Du Nouveau! Du Nouveau! – Voilà bien les abonnés: il leur semble que le nouveau seul est bon".⁴⁶

Circunstâncias especiais favoreceram o surgimento e crescimento do número de bibliotecas circulantes na Inglaterra e gabinetes de leitura na França a partir da segunda metade do século XVIII. Apesar de suas diferenças históricas, é possível dizer que em ambos países houve uma expansão considerável do público leitor. A ênfase na difusão do conhecimento, fruto das idéias iluministas, propiciou um aumento inédito no número de alfabetizados. Assim como a ascensão das classes sociais, com destaque às ligadas ao comércio e à indústria, tornou possível às pessoas empregarem parte da renda mensal no consumo de artigos até então considerados de luxo, dentre eles os livros. Ao mesmo tempo, avanços tecnológicos e transformações econômicas resultantes da Revolução Industrial possibilitaram a uma parcela da população, especialmente a da classe média que residia nos grandes centros urbanos, dispor de mais tempo para o lazer. No caso das mulheres inglesas, por exemplo, muitas já podiam contar com produtos manufaturados que dispensavam-nas de tarefas domésticas até então habituais, tais como fazer pão ou

François. *Les Cabinets de Lecture: la lecture publique a Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982, p. 12-13. ["Encontram-se gabinetes em todos os bairros da cidade, especialmente nos que são mais freqüentados por estrangeiros. A maior parte desses gabinetes oferece ao leitor, em salões bastante modestos, jornais políticos e algumas outras obras periódicas; um certo número de gabinetes se distingue todavia pela amplidão de seus salões, pela quantidade de jornais e novidades, tanto estrangeiras como francesas, e por uma biblioteca escolhida de obras antigas que eles põem à disposição do público em troca de modesta contribuição. O preço comum de uma sessão de leitura de duração ilimitada é de 6 sous."]

⁴⁶ Apud Martins, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, mimeo, p. 31-32. ["A loja se divide em salão de leitura no local e em livraria de empréstimo. No salão, podem-se consultar jornais e revistas; o número de leitores é tal (particularmente de jornais políticos) que a livraria corta os jornais em dois para poder satisfazer a um maior número de pedidos. Na livraria de empréstimo, há um desfile incessante de assinantes que pedem mais do que tudo: 'Novidades! Novidades! – Eis aí os assinantes: lhes parece que só o que é novo é bom'."]

fiar. É claro que é muito difícil prever quanto desse ócio era gasto com leituras. Contudo, pode-se argumentar que, com a difusão das idéias humanistas, despertando no homem o interesse pelo saber, e com o progresso da nova economia capitalista, demandando um grau de conhecimento antes desnecessário sob o regime feudal, a habilidade de ler e a própria leitura em si passam a ser vistas como formas de aquisição de conhecimento, adquirindo assim importância cada vez mais acentuada. Em vista disso, o apetite pela palavra impressa se aguça à medida que o século avança. A leitura de jornais e periódicos, por exemplo, começa a fazer parte da rotina de uma considerável parcela da população, ávida de informação.

Contudo, o alto preço dos livros e o baixo rendimento médio dos trabalhadores restringiam de maneira significativa o acesso à leitura. Na Inglaterra, dificilmente um indivíduo das classes menos abastadas conseguiria adquirir um livro sem comprometer seu orçamento doméstico. Um exemplar de *Tom Jones*, de Henry Fielding, por exemplo, poderia chegar a custar o equivalente ao que um trabalhador ganhava em média por semana.⁴⁷

Apesar da oferta de obras mais baratas, em especial as pirateadas por impressores estrangeiros, foi nos gabinetes de leitura e bibliotecas circulantes que os amantes dos livros puderam satisfazer seu desejo de ler. Operando em conexão com o mercado livreiro, eles ofereciam com fartura e por preço acessível a uma parcela maior da população o que mais fascinava o leitor da época não muito afeito às obras clássicas: o romance.

Por volta de 1790, William Lane, redator da *Minerva Press* — periódico dedicado à ficção sentimental e sensacionalista, já era um dos mais bem sucedidos livreiros a alugar livros por meio de subscrição. Por essa data, o cardápio oferecido aos seus subscritores perfazia cerca de 10.000 volumes e, segundo o prospecto, constava de:

Works of Genius and Taste, both ancient and modern, whether History, Biography, Philosophy, Voyages, Travels, Poetry, &c., &c. ... Also for Pleasure and Amusement, every Novel, Romance, Tale, and Adventure in the English Language, together with all the Dramatic Publications.⁴⁸

⁴⁷ Watt, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildergard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 40.

⁴⁸ Blakey, Dorothy. *The Minerva Press, 1790-1820*, 1939, p. 114. Apud Altick, Richard. *Op. cit.*, p.62. [“Obras de Gênio e de Gosto, antigas e modernas, sejam de História, Biografia, Filosofia, Jornadas, Viagens, Poesias, &c., &c. ... Incluindo para o Prazer e Entretenimento, todas os Romances, Estórias Romanescas, Contos, e Aventuras em Língua Inglesa, junto com todas as Publicações Dramáticas.”]

Adequadas ao gosto desse público leitor emergente não muito afeito à leituras mais elaboradas, as obras destinadas ao “prazer e entretenimento”, com destaque especial ao romance, logo se tornaram o principal produto oferecido pelas bibliotecas circulantes e gabinetes de leitura — e o mais requisitado pelos seus frequentadores, especialmente pelo público feminino.

Um aspecto importante dessas instituições de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural foi o de funcionar como mediadoras na relação entre editores, escritores e o público leitor. Apesar da aparente concorrência que num primeiro momento os gabinetes de leitura representaram para o comércio editorial, não demorou muito para que se tornassem seus melhores clientes. Para os editores era muito mais lucrativo suprir alguns poucos clientes de confiança com quase a metade da tiragem de uma edição (cerca de 500 livros) do que vendê-los no varejo nas livrarias espalhadas pelo país.⁴⁹ Outra vantagem para os editores foi a prática da publicação de uma obra em três volumes largamente incentivada pelos gabinetes de leitura, uma vez que o aluguel era cobrado por volume e não por título. Para os escritores, a existência dos gabinetes de leitura significou uma alternativa ao mercado editorial antes dominado pelas livrarias, além de abrir a possibilidade de uma maior divulgação de seus trabalhos. Para o público, a instalação dos gabinetes de leitura veio ao encontro do crescente interesse pela cultura letrada e, de certa forma, realizou o que se pode chamar de uma “democratização da leitura”, permitindo ao leitor comum acesso a uma mercadoria até então considerada de luxo.

Cabe ressaltar a contribuição dos gabinetes de leitura para a própria história da literatura, pois, se por um lado, eles prosperaram principalmente devido ao fascínio que o romance exercia no público leitor de classe média, por outro, eles contribuíram de maneira decisiva para a expansão desse leitorado assim como para a consolidação de sua preferência pelo novo gênero literário.

Na França, o declínio dos gabinetes de leitura se deu a partir da segunda metade do século XIX. Dentre as prováveis causas, Parent-Lardeur menciona a contrafação de livros franceses pelos impressores belgas, que inundou o mercado com livros baratos e obrigou os editores a também baixarem seus preços, e a publicação de romances na seção folhetim do periódicos populares *La Presse* de Émile de Girardin e seu

concorrente *Le Siècle* de Dutacq, a partir de 1836. Com preços com que o trabalhador comum podia arcar, o sucesso da publicação de ficção nos periódicos pode ser medido pela tiragem dos jornais parisienses que entre 1836 e 1847 passa de 80.000 para 180.000 por dia.⁵⁰ Escritores iniciantes e de renome como Alexandre Dumas, Balzac, Frédéric Soulié e Eugène Sue passaram, assim, a fazer parte do dia a dia de uma larga parcela da população, o que certamente dispensou os leitores comuns de procurá-los nos gabinetes de leitura.

Na Inglaterra, mesmo com a criação das bibliotecas públicas, financiadas com dinheiro de impostos, em 1850, as bibliotecas circulantes se mantiveram operando com sucesso até meados do século XX.

2.1 Os gabinetes de leitura chegam à corte do Rio de Janeiro

Cruzando o Atlântico, os gabinetes de leitura aportaram em terras brasileiras em circunstâncias bem diversas. Os primeiros estabelecimentos, sejam comerciais ou institucionais, a oferecer livros para locação na cidade do Rio de Janeiro partiram da iniciativa de imigrantes europeus que ali se estabeleceram principalmente nos anos que se seguiram à vinda da família real para o Brasil.

Num passeio pela rua do Ouvidor, uma das mais movimentadas da corte imperial, o missionário inglês Robert Walsh, em sua visita à cidade entre 1828 e 1829, relata que alguns dos franceses ali estabelecidos eram proprietários de “doze *libraries* e *relieurs*, alguns dos quais mantêm bibliotecas circulantes e possuem uma boa coleção de livros em todas as línguas”⁵¹. Talvez fosse o caso, por exemplo, do francês Albino Jourdan, abasileirado para “Jordão”, proprietário de uma das livrarias mais conhecidas da rua do Ouvidor — a Casa do Livro Azul, que funcionou de 1828 a 1852. Nela os clientes poderiam comprar, trocar ou alocar livros, pagando pelo aluguel uma taxa de “80 réis por dia e, por mês 2.000 réis”.⁵² Ou o também francês, Crémier Filho, que em

⁴⁹ Altick, Richard. *Op. cit.*, p. 295.

⁵⁰ Parent-Landeur, François. *Op. cit.*, p. 121

⁵¹ Walsh, Robert. *Notícias do Brasil*. Vol. 1, tradução Regina Régis Junqueira, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985, p. 198.

⁵² *Jornal do Commercio* de 23 de dezembro de 1835. Citado por Meyer, Marlyse. “Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica”. In: *As Mil Faces de um Herói Canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, p. 83.

agosto de 1828, estampava no *Diário do Rio de Janeiro* um longo anúncio com as obras disponíveis em seu Gabinete de Leitura, situado na rua dos Ourives, 86.⁵³

Por essa mesma época, outras instituições associativas de caráter laico e iniciativa privada foram criadas na corte do Império: a *Gessellschaft Germania* ou Sociedade Germânia em 1821, a *British Subscription Library* em 1826 e o *Gabinete Português de Leitura* em 1837⁵⁴.

Em 1824, o viajante Ernest Ebel comenta sobre a Sociedade Germânia, formada por membros da comunidade alemã estabelecida na corte do Rio de Janeiro, e que por essa época inaugurava sua nova sede à rua Direita:

...É a única do gênero no Rio, tanto mais necessária quanto é grande a carência de círculos sociais condignos. O local consiste numa sala de bilhar e noutras de jogos, jantar e leitura. (...) Cinquenta é o número de sócios novos, podendo ser admitidos mediante balotagem, assim como estrangeiros. Geralmente as reuniões são à noite para jogar cartas ou matar o tempo em torno do bilhar. Como leitura, só se conta com os jornais brasileiros e uns quantos livros alemães antiquados.⁵⁵

Todavia, ao menos para o período no qual este estudo volta seu interesse, ou seja, a primeira metade do século XIX, devido ao elevado preço da subscrição e à exigência de que seus membros dominassem o idioma alemão, é muito provável que os benefícios no campo cultural e social proporcionados pela Sociedade Germânia tenham atingido apenas um círculo bastante restrito de associados, uma vez que o leitor comum fluminense pouco acesso teve a eles. Uma prova disso é o fato de que sócios de nacionalidade brasileira somente foram admitidos pela instituição a partir de 1850.

Assim como a Sociedade Germânia, a *British Subscription Library* partiu da iniciativa alguns imigrantes ingleses residentes na cidade do Rio de Janeiro. Imbuída de um espírito utilitarista e uma cultura protestante que imprimiam à leitura lugar de destaque, em 1824 a comunidade inglesa já contava com uma sala de leitura. Segundo o registro de Ernst Ebel, a Sala de Leitura Birnie, situada à rua Direita, consistia de uma biblioteca “cujos assinantes [eram] na maioria ingleses”. Acrescenta:

⁵³ Meyer, Marlyse. Voláteis e Versáteis... *Op. cit.*, p. 82.

⁵⁴ Para um estudo amplo sobre essas instituições ver Schapochnik, Nelson. *Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, Bibliotecas e Figurações da Leitura na Corte Imperial*. FFLCH / USP, 1999, Tese de Doutorado, (mimeo).

Aí se encontram quase todos os diários ingleses, um par de franceses, o *Correspondent* de Hamburgo, jornais estes que os paquetes ingleses trazem com certa regularidade, mensalmente, da Europa; assim ficamos a par de tudo o que se passa no mundo.”⁵⁶

Dois anos após a criação da British Subscription Library em 1826, o Reverendo inglês Robert Walsh faz menção à nova entidade ao se referir à comunidade inglesa da capital da corte:

Há pouco tempo criaram uma biblioteca circulante com um bom estoque de todas as recentes publicações da Europa. Possuem também um jornal (*Rio Herald*) que agora acredito estar suspenso.⁵⁷

Pouco mais de uma década depois da criação da British Subscription Library, num período bastante conturbado da regência de Diogo Feijó, a cidade do Rio de Janeiro viu nascer mais um espaço de leitura e sociabilidade, o Gabinete Português de Leitura. Iniciativa de um grupo de portugueses liberais, recém-chegados de um Portugal dominado pelo absolutismo de D. Miguel, o Gabinete Português de Leitura abriu suas portas a 14 de maio de 1837. O grupo composto de homens com idéias modernas, em sua maioria formado por comerciantes e bacharéis de Direito, tinha como objetivo congregar a comunidade lusitana “em um estabelecimento criado por portugueses, ‘o primeiro do Império’, no intuito de sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a glória literária da pátria”⁵⁸.

Esse espaço de sociabilidade cumpriria as múltiplas funções de um “instituto para a cultura do espírito, desenvolvimento da razão e aperfeiçoamento das faculdades do homem, tendo como consequência o melhoramento das condições de produção, nas ciências, artes, indústria, comércio e na organização social.”⁵⁹

⁵⁵ Ebel, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Trad. Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 118-119.

⁵⁶ Ebel, Ernst. *Op. cit.*, p. 119.

⁵⁷ Walsh, Robert. *Op. cit.*, p. 198.

⁵⁸ Severo, Ricardo. “Um ‘Tombo’ Luso-Brasileiro” (discurso proferido a 14 de maio de 1937 no Centenário da Criação do Gabinete de Leitura) . In: *Discursos*, Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1937, p.6.

⁵⁹ *Idem ibidem*.

Vê-se que uma das preocupação de seus fundadores era a de elevar o nível de instrução tanto de seus compatriotas quanto dos brasileiros, difundindo o gosto pela leitura.

O que se percebe é que todas essas instituições formaram-se a partir da iniciativa de grupos estrangeiros e, principalmente no caso da Sociedade Germânia e a Rio British Subscription Library, estavam voltadas quase que exclusivamente às necessidades e expectativas de seus próprios membros. Pode-se dizer que, de modo geral, além da formação de um acervo ao qual seus associados tinham acesso, elas também visavam ser um espaço de convivência social e de recreação. Com exceção do Gabinete Português de Leitura, para o qual, por razões óbvias, não havia restrições quanto à língua, tudo indica que somente um círculo restrito da população da corte teve acesso à Sociedade Germânia e à British Subscription Library, pelo menos durante o período sob exame.

Por outro lado, os catálogos dessas instituições — e aqui pode-se incluir o da Biblioteca Fluminense (1847) — revelam que foram as obras literárias e de entretenimento que, em seu conjunto, formaram a maior parte de seus acervos, o que indica a preferência da maioria de seus associados por esse tipo de leitura.

Por seu turno, muitos dos romancistas estrangeiros presentes nesses catálogos foram os mesmos que tiveram suas obras (na maioria, pequenos contos) traduzidas e publicadas nos periódicos da corte. O que talvez nos permita argumentar que a publicação de prosa de ficção nos jornais e periódicos brasileiros não só ajudou a formar um público leitor de ficção como divulgou e popularizou o nome e as obras mais extensas desses romancistas.

O registro da presença dos gabinetes de leitura como fontes de entretenimento e instrução literária pode ser encontrado em relatos, testemunhos e biografias de escritores consagrados. Como é o caso dos irmãos Brontë, que, numa remota vila no interior da Inglaterra, caminhavam quatro milhas até a biblioteca circulante mais próxima a fim de obter seu quinhão de ficção semanal.⁶⁰ Ou de José de Alencar, que ia buscar no gabinete de leitura de “um francês, de nome Cremieux (sic)” as “melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas”.⁶¹

Seja na distante província inglesa ou na corte do Rio de Janeiro, os gabinetes de leitura tiveram um papel fundamental na divulgação e popularização do hábito de

⁶⁰ Gaskell, Elizabeth C. *The Life of Charlotte Brontë*. London: J. M. Dent & Sons, New York: E. P. Dutton & Co., 1950, p.80.

⁶¹ Alencar, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990, p.50.

leitura, possibilitando a uma maior parcela do público acesso a obras literárias, em especial, o gênero romance.

Talvez influenciados pela então recente inauguração do Gabinete Português de Leitura, mas certamente imbuídos do desejo de levar a ficção aos lares fluminenses, esses jovens redatores decidiram nomear o novo periódico com o que havia de mais moderno em termos de acesso à leitura. É o que se observará no texto introdutório do *Gabinete de Leitura*.

Capítulo 3

Viagem à Roda d'um Prefácio

No prefácio do *Gabinete de Leitura* é possível verificar algumas das linhas mestras que nortearam sua publicação assim como certos aspectos das condições de produção e recepção culturais à época.

Logo após a história da espirituosa Madame de Maintenon, segue a introdução:

O que é um gabinete de leitura? É a casa em que cada um vai, por módico estipêndio, entregar-se a seus gostos; — é um foco de instrução; — é a livraria do povo, desses a quem não abundam meios de pagar por um livro preço excessivo, e que todavia podem dar 2\$000 rs. por mês para lerem quanto puderem. — O que será o GABINETE DE LEITURA, — jornal? — O mesmo que aquele: aqui por módico estipêndio, haverá artigos talhados para todos os gostos, — não será um foco de instrução, que tanta filáucia não temos nós que queiramos instruir, mas ao menos com artigos divertidos irá preparando o gosto da leitura longa e refletida. Acham-se nos gabinetes de leitura muita coisa boa, muita coisa sofrível, e muita coisa ruim, o mesmo nos acontecerá, mas como a classificação será feita pelo leitor, temos que nem um dos nossos artigos será bom ou ruim.

Ora, pois, aqui abrimos nossa casa, e assim como o proprietário do gabinete de leitura não é o autor das obras que aluga, assim também nós apenas seremos como ele, o arranjador dos artigos em seus devidos lugares.

Prometemos...mas para que promessas? Faremos por agradar ao público, que nisso vai nosso interesse, e trabalharemos para dar aos nossos leitores uma meia hora de ociosidade divertida.

O prefácio inicia-se ensinando ao leitor o que é um gabinete de leitura. Pode-se dizer que, ao estabelecer a similaridade entre o título do periódico e a instituição gabinete de leitura, os redatores remetiam-se ao que havia de mais moderno em termos de facilitação de acesso à leitura na época. Como vimos, esses estabelecimentos de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural propiciavam aos seus subscritores acesso aos livros, sem que houvesse a necessidade de compra.

O que diferenciava os gabinetes de leitura das bibliotecas é que, nessas, a consulta e leitura somente eram permitidas dentro das dependências, enquanto que os gabinetes de leitura permitiam que seus subscritores levassem os livros para casa. Sob esta nova condição, a leitura poderia ser feita tanto de maneira silenciosa e individualizada, no aconchego e privacidade do quarto, por exemplo, quanto em voz alta para alguém ou para um grupo de ouvintes — a família, amigos, vizinhos, escravos e mucamas. A leitura de romances e novelas compartilhada pelo grupo familiar e de amigos passava assim a ser uma alternativa para preencher aquelas horas vagas após o jantar, o merecido descanso dos afazeres diários — os “serões das famílias” como anuncia o subtítulo do *Gabinete de Leitura*. José de Alencar nos remete a uma dessas reuniões nas quais a leitura era partilhada entre ele e os seus familiares e amigos, quando não havia “visitas de cerimônia”:

Era eu quem lia (...) não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo (...). Não havendo visitas de cerimônia, sentava-se minha boa mãe e sua irmã d. Florinda com os amigos que apareciam, ao redor de uma mesa redonda de jacarandá, no centro da qual havia um candeeiro (...). Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e era eu chamado ao lugar de honra (...). Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem, ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido. (...) Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção (...). Nosso repertório romântico era pequeno: acompanhava-se de uma dúzia de obras, entre as quais primavam a *Amanda* e *Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outros de que já não me recordo. Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária⁶².

Esse relato memorialista de um de nossos maiores romancistas ilustra bem o tipo de público leitor que os redatores do *Gabinete de Leitura* tinham em mente quando lançaram o periódico: um público que provavelmente passaria a utilizar a leitura de

⁶² Alencar, José de. *Op. cit.*, pp. 24-30.

ficção como um momento de convívio social, motivo para conversas entre os membros da família e amigos. O relato fornece também algumas pistas sobre os hábitos de leitura, como por exemplo, o leitor de oitava que não podemos deixar de considerar como um importante componente do leitorado numa época em que poucos sabiam ler. Outro aspecto importante aí presente é a leitura e releitura das mesmas obras, uma vez que a quantidade de livros disponíveis na maioria dos domicílios era pequena.

Os livros eram caros e de difícil acesso, especialmente para quem residia fora dos centros comerciais ou no interior da província. Daí a importância de se publicar um periódico barato, de circulação ampla (imagina-se que certamente era o que os redatores almejavam quando resolveram publicá-lo) e com maior chance, assim, de chegar às mãos dos leitores.

Aqui, acredito ser importante abrir um parêntese sobre a questão dos gabinetes de leitura na corte do Rio de Janeiro e os preços por eles cobrados, uma vez que pesquisas sobre esse tipo de informação a respeito do Brasil oitocentista carecem muitas vezes de dados oficiais e precisos. Correspondências, artigos e anúncios em periódicos passam a ser fonte importante de investigação, pois, muitas vezes, são capazes de captar certas características do momento. Como é o caso do prefácio do *Gabinete de Leitura*, no qual o redator afirma que se pagavam 2\$000 réis mensais para ter acesso aos livros dos gabinetes de leitura.

Como vimos, as instituições que funcionavam como gabinetes de leitura durante a década de 30 eram a Gessellschaft Germânia (Sociedade Germânia), criada em 1821, a British Subscription Library, em 1826, e o Real Gabinete Português de Leitura, inaugurado em maio de 1837 (note-se que a data desse último é bastante próxima à do lançamento do periódico *Gabinete de Leitura*). Essas instituições, com algumas variações, cobravam jóia de cerca de 20\$000 réis para admissão dos sócios e mais uma taxa que poderia ser mensal, semestral ou anual, mas que, em geral, ficava em torno de 2\$000 réis mensais. As taxas da Sociedade Germânica e da British Subscription Library foram coletadas nos estatutos dessas entidades em 1828 e 1832, respectivamente, ou seja, antes de 1837, data do prefácio do *Gabinete de Leitura*. O Real Gabinete Português de Leitura cobrava uma taxa de subscrição de 4\$000, 7\$000 e 12\$000 réis por três, seis e doze meses, respectivamente. Contudo, certamente devido à falta desses dados específicos sobre a época de sua inauguração, Schapochnik somente conseguiu coletar essa informação nos estatutos de 1860. Uma das características dessas instituições, principalmente as duas primeiras, era a restrição do acesso aos interessados. No caso,

por exemplo, da Sociedade Germânica, somente poderiam se associar pessoas que falassem o idioma alemão. Juntado-se a isso o fato de que os preços por elas cobrados eram bastante altos, pode-se dizer que somente uma pequena parcela da população tinha acesso. Além dessas instituições de caráter mais restrito, Robert Walsh, em visita à cidade do Rio de Janeiro em 1828 e 1829, já registra a existência de algumas livrarias, especialmente as francesas, que locavam livros por dia ou por mês. Schapochnik afirma que os gabinetes de Mongie e de Désiré Dujardin também cobravam uma taxa equivalente a 2\$000 réis mensais, de acordo com anúncios publicados no *Jornal do Commercio*, em fevereiro de 1844 e fevereiro de 1850, respectivamente.⁶³ É possível perceber, assim, que o valor de 2\$000 réis mensais, mencionado pelos redatores do *Gabinete de Leitura*, está muito próximo das cifras coletadas por Schapochnik, apesar da diferentes datas nas quais esses dados foram pesquisados.

O preço da subscrição estampado nas páginas do *Gabinete de Leitura* e nos sucessivos anúncios que apareceram n' *O Chronista* era de 2\$400 réis por trimestre, 4\$000 réis por semestre e 6\$000 réis por ano. O leitor, na verdade, gastaria a soma de 800 réis mensais para adquirir um periódico dedicado à ficção e variedades. Para aqueles que não quisessem fazer a subscrição, o exemplar avulso do *Gabinete de Leitura* poderia ser adquirido pelo preço de 200 réis⁶⁴.

Como podemos notar no prefácio do *Gabinete de Leitura*, os editores afirmam que tanto os gabinetes de leitura quanto o periódico visavam alcançar o leitor que não tivesse condições financeiras para adquirir livros. Dessa forma, não é difícil vislumbrar a existência de um público leitor que só não lia mais por falta de recursos financeiros. Alguns anúncios publicados n' *O Chronista* podem nos dar uma idéia do preço médio dos livros na época:

“*Vida e Aventuras do Cavaleiro de Faublas*, rica encadernação com estampas finas, 4 volumes 16\$000 rs.” (N. 5, 13/06/1836).

“*O Último Dia dum Condenado* de Victor Hugo preço 1\$280 rs”. (N. 52, 08/04/1837).

⁶³ Schapochnik, Nelson. *Op. cit.* Cf. Em especial o capítulo 3.

⁶⁴ Essa informação não consta nas páginas do *Gabinete de Leitura*, mas pode ser encontrada nos vários anúncios do periódico que saíram n' *O Chronista*, como por exemplo, n' *O Chronista* n. 90, de 23 de agosto de 1837.

“*Cartas sobre os Estados Unidos da América* – Escritas em 1832 e 1833 por J.M.B. de *** , preço do volume 3\$000 rs”. (N. 86, 09/08/1837).

“*Leis do Brasil* , edição do (sic) Ouro Preto, 1822 até 1835, 7 vol. A assinatura para a coleção de 1808 a 1821 custa 10\$000 rs., e depois de impresso custará 12\$000 rs”. (N. 91, 26/08/1837).

Dona Ighes de Castro, novela pela condessa de Genlis, traduzida, 1 vol. com numerosas estampas. Rs. 2\$500. (N. 128, 09/01/1838)

Contos a meus meninos para recreá-los, formar-lhes um bom coração e corrigi-los dos defeitozinhos da sua idade, por Mad. De Renneville. 1 vol. com 24 estampas. Rs. 2\$000. (N. 128, 09/01/1838)

“*Os Puritanos da Escócia*. Novela histórica por Sir Walter Scott, vertida em português pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, 4 vol., elegante encadernação e impressão de Paris, Rs. 8\$000”.(N.146, 22/02/1838).

Para uma comparação entre o preço dos livros e do periódico, usaremos como parâmetro uma informação contida em um relatório da Província do Rio de Janeiro (sem título), de outubro de 1837, escrito pelo vice-presidente da província, Vaz Vieira.⁶⁵ Segundo o relatório, um professor municipal “de primeiras letras” concursado da cidade do Rio de Janeiro tinha como rendimentos, na época, um salário anual de cerca de 600 mil réis. Levando-se em consideração o montante desse salário, esse professor despenderia 16% de sua renda mensal para adquirir os quatro volumes de *Os Puritanos da Escócia* de Walter Scott, por exemplo, enquanto gastaria bem menos, 4.8% de seus rendimentos, para receber em sua casa semanalmente, durante um período de três meses, um periódico exclusivamente dedicado a textos ficcionais e variedades. Com o preço ao alcance do bolso do cidadão médio, os periódicos tinham maior chance de chegar às mãos do consumidor e, assim, conquistar a preferência popular.

Mas por que os livros custavam tão caro? Algumas razões contribuíam para isso: a principal delas era o fato de grande parte dos livros ter que cruzar o Atlântico para

⁶⁵ Esse relatório pode ser encontrado no endereço eletrônico da Universidade de Chicago: <http://www.clr.uchicago.edu/content/brazil/jain.html>. Acesso: agosto de 2005.

aportar em terras brasileiras, em geral, vindos de Lisboa e Paris. O custo já elevado pela importação poderia aumentar ainda mais devido a problemas com a liberação das remessas na alfândega. Amparados pelas leis vigentes na época, empregados alfandegários despreparados, mal pagos e, muitas vezes, mal intencionados, tinham o poder de reter lotes inteiros ou parte deles, por simples ignorância, ganância ou puro descaso.

Alguns anos antes, o reverendo inglês Robert Walsh já registra em seu livro de viagem as práticas ilícitas dos guardas aduaneiros na capital da corte do Rio de Janeiro. Walsh chega inclusive a sugerir o aumento de salário desses profissionais como forma de coibir os abusos:

Muitas vezes ficam nos armazéns mercadorias não-reclamadas, e quando são abertos os pacotes, descobre-se que contêm apenas coisas velhas deixadas em troca das novas, não tendo outra utilidade a não ser a de serem jogadas no lixo. Os livros são alvos comuns dessas pilhagens, cujos autores atuam de forma tão insensata que levam apenas um ou dois volumes arruinando toda a coleção. Um amigo contou-me que tinha alguns pacotes depositados nos armazéns; quando finalmente foram abertos, conseguiu apenas dois volumes de uma obra sobre Química, constituída de cinco volumes; e assim acontecia com o resto.⁶⁶

Queixa semelhante pode ser encontrada numa correspondência publicada nas folhas de *O Chronista*. Assinada por um livreiro, ela dá conta de alguns dos problemas enfrentados por esses profissionais no dia-a-dia de seus negócios, assim como expõe questões relacionadas ao campo editorial à época:

Snrs. Redatores — Sabendo que as colunas de sua estimada folha estão sempre abertas a qualquer causa justa, lanço mão deste meio para denunciar um mau uso admitido por lei, ou regulamento ministerial, na esperança de chamar talvez a atenção do exm.^o snr. ministro da fazenda sobre um objeto, que a primeira vista parecerá a muitos de pouca importância, o contrário do que provarei nas poucas linhas que vou traçar.

Quero falar na impugnação dos livros.

⁶⁶ Walsh, Robert. *Op. cit.*, p. 190-191.

Todos sabem que antes do 1º de julho de 1836 os livros deviam ser avaliados por uma norma estabelecida na última pauta da alfândega, e pagavam direitos muito moderados. Desta época em diante começou a vigorar a lei dos 16 ½ por % de direitos e ao mesmo tempo um novo regulamento, mandando que os livros fossem despachados por fatura e não pela pauta, e estivessem em consequência sujeitos à impugnação. (...)

É fora de toda a dúvida, snrs. redatores, que um bom governo não poderá querer a ruína de uma classe de habitantes que trabalha para ganhar a sua vida honradamente, e que por sua posição social antes se torna digna de alguma contemplação, como o provam muitos exemplos da Europa a respeito de certos privilégios concedidos à classe dos mercadores de livros e a dos impressores. Aqui no Brasil porém consente-se que qualquer porteiro da alfândega, sem merecimento algum, e que não teve trabalho nem ao menos risco com a importação da nossa mercadoria, talvez por amor de poucos mil réis, ou em consequência de alguma intriga, possa privar à sua vontade do fruto dos esforços dessa classe (...); a nós que gastamos a nossa mocidade para aprender todos os ramos de nosso negócio, a nós que levamos longos anos com sacrifícios numerosos para conhecer as necessidades literárias de um lugar, e que, para que se nos efetue qualquer encomenda, é mister estabelecer antes nosso crédito em diferentes países.

Repito-lhes que é doloroso e cruel (...) ver-se estrangulado por um vil impugnador, capaz de vender todos os tesouros da ciência por um real, por um impugnador que se assemelha a um pirata de Tunis e Marrocos pela proteção com que as leis favorecem a ambos, distinguindo dele somente pelo risco que o Tunisiano corre de ser metido a pique ou de arrepender-se do seu atrevimento no mastro de seu próprio navio, enquanto o impugnador de cara risonha goza de paz e tranqüilidade do fruto do trabalho de uma classe industriosa e útil ao estado.

(...)

Outra consequência ruínosa é que já ninguém quer encarregar-nos de uma encomenda pela pouca certeza que tem de receber uma obra que talvez esperaria com a maior impaciência por seis ou oito meses, passando ela pela impugnação a outras mãos. O mesmo acontece com publicações periódicas com cuja continuação o assinante não pode contar. Da mesma maneira se segue que os institutos públicos não poderão mais contar com as obras necessárias para os seus cursos em nossas casas, e que nós, tendo conseguido tirá-las das garras da cobiça, nos vemos obrigados a nos remunerar nos preços daquelas que nos deixaram, não devendo portanto o público queixar-se dos altos preços. Segue-se mais que ninguém se animará, como antes, a mandar vir grandes sortimentos de livros, tanto de obras clássicas

antigas, como de publicações novas pelo meio das quais um país se põe em dia com os progressos do espírito humano. Uma prova disto dá uma das primeiras casas de livros aqui, que, considerando com quantos riscos e embaraços tinha que lutar o comércio de livros vindos de fora, renunciou a ele quase inteiramente, e limita-se a publicações suas: exemplo que será brevemente seguido por outros mais, de maneira que daqui a alguns anos os viajantes não poderão mais dizer nas suas descrições, como disse o capitão Freycinet, que passou pelo Rio de Janeiro há mais de oito anos, para prova do estado adiantado do país: “as livrarias do Rio de Janeiro abundam em todas as boas publicações literárias da Europa”; dirão sim que as acharam, com exceção de obras de tempos passados e de algumas traduções valiosas, inundadas de novelas, comédias e folhetos, que, sem contribuir em respeito algum aos progressos intelectuais da sociedade, flutuam como bexigas no mar do saber e servem muitas vezes só para a corrupção do espírito e do coração, dando porém ao empreendedor um lucro quase certo (...)

Um mercador de livros.”⁶⁷

Reproduzo aqui essa longa correspondência, escrita num tom de desabafo e indignação, para que se possa fazer uma idéia dos percalços enfrentados pelos livreiros da época para colocar seu produto no mercado a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, o descaso que as autoridades governamentais brasileiras demonstravam com relação ao ramo editorial.

O relato também nos ajuda a entender as razões que levaram muitos editores a preferir imprimir revistas e periódicos com matéria própria ou traduzida: além do custo mais baixo, diminuindo os riscos de um demorado retorno comercial, esses editores evitavam os riscos da importação, dentre eles o de ficar nas mãos de empregados alfandegários que tinham o poder de tomar decisões, como pudemos perceber, de forma arbitrária. Tudo indica que o livreiro e editor Jean Soleil Saint Amant, proprietário da Typographia Francesa, fundada no Rio de Janeiro em 1837, foi um dos que procuraram driblar as dificuldades do mercado editorial brasileiro da época ao compilar trechos traduzidos de livros estrangeiros diversos, produzindo, assim, uma nova obra. Pelo menos é o que esse anúncio informa:

PENSAMENTOS DE NAPOLEÃO

Coligidos de diversas obras francesas pelo snr. J. Saint-Amant, e traduzidos para o vulgar pelo snr. P. Gueffier.

1 vol. de {ilegível} pag. com o francês em frente (sic)

Napoleão é o homem-prodígio (sic), todos querem saber como ele pensou sobre os homens e sobre as cousas; Napoleão muitas vezes profetizou os destinos das nações, e todos querem ver se o grande homem era com efeito inspirado, e se suas profecias se realizam (sic). Por outro lado o livro dos *Pensamentos de Napoleão* é uma obra muito interessante, e comprazemo-nos de recomendá-la ao público. O senhor Saint-Amant foi sumamente escrupuloso na escolha das obras donde extraiu os *Pensamentos de Napoleão*, e procedeu nesse trabalho, sem dúvida árduo, com consciência e circunspecção. O tradutor, devemos dizê-lo, nem sempre foi feliz: lutou com grandes dificuldades e algumas não venceu; todavia, devemos desculpá-lo, atendendo a essas mesmas dificuldades.

O livro — *Pensamentos de Napoleão* — é próprio para o estadista e para o homem privado.

Vende-se este volume nas casas dos senhores Sain-Amant, rua S. José n. 64; Laemmert, rua da Quitanda n. 77; Guimarães, rua do Sabão n. 26; e Mello, rua dos Ourives n. 46. Preço 2\$000 réis.

O senhor Saint-Amant pretende publicar brevemente — *Opiniões de Napoleão sobre si mesmo e seus contemporâneos mais célebres*. — Subscreve-se para esta obra em sua casa por 2\$ réis.⁶⁷

Saint Amant, por certo, usando de sua experiência e tino comercial, percebera o interesse do público leitor brasileiro da época por tudo que dissesse respeito a Napoleão Bonaparte, e a possibilidade de essa obra lhe trazer lucros. Com alguns livros sobre determinado assunto e um tradutor para “vertê-los para o vulgar”, como se costumava dizer, evitavam-se os altos custos e riscos da importação assim como o eventual pagamento de direitos autorais.

Mas, segundo o nosso mercador de livros, o “lucro quase certo” era, na verdade, obtido com a venda de novelas e romances traduzidos. Novelas que podiam ser achadas nos anúncios de jornais da corte desde a segunda década do século XIX: *O Diabo Coxo* e *As Aventuras de Gil-Blas*, ambos de Lesage, *Telêmaco*, *Dom Quixote*, *Paulo e Virginia*

⁶⁷ *O Chronista*, 16 de dezembro de 1837.

⁶⁸ *Idem*, 29 de dezembro de 1838.

de Bernadim de Saint-Pierre, e muitos outros. E junto às “últimas novidades de Paris” trazidas pelos paquetes também aportou um farto sortimento de novelas inglesas, grande parte traduzida do francês: *Saint-Clair das Ilhas, ou os desterrados na ilha de Barra* e *Luiza, ou a cabana no deserto*, *Tom Jones, ou o enfeitado* – “história galante e divertida composta no idioma inglês por Mr. Fielding”, *Historia da virtuosa, e infeliz Clara (sic) Harlowe*, *Viagens de Gulliver a vários países remotos*, dentre outros. Novelas e romances ingleses que muitos brasileiros acreditaram serem de autoria francesa. Como foi o caso do famoso romance *Saint-Clair das Ilhas, ou os Desterrados da Barra*, cuja autoria foi, inicialmente, atribuída a Madame Montolieu (na verdade, sua tradutora), mas que provou ser de autoria de Elizabeth Helme.⁶⁹

Por sua vez, essas então anunciadas “moderníssimas novelas”, hoje por muitos consideradas “de segundo time”, deixam entrever a existência de um público leitor propenso a consumir esse tipo de publicação. Leitores que não precisariam esperar os “seis ou oito meses” para obter a leitura desejada — bastaria que se dirigissem às tipografias e livrarias e lá encontrariam farto sortimento de novelas, contos e romances traduzidos.

Como Antonio Candido bem observa, a listagem das traduções de romances e folhetins, publicadas em periódicos brasileiros entre 1830 e 1854⁷⁰, nos mostra que o ano de 1839 é o que apresenta maior número de traduções, fato que parece corroborar a existência de um público leitor receptivo a esse tipo de publicação.⁷¹

O prefácio do *Gabinete de Leitura* nos remete a outras questões que valem a pena serem analisadas, como é o caso da alegação dos redatores de não desejarem instruir seus leitores. Contudo, o simples fato de pretenderem desenvolver “o gosto para leituras mais longas e refletidas” não deixa de ser uma maneira de educar. Na verdade, instruir é a palavra de ordem para nosso acanhado meio cultural brasileiro, que ainda colhia os

⁶⁹ Meyer, Marlyse. “O que é, ou quem foi Sinclair das Ilhas?”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, 1973, n. 14, 1973, pp. 37-63; e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, n.8, São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, pp.82-99. Um levantamento extenso sobre a presença de romances ingleses no Brasil durante o século XIX pode ser encontrado em Vasconcelos, Sandra G. Teixeira. “Romances ingleses em circulação no Brasil durante o séc. XIX” no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandralev.htm> Acesso agosto de 2006.

Sobre o assunto ver também da mesma autora, “Leituras Inglesas no Brasil Oitocentista”. In: Fonseca, Maria Augusta (org.) *Olhares sobre o Romance*. São Paulo: Nanquim Editorial, 2005, pp. 255-287.

⁷⁰ Esse levantamento, considerado pelo próprio autor como incompleto, foi feito por J. M. Vaz Pinto Coelho, “Da propriedade literária no Brasil”, *Revista Brasileira*, 2ª fase, 1879-1881, vol. 8, pp. 494-495. Também está reproduzido em Serra, Tania Rebelo Costa. *Antologia do Romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997, pp. 209-212.

amargos frutos da herança colonial. Formar um público leitor passava a ser tarefa fundamental se quiséssemos desenvolver nossa literatura. Sem leitores, não há literatura.

Aparentemente, nem todos os leitores do *Gabinete de Leitura* ficaram satisfeitos com a publicação exclusiva de textos ficcionais e miscelâneas. No número 18, de 10 de dezembro de 1837, os redatores alegam ter recebido uma queixa com relação ao tipo de matéria publicada no periódico:

Alguns dos nossos leitores hão queixado da redação do nosso jornal, por lhes não oferecer artigos científicos, e somente historietas que aproveitam apenas no momento da leitura, sem deixar rastro após de si: nosso fim não era instruir, queríamos preparar terreno, dando o gosto da leitura, mas por agradarmos a esses assinantes, e mesmo para estendermos o nosso jornal a outras classes de leitores, nós subscrevemos a este desejo.

O artigo dito “científico” publicado na primeira página desse número do *Gabinete de Leitura*, e com continuação no seguinte, foi “A Grande Serpente Marinha”⁷².

Essa nota não deixa de ser importante se consideramos que há poucos registros sobre a opinião de leitores acerca do tipo de matérias que esperavam ver publicadas nos periódicos dessa época. Com um sistema de educação ainda bastante precário e o difícil acesso aos livros devido ao seu alto preço, era nas páginas dos periódicos que muitos leitores ansiavam encontrar a tão desejada instrução. Por outro lado, levando-se em conta o comentário do nosso “mercador de livros”, segundo o qual a venda de novelas e contos gerava “lucro certo”, percebe-se que esse público leitor era bastante heterogêneo nos gostos e preferências. Por certo, esse leitorado desejava que um periódico que se dizia para “todas as classes, sexos e idades” cumprisse sua promessa.

Se, por um lado, os editores do *Gabinete de Leitura* acreditavam que o única finalidade de sua publicação era o de preparar o leitor para “leituras mais longas e refletidas”, não foi bem isso que um outro periódico da época comentou, uma semana após o lançamento do *Gabinete*. Numa pequena nota, o *Semanario do Cinccinato*, sob a

⁷¹ Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. op. cit.*, vol. 2, p. 107-108.

⁷² Esse texto foi republicado no *Jornal do Commercio*, na seção “Variedades”, em 22 de janeiro de 1838.

epígrafe de Horácio, *omne tulit punctum, qui miscuit utile dulci*⁷³, elogia o novo periódico dedicado à ficção:

Lemos o primeiro n.º deste novo periódico, publicado aos domingos na *Tipografia Commercial*, e não podemos dispensar-nos de louvar o Redator, ou Redatores por sua feliz lembrança. O *Gabinete de Leitura* oferece o útil com o agradável, e por isso torna-se uma folha digna de ser lida. Não é política; seu fim único, ou principal, é entreter o leitor com agradáveis contos e extratos alheios, que, deleitando-o, lhe sejam também instrutivos. Vê-se pois que o *Gabinete* é credor das simpatias dos amantes da leitura; muito principalmente sendo hábeis as mãos, que o dirigem, como alcançamos de seu primeiro número. Possa o *Gabinete* sustentar-se entre uma população, que parece olhar com alguma indiferença para a literatura.⁷⁴

O preceito horaciano do *utile et dulci* configura-se aqui de forma explícita na epígrafe e no julgamento de Costa Cabral sobre o lançamento do *Gabinete de Leitura*: uma publicação sem cunho político e que combinaria em suas páginas o “útil com o agradável”, ou seja, a base da famosa tríade deleitar-instruir-edificar.

Essa tripla função atribuída à ficção em prosa foi estudada de forma profunda por Antonio Candido em seu ensaio “A Timidez do Romance”⁷⁵. Candido analisa textos do século XVII, cujos escritores já defendiam a validade do gênero. Muitos viam o romance como pernicioso, contrário à moral e à religião, além de prejudicial ao intelecto, uma vez que poderia induzir seus leitores ao devaneio. Para justificá-lo, seus defensores utilizaram-se de vários argumentos, dentre os quais se destacou a possibilidade que o romance oferecia de ser utilizado como um instrumento de edificação moral e de instrução, com a vantagem de que o leitor as receberia de forma amena e agradável.

Esse mesmo preceito foi amplamente discutido e utilizado por romancistas e críticos ingleses durante todo o século XVIII, época que coincide com a formação e consolidação do gênero na Inglaterra. A rápida acolhida que o novo gênero, por eles denominado *novel*, recebeu por parte do público leitor inglês, especialmente das “leitoras”, deu início a uma série de discussões sobre as vantagens e perigos que a leitura de romances poderia acarretar. Para justificar o novo gênero, qualificado por muitos

⁷³ Na verdade a epígrafe original que saiu publicada na nota era “Omne punctum tulit, qui miscuit utile dulci”. A correção da mesma se deu na página final do número 29 do *Semanario do Cincinnato*.

⁷⁴ *Semanario de Cincinnato*, 19 de agosto de 1837.

⁷⁵ Candido, Antonio. “A Timidez do Romance”. In: *A Educação pela Noite & outros ensaios*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2000, pp. 82-99.

como corruptor de costumes, romancistas e críticos defendiam o potencial que o romance possuía quando e se utilizado como instrumento de educação dos jovens (especialmente das jovens, suas maiores leitoras), norteando-os a trilhar as veredas da virtude e dos bons costumes. O apelo popular que desde o início caracterizou o romance moderno contribuiu para que ele passasse a ser visto como um poderoso instrumento pedagógico.

Os perigos que poderiam advir da leitura de romances também foram alvo de discussão de nossos primeiros ficcionistas. Justiniano José da Rocha e Josino do Nascimento Silva, nas páginas d'*O Chronista*, comentam acerca de um anúncio de venda do romance “Vida e Aventura do Cavaleiro de Faublas”, de Louvet de Couvray, recém traduzido para o português e publicado em Paris. No artigo, os redatores qualificam a obra como imoral, uma “infame produção que os tipos franceses mimoseam o nosso Brasil”. Segundo eles, várias das obras francesas contemporâneas seriam obscenas, porém de uma obscenidade que “enjoa e não perverte”, ao passo que em Faublas “vê-se a corrupção de bom tom, coberta de todos os seus atavios, que atrai o leitor por suas graças, que lhe inflama a imaginação e lhe irrita os sentidos”. O romance de Louvet de Couvray seria pernicioso porque nele “os gênios da depravação e da sensualidade, combinando tudo quanto têm ambos de mais nefasto, não poderiam formar veneno mais sutil”. O auge da indignação dos editores aparece na asserção:

E com estampas!... Não lhe basta o texto, não lhe basta perverter a imaginação pela leitura, quer-se ainda inflamá-la pela vista?...⁷⁶

A leitura de romance aparece aqui em toda sua ambigüidade. Se por um lado o romance era visto como um instrumento capaz de divertir-edificar-instruir, por outro ele também poderia tomar o caminho oposto e “corromper” o leitor. E o pior de tudo, corromperia sem que o leitor se desse conta, uma vez que o romance teria o poder de atraí-lo “por suas graças”. O imenso perigo apontado seria exatamente essa capacidade que o romance tem de tornar-se um “veneno” tão “sutil” a ponto de ser tragado inconscientemente. Com relação ao Brasil, o argumento usado pelos redatores d'*O Chronista* é o de que, num país tão carente de livros como o nosso, não há por que gastar tempo, dinheiro e talento para traduzir esse tipo de romance, “esse vírus pernicioso”, que somente serviria para corromper a nossa mocidade. Porque, uma vez

⁷⁶ *O Chronista*, 13 de junho de 1836.

vertido para o português, o romance alcançaria um número maior de leitores e não somente aqueles que dominassem o idioma francês.

Nesse período inicial das nossas letras o que parece prevalecer no julgamento de nossos jovens redatores-escritores é o quanto de ensinamentos morais uma obra poderia conter, ou seja, o que ela possuía de explicitamente educativo. É o que podemos constatar nessa pequena resenha do romance *Gustavo ou o Rapaz Extravagante*, do prolífico escritor francês Paul de Kock, assinada por um de nossos precursores e colaborador do *Gabinete de Leitura*, Pereira da Silva. Nela podemos perceber que, em seu juízo de valor, Pereira da Silva tende a concentrar-se mais no caráter moral do que nas qualidades estéticas da obra:

É esta uma das melhores obras de Paulo de Kock, e em que ressumbra toda a fineza e espírito do autor. Os epigramas os mais extravagantes e sainetes se acham mesclados ao interesse do romance e à marcha da intriga. Ainda que seus meios e seus episódios pareçam ferir a moral pública, contudo o fim é uma absolvição de todos os seus pecados. Marchando por intrigas e aventuras amorosas e extravagantes, vendo murchar a flor de sua mocidade no seio dos desmanchos, Gustavo enfim se corrige, estabelece-se, casa-se e torna-se homem honrado, bom cidadão, bom pai e bom esposo.⁷⁷

O modelo aqui é a personagem que se arrepende e, depois de sofrer os percalços advindos de seus erros, enquadra-se nos ditames impostos pela sociedade, tornando-se *persona* exemplar.

Por ocasião da representação da peça *A Noiva de Lammemoor* no Teatro da Praia de D. Manuel, Pereira da Silva, ao fazer a crítica da peça, elogia o caráter moral da obra de Walter Scott:

As páginas de suas obras, ricas de poesia, cheias de noções históricas, e de magníficas descrições, e pintura do coração humano, respiram além disto uma suave candura e decência; e o mais terno infante, a mais inocente donzela, podem ao acaso abri-las, sem temer uma só expressão falta de gravidade, sem suspeitar que a mais ligeira cor purpuriasse suas faces. É por isso também, que seus romances traduzidos em todas as línguas, são lidos nos salões dos Monarcas, nos gabinetes perfumados das Duquesas, nas Câmaras dos Diplomatas e Legisladores, com tanto prazer, como na barraca dos soldados, e

⁷⁷ *Jornal dos Debates*, 25 de outubro de 1837.

no pobre albergó do obreiro. São eles resumos de história e de moral, que encantam todas as classes da sociedade, e todas as idades.⁷⁸

Essa ênfase no poder moralizante e educativo da atividade literária não foi prerrogativa de nossos primeiros homens de letras⁷⁹. Vinte anos mais tarde, num artigo em defesa de sua peça *Asas de um Anjo*, acusada na época de imoral, José de Alencar argumenta:

Será imoral uma obra que mostra o vício castigado pelo próprio vício; que tomando por base um fato infelizmente muito freqüente na sociedade, deduz dele conseqüências terríveis que servem de punição não só aos seus autores principais como àqueles que concorrem indiretamente para a sua realização?

A lição que se dá aos pais de família sobre a necessidade de cuidarem da educação moral de seus filhos; a punição do sedutor que, acabando de amar a mulher que ele seduziu, vê-se abandonado por ela; o castigo do moço pródigo, que depois de sacrificar toda a sua fortuna a uma amante, encontra nela o desprezo e o escárnio quando se trata de salvá-lo da desonra; a miséria que serve de termo à vida desregrada de uma pobre menina, impelida pela imaginação enferma, que lhe dourava o vício; o horror da filha que, vendo seu pai ébrio estender-lhe os braços lascivos, contempla o profundo abismo de abjeção e vergonha a que se arrojou; e finalmente o suplício de Tântalo de um amor partilhado e não satisfeito, de um amor cheio de remorsos e recordações pungentes, a acusação eterna, constante da consciência; (...)

E entretanto é esta a ação da minha comédia (...); não há aí uma só personagem que não represente uma idéia social, que não tenha **uma missão moralizadora**.⁸⁰ (meu grifo)

Ao estatuto da personagem ficcional como paradigma de uma “idéia social”, apontado por Alencar, cabia a função exemplar de transformar costumes, combater vícios e desenvolver comportamentos moralmente adequados numa sociedade que almejava alcançar o seu lugar no mundo “civilizado”.

⁷⁸ *Jornal dos Debates*, 8 de julho de 1837. ,

⁷⁹ Nas resenhas de periódicos ingleses e franceses da época também é comum encontrar essa ênfase no caráter pedagógico da literatura.

⁸⁰ Apud. Martins, Wilson. *História da Inteligência no Brasil*, Vol. III (1855-1877). São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, 1977, pp. 84-85.

Como veremos, para os intelectuais da jovem nação brasileira a literatura será concebida como instrumento privilegiado na formação do povo e na construção de uma cultura autenticamente nacional.

Capítulo 4

A Missão do Intelectual

Antonio Candido, referindo-se aos escritores brasileiros que amadureceram durante o período Regencial e primeiros anos da Maioridade como a “geração vacilante”, aconselha aos estudiosos

...abordá-los com largueza de espírito, prontos a interpretar a sua eventual dubiedade, própria menos dos indivíduos que da época em que viveram situada entre duas literaturas, dois períodos, duas eras políticas. Época de liquidação do passado e de rumos novos para o futuro, na arte e na vida social.⁸¹

Por muitos vistos como os introdutores do Romantismo no Brasil, esses “homens de letras” distinguiram-se de seus predecessores pelo desejo de dotar o país de uma literatura que exprimisse e valorizasse a nova nação independente. A síntese formulada por Antonio Candido expressa de forma precisa os dilemas dessa geração. Os novos tempos exigiam que se pensassem as possíveis vias de desenvolvimento do Brasil que rompessem a herança do passado colonial. Cabia, pois, estender a independência conquistada no plano político à economia e às realizações artísticas e culturais.

Muitos desses jovens pertenciam aos primeiros grupos de alunos formados pelas faculdades de Direito, em São Paulo e Recife e pelos cursos médicos, no Rio de Janeiro e Salvador. Outros traziam na bagagem formação e vivência em países europeus, como foi o caso do grupo dos jovens Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem, Manuel Araújo Porto Alegre, João Manuel Pereira da Silva, quando, ainda em Paris no ano de 1836, publicaram a *Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, que tinha como epígrafe: “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”. Ela constou de apenas dois números, porém lançou as bases da escola romântica e do nacionalismo literário brasileiro. Na nota *Ao Leitor*, os autores esclarecem o propósito da publicação:

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores dessa obra a uma empresa,

⁸¹ Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Op. cit*, vol. 2, 1997, p. 41.

que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde. Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que (...) acostumassem... [os cidadãos]... a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria (...). Tal é o fim a que se propõem os autores dessa Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do brasileiro amigo da glória nacional.⁸²

No segundo número da *Niterói*, em seu ensaio “Estudos sobre Literatura”, Pereira da Silva estabelece a correlação entre literatura e civilização:

A literatura é sempre a expressão da civilização; ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade, e do indivíduo, fatos necessariamente unidos e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras; uma não pode se desenvolver sem a outra, ambas se erguem e caem ao mesmo tempo.⁸³

(...)

A poesia é considerada no nosso século como o representante dos povos, como uma arte moral, que muito influi sobre a civilização, a sociabilidade, e os costumes; sua importância na prática das virtudes, seus esforços a favor da liberdade e da glória lhe marcam um lugar elevado entre as artes, que honram uma nação.⁸⁴

A poesia romântica surgia no cenário europeu como um “estandarte vitorioso” contra os cânones impostos pelo Classicismo, então visto como decadente, incapaz de exprimir os anseios individuais e coletivos dentro da nova ordem do mundo. O grito de liberdade dado pelos poetas europeus não encontrara ainda repercussão em nosso país. Isso porque

... nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes, e religião, para saudarem os Deuses do Politeísmo Grego, inspirarem-se de

⁸² Magalhães, G., Porto Alegre, A., Torres Homem, F. S., Pereira da Silva, J. M. “Ao Leitor”. In: *Niterói, Revista Brasiliense*, Tomo I, p.5.

⁸³ Pereira da Silva, J. M. “Estudo sobre a Literatura”. In: *Niterói, Revista Brasiliense*, Tomo II, pp. 214.

⁸⁴ *Idem*, p. 237.

estranhas crenças, em que não acreditamos, (...) e destarte não passam de meros imitadores, e repetidores de idéias e pensamentos alheios.⁸⁵

Ao repudiar a atitude de Portugal por não valorizar poetas como Camões e Bocage quando suas obras foram produzidas, Pereira da Silva reafirma a importância de os brasileiros reconhecerem o papel do artista:

É mister (...) que o Brasil se dispa dos preconceitos, que Portugal legou-lhe no seu descobrimento, sobre os poetas; acreditando-os homens inúteis na sociedade, e ignorando sua missão e influência.(...) Ao Brasil pois cabe também o começar a apreciar os seus homens, lembrando-se que o poeta, para ser digno desse nome, deve ser historiador, filósofo, político e artista, e que portanto as dificuldades, que se lhe antolham, e que todas tem de vencer, para ganhar um nome, merecem todo o nosso respeito, e atenção.⁸⁶

Nesse pequeno trecho, Pereira da Silva toca num outro traço distintivo de nossos literatos: o de homens atuantes, envolvidos em múltiplas tarefas e áreas do conhecimento. Numa sociedade emergente onde tudo estava por fazer, principalmente no setor cultural, cabiam aos nossos poucos intelectuais tarefas diversas: escritores, editores e colaboradores de revistas e periódicos, tradutores, tipógrafos, professores, bacharéis de direito, médicos, políticos e funcionários públicos. Ao traçar o perfil dos literatos que pertenceram à geração introdutora do Romantismo no Brasil, Carvalho França comenta:

Eram homens empreendedores, que desenvolviam atividades múltiplas, que gozavam de não pouco prestígio público e que mantinham um razoável vínculo com as instâncias de poder. Eram (...) ativos participantes [do] processo de formação do povo e construção da cultura nacional...⁸⁷

Vê-se, pois, que o papel que nossos primeiros homens de letras impuseram a si próprios, ou seja, o de auxiliar o Brasil a “marchar na estrada luminosa da civilização”⁸⁸,

⁸⁵ *Idem.*, p.237.

⁸⁶ *Idem.* p. 239.

⁸⁷ França, Jean M. de Carvalho. *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1999, p. 143.

⁸⁸ Magalhães, G., Porto Alegre, A., Torres Homem, F. S., Pereira da Silva, J. M. “Ao Leitor”. *Niterói*, Tomo 1, p.6.

pressupunha uma intervenção de caráter ao mesmo tempo político e cultural, cujas fronteiras nem sempre são fáceis de discernir.

Bernardo Ricupero, ao estudar a relação entre o período romântico e a formação da idéia de nação no Brasil, chama a atenção para o caráter diverso do romantismo europeu e o das ex-colônias americanas recém-independentes.⁸⁹ A diferença provém do fato de que uma das molas propulsoras do movimento romântico europeu foi sua reação ao crescente avanço do capitalismo, manifestada tanto na idealização nostálgica de uma sociedade pré-capitalista assim como por meio da crítica a certos aspectos da sociedade burguesa. Como Michel Löwy argumenta:

Na visão romântica do mundo, esse passado pré-capitalista se encontra ornado de uma série de virtudes (reais, parcialmente reais ou imaginárias) como, por exemplo, a predominância de valores qualitativos (valores de uso ou valores éticos, estéticos e religiosos), a comunidade orgânica entre os indivíduos, ou ainda, o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos — em contraposição à civilização capitalista moderna, fundada na quantidade, o preço, o dinheiro, a mercadoria, o cálculo racional e frio do lucro, a atomização egoística dos indivíduos.⁹⁰

Em contrapartida, no contexto histórico diverso do continente sul-americano, o de formação dos Estados nacionais, o artista romântico vê com simpatia o modo de produção capitalista, associando-o ao conceito de civilização. A ânsia de ruptura com o passado colonial leva a intelectualidade a assumir (pelo menos no discurso) as condições dos novos tempos como necessárias para a inserção de suas nações no que denominavam de processo civilizatório.

Segundo Carvalho França, a crença no caráter civilizatório do *fazer literário* será um dos traços não só característicos mas, em grande medida, constitutivos de nossas letras ao longo de todo o século XIX. Por meio dela, nossos homens de letras impuseram

⁸⁹ Ricupero, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. xxvii.

⁹⁰ Löwy, Michel. *Romantismo e Messianismo – ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. Trad. Myrian Veras Baptista & Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva / EDUSP, 1990, p. 13. Sobre o sentimento de desenraizamento e de desintegração da antiga ordem, que tomou conta da geração romântica inglesa em consequência das transformações econômicas e sociais advindas da Revolução Industrial, Maria Odila da Silva Dias afirma: “Um dos temas da nova consciência social ou de classe num mundo em rápida e contínua transição é o do viajante em busca da comunidade perdida, seja a comunidade antiga, orgânica e coesa dos conservadores anglicanos, a ‘mutuality’ do cooperativismo paternalista, do jacobinismo igualitário de Robert Owen, ou do novo radicalismo artesanal de início do

a si mesmos a missão de moralizar e educar o povo e contribuir para seu progresso moral e intelectual. A esse caráter engajado da atividade literária cabia a tarefa de intervir no nosso acanhado meio cultural, não só dotando o país de uma cultura própria como também despertando nos brasileiros uma *consciência nacional*.⁹¹

Observando-se melhor a nota de bom acolhimento dada pelo *Semanario do Cincinnato* ao *Gabinete de Leitura*, percebe-se que além de encorajar a educação de cunho moral e edificante ela também manifestou o desejo de que esse tipo de publicação ajudasse a promover uma mudança de atitude do leitor brasileiro com relação à literatura. Diante da perspectiva de que no Brasil o público olhava “com alguma indiferença para a literatura”, uma possível solução para despertar esse interesse era a de colocar nossos leitores em contato com um gênero que já chegava aqui consolidado e que figurava como o que havia de mais moderno no mundo das belas-lettras: o romance. A tarefa, porém, não era tão simples.

As condições socioeconômicas da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX comparadas às do Brasil recém saído de sua posição de colônia de Portugal apontam para as diferenças na recepção do novo gênero pelo público leitor. Fruto de uma classe média emergente numa economia positivamente marcada pelos avanços da revolução industrial, o cidadão inglês já podia contar com um sistema de alfabetização que, apesar de ainda precário se comparado aos níveis modernos, era de proporções consideráveis para a época. No Brasil, a situação era bastante diversa. Um dos poucos índices estatísticos que há com relação à alfabetização no século XIX, o de 1889, aponta que menos de um quinto da população era alfabetizada. Podemos, pois, imaginar que durante o período regencial, ou seja, meio século antes, esse índice era ainda muito menor. Importa considerar também que nessa reduzida parcela da população que sabia ler e escrever somente alguns poucos estavam habituados à leitura de textos literários.

Cabia portanto a esses jovens redatores-escritores a tarefa nada pequena de, além de moralizar e educar as pessoas, transformando hábitos e costumes e ajudando a torná-las bons cidadãos, também desenvolver nesse diminuto leitorado brasileiro o gosto e o hábito da leitura, que, como veremos, era considerada por eles como uma das condições essenciais para alçar o Brasil ao nível das nações civilizadas.

século XIX.” [Dias, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco – Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1974, p. 25.

⁹¹ França, Jean M. de Carvalho. *Op. cit.*

Josino do Nascimento Silva começou cedo a sua aventura no campo editorial. Ainda quando estudante do curso jurídico em São Paulo, redige o jornal *O Amigo das Letras*. Publicado de abril de 1830 a setembro do mesmo ano, o jornal contou com 24 números. No seu prospecto, Josino anuncia o objetivo da publicação:

Radicar profundamente o amor da liberdade no coração de seus leitores, e animá-los a respeitar, e a promover a moral pública, sem a religiosa observância da qual cai em desprezo a prática dos bons costumes, e periga a independência das Nações; são estes os dois grandes objetos a que se dedica o *Amigo das Letras*; e para desempenhar tão importante tarefa, recorrerá o seu redator aos publicistas de renome e aos literatos mais abalizados, antigos e modernos, assim nacionais como estrangeiros; extraindo de suas obras aquelas passagens, que encerrarem os melhores preceitos de política e de moral.⁹²

A “importante tarefa” educadora está colocada: desenvolver em seus leitores o respeito e a valorização da moral pública, única maneira de preservar a recém conquistada liberdade da nação. A fonte para a aquisição de tais saberes serão os “publicistas de renome” e os “literatos mais abalizados”, nacionais ou estrangeiros. Segundo Hélio Lopes, como contribuições literárias, o jornal publicou “traduções do francês (Marmotel e Lamartine), do inglês (Milton), de alguns poemas alemães, e umas poucas páginas de ficção e teatro”⁹³.

Alguns anos depois, em 1836, na corte do Rio de Janeiro, Josino do Nascimento Silva inicia a publicação do periódico *O Chronista* (1836-1839) ao lado de Justiniano José da Rocha. Assim como Josino, Justiniano começou cedo sua carreira de homem de letras. Também como estudante na Faculdade de Direito da São Paulo, Justiniano participou da publicação da *Revista da Sociedade Filomática* (1833). No segundo número da revista, Justiniano escreve um dos primeiros ensaios críticos brasileiros sobre o primeiro livro do também jovem Gonçalves de Magalhães, *Poesias*.

Mas será n’*O Chronista* que Justiniano e Josino irão começar a publicar textos ficcionais lado a lado com as notas jornalísticas e comentários políticos. Já no quinto número do jornal, em 13 de junho de 1836, na seção denominada “Parte Literária,

⁹² Apud Lopes, Helio. *A Divisão das Águas – contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasileira (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978, p. 15n.

⁹³ *Idem, Ibidem*.

Científica e Industrial”, é publicada a história, provavelmente traduzida pelo próprio Justiniano, “Werner – Episódio da Guerra de Argel”, assinada por Napoleão d’Abrantes. No número seguinte, 20 de junho, é publicada “A Luva Misteriosa – Conto Fantástico”, atribuída a Balzac. Na nota introdutória da nova seção, os redatores expõem as razões que os levaram a inserir textos ficcionais nas páginas do periódico:

A literatura moderna é ainda assaz desconhecida entre nós, e todavia, fonte de gozos indefiníveis, devemos aproveitá-la; o triunfo da escola romântica sobre a escola clássica, tanto tempo disputado parece ser seguro: no teatro (ao menos no teatro brasileiro) dúvida nenhuma fica de que o terrível do romantismo atrai mais do que o terrível do classicismo. — As melhores produções desta escola têm ido à cena e têm feito dormir, enquanto o romântico *Jogador*, os românticos *Seis degraus do crime* têm constantemente chamado numerosos espectadores.

Querendo vulgarizar mais as belezas da moderna literatura, há muito tempo resolvemos inserir nas colunas do CHRONISTA alguns pedaços, traduzidos das melhores obras que se vão multiplicando, mas, lembrando-nos que traduções sempre desmerecem dos originais, achamos melhor resumir em mais breves quadros, onde reuníssemos o que há de mais notável e elegante nas principais obras dos [sic] Hugo, Balzac, Sue, Lacroix, &c.

Esse conto fantástico de que hoje publicamos parte foi filho daquela resolução. — Imitada da novela terrível de Balzac — *La peau de chagrin* — possa a *luva misteriosa* agradar aos leitores brasileiros como *La peau de chagrin* agradou aos franceses.

O propósito é claro: introduzir e “vulgarizar” as belezas da literatura “moderna”, filha da nova “escola romântica”. A fonte será “o que há de mais notável e elegante” nas “melhores obras” dos escritores já consagrados — estrangeiros, é claro. A técnica será o “resumo” e a “imitação”.

A nova escola, sucesso no teatro brasileiro, estaria agora disponível aos leitores do jornal. Sendo o periódico barato e de ampla circulação, o texto ficcional teria chance de chegar àqueles que residiam fora da corte ou que não tivessem recursos financeiros para freqüentar seus teatros. Sem contar que oferecer histórias nos moldes daquilo que é sucesso consagrado nos teatros da corte poderia ser um chamariz para aqueles leitores que não cultivavam o hábito da leitura.

Quatro meses depois, em 5 de outubro de 1836, Justiniano e Josino introduzem, pela primeira vez no Brasil, o sucesso já consagrado na França — o *Feuilleton* como

espaço jornalístico, criado pelo editor francês Émile de Girardin no *La Presse*, e imediatamente pirateado pelo seu ex-sócio Dutacq naquele mesmo ano.⁹⁴ Estava inaugurada no Brasil a ficção ao pé da página, separada das outras matérias jornalísticas por um traço vertical.⁹⁵

O artigo que introduz a novidade inicia-se ensinando o leitor a reconhecer o novo espaço que a ficção irá ocupar no jornal daquela data em diante. O objetivo é o de “transplantar” para o solo brasileiro a novidade, filha de “um povo instruído”:

... Árvore preciosa, que cultivada pelo gênio delicado do Francês, que bafejada pelo sopro fertilizador de um povo instruído, viçosa te adornas de abundantes flores, é com nossa mão grosseira, com nosso tosco engenho que te queremos transplantar para o abençoado solo de nossa pátria; a natureza lhe sorri, o sol o aquece e fertiliza: nele aclimar-te-ás, nele certo não perderás o mimo de teu aroma, o mimo de tua folhagem. Sim, amigo leitor, vai O CHRONISTA dar-vos FEUILLETON (...); árdua é por si mesma a empresa, talvez que nela sucumbíssemos se de nossas únicas forças loucos confiássemos, mas não: quando para nossos artigos faltar-nos assunto, ou imaginação, ou a erudição precisa, imploraremos socorro; literaturas estrangeiras, alheias imaginações, abrir-nos-ão os tesouros de suas riquezas, e de qualquer modo sempre desempenharemos nossa promessa...⁹⁶

Fica claro onde os redatores irão buscar ajuda quando faltar “assunto”, “imaginação” ou conhecimento. Novamente, a fonte serão as literaturas estrangeiras, que “abrir-nos-ão os tesouros de suas riquezas”.

A primeira aclimação será batizá-lo em nosso idioma. Como chamar o *Feuilleton* brasileiro? A decisão recai sobre “Folha Literária”, “Folha Crítica” ou “Folha Científica”, de acordo com o assunto tratado.

E nesse ponto da nota introdutória, Justiniano faz uma distinção entre a função da matéria jornalística e a do novo espaço que a ficção irá ocupar nas páginas do periódico, que é importante analisar com mais vagar:

⁹⁴ Meyer, Marlyse. *Folhetim: uma história*. Op. cit. p.58-59.

⁹⁵ Em outubro de 1838, O *Jornal do Commercio* publica a tradução de *Capitão Paulo*, de Dumas.

⁹⁶ O *Chronista* n. 3, de 5 de outubro de 1836.

Ocupa-se o resto do periódico com administração, com política, com justiça, com legislatura, com finanças, indústria, comércio, com todos esses assuntos de grande importância na verdade, mas que só dizem respeito ao material da vida, ao positivo da existência; o domínio de nossas FOLHAS é todo intelectual, elas falarão às imaginações, e às inteligências. Nos areais da Líbia a natureza dispôs viçosas oásis (sic), por as quais anela, nas quais descansa o viajante: possam nossos artigos serem as oásis nas quais descanse o espírito do leitor.

Essa distinção entre as funções das diferentes partes que compõem o periódico remete a uma distinção de outro quilate. Nela, a nova seção (e aí está incluída a literatura) é elevada a uma esfera que paira acima dos problemas comuns enfrentados por uma sociedade em processo de estruturação de suas instituições: a política, a administração, a justiça, a indústria, o comércio, etc. — definidas por Justiniano como o “material da vida”, o “positivo da existência”. O folhetim ou “folha”, nessa perspectiva, passa a ser o “oásis”, a “fonte de inefáveis gozos”, o manancial onde o viajante sedento e cansado irá saciar a sua sede e repousar o espírito.

Ao final da nota, os redatores d’*O Chronista* revelam a tarefa a que se propuseram:

Fazer aparecer em nossa população a primeira necessidade da civilização moderna — o desejo de ler, — dar-lhe incremento, e fomentá-lo, oferecer leitura que distraia das lidas da existência, das amofinações dos trabalhos, dos tédios da inocupação, eis o que temos em vista, eis o que esperamos conseguir.

A tarefa à qual os redatores d’*O Chronista* se propõem é a de “fazer aparecer” o hábito da leitura na população. A constante publicação de matéria literária, crítica e científica pouco a pouco despertaria nos brasileiros “o desejo de ler”, que, segundo Justiniano, seria o traço distintivo que elevaria a sociedade brasileira ao grau de “civilização moderna”. É nesse empenho em prover textos literários ao público leitor, que esses jovens passarão a traduzir prosa de ficção estrangeira e, ao mesmo tempo, a compor seus próprios textos. Como Marlyse Meyer declara, essas primeiras manifestações literárias saídas da pena desses precursores caracterizam-se pela

interpenetração do discurso ficcional e não-ficcional, aproximando-se do que hoje classifica-se como crônica⁹⁷.

Se compararmos esse caráter engajado de nossos jovens redatores-escritores, que, como vimos, logo cedo esforçaram-se em atuar no acanhado meio cultural do Brasil da época aos objetivos expressos no prefácio do *Gabinete de Leitura*, constata-se que seus redatores mostraram-se bastante modestos em suas pretensões. A afirmação de que não pretendiam instruir, mas somente preparar o leitor “para leituras mais longas e refletidas”, dando a ele uma “meia hora de ociosidade divertida”, reflete apenas em parte o que o leitor encontrará nas páginas do periódico.

Não se pode negar que algumas das histórias publicadas no *Gabinete de Leitura* se coadunam com os objetivos propostos. Histórias divertidas, enredos românticos e diversos textos da seção Miscelânea certamente tinham como meta entreter os leitores. Quanto a prepará-los para textos mais longos, há por exemplo, a história “O Amor Materno”, à qual já nos referimos anteriormente. Enquanto que nas páginas d’*O Chronista* essa história foi publicada em três partes, no *Gabinete de Leitura* ela aparece completa em um mesmo fascículo. Com esse novo formato, pode-se dizer que o leitor teria chance de fruir a história de maneira mais prazerosa, abrindo caminho para as “leituras mais longas”. Também podemos encontrar nas páginas do *Gabinete de Leitura* histórias mais longas que foram publicadas em duas ou três etapas, seguidas do famoso “Continua”. Raras nos primeiros fascículos, essas histórias começam a aparecer com mais frequência a partir do número 17, de forma que poderíamos confirmar a intenção dos redatores de progressivamente educar o leitor para textos mais longos e complexos. É o caso, por exemplo, de “O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III”, de Alexandre de Lavergne, publicada em quatro partes. É a história mais longa do *Gabinete de Leitura* com um total de quase doze páginas.⁹⁸

No seu prefácio, além desse objetivo acima mencionado, os editores do *Gabinete de Leitura* também colocam para si o papel de meros “arranjadores dos artigos em seus devidos lugares”, o que implica um critério de escolha dos artigos publicados. Como pudemos ver, um dos parâmetros mais utilizados pelos nossos primeiros ficcionistas para julgar o valor de uma obra é o quanto de ensinamentos morais ela continha. Numa publicação que almejava ser lida pelas famílias brasileiras, não é difícil imaginar que uma grande parte das suas histórias teria como ponto forte tal foco moralizante. É assim

⁹⁷ Meyer, Marlyse. Voláteis e Versáteis. *Op. cit.*, pp. 108-196.

⁹⁸ Publicada em 07, 14, 21 e 28 de janeiro de 1838.

que mocinhas dóceis e obedientes, impossibilitadas de unir-se ao seu verdadeiro amor, resignam-se a casar com quem os pais lhe destinaram, pagando o preço de morrer pouco a pouco de melancolia ou de afogar-se nas águas turbulentas de um rio no dia das núpcias, como é o caso de “Luísa – uma legenda”, de Pereira da Silva. Vícios castigados e virtudes recompensadas são ingredientes constantes de várias das histórias, traduzidas ou escritas pela pena dos nossos precursores. Não é difícil imaginar que nossos primeiros ficcionistas inspiraram-se nos romances ingleses e franceses que aqui chegavam nos paquetes que cruzavam o Atlântico, uma vez que esse mesmo cunho moralizante foi largamente utilizado por romancistas europeus durante grande parte de século XVIII e XIX.

Um outro aspecto possível de se observar em algumas das histórias publicadas no *Gabinete de Leitura* é um certo ponto de contato entre alguns dos temas por elas tratados e as opiniões e anseios dos redatores-colaboradores em relação a esses mesmos temas, discutidos em artigos publicados nas páginas de seus outros jornais. O que se percebe é que a maneira como esses textos ficcionais tratavam certos assuntos, de certa forma, ia ao encontro dos pontos de vista defendidos por esses jornalistas. Não é difícil imaginar que a exposição do problema ao leitor sob forma ficcional que, na maioria das vezes, relata um caso exemplar, pode vir a ser um meio eficaz de induzi-lo a um posicionamento crítico sobre a matéria.

É o caso, por exemplo, da discussão sobre a pena de morte iniciada com a condenação e enforcamento de um escravo velho e cego, acusado de ter matado o caixeiro de seu senhor. N’*O Chronista*, de 18 de fevereiro de 1837, um sábado, sai publicada uma pequena nota comunicando à população fluminense que a execução do escravo estava marcada para aquele dia. Uma semana depois, a 25 de fevereiro, Josino do Nascimento Silva publica na “Folha Literária” d’*O Chronista* a história “Um Enforcado – O Carrasco”⁹⁹. Nela, o narrador em primeira pessoa relata a sua indignação quando percebe que seus vizinhos se preparam para acompanhar o cortejo que levará o velho escravo cego à morte como se fosse um dia de festa (que na história também era um sábado). A crítica a esse burburinho é expressa numa espécie de monólogo interior no qual o narrador expõe todo seu inconformismo com a atitude leviana da população:

Nada entendo disto, cada vez mais se baralham minhas idéias. Pois quando todos se deviam recolher em suas consciências, investigar sua pureza,

⁹⁹ Essa história também foi publicada em Sobrinho, Barbosa Lima. *Op. cit.*, pp. 149-154.

e rogar a Deus por miserável, que por ser criminoso não deixa de ser homem, é que vejo tanta e tão estranha confusão! És incompreensível, natureza humana! Jogo de paixões contraditórias, obedeces a todas, e assim vives!

À figura do carrasco, pintada com todas as tintas da iniquidade, segue mais uma reflexão crítica:

Oh! meu Deus! Que há de o homem poluir a mais bela feitura de vossas mãos! Vós não criastes carrascos, e o homem fez carrascos! O que é um carrasco? Não sei. Será um homem? Não, por certo. Era o executor da alta justiça da sociedade, (...) eu vi nesse homem o *tipo do justo*, e para bem retratar a sociedade o *tipo do justo* arrastava grossas cadeias. Quem é ele? Sem dúvida o mais virtuoso de nós todos, sem dúvida é ele o guarda mais severo de nossas leis; seu ofício lhe quadra por sua austeridade, por seu amor à sociedade... Não, aquele homem é tanto ou mais criminoso do que o padecente, e porque já não tem sequer um atributo de homem é carrasco!

A discussão toma conta dos jornais. No mesmo dia em que essa história aparece n’*O Chronista*, o *Semanario do Cincinnato* publica um artigo discutindo a necessidade da pena de morte como forma de livrar a sociedade daqueles que põem em perigo a ordem pública. Em resposta, n’*O Chronista* n. 44, de 8 de março, Justiniano e Josino caracterizam a pena de morte como um “*lugar comum* de todos os modernos criminalistas” e acrescentam que, apesar de as sociedades terem o direito, por elas mesmas instituído, de matar “a sangue-frio para castigar o matador”, o que eles não conseguem admitir é a figura humana do carrasco:

... esse cujo ministério é estrangular homens que mal nenhum lhe fizeram, e que quase sempre abatidos, fracos naqueles momentos excitam mais compaixão do que horror; e matá-los como ele os mata, apertando-lhes com vagar a corda do pescoço, calcando-lhes o peito com os joelhos e braços. Oh! isso é que é horrível! Ver o homem [ilegível] contra o homem sem que sua barbaridade tenha a desculpa de alguma paixão donde provenha! (...) isso é que nos congela as carnes toda a vez que ouvimos falar na aplicação da pena última!

E é assim que o *Gabinete de Leitura* publica em suas páginas duas histórias cujos protagonistas são carrascos... “arrepentidos”: a “História – Execução de Joanna

Grey”¹⁰⁰, de Soulié, e “As Honras Hereditárias – História de Amor, de Mistério e de Filosofia”¹⁰¹, de Bulwer-Lytton.

A “Execução de Joanna Grey” apresenta traços característicos de um drama histórico, no qual personagens fictícios misturam-se a acontecimentos e personalidades reais, transcrito em forma narrativa. O protagonista é Jack, carrasco oficial da corte inglesa durante o conturbado período que se seguiu à morte do jovem rei Edward VI, único filho de Henry VIII. Com a morte de Edward VI, devido a questões políticas, Lady Jane Grey assume a coroa britânica por um período muito curto, sendo julgada e condenada à morte por Mary Tudor que, alegando sua legitimidade como herdeira, assume o trono.

No início da narrativa, Jack ostenta perante seu subordinado, Fayry, o orgulho de ser o carrasco-mor da corte devido à sua habilidade profissional e por ter recebido a incumbência da execução da jovem e bela Jane Grey. É por intermédio do diálogo entre os dois carrascos que o leitor paulatinamente toma contato com os fatos históricos desse período da Inglaterra. Depois da execução de Jane Grey, Jack não é mais o mesmo. A resignação com a qual a doce e meiga jovem monarca aceitou seus momentos finais despertou em Jack um profundo remorso. O clímax se dá quando Jack relata que pela primeira vez, devido à sua profunda comoção, foi incapaz de executar sua tarefa com um único golpe. Abatido, Jack entrega seu machado a Fayry que, anos mais tarde, também passará por uma experiência semelhante devido à execução de Mary Tudor, julgada herdeira ilegítima por Elizabeth.

No caso de “As Honras Hereditárias”, o narrador em tom satírico conta a história de amor entre a romântica Laura e um inominado mancebo que, rodeado de mistério, lamenta sua sorte devido a uma peculiar herança, uma honra que há quatrocentos anos pertencia à sua família. O mancebo vive uma crise de consciência, indeciso entre perpetuar a herança recebida ou renegá-la, livrando-se do que considera um fardo. O final irônico é dado quando a donzela apaixonada e seu pai, este interessado na possível riqueza do mancebo, descobrem que as “honras” herdadas pelo pretense marido eram a de ser o carrasco oficial.

Apesar de sempre haver a possibilidade de a escolha dessas histórias ser uma mera coincidência, a análise de certos posicionamentos críticos desses redatores em relação ao papel da literatura nos revela como eles também a concebiam como um meio

¹⁰⁰ *Gabinete de Leitura* n. 6, de 17 de setembro de 1837.

¹⁰¹ *Idem* n. 11, de 22 de outubro de 1837.

de influenciar seus leitores não só mudando comportamentos mas também transformando idéias e opiniões. É o caso do anúncio e da resenha do romance *O Último Dia dum Condenado*, de Victor Hugo, publicados nas páginas d'*O Chronista*.

Convocando os leitores à subscrição do romance traduzido para o português, que seria publicado pela Tipografia Commercial (a mesma do *Gabinete de Leitura*), o anúncio traz um comentário dos redatores sobre a obra. Nele os redatores referem-se a *O Último Dia dum Condenado* como o “jornal do pensamento agonizante” e transcrevem um trecho (provavelmente do seu prefácio) que eles acreditam ser significativo para se compreender por que a obra foi escrita:

E depois, pode muito bem ser que não seja inútil o que eu assim escrever. O jornal dos meus sofrimentos, consignando-os hora por hora, minuto por minuto, suplício por suplício, se eu tiver forças para continuá-lo até o momento que me for *fisicamente* impossível concluí-lo; esta história necessariamente não acabada, mas tão completa quanto pode ser, de minhas sensações não dará grande e profunda lição? Não haverá neste processo verbal do pensamento agonizante, nesta progressão sempre crescente de dores, nesta autópsia intelectual de um condenado, mais d'uma lição para os que condenam? Não poderá acontecer que esta leitura lhes faça menos leve a mão, quando outra vez se tratar de pesar uma cabeça que pensa, uma cabeça de homem, no que eles chamam balança da justiça? Talvez nunca refletissem, — desgraçados! — na lenta sucessão de torturas que se inclui na fórmula breve de uma sentença de morte? Não; eles não vêem em tudo isto mais do que a queda vertical dum cutelo triangular, e pensam que para o condenado nada há anterior nem posterior.

Estas folhas os desenganação...¹⁰²

Na resenha crítica de *O Último Dia dum Condenado*, publicada alguns dias mais tarde, Justiniano José da Rocha argumenta que a “filantropia”, apesar de se utilizar de todos os argumentos possíveis, não conseguiu extinguir a pena de morte nas nações cultas. Como último recurso, a filantropia “aparou a pena” de certos escritores para que suas obras conseguissem combater “a rotineira barbaridade das sociedades”. Em vista disso, Justiniano acrescenta:

¹⁰² *O Chronista* n. 47, de 18 de março de 1837.

...força é confessá-lo, ela [a filantropia] triunfou; ninguém que tenha sentimentos de homem por maiores sofismas de que lance mão para convencer-se de que deve como juiz matar seu semelhante, podê-lo-á fazer se tiver presente a pintura da terrível (...) agonia que lhe impõe, e que o pincel animoso e valente de Victor Hugo lhe representa.

E conclama:

Eia pois vós todos de quem depende a execução de uma pena última, ministros, legisladores, jurados e magistrados, lede essa obra, e sede mais parcos do sangue de vossos semelhantes. Deixai que morte seja só atributo da justiça divina.¹⁰³

Como é possível notar, para esses redatores a narrativa ficcional poderia funcionar como arma eficaz na modificação de hábitos, atitudes, comportamentos e idéias devido à sua capacidade de atingir profundamente a sensibilidade humana. Ou seja, seu caráter educativo era bastante abrangente, não só mudaria comportamentos que diziam respeito ao indivíduo e à esfera privada mas também poderia influir nas decisões de ordem pública, colaborando assim para o progresso da sociedade como um todo.

Outro exemplo significativo dessa concepção pragmática da literatura que nossos jovens homens de letras possuíam pode ser encontrado em outras duas histórias publicadas no *Gabinete de Leitura*: “O Sedutor”, do escritor americano Washington Irving, e a prosa de ficção brasileira “A Perjura”¹⁰⁴. E para uma melhor compreensão dessa questão aqui discutida, faremos uma análise comparativa dessas duas narrativas e uma outra, “O Vil Sedutor”, publicada nas páginas do *Semanario do Cincinato*¹⁰⁵. “O Vil Sedutor” nos permite vislumbrar um tipo de prosa de ficção que era publicada em periódico e oferecida ao publico leitor fluminense no período que antecede o início da publicação do *Gabinete de Leitura*. Apesar de o *Semanario do Cincinnato* ser hoje considerado um jornal pouco expressivo, há indícios de que durante o período de sua publicação ele conseguiu angariar um número considerável de leitores¹⁰⁶. Acresce que

¹⁰³ *O Chronista* n. 53, de 12 de abril de 1837.

¹⁰⁴ “O Sedutor” foi publicado no n. 10, de 15 outubro de 1837, e “A Perjura”, no n. 21, de 31 de dezembro de 1837.

¹⁰⁵ *Semanario do Cincinnato* n. 2, de 25 de fevereiro de 1837.

¹⁰⁶ Alguns dias depois do lançamento do *Semanario do Cincinato*, uma nota n’*O Chronista* (n. 42, de 1 de março de 1837) informa sobre o sucesso do periódico e comenta que nos dias que se seguiram ao início

as três narrativas incluem elementos bastante comuns à época: uma bela jovem que, levada pelas paixões, se deixa seduzir por mancebos não muito bem intencionados; o tom moralizante é dado pela punição exemplar da jovem no final do enredo.

É a partir de seu segundo número, em 25 de fevereiro de 1837, que o *Semanario do Cincinnato* passa a publicar na seção “Variedades” (que ocupava o rodapé da página) histórias de cunho explicitamente pedagógico e moralizante, escritas provavelmente pelo próprio Costa Cabral. Na apresentação da nova coluna o redator faz referência ao “caso” verídico, presenciado pelo narrador ou relatado a ele por alguma testemunha, conferindo à história a necessária autoridade de exemplo a ser seguido. É o que nos mostra a introdução da seção no jornal:

Variedades

Debaixo de um tal título permita o Leitor que, não sempre, mas quando pudermos, lhe apresentemos algumas curiosidades, que possam por alguma forma interessar-lhe. Hoje nós lhe oferecemos um caso, que mais de uma vez ouvimos a um velho, cuja amizade freqüentávamos. Do que agora referirmos alguma utilidade poderá colher-se.

Segue-se então a história “O Vil Sedutor”. Como o próprio título indica, nela é possível encontrar vários dos ingredientes que configuram um autêntico melodrama, na base do que Marlyse Meyer denominou de “desgraça pouca é bobagem”.¹⁰⁷ Recheada de notas explicativas quanto à paisagem e aos costumes da Bahia, a narrativa inicia-se descrevendo Pedro. Pobre, humilde e honesto pescador, conhecido por suas virtudes de bom pai e marido, Pedro vive modestamente numa choupana à beira do rio Paraguaçu com sua esposa, seu filho José e sua bela e inocente filha de dezesseis anos, Rosa. Numa noite tempestuosa, três forasteiros que estavam em viagem de negócios batem-lhe à porta e pedem-lhe guarida por aquela noite. Pedro, compreensivo e benevolente, oferece sua humilde morada e manda-lhes servir a ceia. Depois daquela noite, encantado pelas graças e pelo ar inocente de Rosa, Antonio, um dos forasteiros, resolve voltar outras vezes à choupana trazendo presentes à família em agradecimento por sua hospitalidade.

de sua publicação “200 pessoas ou perto disso o foram assinar”. Aliás, um dos motivos que teriam levado Costa Cabral a lançar o semanário foi o sucesso de sua coluna no *Diário do Rio* entre o público leitor da corte.

¹⁰⁷ Meyer, Marlyse. “Voláteis e Versáteis: de Variedades e Folhetins se fez a *Chronica*”. *Op. cit.*, p.125.

Não é difícil imaginar o que se segue. Seduzida por Antonio, Rosa foge de casa deixando sua família em desespero. A carta que seus familiares recebem um ano depois dá o tom da desgraça:

Meus queridos pais: se ainda algum amor vos merece uma filha ingrata, compadecei-vos de sua má estrela. Eu fui vilmente seduzida por aquele mesmo homem, que vós tão cordialmente recebestes em vossa casa. Inexperiente jovem, fiei-me no seu fermentado coração; mas o cruel, depois de assassinar minha honra, depois de manchar torpemente vossas cãs, e amargurar vossos dias, entregou-me à penúria, e ao abandono. Meus ternos pais, condoei-vos do desamparo em que se acha vossa desgraçada filha — Rosa.

Depois do retorno de Rosa à casa paterna, José sai em busca de Antonio, jurando tirar-lhe a vida, vingando assim a desonra de sua irmã. Bem sucedido em sua empreitada, José, em consequência, acaba sofrendo as agruras do cárcere durante longo período de sua vida, que em outras circunstâncias teria sido honesta e laboriosa.

Não bastasse a história, cujo intuito é declaradamente o de servir como exemplo moral às mocinhas que se deixam levar por paixões, acarretando para si e para os seus familiares todas as desventuras de seu “passo mal dado”, o narrador ao final insere notas nas quais reflete sobre as consequências funestas que atitudes impensadas e comportamentos indevidos podem ocasionar:

Reflexões. Impudico Antonio de quantos males não foste origem!

Tu semeaste os maiores pesares em uma família que vivia pacífica! Tu sacrificaste a castidade, e pureza de uma donzela! Tu [ilegível] as sagradas leis da hospitalidade! Tu cravaste agudo punhal no seio daqueles, que te deram os mais vivos sinais de sua candura! Tu a ti mesmo promoveste à morte! E, por fim, tu só foste a causa dos eternos desgostos de pais amantes.

Oh! se as donzelas aprendessem neste exemplo a não se deixarem vencer por seus falsos adoradores, muito lucrariam elas, muito lucraria a sociedade inteira. O mundo está cheio de sedutores da inocência; há muitos *Antonios*, que só querem corromper, e saciar-se, com quebra da honra das míseras donzelas, que lhes dão crédito. Moças, não vos deixeis trair por vossos corações, não sejais fáceis em iludir-vos para não serdes desgraçadas, para não causardes pesares às vossas famílias.

E vós, inconsiderados moços, não abuseis da fragilidade da donzela. Ponderai que um dia sereis pais e tereis filhos; e que bem vos doeria ver vossa filha seduzida e abandonada.

Menos explícita, mas não menos pedagógica, a história “O Sedutor” (coincidência de títulos?) de Washington Irving, publicada no *Gabinete de Leitura*¹⁰⁸, também recorre às técnicas fartamente utilizadas pelos escritores da época para conferir à história seu cunho de veracidade. Aqui a autenticidade é garantida pelo narrador-viajante que, de passagem pela localidade, além de registrar os contornos geográficos da região e as peculiaridades e costumes de seus habitantes, testemunha o drama que irá relatar. Muda-se a paisagem, não mais a da Bahia, mas a da zona rural alemã, mais precisamente a do vale do Necker, com suas pequenas “aldeias”, habitadas por um povo alegre, simples e trabalhador — estereótipos recorrentes nas histórias centradas na Alemanha. A filha do pescador agora passa a ser a filha do moleiro da aldeia, Ágata, também uma bela jovem de dezesseis anos. Dois forasteiros, jovens estudantes de famílias abastadas, resolvem passar as férias da universidade no campo e alugam os quartos que o moleiro reservava para esse fim. O resto do drama é previsível, novamente o binômio “seduzida e abandonada” entra em ação, com direito a paixões, fugas, “honras” perdidas, desmaios, choros convulsivos, etc. O fim é trágico: ao saber que seu amado havia se casado com alguém mais condizente com sua classe social, desesperada e fora de si, a heroína lança-se nas águas turbulentas do rio Necker com o filhinho apertado ao peito, fruto da “virtude maculada”.

“A Perjura”¹⁰⁹, prosa de ficção brasileira e anônima, também assevera aos leitores o seu cunho de veracidade, iniciando-se com a epígrafe *All is True*. A história utiliza-se estrategicamente de uma suposta carta de um certo Eugênio, bacharel em Direito, que viaja da corte para Cabo Frio para defender um caso jurídico. No caminho, já tarde da noite e pego por uma tempestade, Eugênio é obrigado a bater às portas da única habitação que havia na redondeza. Seu acompanhante e guia, um homem rústico e que conhecia bem a região, nega-se a entrar na casa, pois todos na região diziam que lá vivia uma louca. É na sua estadia nessa casa “mal assombrada” que Eugênio vem a conhecer a trágica história de Henriqueta, narrada por sua dedicada e carinhosa avó.

¹⁰⁸ *Op. cit.* n. 10, de 15 de outubro de 1837.

¹⁰⁹ *Idem*, n. 21, de 31 de dezembro de 1837.

Órfã, Henriqueta foi criada desde pequena pela avó. Moravam na corte e, apesar de não gozarem de grande fortuna, sua avó conseguiu dar-lhe um certo grau de educação. Noiva de Eduardo, um rapaz de não muitas posses, honesto e trabalhador, Henriqueta jura-lhe amor eterno “pela alma” de sua mãe. Contudo, impedida de casar naquele momento, Henriqueta deixa-se seduzir e foge com Domingos, homem rico da corte. A morte trágica de seu ex-noivo que, sem saber, salva a ela e a Domingos de um acidente que poderia tê-los levado à morte, e, mais tarde, o abandono daquele que lhe tinha prometido casamento despertam nela o remorso. Atormentadas e sofrendo pressões da sociedade carioca, avó e a neta passam a viver na cabana, longe de tudo e de todos. A punição exemplar da heroína agora remoída pelo remorso, perseguida pelos fantasmas da mãe e do ex-noivo, será a loucura e morte.

Esse pequeno resumo nos mostra que as três histórias cumprem bem seu papel de instrumento de moralização, cuja meta era regradar o comportamento dos jovens, em especial o das jovens. Principalmente porque é nessa época que as mulheres começam a sair da restrita esfera doméstica e, cada vez mais, passam a freqüentar bailes, teatros, saraus e passear em lugares públicos, especialmente aquelas que residiam na corte. Começavam, assim, a desafiar o lugar que lhes foi imposto pela ideologia patriarcal, segundo a qual o casamento, o cuidado do lar e a educação dos filhos seriam as suas únicas fontes de realização e felicidade. E isso certamente representava um perigo.

Mas se no resumo do enredo das três narrativas encontramos vários pontos de semelhança, há diferenças no conteúdo que valem a pena ser analisadas.

Enquanto em “O Vil Sedutor”, Pedro e sua família recebem as visitas e presentes de Antonio, sem nunca desconfiar de suas “más intenções”, na história de Washington Irving, a mãe de Ágata acreditava que sua filha nascera para ser uma “grande dama” e que “devia casar-se em uma esfera social acima daquela em que vegeta[va]m seus pais”. O narrador ressalta, porém, que

...uma ambição desta espécie é rara entre os alemães, sobretudo nas classes agrícolas, bem persuadidas da sua dignidade pessoal, e defendidas assim desse ciúme baixo que anima em Inglaterra cada classe da sociedade contra os que lhe são superiores, e que só mostra exceção naquela que não tem ninguém acima.

Como se pode notar, em sua ânsia de moralizar, “O Vil Sedutor” traduz uma visão maniqueísta típica das fábulas, nas quais os contornos entre o bem e o mal estão claramente delimitados. Por outro lado, na história de Washington Irving pode-se dizer que a introdução do conflito de classe na trama narrativa, mesmo com a ressalva acima citada, torna a matéria ficcional mais próxima de uma situação plausível. Isso porque, ao colocar a ambição materna como um agente facilitador do envolvimento amoroso de Ágata com o jovem estudante, Irving ameniza não só o contraste entre o bem e o mal como também dissimula o intuito pedagógico contido na narrativa. Em outras palavras, na versão estrangeira, as personagens e situações por elas vividas apresentam-se mais verossímeis aos olhos do leitor contemporâneo. Com isso abre-se a possibilidade de uma maior identificação da parte desse leitor com a matéria narrada, o que, por sua vez, contribui para que o seu aspecto educativo chegue ao leitor de forma implícita, sem que ele se dê conta.

Se por um lado é o cunho moralizante que dá o tom a essas duas narrativas, como vimos, de forma explícita em “O Vil Sedutor” e atenuada na narrativa estrangeira, o caráter pedagógico de “A Perjura” não deixa de ser mais abrangente. Isso porque, no prefácio da história, o redator do *Gabinete de Leitura* comenta que participara de uma discussão entre alguns amigos bacharéis de direito, na qual se discutiam as leis brasileiras sobre o perjúrio:

Uma tarde estávamos todos reunidos em uma casa, éramos todos amigos, e todos nós nos havíamos dado ao estudo da jurisprudência pátria. Era animada a discussão que agitávamos, — que falávamos da Jurisprudência criminal, como uma das partes do Direito que mais amenidade oferece. Discutíamos os defeitos de nosso código, e insensivelmente caímos na parte em que se trata do perjúrio. — Júlio, jovem que se tem dado com todo o zelo ao estudo do direito criminal, fez-nos o paralelo da legislação de outros povos com a nossa, e concluiu que o código brasileiro favorecia em demasia os perjúrios.

— Não, disse Eugênio, nenhuma legislação será jamais suficiente para punir o perjúrio, que nem uma legislação pode levar o remorso ao coração do criminoso; e em crimes desta natureza o remorso é a única punição, porque o remorso é um flagelo de todos os dias, de todas as horas, de todos os instantes. Só Deus, só o Ente incompreensível pode infligir essa pena, a sociedade é impotente; as galés, as prisões, os desterramentos forçados não têm proporção com os males que causam o perjúrio, e toda a pena que é desproporcionada ao delito é impotente. Deixemos a Deus vingar as injúrias

que a seu Santo Nome fazem os perjuros, e procuremos arraigar no ânimo da população o espírito de honra e probidade, para podermos riscar da legislação todas as exigências de juramento. Tenho hoje que fazer, senão vos contaria uma história de amor e perjúrio; mas porque desejo fazer-vos compreender o que disse, eu a darei ao nosso colega editor do GABINETE DE LEITURA, para que ele a mande imprimir. — Agradei a Eugênio sua oferta, e pedi-lhe que me mandasse sua história o mais breve possível. — Sem dúvida; amanhã tereis a minha história, verdadeira em todos os pontos, e peço-vos que lhe deis a epígrafe — *All is true*. — Com efeito no outro dia de manhã recebi uma carta de Eugênio, e com ela a história que me prometera, e que ofereço aos meus leitores para decidirem a questão.

Constata-se pois que a história além de demonstrar os malefícios que comportamentos inadequados podem causar ao indivíduo e à sociedade também visa despertar no leitor um posicionamento crítico em relação a uma discussão sobre a legislação brasileira da época. Numa espécie de fórum de debates, o editor do *Gabinete de Leitura* conclama os leitores a decidirem a questão. Por mais estranha que hoje nos possa parecer a discussão proposta pela narrativa, é fundamental que coloquemos o posicionamento de Eugênio com relação ao perjúrio dentro do contexto histórico em que ele se dá. O questionamento da prerrogativa do julgamento divino em contraposição à da lei civil, que hoje nos parece um contra-senso, não era de todo estranho numa sociedade que começava a erigir as bases de um Estado nacional e para a qual o ranço de nossa condição colonial ainda se batia com as modernas teorias que nos chegavam de fora. Uma leitura dos jornais da época nos mostra que discussões como esta faziam parte do dia-a-dia dos intelectuais, jornalistas e cidadãos interessados nos rumos da nação.

É possível perceber que parte das histórias e crônicas tanto traduzidas quanto escritas por nossos precursores nesse período inicial de nossas letras podia conter elementos que coadunavam com a discussão de certos problemas que estavam na ordem do dia, expondo-a aos leitores, muitas vezes, de forma irônica ou exemplificada com casos ditos “verídicos”. Parece claro que a intenção é fazer o leitor tomar conhecimento dessas questões, levando-o a um posicionamento com relação a elas.¹¹⁰

¹¹⁰ No rodapé d’*O Chronista*, Justiniano e Josino publicaram várias histórias, quase crônicas, nas quais discutem problemas pertinentes à época. Em algumas delas chegam a fazer críticas mordazes a certos costumes e instituições. Como é o caso de “Ser guarda nacional” (09/11/1836), “Ser jurado” (12/12/1836), “Áurea Mediocritas” (27/05/1837), “Um Coração Sensível”, todas de autoria de Justiniano José da Rocha. Por sua vez, são de autoria de Josino do Nascimento: “Dissertação filosófico-moral” (04/02/1837), “Mais

No papel que esses intelectuais se impuseram, o de organizadores e reformadores da cultura, cabia despertar no incipiente leitorado o espírito crítico, assim como a consciência de que os problemas econômicos, políticos e sociais brasileiros somente seriam resolvidos com o empenho de todos. Sua principal arma era a pena. Os modelos, as nações “civilizadas”. E no caminho que trilharemos a seguir, veremos que o progresso e desenvolvimento da Grã-Bretanha, sob certos aspectos, a colocaram em posição privilegiada perante as outras nações.

venha dinheiro” (11/02/1837), “O enforcado – O carrasco” (25/02/1837) e “Gretna Green – ou o amor de um homem” (26/07/1837).

Capítulo 5

Visões da Albion

Em 1828, durante sua viagem pelo Brasil, o reverendo inglês Robert Walsh relata o “espetáculo curioso e interessante” que teve oportunidade de presenciar ao percorrer uns dos maiores e mais movimentados portos brasileiros, o da cidade do Rio de Janeiro. Entre o vaivém de “milhares de negros”, que então trabalhavam “o dia inteiro sem parar removendo pacotes de todos os tipos”, Walsh pôde observar a enorme quantidade e variedade de mercadorias ali estocadas provenientes da Inglaterra. Não sem espanto e admiração, comenta:

... era tal a quantidade de (...) mercadorias, que parecia que Sheffield e Manchester trabalhavam apenas para abastecer o Rio (...). Havia caixas e fardos de mercadorias abertos por todos os lados contendo xales, lenços, bonés, roupas de algodão, sedas, botas, sapatos, meias, camisas, luvas, chapéus, caixas de toucador, espelhos, facas, martelos, machados, alfinetes, agulhas, pás de pedreiro, mosquetes, quadros, pianos, barômetros, taças, canecas, jarros e mais outros incontáveis artigos de vestuário e implementos mecânicos e científicos. Cobriam uma extensão de um a dois acres...¹¹¹

A “febre” de exportar seus produtos para o Brasil que tomou conta dos comerciantes ingleses pode ser mensurada pelo relato de Walsh:

...quando as portas do país se abriram à especulação estrangeira, não foi surpresa para ninguém o fato de que a cidade do Rio e seu comércio tivessem crescido com uma rapidez incrível. Tal era a ânsia especuladora na Inglaterra, que tudo era mandado para o Brasil sem a menor preocupação com relação à sua conveniência ou utilidade para o clima ou necessidade do povo que iria adquirir as mercadorias. As lojas e empórios da Fleet-Street e de Cheapside eram pilhados e esvaziados; a preocupação não era com o que se podia mandar, mas com a rapidez com que isso seria feito.¹¹²

¹¹¹ Walsh, Robert. *op. cit.*, p. 190

¹¹² *Idem.* pp.188-189.

Ao ser informado sobre o tipo de produtos que os brasileiros encontraram ao abrir “os milhares de caixotes” recém-chegados ao Rio de Janeiro nesses primeiros tempos de comércio, o próprio Walsh não pôde deixar de constatar, com um travo de ironia, a ganância de seus compatriotas e sua ignorância ao fazer uso do conceito capitalista “tempo é dinheiro”. Isso porque dentre as mercadorias estavam

...um imenso suprimento de grossos cobertores, aquecedores de carvão e para completar a série de disparates, patins de neve para que os brasileiros pudessem praticar exercícios saudáveis sobre o gelo, numa região onde nunca se viu um único floco de neve.¹¹³

A entrada maciça de produtos manufaturados ingleses no mercado brasileiro a partir das primeiras décadas do século XIX não se deu por acaso. A presença inglesa na sociedade brasileira oitocentista tem suas raízes na subordinação econômica de Portugal aos interesses da Inglaterra, selada por meio dos diversos tratados e convenções firmados entre as duas nações desde o século XVII. Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, fugindo do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, e com a assinatura da Carta Régia por D. João VI em 1808, abrindo os portos brasileiros às nações estrangeiras, a Inglaterra passa a desfrutar posição privilegiada no comércio com o Brasil, uma vez que a maioria das nações européias estavam direta ou indiretamente envolvidas nas guerras do continente. Contudo, foi com o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 que as relações anglo-brasileiras tomam vulto. Devido a ele, os produtos ingleses passaram a receber tratamento privilegiado: pagavam 15% de impostos, contra os 24% cobrados aos comerciantes de outras nações. O Brasil tornava-se, assim, um dos principais e mais promissores mercados para o comércio inglês.

A preponderância britânica nos assuntos brasileiros continuou mesmo após a Independência, quando os laços com Portugal foram cortados. Por intermédio de tratados que asseguravam ao novo império brasileiro o reconhecimento de sua recém conquistada autonomia política, a Inglaterra manteve seus privilégios nas áreas que eram de seu interesse: navegação, comércio e investimentos. E é exatamente na época em que Walsh visita o porto da cidade do Rio de Janeiro e constata seu intenso movimento, ou

¹¹³ *Idem.* p. 189.

seja, na segunda década do século XIX, que a preeminência inglesa no Brasil alcança seu auge.

É assim que o relativo isolamento econômico, cultural e intelectual que marcou o cenário brasileiro durante o período colonial, a partir das primeiras décadas do século XIX cede espaço à afluência de idéias, modas e costumes vindos do exterior, que recebem bom acolhimento da sociedade, ávida por novidades. A crescente europeização dos principais centros urbanos do país, com especial destaque para a corte do Rio de Janeiro, acabou por alterar sensivelmente a fisionomia das antigas cidades coloniais, com a introdução de novos estilos de vida e de necessidades até então desconhecidas. A partir de anúncios em jornais fluminenses e pernambucanos da primeira metade do século XIX e dos relatos de viajantes europeus oitocentistas, Gilberto Freyre constatou a influência marcante da cultura inglesa na sociedade brasileira por meio da introdução de novos hábitos de consumo, de alimentação, vestuário, de habitação, assim como a alteração da própria paisagem urbana com o emprego de vidros e artefatos de ferro que passaram a ser usados nas novas construções.¹¹⁴

Contudo, não foram apenas os produtos ingleses que aportaram em terras brasileiras. Profissionais liberais, artífices, empregados civis e militares e, principalmente, um considerável número de comerciantes ingleses aqui se estabeleceram, atraídos pelas novas condições econômicas e possibilidades de empreendimentos. Apesar da vinda de aventureiros e especuladores em busca de lucros fáceis, os ingleses que passaram a residir na corte do Rio de Janeiro pertenciam, em sua maioria, à classe média.¹¹⁵

Não demorou muito para que esses comerciantes ingleses estabelecessem os mais variados ramos de negócios. Como nos conta Macedo, durante o regime de Napoleão Bonaparte, especialmente durante o período da ocupação da Península Ibérica, desenvolveu-se nos brasileiros um forte ressentimento com relação ao povo francês de maneira geral. Dessa forma, antes de os franceses tomarem conta da rua do Ouvidor — com suas chapelarias, alfaiatarias, charutarias, tinturarias, floriculturas, perfumarias, lojas de modistas e cabeleireiros — foram os ingleses os primeiros a estabelecer ali suas casas comerciais:

¹¹⁴ Freyre, Gilberto. *Ingleses no Brasil, Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

¹¹⁵ Alan K. Manchester comenta o pouco interesse da classe dos trabalhadores comuns ingleses em se estabelecer no Brasil. Aponta o clima, os baixos padrões de vida e o trabalho escravo como algumas das

No Rio de Janeiro a *Rua do Ouvidor* foi uma das primeiras a ter *casas* ou estabelecimentos de negociantes ingleses, lojas de louças, de *fazendas* ou panos tecidos, e enfim de comércio de importação e exportação de gêneros recebidos da Inglaterra e mandados do Brasil, e portanto antes de ouvir dizer *monsieur* e *sacre nom de Dieu* ouviu repetir *mister* e *Goode-mi* e comeu batatas inglesas antes de comer *petit-pois*.¹¹⁶

É certo que a pressão exercida pela Inglaterra nos assuntos políticos e econômicos do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, em especial o constante esforço britânico para suprimir o tráfico de escravos no país, acabou por abalar as relações entre os dois países. Em consequência do que era considerada uma intromissão indevida nos assuntos brasileiros, a imagem que os brasileiros tinham dos ingleses passou a ser marcada por uma certa ambigüidade. Isso porque ao mesmo tempo que no campo econômico a Inglaterra figurava como nossa maior parceira comercial, fornecendo manufaturados e adquirindo (com óbvias vantagens) grande parte das matérias-primas brasileiras, era ela também que com mão de ferro vasculhava os mares, aprisionando navios que suspeitasse estarem contrabandeando escravos para as costas brasileiras.

Contudo, havia por parte dos brasileiros uma certa consciência de que para uma nação cuja força advinha principalmente de uma economia voltada para o lucro, como era o caso da Inglaterra, seus interesses comerciais sempre fariam mais alto nas disputas de cunho político. Um exemplo disso é um pequeno artigo que dá conta de uma notícia publicada em jornal estrangeiro (não cita a fonte) sobre a possibilidade de a Inglaterra bloquear os portos brasileiros devido à não interrupção do tráfico de escravos. Referindo-se com ironia à nação britânica como nossa “bem querida aliada”, os redatores de *O Chronista* expõem os motivos pelos quais acreditavam que a Inglaterra nunca tomaria tal decisão. Em primeiro lugar, porque a Inglaterra reconheceria os

causas desse desinteresse. *Preeminência inglesa no Brasil*. Trad. Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 77n.

¹¹⁶ Macedo, Joaquim Manoel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, pp.158-159. Gilberto Freyre salienta que, devido ao tipo de comércio desenvolvido pelos ingleses — em geral, voltado mais para o setor varejista e de mercadorias pesadas, que requisitavam maior espaço para a estocagem, como as louças e artefatos de ferro e cobre —, a tendência, com o tempo, foi a de procurarem as ruas menos estreitas, como era o caso das que se situavam próximas à alfândega. [Freyre, Gilberto. *Op. cit.*, pp. 168-174.]

esforços do governo brasileiro para coibir o tráfico, não podendo responsabilizá-lo pela ação arbitrária de traficantes e pelos “preconceitos populares” que favorecem a violação das leis e “iludem a vigilância das autoridades”. Em segundo lugar,

... porque a Inglaterra bem sabe que um bloqueio efetivo nos portos do Brasil, embora funestíssimo ao império, sê-lo-á ainda mais a ela mesma, pois que ela não ignora que a maior parte dos objetos consumidos no Brasil saem de suas manufaturas, e que quase todo o comércio brasileiro está entregue aos Ingleses.

Lícito pode ser à França, cujo comércio limitadíssimo apenas se ocupa com vidrinhos de água de cheiro, pomadas, cabelos e modas, que interrompa suas relações mercantis que de tanta monta são este ou aquele estado da América; mas a Inglaterra que tem por aqui em giro tamanho cabedal!... Oh! de certo ela examinaria duas ou três vezes antes de dar semelhante passo: contra sua ambição, contra sua amizade, premunem-nos seus interesses.¹¹⁷

Os interesses comerciais britânicos, contudo, não impediram que sua poderosa esquadra patrulhasse as costas brasileiras à procura de embarcações suspeitas de contrabando de escravos. A arrogância com que os oficiais da marinha britânica tratavam a tripulação dos navios considerados suspeitos pode ser medida pela indignação expressa num comunicado assinado por um “Brasiliense”, publicado nas páginas de *O Chronista*. Segundo o artigo, um escaler da marinha brasileira, navegando nas águas da Baía da Guanabara, ao cruzar com outro “tripulado com muitos marinheiros e um oficial da marinha inglesa”, foi por este alertado com um tiro, recebendo em seguida ordens de parar. Como o navio brasileiro não atendeu à ordem, mais dois tiros foram disparados pela corveta inglesa, até que:

... dando uma abordagem ao escaler do arsenal, nele pularam logo alguns marinheiros ingleses, e sem a menor cerimônia foram virando o escaler brasileiro, e levando a reboque presos para bordo da corveta os oficiais e marinheiros brasileiros, que nele se achavam. Chegando à corveta foram os prisioneiros obrigados a subir, e um oficial inglês lançou mão de uma pistola e apresentando-a ao peito do tenente Virgílio, depois de repreender a todos os prisioneiros por não terem obedecido ao primeiro chamado da corveta, porque (diziam eles) quando um navio inglês ordena, deve ser logo obedecido!!

Pegaram os marinheiros em lanternas, deram uma rigorosa busca no escaler, e tendo apalpado e inspecionado os *marinheiros*, mandaram-nos embora impondo-lhes como preceito, depois de muitos insultos, que para o futuro fossem prontos em obedecer aos Ingleses que são senhores dos mares.¹¹⁸

Se, por um lado, os insolentes marinheiros de Sua Majestade Britânica muitas vezes foram descritos como ruivos beberrões que desciam nos portos brasileiros e faziam arruaças pelas ruas das cidades, pondo em risco a tranqüilidade pública, por outro, o *mister* ou o *gentleman* poderia ser visto como o homem sério e introvertido, pouco afeito às distrações e festividades. É assim que, em “Dissertação Filosófico-Moral”, Josino do Nascimento caracteriza os ingleses, ao comentar com que alegria e ansiedade os brasileiros esperavam a época do entrudo:

Nem sempre tenhamos teso o arco; nem sempre vivamos como esses ingleses.

Sempre casmurros, sempre enregelados
Bebendo no seu *ale*,
E tasquinhando na carnal montanha
Do *beef cru* e insípido!¹¹⁹

Beberrões e comedores de carne crua são também Bolingbrok e John, os dois personagens ingleses da comédia de Martins Pena, *As Casadas Solteiras*. Com negócio estabelecido no Brasil, ambos representam também o estereótipo do capitalista esperto que enriquece às custas da ingenuidade e boa índole dos brasileiros. Ou nas palavras de Jeremias, um dos personagens brasileiros da peça, ao observar a chegada da barca em que estão Bolingbrok e John:

¹¹⁷ *O Chronista*, 10 de novembro de 1838

¹¹⁸ *O Chronista*, 21 de abril de 1838.

¹¹⁹ *O Chronista*, 4 de fevereiro de 1837.

parecem-me ingleses... há de ser, há de ser... É fazenda que não falta por cá. Não gostam do Brasil, Bresil non preste! Mas sempre vão chegando para lhe ganharem o dinheiro.¹²⁰

Nesta tentativa de mapear através dos textos deixados pelos escritores da época como a nação inglesa e seu povo eram vistos no contexto histórico brasileiro, percebe-se que, apesar dessa imagem negativa, a Inglaterra também era sinônimo de modernidade. Com uma economia forte, alto desenvolvimento tecnológico e instituições políticas que funcionavam a contento, a Inglaterra era o paradigma de nação bem sucedida e referência para o que na época se costumava chamar de civilização.

Um outro fator fundamental para compreender o interesse desses jovens intelectuais pela nação britânica é o fato de ela ter alcançado esse desenvolvimento econômico-social sob o regime governamental que eles consideravam o único capaz de resolver os problemas do Brasil: uma Monarquia Constitucional Representativa.

A instabilidade política e as agitações de cunho separatista das províncias do Norte e do Sul, que marcaram os anos finais do período regencial, eram vistas como uma grave ameaça à unidade nacional. Para esses intelectuais, a melhor solução seria a instauração de um governo forte, constitucional, centralizado na figura do monarca e que permitisse a participação das camadas médias da população. A Inglaterra, portanto, era vista como exemplo de nação que alcançou amplo desenvolvimento em grande medida devido à estabilidade política proporcionada por seu sistema de governo.

A predileção desses jovens intelectuais por assuntos concernentes à nação britânica fica evidente em inúmeros artigos — alguns traduzidos, outros escritos por suas próprias penas — publicados nas páginas de *O Chronista* e no *Jornal dos Debates*. Artigos que, em grande parte, apareceram estampados em lugar de destaque no jornal, ou seja, no alto da primeira página, e não nas seções “Miscelânea” ou “Variedades”, que, nos jornais voltados a assuntos sobre economia e política, eram quase sempre preenchidas com curiosidades ou leituras ditas “amenas”, cujo principal objetivo era o de entreter os leitores.

¹²⁰ Pena, Martins. *As Casadas Solteiras*. In: *Teatro de Martins Pena I – Comédias*. Ed. crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, p.401. Sobre o assunto ver Meyer, Marlyse. “O Inglês nas comédias de Martins Pena”. In: *Pireneus, Caiçaras... da Commedia dell’Arte ao Bumba-meu-boi*. 2ª ed., Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1991, pp. 95-144.

A análise desses textos deixa claro o fato de que, para esses intelectuais, a Inglaterra poderia servir como ponto de referência para se pensar os problemas políticos e sócio-econômicos do Brasil regencial. Dentre os títulos publicados encontram-se: “Indústria, sistema monetários – A Inglaterra e sua influência sobre a crise atual”¹²¹; “Finanças – O Imposto em Inglaterra”¹²²; “Ciência Legislativa – Centralização Judiciária em Inglaterra”¹²³; “História Política – A Inglaterra – No Reinado de Guilherme IV e quando subiu ao trono Vitória Alexandrina I”¹²⁴; “Aos Princípios Fixos da Administração Atual”¹²⁵; “Indústria – Caminhos de Ferro, Canais e Carros de Vapor, nas Estradas Ordinárias”¹²⁶. Cito aqui apenas alguns dos títulos traduzidos e publicados nos jornais da época, mas a lista é bastante longa.¹²⁷

Como é possível perceber, os artigos versavam sobre assuntos das mais diversas áreas: indústria e comércio, sistemas político, judiciário e financeiro, assim como os mais recentes avanços tecnológicos e científicos. Nas páginas desses jornais, os leitores fluminenses poderiam obter informação sobre as áreas nas quais a Grã-Bretanha conseguira, ao longo de seu percurso histórico, se desenvolver de forma a se tornar a principal potência política, econômica e cultural da época.

Curioso é o fato de que nas páginas do *Jornal dos Debates* e, principalmente, d’*O Chronista* não são encontrados, pelo menos não com a mesma assiduidade, artigos que tratem exclusivamente de assuntos referentes às instituições francesas. Em geral, encontramos neles comentários sobre algumas instituições, como o parlamento, por exemplo, mas nenhum trata de analisar os mecanismos de seu funcionamento. Talvez o motivo seja porque, nessa época, a França ainda estava em fase de reconstrução de sua economia e instituições políticas, abaladas pelos sucessivos anos de guerras e conflitos internos.

¹²¹ *O Chronista*, 23 de agosto de 1838. Faltam vários números d’*O Chronista* do mês de agosto de 1838, portanto não há como saber a fonte.

¹²² *Idem*. Publicado em 5 partes: 1, 4, 6, 11 e 15 de setembro de 1838. Fonte: *Revue Britannique / New Monthly Magazine*.

¹²³ *Idem*. 31 de março de 1838. Fonte: *Revue Britannique*.

¹²⁴ *Idem*. Artigo bastante longo, publicado ao longo de vários números: 18, 20, 22, 25, 29 de setembro, 6, 9 e 11 de outubro de 1838. Fonte: *Revue Britannique / Political Weekly Paper*.

¹²⁵ *Idem*. Primeira parte do texto publicada em 8 de março de 1837. O texto completo foi publicado em 28 de junho e em 3, 5, 7, 10, 12 e 14 de julho de 1838. Fonte: *Revue Britannique / Oxford Prize Essays*.

¹²⁶ *Idem*. 15, 17 e 22 de novembro de 1838. Fonte: *Revue Britannique / Edinburgh and Foreign Quarterly Review*.

¹²⁷ O interesse desses jovens redatores de trazer ao público leitor brasileiro conhecimentos sobre aspectos políticos, econômicos e sociais da nação britânica também pode ser observado nos vários textos publicados na *Revista Nacional e Estrangeira* nos anos de 1839 e 1840, cujos redatores eram Josino do Nascimento Silva, João Manuel Pereira da Silva e Pedro de Alcântara Bellengarde.

Um comentário sobre alguns desses artigos que têm a nação britânica como foco principal talvez nos permita vislumbrar certas questões com relação a alguns dos textos ficcionais e não-ficcionais, traduzidos de fontes inglesas e publicados no *Gabinete de Leitura*. O objetivo será verificar como a Inglaterra era vista e sentida pelos redatores e colaboradores do *Gabinete de Leitura* e como isso se refletiu na escolha dos textos ali inseridos.

No artigo intitulado “Das Causas do Desenvolvimento da Indústria Manufatureira na Grã-Bretanha”¹²⁸, o autor analisa sob a ótica britânica a prosperidade e a capacidade de progresso industrial de seu país. Inicialmente afirma que os conhecimentos das duas ciências, química e mecânica, responsáveis pelas descobertas científicas que propiciaram os avanços da indústria de modo geral, já se encontravam disseminados em outros países. Sendo assim, argumenta que, se a Inglaterra não é o única a deter tal sabedoria, haveria certamente outros fatores que teriam concorrido para a sua supremacia industrial. Ao analisar as possíveis causas do desenvolvimento inglês, o autor as divide em físicas e morais, que, segundo ele, “raras vezes se encontram em outros países”. Dentre as causas físicas, aponta a riqueza do solo na produção agrícola e de bens de capital — ferro, carvão, etc., o clima ameno e a posição geográfica privilegiada, uma vez que o acesso ao mar permitia à nação inglesa fácil obtenção de matéria-prima no exterior assim como o escoamento de sua produção.

Quanto às denominadas causas morais — que são as que mais nos interessam —, o autor aponta a “segurança da propriedade” que, segundo ele, na Inglaterra se goza “mais que nem um outro país da Europa” desde o estabelecimento da casa de Hanover.¹²⁹ A manutenção da estabilidade econômica e conseqüente progresso material estavam vinculados à proteção, por parte do Estado, dos direitos individuais:

A boa fé inviolável com que o governo guarda suas promessas, o respeito que a legislatura testemunha pelos direitos individuais, dão às nossas instituições sobre a propriedade um caráter sagrado e solene. Nunca o capitalista inglês hesitará expor-se aos riscos de uma empresa pelo temor de que sua propriedade não seja suficientemente protegida; semelhante idéia nunca é lembrada por alguém. Os capitais empregados em qualquer

¹²⁸ *Idem*. 15 de fevereiro de 1837. É muito provável que esse artigo tenha sido traduzido, uma vez que a voz enunciativa se utiliza dos pronomes “nós” e “nosso” quando se refere à Inglaterra. Apesar de, no seu final, haver indicação de continuação, isso não ocorre. Sendo assim, não há como precisar a fonte.

¹²⁹ A real casa inglesa de Hanover (1714-1901) iniciou-se com o reinado de George I, sucedido por George II, III, IV, William IV e Vitória.

manufatura de Manchester são tidos por tão seguros, como se fossem convertidos em propriedades rurais em Devonshire. Sem essa confiança¹³⁰ pública, de que nos serviriam nossas minas de ferro e de carvão, nossa posição insular e nossas outras vantagens? Desde que se pudessem conceber justas inquietações sobre as garantias da propriedade, fechar-se-ia nossa carreira comercial. Se o sistema judiciário e administrativo que rege a Inglaterra inspirar algum dia a menor desconfiança, nossa queda seria mil vezes mais rápida que nossa elevação...

Temos aqui exposto um dos pilares da Economia Política, no qual cabia ao Estado permitir a independência e liberdade de movimento do empreendedor e, ao mesmo tempo, garantir por meios de suas instituições os direitos individuais e a preservação da propriedade, seja esta física ou na forma de capital.

É nessa mesma perspectiva que um jornalista brasileiro analisa o progresso da outrora denominada “nação de pescadores”, que soube

...tirar vantagens da indústria rural e manufatureira, cujos produtos procurando consumo além dos mares, (...) atraem ao seu país novos valores e novas exigências: a consequência foi o emprego de braços, que, de puros consumidores se tornaram produtores; a elevação do comércio, cujos agentes cogitando meios de fazer valer os frutos de toda a indústria, por interesse próprio, animaram a mesma indústria e introduziram **o amor do trabalho**, que concorre para o bem geral e prosperidade comum.¹³¹ (meu grifo)

Em seu artigo “Sobre a Escravatura”, Torres Homem aponta a falta de amor e de incentivo ao trabalho por parte das classes livres brasileiras como uma das consequências da economia baseada no sistema escravocrata, para ele, raiz de nosso atraso em relação às nações industrializadas:

A sede dos públicos empregos, e a esquiva para as profissões industriais são fatos mui gerais entre nós, e que amiudadas vezes hão sido assinalados pela administração, como uma enfermidade do corpo político. O negociante, que pelas economias feitas sobre os benefícios realizados no seu comércio acumulou um certo cabedal, nenhum outro destino dá na generalidade

¹³⁰ No texto original a palavra grafada é “congança”; por certo um erro tipográfico.

¹³¹ *Jornal dos Debates*, 7 de outubro de 1837. O artigo é assinado por reticências.

dos casos aos seus filhos a não ser a carreira dos cargos do Estado. Os filhos uma vez empregados públicos consomem improdutivamente riquezas, que empregadas sob a forma de capitais no engrandecimento paterno, lhes procurariam posição mais útil a si, e à prosperidade material do país.¹³²

Em contrapartida, o trabalhador livre

...para não sucumbir na concorrência dos outros da mesma espécie, cura de dar a seus órgãos aptidão, e destreza, e a seu espírito a maior capacidade técnica, tanto mais que sabe, que por esse meio se enriquece de um duplo capital, capital tão verdadeiro, e tão real, como as máquinas, as matérias primeiras, e o numerário do empresário de indústria, que o assalaria.¹³³

No Brasil, o liberalismo econômico adotado pelas nações européias batia de frente com a herança colonial baseada no sistema escravocrata e latifundiário, problema central na formação da nossa classe burguesa, que, ao longo de praticamente todo século XIX, se verá na dependência da política do “favor”.¹³⁴ Em um artigo sob o título “Os Novos Empregados”, o redator d’*O Chronista* dá a dimensão do problema ao comentar o grande influxo de candidatos para o preenchimento de algumas vagas de emprego no consulado:

Na posição atual de nossa sociedade, tendo de um lado escravos com monopólio de todas as ocupações mais trabalhosas, de outro os estrangeiros com o monopólio de quase todas as profissões industriais, que recurso terá o pobre cidadão brasileiro para que dele tire sua subsistência? Ser empregado público. Possível lhe não é lutar com o estrangeiro que, isento do ônus social, só goza das vantagens que a sociedade lhe oferece. O comércio o rejeita: falta de capitais, ele não pode lançar-se em altas especulações, preciso lhe é começar pelo tirocínio, e esse tirocínio lhe é vedado; a indústria o repele; e como, baldo de capitais, baldo da necessária inteligência prática, como lutaria

¹³² Nitheroy, *op. cit.*, vol. 1, p. 79.

¹³³ Idem. p. 63.

¹³⁴ Richard Graham estuda a disseminação do patronato como prática política e seus efeitos no processo social do Brasil oitocentista. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Trad. Celina Brant. Rio de

ele contra a perfeição dos produtos que quotidianamente nos trazem da Europa? Os ofícios mecânicos mesmo estão lhe vedados, porque, quando mesmo ele tivesse bastante filosofia para não se achar humilhado por ombrear com o escravo nesse serviço, como lutar ainda com o estrangeiro que enche nossos armazéns com objetos de toda espécie, já manufaturados, e que, se nos não manda paredes feitas, madeiramentos de prédios já preparados, é só por lhe ser isso impossível. Restava-lhes a carreira dos estudos, podiam ser médicos ou letrados: nem mesmo esse recurso lhes ficou; as revoluções de Portugal se encarregaram de fornecer-nos advogados aos milheiros, e as academias da França um sem número de médicos. Nesse estado de cousas, ou hão de os Brasileiros abandonar ao triunfo do estrangeiro as nossas cidades mais populosas, indo formar novas colônias no interior dos nossos sertões, ou hão de anelar um emprego, espreitar uma vaga e tornarem-se pretendentes.

(...)

No meio desse tropel confuso de pretendentes que todos, por costume de nossa terra, empregam toda a proteção e valimento de alguns amigos e padrinhos, a quem há de o ministro atender? Força é que mais de 100 por um hão de ficar excluídos. As habilitações mais ordinárias com as quais se julga todo e qualquer em circunstâncias de ser atendido são as mais comuns e triviais possíveis. No conflito pois de tantas pretensões, de tantas recomendações, como pode o ministério instituir um exame preliminar sobre a capacidade e moralidade do nomeado, sobre sua aptidão para as funções de que deve ser encarregado? A quem confiará ele essa indagação, esse exame?

Por outro lado, o número dos pretendentes é de ordinário o cêntuplo do dos (sic) empregos a preencher; a escolha de um ofende pelo menos a 99. São 99 inimigos que ganha o ministro, e com eles todos os seus protetores e amigos; e num país como o nosso, em que os interesses pessoais dominam as afeições e ódios políticos, quem pode afirmar que não influam tanto ou mais ainda sobre a existência de um gabinete os interesses pessoais que houver ofendido, do que a marcha de sua política, as medidas que toma de interesse geral?¹³⁵

Como é possível perceber, a prática institucionalizada do favor tornava difícil ao cidadão da emergente classe média brasileira vencer pelos seus méritos pessoais. Se, ao longo das décadas seguintes, vários desses intelectuais serão de alguma forma

Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. Para a relação entre processo social e forma literária ver Roberto Schwarz. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

¹³⁵ *O Chronista*, 1 de dezembro de 1838.

beneficiados por essa mesma prática, no momento aqui sob enfoque, pode-se dizer que eles ainda acreditavam que, se houvesse um empenho do setor político e da sociedade como um todo, tal situação poderia ser alterada. Daí por que os modelos europeus eram estudados e pensados como possíveis para nossa sociedade. E como se observará, no quesito modernidade, a Inglaterra recebeu tratamento privilegiado nas páginas do *Gabinete de Leitura*.

JORNAL DOS DEBATES

POLITICOS E LITTERARIOS.

Publica-se nas Quarta-Feiras e Sabbados. — Subscreeve-se nesta Typographia. — O Preço da Assinatura é de 3000 rs. por Trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro. — Typographia de Crémère, rua do Ourilão, n. 104.

INTERIOR.

ORADORES PARLAMENTARES.

Em uma época, em que as faculdades do espirito parecem resmuntir-se da universal decadência de todas as cousas, não valeria talvez a pena que nos demorássemos um instante na contemplação da nossa tribuna parlamentar. Mas alguns talentos nada tem perdido no naufrágio geral, outros avultaram em força na presença da moderna propaganda do empirismo, outros alimentam pretensões, que lhes assentam mal, e estas considerações convidam ao exame.

No primeiro plano do quadro entre os oradores, que mais fixam as vistas na camara dos deputados, eleva-se a cabeça admirável do Sr. Bernardo Pereira Vasconcellos. A sua dicção é despidida de ornamentos, a sua elocução um tanto pesada, lenta, e difficil, mas abastecida de uma argumentação substancial, serrada, nervosa, sarcástica, e poderosa. A sua ironia de lâmina fina punge como a ponta de um punhal. Ninguém conhece melhor que elle a estratégia parlamentar, e a arte de combater um ministro: De princípio não atemoriza o adversario, antes enternecce-se pelo seu destino, tranquillisa-lhe o espirito, e ao mesmo tempo dirige-lhe interpeellações umas após outras, que são outras tantas circumvallações para a defesa, em caso de assedio. O ministro allucina-se, abandona-se durante um momento ao sentimento de uma falsa segurança, mas pouco depois vê-se atordido, e como enlaçado pelos nós indissolúveis de uma serpente, que o comprime, e suffoca. É o primeiro tactico da camara, e o mais formidável antagonista de um governo. Si o ministro irrita-se, e ataca com violencia a opposição, elle responde com a prudência do philosopho, e a mais perfeita moderação, afim de tirar-lhe o direito de ter razão. Si o ministro mostra-se insensível aos golpes da opposição, para dispersal-o, lança-lhe um epigramma, que vai ferir-lhe o intimo do coração. As inflexões da sua voz, ainda que pouco harmo-

niosas, tem alguma coisa de sentimental, que interessa, e capta a benevolencia da camara. Todo occupado em calcular os effeitos do ataque, elle despreza os atavios brilhantes no discurso, tanto mais que sabe que a simplicidade, e o natural constituem a verdadeira eloquencia dos modernos.

No seo da triste quadra, em que vivemos, quando os ministros mystificam systematicamente a camara, e o paiz, falsificam as instituições, e compromettem os publicos destinos, a existencia de um tal homem é um contrapeso de immensa vantagem. A abundancia, a extensão das suas ideias, a variada riqueza de instrução em todos os ramos da sciencia do estadista dão-lhe nos trabalhos da camara uma decidida importância.

O Sr. Montezuma. — Si o grande numero de palavras constituissem o orador, nem gregos, nem romanos, nem modernos oradores poderiam correr parelhas com o Sr. Montezuma. O seu orgão pode ser definido: uma maquina de vapor de alta pressão, que borbota de legoas de palavras por hora. O fallar prodigiosamente parece ser uma necessidade da sua natureza. Si no fim de um longo discurso sente-se affadigado, então perora outro tanto, como meio de descanso. Prolixo, diffuso, desordenado, prodigo de movimentos oratorios, poucas vezes subjuga completamente a attenção da camara.

Dialectico habil, versado em todos os arcanos do sofisma, ninguém pode como elle rivalisar na arte de emaranhar uma questão. Como *Carnades*, elle tras, sobre um mesmo assumpto, as razões pró e contra nas duas algibeiras, e tira umas, ou outras segundo as exigencias da occasião. Republicano e realista, reformista e anti-reformista, irreligioso e devoto, não crê em cousa alguma, nem em si proprio. Arredado do poder toda sua vida, elle o saborea hoje com a avidéz de um famelico. Cada dia, ao entrar para a secretaria, deixa na porta as suas ideias politicas de 1832. Haveria n'este homem espantoso alguma coisa de *Di Jorio de Mozart*, si não fura a ausencia de impavidez no seu caracter. Um dos oradores mais instruidos do paiz, carece todavia de systema, de vistas geraes, de plano de conducta. A natureza volcanica do seu

carácter resiste á generalisação das ideias, e a estabilidade dos principios. Para conciliar-se o voto, e as disposições do publico, nada ha que elle não prometta, até mesmo o impossivel, a conquista da lua, e a sua junção aos domínios brasileiros. A sua alma necessita constantemente de fortes emoções. Nada o atormentaria tanto como o silencio sobre o seu nome; preferiria antes ser accusado das maiores enormidades, sem tanto que essa accusação fizesse estrondo no mundo, e lhe desse renome. O horror contra a obscuridade da vida, ou ao menos da vida sem emoções, o lançou sempre nas filas dos partidos os mais violentos; e foi tambem esse o principal motivo, por que accitou uma pasta do governo para continuar a deploravel politica, que tem alienado de si todos os corações, que batem pela sorte do paiz.

O Sr. Calmon. Uma das horas da tribuna brasileira, a eloquencia do Sr. Calmon tem um não sei que de infinito, de vaporoso, de analogo ao gemido das cordas de uma lyra, e ao ruído harmonioso de um regato, que se resvala em um bosque emalado de flores.

As combinações cadenciadas da sua phrase sem affectação, e pedantismo, o emprego dos termos sempre nobres, e apropriados, a regularidade nas disposições do discurso, uma argumentação lucida, viva, e brilhante, facilidade e abundancia na elocução, um orgão musical, que imprime ao seo recitado alguma semelhança com o trinado dos passaros mais harmoniosos, tuez são as principaes qualidades, porque se distingue na camara o illustre orador. Encantado pela consciencia do proprio talento, negligencia algumas vezes servir os discursos, e offerece abertas aos assaltos do inimigo. A sua facundia regala tanto os deputados da roça, como os das cidades. Nas sessões tempestuosas da tribuna da nossa primeira legislatura, accommettido pelos ataques os mais violentos de seus adversarios, não se turbava um só instante, a sua eloquencia, como o orvalho do crepusculo, arrefecia bem depressa as almas irritadas, e desarmava a colera dos combatentes.

O Sr. Limpo d'Abreu. — Pela escassez de oradores nos bancos do ministerio, o espirito de partido tem dado ao Sr. Limpo d'Abreu a corda do orador parlamentar. Mas não certamente nos enganamos, taxando de

Capítulo 6

A Nação Britânica no *Gabinete de Leitura*

Vários dos artigos que ocuparam as páginas do *Gabinete de Leitura* lidavam com aspectos da nação inglesa. Dentre eles, encontram-se “O Respeito dos Ingleses pelas Leis”, “Faculdade de profetizar atribuída a alguns enfermos”, “Crônica – Os Amigos de George IV”, “Notícias Estatísticas da Inglaterra”, “Isturitz”, “Fragmento inédito achado nos papéis de Lorde Byron”, “Os Duelos na Inglaterra”, “O punhal de Otelo”, “O rei Dick” e “Higiene Pública – Influência da vacina sobre a duração da vida”.

O enfoque deste trabalho, contudo, recairá sobre dois grupos de textos publicados no *Gabinete de Leitura*: um não-ficcional, intitulado “Galeria Parlamentar” e o formado pelo conjunto de prosa de ficção cuja fonte é inglesa.

6.1 A Galeria Parlamentar

A partir do final do século XVIII, os procedimentos do Parlamento Britânico passaram a ser publicados nos jornais ingleses. O debate político, antes restrito às Câmaras, passa a ser acompanhado e discutido de forma mais intensa pela esfera pública. A acirrada luta entre interesses políticos divergentes e a constante pressão por reformas travada na arena parlamentar entre os membros do partido Tory, de caráter conservador, e Whig, de tendência liberal, levam um número maior de periódicos a publicar em suas páginas os discursos e embates dos membros do Parlamento Britânico. Sob essas novas condições, os parlamentares não demoram muito para perceber a necessidade de adaptar seu discurso à cada vez mais dominante cultura impressa. Conceitos como sinceridade e confiança políticas passam a ser remodelados por meio das técnicas retóricas.

No final de 1835, James Grant (1802-1879), jornalista escocês, publica *Random Recollections of the House of Commons, from the Year 1830 to the Close of 1835, including Personal Sketches of the Leading Members of All Parties. By One with no Party*. O interesse público por assuntos referentes ao parlamento faz do livro um sucesso; em 1836, o livro já contava com quatro edições.

Há indícios de que os artigos sob o título “Galeria Parlamentar”, publicados em vários números do *Gabinete de Leitura*, constituem trechos desses *sketches* publicados por James Grant.¹³⁶

A “Galeria Parlamentar”, como o título indica, constitui-se de pequenos quadros, quase retratos, de alguns dos parlamentares ingleses que gozavam de certa influência na época. O objetivo do artigos que a compõem não é tanto a discussão de temas políticos, mas a descrição mais ou menos minuciosa da aparência, vestimenta, postura, gestos, entonação de voz, o poder de persuasão e o efeito de um discurso sobre os outros membros do parlamento.

A voz enunciativa é a do observador que, habituado a presenciar a rotina dos debates durante muitos anos, outorga a si mesmo a autoridade da descrição e do julgamento imparcial, apartidário. Como ele mesmo indica,

Tendo eu por ofício no espaço de muitos anos transcrever a facúndia destes senhores, estudar-lhes o gestos, copiar-lhes as vistas, e notar-lhes a inflexão de voz, tive tempo de entrar mesmo no cenário; e ainda quando me faltasse sagacidade, sobrava-me a experiência.¹³⁷

Alguns dos membros do Parlamento Britânico retratados na “Galeria Parlamentar” também eram homens ligados à imprensa e escritores. É o caso, por exemplo, de John Wilson Croker (1780-1857), político irlandês, assíduo colaborador da *Quartely Review* (1809-), periódico de tendência conservadora¹³⁸. Depois de um comentário irônico acerca do pedantismo de Croker, o narrador assim o descreve:

M. Croker é um homem alto e bem feito que há 28 ou 29 anos tem assento na câmara dos comuns. Sua cabeça calva se eleva acima da mor parte

¹³⁶ Não foi possível o acesso ao livro. Contudo, encontrei algumas citações referentes à obra que continham trechos muito semelhantes a certas passagens dos artigos da “Galeria Parlamentar”. Fica aqui, portanto, registrada a possibilidade de a versão brasileira ter sido retirada dessa obra de James Grant. De qualquer forma, os comentários sobre a “Galeria Parlamentar” serão sobre a versão em português, publicada em vários números do *Gabinete de Leitura* (n. 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15 e 16). Para efeito de registro, os referidos trechos do livro de James Grant, *Random Recollections of the House of Commons...*, London: Smith, Elder & Co. 2nd edition, 1836, referentes aos parlamentares Richard Chandos e Charles W. Williams Wynn, podem ser encontrados no endereço eletrônico:

http://www.dukesofbuckingham.org/sources/printed/other/grant's_recollections.htm

Acesso outubro de 2006.

¹³⁷ *Gabinete de Leitura* n. 15, de 19 novembro de 1837.

das cabeças de seus colegas. Tem de altura quase seis pés, abusa da gesticulação, toma mil posturas teatrais, e pela veemência de seu acionado obriga a câmara a escutá-lo. Espirituoso advogado, que não possante orador, não gosta de longos discursos, mas é excelente em suas respostas vivas e improvisadas: é então que ele enlaça e aperta seu adversário, ataca-o com viveza pelo lado que lhe conhece fraco, e o faz perder a posição imediatamente. Para bem apreciá-lo é necessário vê-lo mudar de postura, agitar-se no banco, jogar um sarcasmo, opor ao orador adverso uma objeção de má-fé, não escutar sua resposta, maçá-lo com a mesma objeção arranjada em outros termos, e combatê-lo por todos os meios de que se lembra. Sua tática parlamentar parece-se com sua crítica no jornal *Quartely*, engraçada, viva, calorosa, mas sem consciência e sem convicção. Era muito curioso ouvir outro membro da mesma câmara, M. Jeffrey¹³⁹, proprietário e principal redator da *Revista de Edinburgo* (sic), responder em estilo grave aos ataques do corifeu da *Quartely*, e tirar de sua coleção algumas páginas sábias para opô-las à viva dialética de seu adversário.¹⁴⁰

Alguns dos artigos podem ser lidos como uma continuação dos anteriores. É o caso, por exemplo, do artigo sobre Michael Tomas Sadler (1780-1835), no qual o narrador compara seus atributos discursivos aos de Croker, publicado dois números antes:

Thomas-Michel (sic) Sadler, distinto economista político, homem benfazejo, e cuja recente morte para seu partido foi perda real, não era dotado de nenhuma das qualidades do senhor Croker. A sua inteligência era tarda posto que solerte; era laborioso e lógico, mas não valia nada na guerra parlamentar, que quase toda é de surpresas, correrias, saques e escaramuças. Tinha-o feito ídolo do seu partido o seu primeiro discurso. Mas ignoravam que aquele improviso que levou três horas a recitar, tinha levado a compor três meses de trabalho aturado! Quando viram que nas mais importantes questões ele se calava depois de ter tão brilhante (sic) começado, quebrou-se então o encanto, e o desengano foi completo. A ocasião mais oportuna, (...) as mais

¹³⁸ John Wilson Croker também foi o editor do livro de Boswell, *Life of Johnson* (1831) e iniciou a edição anotada dos escritos de Pope.

¹³⁹ Francis Jeffrey (1773-1850). Crítico e jurista escocês. Um dos fundadores da *Edinburgh Review* (1802), e seu editor entre 1803 e 1829. Foi membro do Parlamento entre 1830 e 1834. Jeffrey, assim como o escritor Thomas B. Macaulay (1800-1859), o economista Sir Robert Torrens (1780-1864) e o médico Joseph Hume (1777-1855) são retratados no último artigo da “Galeria Parlamentar”, publicado no *Gabinete de Leitura* n. 16, de 26 de novembro de 1837.

¹⁴⁰ *Gabinete de Leitura* n. 5, de 10 de setembro de 1837.

favoráveis circunstâncias não eram capazes de excitar a atividade de seu espírito; confundia-o qualquer objeção, e tanto nas comissões como nos comícios (...) bastava atacá-lo para o vencer. Então gaguejava, perdia o fio do discurso, (...) e oferecia ao inimigo um fácil triunfo! Parece que esta desgraça é comum às inteligências mais dadas à meditação; e com efeito observa-se que lhes é indispensável o silêncio, o remanso de espírito e o repouso de gabinete; precisa agitar as questões profundamente; perturba-o a polêmica, e toda a armação da sua dialética cai por terra ao simples toque dum epigrama. Nos seus discursos preparados notava-se uma certa solenidade lúgubre, que estava em perfeita consonância com a sua fisionomia pensativa, a sua avançada idade, cabeça branca, e voz nasal semelhante a da maior parte dos pregadores. O caráter sério, tímido e frouxo no combate que temos descrito, foram causa de não poder responder a graves acusações que contra ele intentou um adversário político, e que o desacreditaram na opinião pública. Não foi reeleito.¹⁴¹

Acredito que estes dois exemplos são suficientes para ilustrar o tipo de comentário que esse narrador-observador tece acerca dos vários parlamentares britânicos que compõem a sua galeria. O tom é o de quem conhece a fundo os combatentes e as armas que utilizam para vencer a batalha na arena política. Pode-se até dizer que, independentemente de o leitor conhecer ou não as figuras narradas, sua leitura não deixa de ser divertida e prazerosa.

Considerando-se que durante o período regencial a prática parlamentar no Brasil estava dando seus primeiros passos, parece ser significativo o que um colaborador do *Jornal dos Debates* comenta sobre a inexperiência de nossa vida parlamentar: “...os nossos costumes políticos começam apenas a formar-se; ainda longe estamos de ter contraído os hábitos da vida representativa.”¹⁴²

Portanto, vistos à luz do contexto histórico brasileiro da época, não é difícil imaginar que esses artigos pudessem despertar um razoável interesse. Isso porque, a oratória, que até então tivera lugar privilegiado no púlpito, passa a ser vista como poderoso instrumento de atuação e intervenção política. Para esses jovens intelectuais, as futuras “revoluções” do mundo moderno seriam travadas na arena parlamentar.¹⁴³

¹⁴¹ *Idem* n. 7, de 24 de setembro de 1837.

¹⁴² *Jornal dos Debates* n.15, 21 de junho de 1837.

¹⁴³ Um exemplo de parlamentar por eles admirado é o irlandês Daniel O’Connell (1775-1847), conhecido como “O Libertador”. Citado em vários artigos tanto no *O Chronista* quanto no *Jornal dos Debates*, O’Connell era visto como o grande exemplo de político moderno que, por meio da mobilização da opinião

Em seu “Estudos sobre a Literatura”, Pereira da Silva subdivide a oratória entre a religiosa e a parlamentar. Aponta o declínio da religiosa depois do século XVIII, elegendo Monte Alverne como um dos poucos sucessores digno dos grandes pregadores do passado, dentre eles o padre Antônio Vieira.¹⁴⁴ Quanto à eloquência parlamentar, Pereira da Silva alega que ela

... somente com a liberdade e a emulação se desenvolve; é por isso que seu brilho só de quando em quando aparece (...) Hoje tem ela grande influência na sociedade, porque a liberdade fulgura com todo o seu esplendor; os Oradores mais afamados são Lord Gray, O’Connell, Peel, Royer Collard, Guizot, Berryer e Lord Althorpe.¹⁴⁵

Coincidência ou não, às vésperas da renúncia de Diogo Feijó, o *Jornal dos Debates* publica um artigo, intitulado “Oradores Parlamentares”, no qual a técnica discursiva dos mais importantes políticos brasileiros da época é comentada. Cabe notar que Bernardo de Vasconcelos era, na época, o deputado que encabeçava a oposição ao governo de Diogo Feijó:

No primeiro plano do quadro entre os oradores que mais fixam as vistas na câmara dos deputados, eleva-se a cabeça admirável do Sr. Bernardo de Vasconcelos. A sua dicção é despida de ornamentos, a sua elocução um tanto pesada, lenta, e difícil, mas abastecida de uma argumentação substancial, serrada, nervosa, sarcástica, e poderosa. A sua ironia de lâmina fina punge como a ponta de um punhal. Ninguém conhece melhor que ele a estratégia parlamentar, e a arte de combater um ministro. De princípio não atemoriza o adversário, antes entenece-se pelo seu destino, tranqüiliza-lhe o espírito, e ao mesmo tempo dirige-lhe interpelações umas após as outras, que são outras tantas circunvalações para a defesa, em caso de assédio. O ministro alucina-se, abandona-se durante um momento ao sentimento de uma falsa segurança,

pública e de sua atuação e eloquência no parlamento inglês, conquistou reformas importantes para seu país, principalmente para o segmento católico da sociedade irlandesa.

¹⁴⁴ Antonio Candido credits to the personality of Monte Alverne part of the fascination that the preacher exerted on his contemporaries. Beyond the discourse, whose emotion was contagious, Antonio Candido stresses in Monte Alverne “the cult of the proper *eu* and the necessity of making it public. In the sermons where he seems really to be engaged, there is a search for personal effects, references or allusions to his capacity, as much as it permits a genre in which the orator must, theoretically, put himself on the margin.” *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, Vol. 1, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, p.273.

¹⁴⁵ *Niterói*, n.2, p. 240.

mas pouco depois vê-se aturdido, e como enlaçado pelos nós indissolúveis de uma serpente, que o comprime, e sufoca. É o primeiro tático da câmara, e o mais formidável antagonista de um governo. Se o ministro irrita-se, e ataca com violência a oposição, ele responde com a prudência do filósofo, e a mais perfeita moderação, a fim de tirar-lhe o direito de ter razão. Se o ministro mostra-se insensível aos golpes da oposição, para despertá-lo, lança-lhe um epigrama, que vai ferir-lhe o íntimo do coração. As inflexões de sua voz, ainda que pouco harmoniosas, têm alguma coisa de sentimental, que interessa, e capta a benevolência da câmara. Todo ocupado em calcular os efeitos do ataque, ele despreza os atavios brilhantes no discurso, tanto mais que sabe que a simplicidade, o natural constituem a verdadeira eloquência dos modernos...¹⁴⁶

Nota-se que o texto brasileiro, sob o aspecto da construção discursiva, revela semelhanças expressivas em relação aos da “Galeria Parlamentar”. Assim como nestes, a voz que enuncia no *Jornal dos Debates* preocupa-se mais em registrar as táticas discursivas, os gestos, posturas e entonação de voz dos parlamentares retratados do que as suas idéias ou propostas políticas. Os vocábulos utilizados também não diferem: elocução, dicção, argumentação, discurso, ironia, sarcasmo, polêmica, dialética. Todavia, o que chama atenção em ambos os textos é a atuação parlamentar ser retratada em termos de uma guerra, de um combate. Como é o caso de Croker, que “enlaça e aperta seu adversário, ataca-o com viveza pelo lado que lhe conhece fraco, e o faz perder a posição imediatamente”. Por seu turno, a ironia de Bernardo de Vasconcelos é descrita como uma “lâmina fina [que] punge como a ponta de um punhal”. Da mesma forma que o adversário de Croker, o ministro brasileiro, diante do ataque de Vasconcelos, se vê como que “enlaçado pelos nós indissolúveis de uma serpente, que o comprime, e sufoca”.

Difícil afirmar com certeza que o artigo do *Jornal dos Debates* sobre os parlamentares brasileiros tenha se inspirado na “Galeria Parlamentar”. Todavia, vistos como modelos textuais não se pode deixar de considerar a semelhança.

Levando-se em conta o momento político instável que o Brasil atravessava naquela época, com as constantes ameaças de revoltas que ameaçavam pôr em risco a unidade nacional, a crença generalizada entre a classe intelectual era a de que o embate político deveria ser travado na arena parlamentar. Sendo assim, pode-se supor que

¹⁴⁶ *Jornal dos Debates*, 13 de setembro de 1837. Na sequência do artigo são analisados o discurso dos deputados: Montezuma, Miguel Calmon, Limpo de Abreu, Rebouças e Rodrigues Torres.

artigos do tipo “Galeria Parlamentar” talvez fossem lidos com razoável interesse, pelo menos, por determinada camada do público leitor.

6.2 A prosa de ficção britânica no *Gabinete de Leitura*

Dos noventa e dois textos ficcionais, oferecidos aos leitores fluminenses pelo *Gabinete de Leitura*, dez registram como fonte publicações ou autores de língua inglesa. Tal dado não implica, porém, que não haja no *Gabinete de Leitura* outras histórias possivelmente retiradas de fontes britânicas. Isso porque a crescente circulação de periódicos nacionais e, principalmente, estrangeiros que traziam em suas páginas textos ficcionais e não-ficcionais retirados das mais variadas fontes — na maioria das vezes sem fornecê-las aos leitores — torna difícil estabelecer com exatidão a questão da origem.

A falta de leis que regulamentassem os direitos autorais e a prática comum da publicação anônima ou sob pseudônimo tornavam propícia a apropriação de textos, principalmente de jornais e revistas estrangeiros. Cruzando o Atlântico nos inúmeros paquetes que aportavam em terras brasileiras, os periódicos franceses e ingleses eram os preferidos. Não só por trazerem as notícias “de fora”, muitas vezes balizadas pelas opiniões e comentários de escritores e jornalistas de renome e prestígio por aqui, mas também porque em suas páginas os leitores sabiam que encontrariam histórias para todos os gostos.

No caso específico dos empréstimos de textos britânicos, a possibilidade de que nem sempre os redatores brasileiros tenham ido diretamente às fontes originais não deve ser desprezada. Isso porque, num recente estudo, Ramicelli demonstra a importância da intermediação de uma revista francesa — a *Revue Britannique* — na recepção de textos ficcionais britânicos, publicados em periódicos e revistas fluminenses da primeira metade do século XIX.¹⁴⁷ Rastreando os caminhos e descaminhos percorridos pela ficção britânica desde sua origem nas revistas e periódicos ingleses até as páginas das publicações brasileiras, Ramicelli constatou a passagem de parte considerável dessa

¹⁴⁷ Ramicelli, Maria Eulália. *Narrativas Itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira em periódicos do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de Doutorado. (mimeo). A importância da intermediação da *Revue Britannique* também pode ser percebida nos inúmeros artigos não-ficcionais que foram publicados, principalmente nas páginas de *O Chronista*, que citam como fonte a revista francesa e não o original inglês.

ficção pelo crivo dos tradutores franceses antes de serem traduzidas pelos brasileiros. Levando em conta esses tortuosos percursos, a análise comparativa desse processo tradutório da ficção britânica revelou as múltiplas intervenções dos tradutores franceses e brasileiros que, em muitos dos casos, alteraram de maneira significativa a versão que chegou às mãos dos leitores brasileiros.

Com relação a esse conjunto de textos ficcionais britânico, primeiro, faremos uma breve apresentação das narrativas, destacando as diferenças mais significativas que algumas delas possuem em relação ao original inglês. Levando-se em consideração a discussão até aqui empreendida, verificaremos quais os possíveis significados que a versão brasileira adquiriu. Num segundo momento, compararemos o *corpus* ficcional britânico com as demais narrativas do *Gabinete de Leitura* de forma a averiguar suas peculiaridades.

“Uma Noite no Mar”, como o próprio título indica, é uma aventura marítima. Conta a batalha de um navio inglês, Davy Jones, e uma misteriosa escuna americana, que parecia ser dotada de poderes sobrenaturais, nas águas da Jamaica numa noite escura e tempestuosa. É o mundo dos marinheiros e aventureiros do mar. O texto completo foi publicado na *Blackwood's Magazine* em cinco partes, cada uma com um título próprio. “Uma Noite no Mar” é a versão de “Davy Jones and the Yankee Privateer”, publicada em julho de 1830¹⁴⁸.

“O Testamento”, cuja autoria o *Gabinete de Leitura* atribui ao poeta inglês George Crabbe, é uma narrativa com um forte tom de desencanto ao final.

Wallack é um rico proprietário de terras. Desgostoso com o estilo de vida e as tendências ao vício de seu filho, resolve fazer um testamento no qual o filho nada herdaria. Nesse testamento o maior beneficiado é o senhor Wright, um velho amigo da família. Ao saber que George nada herdará no testamento, Wright tenta fazer Wallack mudar de idéia, aconselhando-o a dar uma segunda chance ao rapaz. O pai aceita o conselho, dizendo que providenciará um segundo testamento. Por via das dúvidas, pede ao amigo que guarde o primeiro caso alguma coisa aconteça. O pai faz um segundo

¹⁴⁸ Os cinco episódios e as datas de sua publicação na *Blackwood's Magazine* são: 1) “A Scene of Bermuda” (setembro de 1829); 2) “The Cruise of H. M. S. Torch” (novembro de 1829); 3) “Heat and Thirst, - A Scene in Jamaica” (junho de 1830); 4) “Davy Jones and the Yankee Privateer” (julho de 1830); 5) “The Quenching of the Torch” (outubro de 1830). A versão brasileira compreende apenas o quarto episódio.

testamento no qual lega ao filho a propriedade, assim como dá a Wright e a alguns parentes determinada soma em dinheiro.

O velho morre. Logo após o enterro, George corre para o escritório do pai em busca do testamento. Quando se dá conta de que herdou toda a propriedade, abre a janela, olha para o vale “que nunca lhe parecera tão rico”:

Viu todos os trabalhadores com outros olhos, com outros sentimentos, e um gosto inteiramente novo: tudo achava belo! O lavrador que viu ao longe revolvendo a terra lhe pareceu um bom e útil escravo, cuja força admirou. Que espetáculo encantador e soberbo! Eram de meu pai, hoje são meus...

Ao término da leitura, percebe que o pai legara a parte em dinheiro para Wright e alguns parentes. O rapaz fica indignado. Sem saber sobre o primeiro testamento, George queima o segundo para não ter que dividir sua riqueza com outros. Wright pressiona o rapaz para que mostre o testamento e, após vários dias recebendo a mesma resposta, a de que não havia nenhum, tira do bolso o primeiro. Assim, de uma hora para outra, o jovem compreende que perdera tudo e que está na miséria.

Para se regenerar, aluga parte das terras da propriedade e começa a trabalhar nelas. O rapaz muda. Passa a trabalhar com afinco, levanta cedo, aprende e adquire experiência. Em pouco tempo consegue angariar suas próprias economias. Wright fica feliz com a atitude do rapaz. Pouco tempo depois, o velho amigo adoece e morre. George recebe de volta a propriedade e toda a fortuna.

O que poderia parecer um final feliz, entretanto, ganha tons de desencanto quando o narrador afirma que os anos de trabalho e economia somente aumentaram sua paixão pelo dinheiro: tornara-se um avaro... rico e solitário.

“O Livro da Vida”, como mencionado, já havia sido publicado n’*O Chronista*. É a história de um rapaz que, numa noite tempestuosa, procura abrigo em uma estalagem próxima ao mar. Ali, presencia a violenta briga de um casal (um soldado e sua esposa). Apesar do mal tempo, o casal sai de barco e não mais retorna. Exatamente um ano depois, o rapaz tem um pesadelo em que revê o casal brigando e, no sonho, o soldado mata a esposa. De ano em ano, sempre na mesma data, o rapaz sonha com o soldado em situações diversas. Quatorze anos mais tarde, sem saber o que o rapaz havia sonhado, um filósofo alemão lê no “livro da vida” o que realmente aconteceu e interpreta cada

sonho. Um oficial ferido que estava por perto reconhece ali sua história. Era o soldado que matara a esposa.

Em relação a “O Testamento” e a “O Livro da Vida”, cabe ressaltar que os textos originais não foram encontrados, pois as fontes citadas se mostraram problemáticas.¹⁴⁹ No caso de “O Testamento” não houve uma publicação com o título indicado como fonte. E quanto a “O Livro da Vida”, cuja fonte indicada é a *Restrospective Review*, também há problemas porque essa revista se dedicava a resenhas críticas e não publicava narrativas completas, apenas citações de determinados trechos das obras analisadas.

“Terêncio o Alfaiate” é uma das histórias divertidas do *Gabinete de Leitura*. O texto original inglês intitula-se “Terence O’Flaherty” e foi publicado no volume do *Forget-me-Not* para o ano de 1829. O texto é assinado por “A Modern Pythagorean”, pseudônimo usado por Robert Macnish.

O *Forget-me-Not; a Christmas and New Year’s Present for 1823* foi o primeiro *gift book* inglês, editado por R. Ackermann e sob direção de Frederic Shobel. Foi publicado de 1823 a 1847. Os chamados *annuals* ou *gift books* eram livros pequenos, destinados principalmente ao público feminino, que contavam com uma atraente encadernação em couro, com bordas douradas. Eram estrategicamente postos à venda perto da época de fim de ano para serem oferecidos como presente. Seu maior atrativo eram as belas gravuras feitas por profissionais de renome à época.

O narrador de “Terêncio o Alfaiate” inicia a história dirigindo-se ao leitor como alguém que irá contar um “causo”. A parágrafo inicial resume a história:

Ora agora, se quereis por poucos minutos calar a boca, contar-vos-ei a história de Terêncio O’Flaherty, o alfaiatezinho, de cabelos ruivos, que morava em Dublin, perto da porta de Dermot Reilly, voltando à esquerda, indo para a casa comum. Sabereis como ele tomou tabaco, bebeu uma pinga e conversou com o diabo; como lhe fez um par de calções; como conseguiu desembaraçar-se de sua mulher Judith, que tanto o atormentara com seu gênio endiabrado; e como depois foi feliz até sua morte, se é que ele morreu, porque é a cousa que eu não sei muito bem.

A epígrafe de um poema em forma de balada do poeta escocês Robert Burns também é significativa (a nota de rodapé é original do *Gabinete de Leitura*):

The de'il ran fiddling through the town,
And danced awa' wi' th' exciseman (*)

Terêncio O'Flaherty é o que na língua inglesa se chama de um *henpecked husband*, ou seja, um homem dominado pela esposa, que faz tudo o que ela manda. Assim como o “coletor de impostos” da epígrafe não é uma figura que desperta simpatias, o maior desejo de Terêncio é se ver livre da esposa, Judith.

Seu desejo é realizado quando uma noite, depois de ter bebido alguns copos e de Judith ter se retirado para dormir (não sem antes brigar com ele e jogar-lhe uma imensa batata na cabeça), aparece um estranho velho sentado à sua frente. O estranho promete que irá livrá-lo da mulher contanto que Terêncio pare de remendar os calções do reverendo e passe a coser um especialmente para ele.

Depois de muita bebida e anedotas, Terêncio percebe que o indivíduo começa a se transformar. Pouco a pouco seus olhos se tornam vermelhos como brasas e cresce-lhe uma cauda. Em meio ao entusiasmo, o estranho pega o violino (que na versão brasileira é um violão) e começa a tocá-lo. Tudo e todos passam a dançar ao som da música: cadeiras, tesouras, agulhas, copos e garrafas. É só então que Judith, atraída pela algazarra, aparece para ver o que está acontecendo. Por mais que proteste e tente lutar contra o estranho, Judith também não consegue evitar de dançar. O estranho, agora já com toda a aparência de um ser demoníaco, abre a porta da rua e carrega Judith consigo ao som do violino. Terêncio ainda os vê indo embora, dançando pelo jardim. Pergunta ao estranho sobre os calções, e este lhe diz para esquecer-los. Livre da esposa, Terêncio ri “com todas as suas forças” e mete-se “entre os lençóis da cama” ainda vestido. De manhã, a primeira coisa que fez foi verificar se Judith voltara, mas não a encontrou. Procurou pelos calções que tinha feito para o estranho, mas também não estavam lá. Encontrou somente os calções do reverendo devidamente remendados “como se neles trabalhasse a noite toda”. Perto dos calções havia uma garrafa e um copo vazio.

O narrador termina a história de forma bastante irônica:

¹⁴⁹ Baseio-me aqui no estudo realizado por Maria Eulália Ramicelli sobre a prosa de ficção inglesa publicada em periódicos fluminenses na primeira metade do século XIX, de cujo *corpus* os textos ficcionais britânicos publicados no *Gabinete de Leitura* são parte. *Narrativas Itinerantes. Op. cit.*

* O diabo correu a cidade tocando violão, e carregou consigo o arrecadador dos tributos.

Nem eu, nem qualquer outro em Dublin é capaz de dizer como isto aconteceu, mas nem por isso deixa de ser verdade, por que foi o mesmo Terêncio que mo contou com sua própria boca. Ele pensava que tudo isto se fizera por milagre, e tal é também minha opinião.

Todavia não devo calar que na vizinhança se pertendia [sic] que três meses depois tinham visto Judith com um cabo de esquadra de Connaught, que rondara a casa do alfaiate no dia em que ela se foi dançando com o velho. Mas eu não creio, e em verdade como poderia crê-lo, tendo Terêncio jurado sobre a Bíblia que os vira partir como contei? Se deveras ela dançou por tal maneira, é pouco provável que volte a Dublin, e, interessado pelo pobre Terêncio, é seguramente o que desejo de todo meu coração.

A ironia do texto está exatamente nesse narrador aparentemente despretensioso, que manda todos se calarem porque vai contar uma história, que se diz amigo do ingênuo personagem, que configura a si próprio também como um simplório, mas que ao longo da narrativa vai deixando pistas ao leitor (ouvinte?) de que o caso não foi exatamente o que pareceu ser à primeira vista. Um narrador que revela ao leitor certos traços (quase sempre negativos) de seus personagens, muitas vezes, utilizando um tom casual ou despretensioso, outras vezes, como veremos em outras histórias do *corpus* de textos ingleses, tecendo comentários bastante mordazes.

É nesse tom casual que o narrador, ao longo da história, tece pequenos comentários, descreve gestos e cenas que acabam por levar o leitor a suspeitar que Terêncio bebeu mais do que devia e que tudo não passou de uma grande armação de sua esposa e do desconhecido.

Por certo o alcoolismo era um tema que interessava ao autor. Isso porque Robert Macnish, além de colaborar com pequenos textos ficcionais para vários periódicos, era formado em medicina e, em 1824, publicou sua tese *The Anatomy of Drunkenness*, um dos primeiros estudos de caráter científico sobre o efeito do álcool no organismo físico e psíquico humano.

É também por meio da história de uma trapaça que o narrador de “Álibi” tece severas críticas ao sistema judiciário irlandês. A versão inglesa, “The Alibi; an Assize Anecdote”, de autoria do escritor irlandês Thomas Colley Grattan, foi publicada na *New Monthly Magazine and Literary Journal* de fevereiro de 1836.

Os redatores do *Gabinete de Leitura* incluíram no título da narrativa a seguinte nota esclarecedora para os leitores menos familiarizados com termos jurídicos: “Ausência do indiciado do lugar onde foi cometido o crime de que é acusado, no tempo em que teve lugar”.

O texto abre com uma espécie de prólogo no qual o narrador critica o estado de caos que toma conta das cidades da Irlanda durante a época da reunião semestral dos juízes para o julgamento dos casos pendentes:

A cabeça de comarca de um condado na Irlanda é, durante a reunião dos assises, o mais horroroso teatro da desordem. Parece que a presença da justiça personificada nos dois veneráveis juízes de grandes cabeleiras empoadas, que presidem ambos os tribunais, só serve para autorizar a violação de todas as leis. Turbulenta e ociosa a multidão vagueia em turmas pelas ruas nesses dias. Há ferimentos e injúrias; os ladrões e vagabundos, aproveitando-se do tumulto, se introduzem nas casas, esvaziam os armários, desguarnecem as mesas, roubam os animais, e embebedam-se à noite. Mesmo aos olhos dos juízes, no tribunal, se cometem os mais flagrantes delitos. O xerife e seus oficiais estão sempre ocupados em prender novos indiciados. Estas saturnais semestrais da ociosidade, do espírito de desordem e deboche, são algumas vezes assinaladas por assassinatos, e sempre por tumultos, roubos e vias de fato. Tudo isto se passa em nossos dias; pior acontecia há pouco mais ou menos um meio século. Não havia então polícia armada para manter a ordem, nem carruagens públicas para comunicar duma cidade para outra; os cinco sextos da população irlandesa gemiam sob o jugo da degradação política; então o juiz chasqueava quando resumia os debates, e fazia *calembourgs* (sic) sobre o acusado a quem condenava. A história de algumas destas sessões, tal qual foi traçada pelos escritores da época, é terrível. Eis uma anedota inédita, que nos pareceu reproduzir com fidelidade o caráter do tempo, sem contudo escurecer muito o quadro.”

A “anedota” que se segue pode ser descrita como um bem armado “teatro” por meio do qual um famoso salteador de estradas da época, capitão Quilty, fazendo-se passar por um distinto cavalheiro, consegue fornecer um álibi para um de seus companheiros no exato momento em que a sentença de morte era decretada pelo tribunal. O enredo é desenvolvido de tal maneira que a revelação e esclarecimento de que tudo não passara de um estratagema somente se dá no final

É esse posicionamento ambíguo do narrador em relação aos personagens ou à própria matéria narrada que, como veremos, configura-se um dos traços distintivos da prosa de ficção britânica em relação aos outros textos ficcionais presentes no *Gabinete de Leitura*.

“Esboços Sicilianos” foi publicada no *Gabinete de Leitura* em quatro episódios, sendo que o primeiro consiste em uma espécie de prólogo seguido de uma história completa. A segunda história, mais longa, foi dividida em duas partes. A terceira, saiu completa em uma parte. A versão inglesa, “Sicilian Facts”, foi publicada na revista londrina *The Metropolitan*. O texto inglês é uma longa coletânea de pequenas narrativas independentes entre si, que versam sobre “fatos” da vida siciliana, presenciados pelo narrador ou a ele relatados durante o tempo em que residira no país. O autor de “Sicilian Facts” é Edward D. Baynes, sobre quem não se encontrou nenhuma informação biográfica a não ser a indicação de uma outra obra sua, *Ovid’s Epistles* (1818).

O ponto de vista narrativo é o do estrangeiro que registra os costumes e paisagens da paragens exóticas. As histórias, que o narrador assevera serem “verídicas”, são, principalmente, relatos de crimes horrendos, alguns com requintes de crueldade, perpetrados por membros da nobreza siciliana que geralmente saem impunes.

Recheadas de crimes passionais, vinganças, amores e ódios extremos, torturas, castelos, ruínas, masmorras, passagens secretas, fugas e disfarces, as duas histórias publicadas no *Gabinete de Leitura* figuram entre as mais trágicas dentre as várias narrativas que compõem a série original.

Essas imagens e temas, intensamente utilizados pelos romances do tipo gótico, surgidos nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, constituíam-se como parte integrante de uma trama narrativa que tinha por objetivo explorar os meandros da psicologia humana, despertando o medo por meio da contextualização de situações verossímeis nas quais os leitores, principalmente os da classe média burguesa, pudessem se reconhecer.¹⁵⁰

Aqui, a sociedade siciliana é examinada e retratada sob o ponto de vista do homem civilizado, que considera seus membros e instituições num estado semi-bárbaro. Aos ilustres, tudo é permitido. Princípios morais e éticos são suspensos ou anulados,

¹⁵⁰ Refiro-me aqui à tradição iniciada por *The Castle of Otranto* (1764) de Horace Walpole, *Caleb Williams* (1794) de William Godwin, *The Monk* (1796) de Matthew Lewis, *The Italian* (1797) de Ann Radcliffe e *Frankenstein* (1818) de Mary Shelley. Punter, David. *The Literature of Terror: a history of gothic fictions from 1765 to the present day*. London / New York: Longman, 1980.

dando lugar às paixões em estado quase puro. A Justiça está a serviço da classe dominante, que a usa somente em proveito próprio.

Há, contudo, alguns pontos divergentes entre a versão inglesa e a brasileira que valem a pena ser destacados. No prólogo do original inglês, percebe-se que há um esforço por parte do narrador em reiterar que suas histórias são verídicas. Afirma que não mencionará nomes porque pertencem a famílias ilustres da Sicília e alega ter sido autorizado por um amigo siciliano a publicá-las. Depois de advertir os leitores do conteúdo trágico da maioria das histórias, o narrador acrescenta a seguinte nota:

It will be observed, that in most of the events related, notwithstanding the power of the offenders, and their impunity from any earthly tribunal, a severe retribution has taken place, and moral justice been satisfied even in this state. In the instances where this is not perceptible, it is to be recollected that they have been left to the acute reproaches of a guilty conscience — perhaps the severest of punishments.¹⁵¹

Por certo que, para a recatada sociedade vitoriana da época, as histórias de crimes e transgressões dos códigos morais e de boa conduta só eram admissíveis se o Mal fosse devidamente punido. Daí o esforço do narrador em garantir a qualquer custo que os culpados foram de alguma forma castigados, mesmo que a punição tenha sido a de uma “consciência culposa”.

Todavia, na versão publicada no *Gabinete de Leitura*, o narrador não faz nenhuma referência quanto à possível punição “moral” dos criminosos, o que, de certa forma, intensifica a crítica a uma sociedade, na qual a Justiça somente pune os pequenos e humildes.

“Manuscrito Achado em uma Casa de Loucos” é a versão de “A Manuscript found in a Madhouse”, originariamente publicada no volume de 1829 do *Literary Souvenir* (1825-1835), um dos *annuals* ou *gift books* mais famosos da Inglaterra. A

¹⁵¹ [“Observe-se que, na maior parte dos eventos relatados, não obstante o poder dos ofensores e a sua impunidade perante qualquer tribunal terrestre, um severo castigo teve lugar, e a justiça moral foi satisfeita mesmo nestas circunstâncias. Nos casos em que isso não fica perceptível, deve-se lembrar que a eles restaram as agudas reprovações de uma consciência culposa — talvez a maior punição dentre todas.”]

autoria da história somente foi revelada pelo original, que traz a seguinte nota junto ao título: “by the author of *Pelham*”, o qual vem a ser Edward Bulwer-Lytton.¹⁵²

A história é contada por um narrador em primeira pessoa. Trata-se do relato de um ser desfigurado, monstruoso, rejeitado pela família e pela sociedade, mas que traz dentro de si a inteligência e sensibilidade de um filósofo e poeta. Devido à sua condição, vive recluso e solitário. A figura grotesca não é descrita. O leitor somente percebe sua monstruosidade pela reação das personagens que a vêem.

Se fizermos uma comparação entre “Manuscrito Achado na Casa de Loucos” e o conto da *Bela e a Fera*, pode-se dizer que o final feliz da conhecida história é aqui substituído pelo horror que toma conta da Bela, quando vê a Fera pela primeira vez no dia de seu casamento. O horror é tão intenso que ela não resiste e morre.

Atraída pelos versos e cartas que ele estrategicamente deixa ao longo do caminho pelo qual costuma passear, a jovem acaba se apaixonando pelo poeta e filósofo que transparece em seus escritos. Passam a se encontrar à noite no bosque escuro. Mesmo informada sobre sua deformidade, ela aceita casar-se com ele sob a condição de que, primeiro, ele teria que revelar ao mundo toda sua inteligência e sabedoria.

A ousadia da narrativa fica por conta do filho (também monstruoso) que ela espera, e que morre com ela no dia do casamento. O auge do grotesco é quando o ser recolhe a jovem e o filho mortos, leva-os para sua gruta e, deitado junto a eles, “brincava com os vermes que os devoravam”.

O ser retorna ao mundo e, com a morte de seu pai, toma posse da fortuna que lhe era de direito (ele era o primogênito de uma família abastada). Não demora muito para que todos descubram que ele é o poeta e filósofo que escrevera a “grande” obra que fora publicada anônima. Cercado de admiração e possuidor de grande fortuna, não mais se sentiu sozinho.

É claro que o próprio título da narrativa dissolve qualquer eventual reação de escândalo que o público leitor vitoriano pudesse ter em relação ao seu conteúdo excessivamente fantasioso e grotesco.

¹⁵² Bulwer-Lytton foi um autor prolífico e muito popular na época, cuja produção literária foi marcada pelos diversos gêneros no qual escreveu. Começou sua carreira literária escrevendo as denominadas *silver-fork novels*, histórias que retratavam o modo de vida elegante da aristocracia. Para Bulwer-Lytton, o gênero *silver-fork* nasceu do fato de que as estruturas tradicionais sobre as quais as qualidades morais e espirituais da aristocracia até então haviam se sustentado estavam gradativa e definitivamente se extinguindo num mundo dominado pelo mercado. Conseqüentemente, a aristocracia passa a ser *fashionable*, seus hábitos, maneiras e roupas passam a ser sinônimo de elegância, principalmente para a classe média burguesa. Assim, as *silver-fork novels* passam a ser uma espécie de “manual” no qual os

“As Honras Hereditárias – História de Amor, de Mistério e de Filosofia”¹⁵³ foi originalmente publicada sob o título “Hereditary Honours – A Tale of Love and Mystery” na *The New Monthly and Literary Journal*, em 1832, cujo editor na época era o próprio autor da história, Bulwer-Lytton.

A história é contada por um narrador irônico que, por meio de uma narrativa entremeada da linguagem e cenas típicas das histórias romanescas e sentimentais, tece uma forte crítica ao conceito de hereditariedade em seu sentido amplo, como valores herdados do passado.

O dilema do protagonista, que ao longo da história não é nomeado, é ter que conviver com o fato de ter recebido por hereditariedade as honras gozadas por sua família há séculos. Utilizando-se de um jogo de omissões e pressuposições por parte dos personagens, o narrador tece uma severa crítica à sociedade inglesa vitoriana.

Vamos à história: Laura era a filha única e herdeira de um “honrado procurador” e, segundo o autor, “particularmente dada aos romances e grandes paixões”. Um dia, “que pensativa passeava em um bosque observando como as avezinhas se beijavam”, ela vê, recostado a um olmeiro, um jovem rapaz vestido com um rico traje de seda bordado. Sem perceber a aproximação de Laura e com visíveis sinais de perturbação, o “mancebo” fala consigo mesmo:

— Singular destino! Horrroso pensamento! Devo resistir? Devo fugir? Não, esse procedimento seria indigno do meu nome. Há quatrocentos anos gozaram meus antepassados de suas honras, — sem interrupção em sua linhagem: — serei o primeiro que renuncie [a] esta distinção hereditária? Longe de mim tal pensamento!

Os dois jovens se olham, suspiram e imediatamente se apaixonam. Ela julgava ter diante de si “algum nobre de distinta raça”, talvez até o “filho de um rei”. E ele, “uma celeste criatura”. A tentativa do rapaz de lhe fazer um gesto cortês foi tão abrupta e

“novos ricos” burgueses encontraram a representação de um estilo de vida que ansiavam imitar. [Davis, Philip. *The Victorians*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p.272-77]

¹⁵³ *Gabinete de Leitura*, n.11 de 22 de outubro de 1837.

violenta que quase a acertou no rosto. Ao que ela, “perpetrada do terror que convém a uma heroína de romance (...) recuou e soltou um gritozinho”¹⁵⁴.

Esse gesto desajeitado ao tentar fazer uma cortesia é a primeira pista dada pelo narrador de que, talvez, o rapaz não pertencesse à nobreza.

O narrador mais uma vez lança mão de clichês dos romances sentimentais para, de forma irônica, ressaltar o interesse de Laura pela linhagem do rapaz:

A inclinação de Miss Laura pelo desconhecido era a mais platônica possível. Ela tinha achado o ideal de todas as heroínas de romances; não lhe agradaria o namorado que deixasse o balcão; sempre em seus sonhos havia pensado ao menos no filho d'um general. Qual não foi sua alegria quando pôde dizer a si mesma: — Tenho um amante que tem avôs e avós que gozaram por quatrocentos anos... — de quê? Aí estava o principal. Laura era curiosa — interrogou seu desconhecido a respeito de sua posição social e de seu nome.

O rapaz não consegue ocultar seu nervosismo, seus gestos o traem. Alega não poder lhe revelar naquele momento, mas que... um dia ela tudo saberia.

O mistério sobre as alegadas “honras hereditárias” herdadas pelo rapaz somente será revelado no final da história depois de muita peripécia (a garota chega a pensar que estava apaixonada por um vampiro). A revelação: não se tratava de nenhum título de nobreza nem de prestígio, mas sim o de ser um carrasco oficial.

A utilização de elementos convencionais das narrativas de antigos romances, que naquela época ainda enchiam as prateleiras das bibliotecas circulantes — sensibilidade exacerbada, elogio da virtude, o recato e inocência da heroína, gesticulações, linguagem afetada, atitudes e valores como coragem, heroísmo, honra e honestidade — serve para intensificar a ironia construída entre o que os personagens dizem uns aos outros e aquilo que pensam ou só dizem para si mesmos.

Laura estava mais interessada em descobrir o eventual título de nobreza do desconhecido e o montante da fortuna que herdaria com o casamento. O “honrado procurador”, pai da donzela, nada mais é do que o burguês oportunista. A ele pouco importa se o mancebo é na verdade um nobre de estirpe ou um criminoso (a hesitação do

¹⁵⁴ Cabe registrar que a versão do *Gabinete de Leitura* não traz a frase em que o narrador descreve a tentativa desajeitada do protagonista que, ao tentar fazer um gesto de carinho, quase acerta um soco no rosto da heroína. Ao somente registrar a reação de espanto da jovem (na seqüência: o rapaz a chama de “celeste criatura”, e ela é acometida de terror), a versão brasileira acaba por comprometer a coerência dos

rapaz em responder sobre sua linhagem leva o pai a supor a existência de algum crime). Em suas cogitações, ambas possibilidades lhe afiguravam rentáveis: os laços do casamento, se o rapaz realmente fosse um nobre, ou a recompensa por entregá-lo à justiça, se fosse um criminoso. Bastava-lhe, pois, descobrir a verdade.

O dilema do rapaz, por sua vez, não estava circunscrito apenas à questão ética e moral, mas, sobretudo, econômica. Renunciar a suas “honras hereditárias” implicava renunciar também à pensão paga pelo governo. Em outras palavras, estar à mercê do mercado de trabalho. A precariedade de sua condição financeira revela-se pelo seu excessivo cuidado com suas ricas vestes. Isso porque, segundo a tradição, o carrasco tinha direito às vestes do condenado — no caso, as ricas vestes que portava foram herdadas com a morte de um marquês. Como marqueses e viscondes raramente são enforcados, o cuidado procede. Não admira, pois, que casar-se com a bela e “única herdeira” de um procurador resolveria grande parte de seus problemas.

Bem ao estilo da ironia inglesa, Bulwer Lytton dissolve a aparente “historinha” sentimental “de amor e mistério” numa crítica à divisão de classes sociais e aos valores burgueses ainda vigentes na época.

Cabe ressaltar uma diferença entre o original e a tradução publicada no *Gabinete de Leitura*, que altera o espaço onde o enredo se desenrola. Na versão inglesa, a indeterminação do espaço narrativo logo de início remete o leitor às histórias romanescas (só faltou o *Once upon a time*, ou o nosso conhecido *Era uma vez*).

There is a certain country, not very far distant from our own: in a certain small town, close to the metropolis of **this country**, there once lived a certain young lady, of the name of Laura. (meu grifo)

Na versão brasileira, o caráter ambíguo do original inglês parece não ter sido captado pelo tradutor:

Em uma cidade pequena vizinha da metrópole britânica, vivia uma moça que se chamava Laura.

eventos. Contudo, dadas as condições muitas vezes precárias em que os periódicos da época eram impressos, não se pode desconsiderar uma falha de impressão.

Parece evidente que a expressão *this country* foi tomada pelo tradutor em sentido literal. Contudo, se levarmos em conta a maneira como a frase do original inglês está estruturada — com a expressão *this country* distanciada de *a certain country*, e sua proximidade a *from our own (country)*, não é de todo impossível considerar que o intuito aqui era o de criar uma deliberada ambigüidade. Esse caráter ambíguo da indeterminação do espaço narrativo, que acentua o tom irônico do narrador ao criticar a estrutura de classes da sociedade inglesa, em parte se perde na versão brasileira quando esta indica Londres como ponto de referência.

O original inglês de “Costumes Ingleses – Um Amador da Vida Campestre”, “A Cockney Country-Gentleman”, foi na verdade publicado em junho de 1837 na revista *The New Monthly Magazine and Humorist*, cujo editor na época era Theodore Hook. A indicação errônea no *Gabinete de Leitura*, *Colburn’s Magazine*, talvez tenha sido causada pelo fato de Henry Colburn ser o proprietário da *New Monthly Magazine* na época. Como no *Gabinete de Leitura* somente há indicação da fonte (e, como vimos, incorreta), foi o original inglês que revelou sua autoria. “A Cockney Country-Gentleman” traz a assinatura **P***, utilizada por John Poole, assíduo colaborador da revista.

Importante ressaltar que o comentário sobre “Costumes Ingleses – Um Amador da Vida Campestre” revela-se mais complexo em relação aos anteriores, porque a versão publicada no *Gabinete de Leitura* apresenta diferenças significativas quanto ao original inglês. Segundo Ramicelli, a versão brasileira também difere da versão francesa publicada nas páginas da *Revue Britannique*. Ela constatou que o texto brasileiro apresenta determinados trechos que se encontram em inglês, mas não na versão francesa. De qualquer maneira, o que importa aqui não é saber se as modificações foram feitas por tradutores brasileiros ou franceses, mas verificar como essa história foi lida pelos leitores fluminenses.

“Costumes Ingleses – O Amador da Vida Campestre” é a história de Henry Fieldlove, jovem londrino que, como seu nome ironicamente indica, sonha morar no campo, longe do barulho e agitação da cidade grande. Órfão desde pequeno, Fieldlove vive com seu único parente, seu tio materno, Mr. Urby, que o educou como seu próprio filho. Às vésperas de se aposentar de seu cargo de corretor da Companhia das Índias — cargo que lhe rendera fortuna considerável —, o velho e solteiro Mr. Urby decide que é hora de Fieldlove, que nessa época conta com 16 anos, dar seu “primeiro passo na vida

ativa”. Para tanto, em acordo firmado com seus antigos sócios, Mr. Urby fornece-lhes uma certa quantia em dinheiro de forma a ficar estabelecido o ingresso de Fieldlove na empresa, primeiro como simples gerente e, assim que atingir a maioridade, como sócio nos negócios.

Não muito feliz com as perspectivas com relação a seu futuro, Fieldlove revela ao tio seu desejo de “passar a vida no campo”. Sentido-se responsável por ter despertado no rapaz esse sentimento (ocasionalmente o levava para passeios nos arredores de Londres), Mr. Urby empenha-se por dissuadir o rapaz, que acaba por ceder aos desígnios do tio.

Assim, Fieldlove assume seu cargo de caixeiro na firma e, com exceção dos domingos, que reservava para suas incursões pelos arredores da cidade, cumpre com religiosidade todas as obrigações que o trabalho lhe impõe. Não deixa, porém, de acalentar o sonho de um dia poder desfrutar as delícias do campo. E esse dia chegaria quando conseguisse dinheiro suficiente para ser o senhor de seu destino.

O acordo é cumprido e, aos 21 anos de idade, Fieldlove passa à condição de sócio da empresa. Se, por um lado, o novo cargo lhe permite se tornar financeiramente independente de seu tio, por outro, lhe traz mais obrigações e responsabilidades. Num lance irônico, o narrador afirma que a monotonia de seu trabalho (“das nove da manhã às nove da noite, seis dias por semana”) só era quebrada quando aparecia mais trabalho.

É somente aos 40 anos, já casado (com a filha de Mr. Bags, um dos sócios) e com três filhos, que Fieldlove pôde finalmente pensar em realizar seu sonho de morar definitivamente no campo. Mesmo porque nesse meio tempo, com a morte de Mr. Urby, Fieldlove recebe uma herança de 25 mil libras, quantia suficiente para se aposentar.

Morando agora com a família em sua nova propriedade rural, Fieldlove passa seus dias entre a caça e a pesca. Sua alegria, porém, teve curta duração. Com a chegada do inverno e, conseqüentemente, com os dias cada vez mais curtos, às quatro da tarde Fieldlove já estava de volta de seus “afazeres” campestres. Pouco dado a conversas e visitas sociais e sem os divertimentos que Londres oferecia, o casal logo percebe que as noites no campo podiam ser bastante longas e tediosas. Mesmo com a chegada da primavera e, portanto, da possibilidade de retornar às suas até então únicas atividades rurais, não demorou muito para que o que antes o divertia passasse a entediá-lo. Isso e as suas infrutíferas tentativas de conhecer e de se fazer conhecido por seus vizinhos acabam por levar a família de volta a Londres alguns meses depois.

Se quiséssemos resumir o comentário de “O Amador da Vida Campestre”, diríamos que a sua acirrada crítica ao sistema capitalista é construída principalmente por meio da caracterização do protagonista. Indo ao ponto, Henry Fieldlove é um sujeito medíocre. Medíocre, mas com sorte. Se não fosse pelo fato de o tio tê-lo colocado num cargo hierarquicamente acima do trabalhador comum, Fieldlove seria um daqueles sujeitos que passam a vida toda sendo e fazendo algo comum, sem relevo — um simples amanuense, por exemplo.

A crítica se torna mordaz quando o narrador deixa entrever que, para o tipo de capitalismo que por essa época já se encontrava estabelecido e em pleno funcionamento na economia inglesa — ou seja, não mais o da fase de acúmulo de capital, mas o da especulação —, Fieldlove configurava-se como o protótipo do sujeito ideal. Eram exatamente indivíduos como ele que faziam com que a máquina da especulação do capital continuasse a funcionar a pleno vapor. E se, no caso, a mola propulsora desse indivíduo forem desejos e anseios que somente possam ser alcançados após anos de trabalho árduo, tanto melhor — poupa o sistema de ter de produzi-los.

No discurso de Mr. Urby para convencer o sobrinho a, pelo menos, adiar sua idéia de morar no campo para depois de ter trabalhado na firma e angariado riqueza suficiente, é possível perceber os limitados horizontes de alguém que dedicou toda sua vida e juventude em função de acumular dinheiro. Ao afirmar que viveu toda sua vida em Londres e que não conseguia conceber a idéia de passar seus últimos dias em outro lugar, o tio imprime um tom determinístico que, como veremos, será utilizado de forma irônica pelo narrador ao longo de toda a narrativa:

O hábito é a segunda natureza; assim, posto que me tenha retirado dos negócios há quase sete anos, morreria de languidez se não fosse todos os dias ao café da praça do comércio ou da Jamaica¹⁵⁵, se não visse todos os dias algum de meus antigos fregueses, e não conversasse ora com este, ora com aquele, falando com todos sobre águas-ardentes, cafés e açúcares. Poderia eu viver em outra parte sem morrer logo de desgosto? (meu grifo)

¹⁵⁵ A Jamaica Coffee House foi a primeira casa do gênero construída em Londres, em 1652. Assim como as quase 2.000 casas que ao longo do tempo foram se instalando na capital londrina, a Jamaica Coffee House era um lugar onde os mercadores e negociantes se encontravam para discutir negócios e conseguir ou conceder empréstimos. Durante o período da escravidão, essas casas também eram utilizadas para os leilões de escravos e para se fixarem anúncios de venda ou de escravos fugidos.

Para Mr. Urby, o fato de “estar habituado” com determinado tipo de vida é que o faz, mesmo agora rico e aposentado, freqüentar os mesmos lugares para conversar com as mesmas pessoas sobre exatamente os mesmos assuntos e, por seu turno, não conseguir conceber uma outra maneira de passar seu tempo. Na opinião de Mr. Urby, para se “gozar da vida do campo ou da cidade é mister ter sido educado para isso”.¹⁵⁶

O termo “hábito”, expresso no discurso (e na vida) de Mr. Urby, será utilizado de forma irônica pelo narrador como expressão crítica da *aparente* liberdade do indivíduo moderno. Um exemplo desse fator condicionante entre o indivíduo e o meio é quando Fieldlove passa a somente conseguir pensar ou expressar seus sentimentos utilizando-se do vocabulário próprio da área comercial — característica que todos os velhos sócios da firma já possuíam.

Nesse ponto da história, a juventude de Fieldlove talvez sirva para justificar sua incapacidade de perceber os limitados horizontes de seu tio que, depois de uma vida inteira dedicada ao trabalho e acúmulo de fortuna, não consegue imaginar a si mesmo vivendo em outro lugar ou fazendo outra coisa que não seja continuar envolvido nos antigos negócios.

A versão brasileira publicada no *Gabinete de Leitura* apresenta certas omissões e modificações do texto ficcional que alteram de maneira significativa o tom de crítica ao sistema capitalista presente no original inglês. Na versão brasileira, a diluição desse tom crítico se dá de maneira mais visível na caracterização de Fieldlove.

Por exemplo, quando Fieldlove estava para ser promovido a sócio da empresa, o narrador brasileiro descreve os progressos que ele fizera até aquele momento:

Foi assim que Fieldlove chegou aos 21 anos. Os cinco anos de seu noviciado se haviam passado com grande satisfação dos snrs. Bags, Bales & Co. Graças a um trabalho infatigável, sua mão tinha-se consideravelmente melhorado; podia tirar uma conta com admirável celeridade, fazer uma fatura ou conhecimento digno (sic) dos elogios do caixeiro principal.

¹⁵⁶ No original inglês: “...to enjoy a country life, or a town life, or any particular mode of life, you must be bred to it”.

À expressão “trabalho infatigável” da versão brasileira foi retirado o adjetivo “monótono”, presente no original¹⁵⁷. Não obstante, o que realmente falta ao texto brasileiro é o comentário irônico que o narrador inglês faz logo a seguir:

That, indeed, was nearly all he could do; but, since nothing more was required of him, the satisfaction of the ‘firm’ is not to be wondered at. The march of his intellect had certainly not kept pace with the progress of his hand; and, if it marched at all, it was, to say the most of it, to the tune of a very slow march.¹⁵⁸

Vê-se, pois, que na versão brasileira o narrador registra apenas os aspectos positivos alcançados por Fieldlove no período entre a adolescência e a maioridade: 1) o não esmorecimento em relação ao trabalho árduo, 2) o progresso na habilidade da escrita e na feitura de cálculo, 3) o conhecimento prático da área burocrática do ramo comercial, e 4) a conseqüente satisfação dos empregadores.

Os aspectos negativos apontados pelo irônico narrador inglês que não se encontram presentes na versão brasileira são: 1) o trabalho incessante e monótono, 2) o fato de que as expectativas de seus empregadores com relação ao seu desempenho não eram grandes, e 3) a falta de progresso intelectual.

Ao ressaltar apenas os aspectos positivos adquiridos por Fieldlove, o narrador da versão brasileira altera de maneira significativa a caracterização da personagem agora em sua fase adulta. O caráter de homem comum, sem nenhuma qualidade expressiva e pouco inteligente, que é a linha mestra da construção do personagem no original inglês, cede lugar ao rapazinho que trabalha incansavelmente, adquire novas habilidades, aprimora as que já possui, e que, portanto, em conseqüência de seu esforço, persistência e do satisfatório resultado de seu trabalho, alcança o mérito de ser elogiado por seus superiores. Vista nessa perspectiva, a riqueza financeira que alcança na fase adulta não advém somente de seu trabalho árduo mas também é conseqüência de seu aprimoramento intelectual (além, é claro, da providencial herança recebida com a morte de Mr. Urby).

A falta de percepção que Fieldlove tem da realidade se torna mais evidente quando, já desgostoso com a monotonia de sua “vida rural”, pergunta ao cura do

¹⁵⁷ “By dint of unremitting drudgery...”

¹⁵⁸ [“Isso, porém, era praticamente tudo o que ele era capaz de fazer; contudo, desde que nada mais lhe era requerido, a satisfação da ‘firma’ estava garantida. A marcha de seu intelecto certamente não manteve o mesmo passo do progresso de sua mão; e, se é que alguma vez marchou, foi, no máximo, no ritmo de uma marcha muito lenta..”]

condado como um dos proprietários da vizinhança, o *Squire* Woodleigh, conseguia viver no campo o ano inteiro e de que forma ele passava o tempo.

Eis a resposta do cura inglês:

“He has plenty to do to,” replied the curate. “He has a vast estate, upon which he was born, the management of which is in his own hands; he has a large tenantry, who, from his long residence among them, look up to him as their guardian and protector; then, he is a magistrate, and has to attend quarter-sessions, besides doing justice-business here; then he has a large circle of acquaintances about him...”¹⁵⁹

A resposta do cura da versão brasileira, por sua vez, é outra:

Estes senhores estão **habitados desde a infância a uma elegância preguiçosa**, que, graças a Deus, vós não conhecestes. A caça e a pesca tinham encantos para vós porque vos divertiam de vossas ordinárias ocupações. (meu grifo)

No original inglês, a percepção distorcida que o urbano Fieldlove tinha do que era viver no campo, — o lugar apazível onde se caça e pesca longe da sujeira e barulho da cidade grande, algo próximo, vamos dizer, a um *country club*, é escancarada pela realidade nua e crua de que no campo as pessoas “trabalham”.¹⁶⁰

Na versão brasileira, contudo, a percepção não só é confirmada pela “elegância preguiçosa” dos proprietários rurais como o desajuste passa a ser uma questão de “hábito”. Fieldlove não está habituado à “elegância preguiçosa” porque de onde vem as pessoas trabalham — “Graças a Deus”.

Enquanto, no original inglês, um dos componentes fundamentais da ironia é o narrador deixar bem claro que são os personagens que encaram o problema da adaptação

¹⁵⁹ [““Ele tem muito o que fazer”, respondeu o cura. ‘Ele possui uma vasta propriedade, onde nasceu, e cujo gerenciamento é de sua inteira responsabilidade; possui um grande número de arrendatários que, devido ao fato de há muito tempo residir entre eles, o têm como guardião e protetor; segue que ele é um magistrado, e tem que comparecer às sessões, além de seus afazeres jurídicos por aqui; ele também possui um vasto círculo de conhecidos...””]

¹⁶⁰ Em *The Country and the City*, Raymond Williams analisa no contexto britânico as diferentes construções ideológicas que permearam a complexa relação entre o campo e a cidade. Dentre elas, o fato de o campo passar a ser visto como mera paisagem e lugar apazível, consequência do intenso processo de urbanização. Em contraste, a cidade é o lugar da multidão sem rosto, da sujeira, do vício e pecado. [Williams, Raymond. *The Country and the City*. New York: Oxford University Press, 1973].

de um indivíduo a determinado lugar como uma questão de “hábito”, a versão brasileira dissolve o tom de crítica ao confirmar o discurso inicial de Mr. Urby, segundo o qual para “gozar da vida do campo ou da cidade é mister ter sido educado para isso”.

O parágrafo final, no qual o narrador descreve o retorno de Fieldlove e da família para Londres também apresenta diferenças significativas entre as duas versões:

Behold him, now, established in a comfortable house in Blooms-bury-square; visiting, or receiving the visits of, his old friends and acquaintances; indulging sometimes at the Opera, a concert, or a play; and passing his life agreeably, because in the manner for which habit had qualified him. His great pleasure is a morning's stroll into the city, to talk of cottons and coffee, and see how things are going on amongst his old associates in Mincing-lane; but, still, his greatest is an *occasional* week's shooting or fishing at some friend's in the country. And he has been heard to declare that, upon striking the balance, he is convinced that that is the only mode in which a confirmed Londoner can truly enjoy the life of — a COUNTRY GENTLEMAN.¹⁶¹

A ironia final, no original inglês, fica mais evidente quando Fieldlove, ao dar por encerrada sua estadia no campo, relembra e repete *ipsis litteris* o discurso inicial de seu tio, justificando para si mesmo a sua dificuldade de adaptação como uma questão de hábito (essa parte também foi omitida na versão brasileira). Daí a conotação irônica que o termo “hábito” assume nesse parágrafo final, uma vez que Fieldlove retorna a Londres para fazer exatamente o que seu tio Urby fazia quando se aposentou, exceto, é claro, por seus eventuais passeios ao campo.

No original inglês, portanto, o seu retorno ao meio urbano funciona como um elemento de confirmação dos limitados horizontes do personagem, do seu caráter acrítico e de sua falta de percepção da realidade — que o narrador de forma irônica já deixa entrever no início da história, quando o personagem ainda era adolescente, além de em alguns outros trechos da narrativa. Para Fieldlove, portanto, não resta mais nada a

¹⁶¹ [“Olhe para ele, agora, estabelecido numa confortável casa em Blooms-bury-square; visitando e recebendo visitas de seus velhos amigos e conhecidos; permitindo-se de vez em quando ir à Ópera, a um concerto ou a uma peça; e vivendo a vida de forma agradável, porque foi assim que o hábito o ensinou. Seu grande prazer é seu passeio matutino pela cidade, para conversar sobre algodão e café, e ver como as coisas andam entre seus antigos sócios em Mincing-lane; mas, ainda, seu maior prazer é ocasionalmente passar uma semana caçando ou pescando na casa de campo de algum amigo. E ouviram-no dizer que, tudo posto na balança, ele está convencido de que esta é a única maneira pela qual um autêntico londrino pode desfrutar a vida de — um Country Gentleman.”]

fazer senão voltar para a cidade, único local onde com sua limitada capacidade intelectual pode encontrar algo para passar o tempo: visitar a antiga firma e os *coffee houses*, encontrar antigos clientes e saber como estão as cotações do fumo e do açúcar, por exemplo.

No parágrafo final da versão brasileira, todavia, o futuro de Fieldlove é outro:

Voltou para Londres, e continuou, não seus negócios, mas suas relações. Sua honra proporcionou-lhe consideração, e muita gente apreciando sua inteligência quando lhe pediam conselhos, ou a grandeza de sua generosidade quando reclamavam seus serviços, deram-lhe seus sufrágios para importantes cargos da administração da cidade, e talvez que, se Deus lhe der vida, se realize a profecia de seu tio Urby: talvez seja Lord Maire (sic).

Na versão brasileira, como é possível perceber, seu retorno a Londres apresenta um caráter bastante diverso. Sua inteligência e generosidade garantem-lhe a confiança e amizade de todos a ponto de conseguir votos para cargos importantes da administração pública. O sucesso é de tal monta que o narrador até entrevê a possibilidade de Fieldlove realizar o sonho de seu tio Urby — o de um dia se eleger para o cargo mais alto na hierarquia administrativa de uma cidade britânica — *lord mayor* de Londres.

Verificou-se, portanto, num primeiro momento, que na versão do *Gabinete de Leitura* há uma sensível modificação na construção do personagem. Enquanto no original inglês ele é completamente plano, caricatural — característica que acentua o tom irônico e, por consequência, crítico da história, a versão brasileira acaba por dar a Fieldlove certos contornos que, se não o tornam um personagem com profundidade psicológica, lhe conferem certo desenvolvimento.

Por seu turno, a questão da adaptação do indivíduo ao meio, utilizada de forma irônica pelo narrador inglês como elemento de alienação e de revelação do caráter acrítico dos personagens, é confirmada na versão brasileira pela “elegância preguiçosa” dos senhores do campo.

Nota-se, portanto, que a versão brasileira de “A Cockney Country-Gentleman”, lida pelo público fluminense, apresentou alterações tanto na forma quanto no conteúdo narrativos que, de certa maneira, adequaram-na à visão que nossos primeiros homens de letras tinham da sociedade britânica. Pode-se dizer que o progresso material e intelectual

adquiridos por Fieldlove — que Torres Homem denominou de o “duplo capital” ganho pelo trabalhador livre — correspondiam às expectativas que esses jovens intelectuais tinham com relação a uma sociedade moderna, na qual as oportunidades de trabalho, e, conseqüentemente, de sucesso, estavam abertas ao cidadão comum. Em vista disso, parece ser significativa a inclusão de “costumes ingleses” ao título da versão brasileira.

Todavia, se analisarmos as outras modificações presentes em “Costumes Ingleses – Um Amador da Vida Campestre” à luz da discussão sobre os problemas econômicos e, principalmente, sociais brasileiros à época, é possível argumentar que elas talvez estivessem mais próximas às expectativas que os nossos intelectuais tinham com relação ao Brasil do que com à Inglaterra. Isso porque, como vimos, a economia escravista e o predomínio estrangeiro na área comercial geravam sérios problemas para o cidadão médio brasileiro que, com poucas opções de trabalho (e pouco preparo técnico), acabava recorrendo aos empregos públicos.

Acompanhando a trajetória do Fieldlove da versão brasileira, vemos o rapazinho urbano que, após anos de trabalho árduo, desenvolve suas capacidades intelectuais e amalha fortuna suficiente para se aposentar, conseguindo, enfim, realizar seu sonho de se tornar um proprietário rural. A justificativa à sua inadaptação à vida campestre, ou seja, a “elegância preguiçosa” com a qual os senhores rurais estariam habituados desde a infância, talvez correspondesse à visão que o cidadão urbano da época tinha do proprietário rural brasileiro, uma vez que, no Brasil, o trabalho no campo era todo feito por escravos. O retorno do personagem a Londres, por seu turno, é ainda mais expressivo. Isso porque, a sua honradez, assim como a sua inteligência e generosidade despertam tamanho apreço das pessoas a ponto de lhe angariar votos “para importantes cargos da administração da cidade”. O que se observa, portanto, é que Fieldlove, rico e bem estabelecido na vida, assume um emprego público não por necessidade ou falta de opção, mas por livre escolha. E a glória maior — o cargo provém dos votos dos cidadãos londrinos, e não da indicação de “padrinhos” ou “amigos”.

Por conseguinte, dos “costumes ingleses”, incluídos no título da narrativa, têm-se: o ambiente urbano e rural inglês, o mundo do trabalho e dos negócios, a linguagem comercial, os *coffee houses*, a prática da caça e pesca como esporte. O caráter positivo da carreira bem-sucedida de Fieldlove, porém, foi fruto da versão brasileira. E nesse aspecto, o personagem londrino, ao vivenciar os possíveis anseios do cidadão médio urbano brasileiro, reforçou a imagem da sociedade britânica como modelo a ser seguido.

“Uma Morada perto de Tudo” é a versão de “The Inconveniences of a Convenient Distance”, também de autoria de John Poole. Apesar de o *Gabinete de Leitura* citar como fonte a *Blackwood’s Magazine*, “The Inconveniences of a Convenient Distance” foi publicada na *New Monthly Magazine* no segundo semestre de 1830.

Trata-se da divertida história de Rufus Wadd, rico comerciante londrino que, assim como Fieldlove, trabalhou durante anos como sócio de uma firma de comércio internacional até angariar fortuna suficiente para poder se aposentar e ir morar no campo. O que o difere de Fieldlove é o fato de Wadd ser um avaro. Ele faz qualquer coisa para manter a fortuna que passou a vida amealhando. Resolve comprar uma propriedade no campo, mas a uma distância conveniente que lhe permita visitar seus negócios e antigos clientes quando lhe aprouver. Sua escolha recai numa propriedade situada cerca de cinco milhas de Londres, que contava com um conveniente sistema de ônibus à porta. O que Wadd não esperava é que exatamente devido à facilidade de transporte seus fins de semana seriam preenchidos com a visita de todos seus parentes e conhecidos, que chegavam de acordo com o horário dos ônibus. Havia aqueles que vinham para o café da manhã, outros para o almoço ou jantar, ou até para dormir (tudo às suas custas, é claro). O que deveria ser seu descanso passa a ser seu pesadelo. A gota d’água é quando Wadd lê uma nota no jornal informando sobre o aumento do número de linhas e capacidade dos ônibus (ao invés de seis, os novos veículos passariam a transportar dezesseis passageiros) que ligavam Londres a Turnham-Green. Wadd vende a propriedade e muda-se para lugar bem distante.

O tom crítico do narrador se direciona a dois aspectos com relação a personagem. Primeiro, para a mesquinhez de Wadd — como, por exemplo, quando antes de se mudar para o campo, ele planeja minuciosamente de que maneira e em qual circunstâncias irá convidar os amigos e parentes de forma a gastar o mínimo possível:

Uma vez por ano, no natalício de sua filha, que felizmente caía em julho, daria uma festa magnífica, um almoço no jardim sobre a relva, e para ele convidaria todos os amigos e parentes. Um almoço era preferível a um jantar que dava menos trabalho e especialmente custava menos dinheiro; além de que nessa época haveria muita fruta, e os habitantes de Londres gostam muito

delas; e eles as aproveitarão, que no caso contrário força seria deixá-las apodrecer ou com elas alimentar e cevar os porcos.¹⁶²

Ou quando Wadd faz planos de como poderia passar seus dias no campo, quando não fosse visitar seus antigos negócios:

De manhã contaria suas frutas, e colherias as necessárias para a sobremesa do dia: primeira economia, que os jardineiros são muito ladinos. Depois daria uma volta pela venda para comprar pessoalmente as miudezas do gasto doméstico: segunda economia, que as criadas sempre à custa dos amos arranjam seu pecúlio. Examinaria, e tiraria a prova de todas as contas da lavadeira em que sempre se acham erros, sempre do mesmo lado, sem esperança de compensação.

O segundo aspecto da crítica do narrador é com relação ao gosto pequeno-burguês de Wadd, especialmente quanto à decoração de sua casa. É nesse segundo aspecto que a versão brasileira diferencia-se do original inglês. A longa descrição dos detalhes da decoração de sua casa é omitida na versão do *Gabinete de Leitura*, o que de certa forma esvazia parte da crítica presente na versão original.

De qualquer forma, “Uma Morada perto de Tudo” apresenta uma faceta da sociedade britânica que, naquele momento, era assunto em diversos artigos dos jornais fluminenses, a saber: o moderno *omnibus*.

Pereira da Silva, logo após sua chegada da Europa, publica um artigo intitulado “Carruagens Públicas”, no qual ressalta a necessidade da implantação de linhas de transporte público na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, o desenvolvimento material da corte estava aquém do seu “movimento intelectual”, e um dos problemas que urgia solução era a falta de um sistema regular de transporte público:

Esses *omnibus*, cuja falta choram todos aqueles que viajaram na Europa, atravessam e entrecortam por muitas partes as cidades, até as barreiras, e mesmo algumas aos arredores, recebendo os viajantes pelo módico preço, correspondente a 100 rs. por pessoa, e estabelecem assim meios não só mui fáceis de comunicação, como também adequados a todas as fortunas. É o

¹⁶² Na versão inglesa, a crítica é ainda mais mordaz, pois Wadd se dispõe a uma vez por ano convidar seus parentes e amigos não para um almoço, mas para um café da manhã no jardim — “a breakfast in the back lawn”.

lugar da igualdade de classes, a aristocracia e o povo se confundem, se abalroam, os ricos e os simples obreiros se assentam ao mesmo banco.¹⁶³

O mesmo caráter “democrático” do transporte público é apontado pelo articulista T.. No artigo “Estabelecimento dos ônibus no Rio de Janeiro”, o sistema de transporte britânico recebe destaque:

Louvores sejam dados à indústria! Já os ricos não são os únicos admitidos a gozar de uma das maiores comodidades da civilização, e de se transportar com rapidez e sem cansaço de um ponto para outro, aonde os prazeres ou negócios chamam; as pessoas pouco favorecidas da fortuna também partilham a mesma vantagem. Já na Inglaterra ninguém, graças à quantidade e diminuto preço das carruagens de posta, viaja a pé nas províncias, e graças aos *omnibus* transita nas cidades, senão sentado muito a seu saber em um bom carro, por um desembolso tão pequeno, que apenas equivale ao valor que se poupa no calçado, asseio e saúde. Os ônibus têm verdadeiramente resolvido o problema da igualdade social, ao menos sob o ponto de vista da condução; *o povo também anda de sege*, mas tão decente, prestes e vantajosa, que o mesmo rico a não despreza, e que o duque a par dos três reinos não raras vezes se encontra nela ao lado do jornaleiro, enquanto sua lady tem por vizinha uma simples camponesa. Em Londres, desde 1830, os ônibus têm-se multiplicado a ponto de partirem todos os cinco minutos dos extremos das suas linhas, que se cruzam e se recortam em todas as direções...¹⁶⁴

Tamanha democracia, contudo, entrava em choque com uma estrutura social que ainda mantinha a suas raízes do período colonial. No número seguinte do jornal, o mesmo articulista T. retoma o assunto, que, provavelmente, gerara discussões. A questão é, se o transporte público é um bem para todos, como foi argumentado no artigo anterior — “a sege para o povo”, o que fazer com o escravo? A contradição é inevitável:

Em quanto [sic] à nossa população, várias pessoas têm expressado o receio de que sirva de obstáculo à boa aceitação de veículos destinados todos (*omnibus*) a circunstância de ser composta de homens livres e de escravos; porém, para resolver a questão, **ao menos pelo lado gramatical**, notaremos que depois da palavra *omnibus* deve se subtender *populi*, a todos do povo, ora

¹⁶³ *Jornal dos Debates*, n. 15, de 21 de junho de 1837.

os escravos não pertencem ao povo (*populus*) nem mesmo à plebe (*plebe*); eles, politicamente falando, são instrumentos de trabalho (*instrumenta operum*) e não têm jus a serem admitidos nos *omnibus*; removida a classe escrava nossa população não é diferente das da [sic] Europa e talvez mesmo sua lia não seja tão hedionda e numerosa. (grifo meu)

A tentativa do articulista é clara — tentar resolver a questão ao menos no âmbito do discurso. O que se vê, portanto, é que, apesar de as idéias e os avanços tecnológicos dos países estrangeiros, especialmente os europeus, serem considerados como modelos a seguir, a tentativa de colocá-los em prática, na maioria das vezes, esbarrava na diversidade do contexto socioeconômico-político brasileiro. Apesar das controvérsias, é possível perceber que o assunto era atual e fazia parte do dia-a-dia dos jornais e, certamente, das conversas dos cidadãos fluminenses à época.

Como vimos, com supressão de parte da crítica irônica do narrador da versão original, que alterava a caracterização do protagonista, a versão brasileira acabou por realçar os elementos de modernidade da sociedade capitalista britânica. E o que talvez tenha chamado a atenção e tornado a história ainda mais divertida para o público leitor brasileiro foi o fato de o londrino Mr. Wadd ter seus planos frustrados e sua vida transformada exatamente por aquilo que os fluminenses mais ansiavam: um moderno sistema de ônibus à porta.

Vista no conjunto dos textos ficcionais publicados no *Gabinete de Leitura*, a prosa de ficção inglesa apresenta contrastes significativos em relação aos demais textos. Na breve exposição que se segue será possível observar que as diferenças referem-se, principalmente, à temática e à posição do narrador em relação tanto à matéria narrada quanto à sua visão da sociedade

Um dos contrastes mais marcantes é a falta de personagens femininas no centro da trama da narrativa britânica. Todas as histórias inglesas presentes no *Gabinete de Leitura* são protagonizadas por personagens masculinos, com conflitos e problemas de um mundo regido por valores que, na época, eram considerados da esfera dos “homens”. Como, por exemplo, o ambiente marítimo de “Uma Aventura no Mar”, o mundo dos negócios de “Costumes Ingleses - Um Amador da Vida Campestre” (a esposa mal

¹⁶⁴ *Idem*, n. 37, de 11 de outubro de 1837.

aparece na história), assim como em “Uma Morada perto de Tudo” o conflito se dá com o personagem masculino.

Apesar de “Manuscrito Achado em uma Casa de Loucos” e “As Honras Hereditárias” apresentarem personagens femininas, elas desempenham um papel secundário dentro da história. A mocinha de “Manuscrito Achado em uma Casa de Loucos”, por exemplo, funciona na verdade como instrumento de auto-descoberta e auto-valorização do protagonista. É ela que proporciona ao narrador-personagem, pela primeira vez, a possibilidade de amar e de ser amado, o que o leva a tomar coragem de sair de seu refúgio e expor sua sabedoria e deformidade ao mundo.

No caso de “As Honras Hereditárias”, pode-se dizer que, no conjunto da prosa de ficção inglesa, é a história na qual a personagem feminina tem maior participação na trama narrativa. Mas de qualquer forma, o conflito é o do personagem principal, que vacila entre continuar em sua função de carrasco oficial ou abandoná-la.

Essa falta de personagens femininas na prosa de ficção inglesa contrasta com o conjunto dos outros textos ficcionais publicados no *Gabinete de Leitura*. Neles é possível encontrar todos os tipos de mulheres: virtuosas, sedutoras, dedicadas, traidoras, ingênuas, fiéis, sensíveis, loucas, aventureiras, impetuosas, recatadas, corajosas, vingativas e inteligentes. Na maior parte dessas histórias a mulher é a personagem principal e é em torno dela, ou por causa dela, que o conflito se instaura.

O enfoque no universo feminino também altera a configuração do espaço narrativo dessas histórias. O ambiente doméstico passa a ser privilegiado, seja a sala de visitas, a alcova, o jardim. Mas há também os salões da corte, os bailes, as reuniões sociais, assim como a cabana humilde e o castelo.

Em muitas das histórias, o casamento não é somente sinônimo de final feliz mas também solução para problemas sócio-econômicos e diferenças de classe. Como é o caso, por exemplo, de “O Negociante de Cabelos”, de Stephen de Madelaine. Trata-se da mudança de condição social de uma família da antiga aristocracia francesa em meio à reordenação das classes sociais depois da revolução burguesa de 1830.

A narrativa se inicia num ambiente feminino por excelência: a “elegante loja do ilustre cabeleireiro Augusto”, que numa noite de inverno “refletiu (...) em suas paredes de espelhos uma cena de dor e de enternecimento”. É a história da bela Jenny que, sem condições financeiras para o sustento da casa e com a mãe muito doente, vai ao elegante estabelecimento a fim de vender seus longos cabelos.

O “comerciante de cabelos”, um abastado homem de meia idade, penalizado pela situação da moça, não só não permite que lhe cortem os cabelos como lhe arruma um emprego — ela pintará porcelanas, trabalho que poderá ser realizado em casa.

É nesse ponto da narrativa que o comerciante, em visita à casa da jovem, se dá conta da penúria na qual mãe e filha vivem e tem oportunidade de conhecer a triste história da família. A mãe, duquesa d’Amanvillers, era viúva de um conde que fora oficial da guarda sob o reinado de Luís XVIII e que morreu “crivado de dívidas” em 1826. Durante algum tempo a viúva e filha sobreviveram graças a uma pensão de dois mil francos paga pelo governo. A revolução de julho, contudo, tornou sua situação extremamente difícil, pois, com o corte da pensão, elas se viram obrigadas a recorrer ao trabalho “com as agulhas”. A situação ficou quase insustentável quando a mãe, enferma, não pôde mais ajudar no sustento da casa. Ambas sabiam que era uma questão de tempo para o governo lavrar um termo oficial de miséria.

Não demora muito para o comerciante revelar seu desejo de casar com a jovem, que o aceita. O prêmio final para a duquesa e a filha, além do casamento, foi a revelação, às vésperas das bodas, de que o comerciante na verdade era um duque, título que lhe fora concedido por seus talentos militares durante o Império.

O casamento que possibilita a ascensão social é também o fecho de ouro de “O Véu de Maria Luiza”, de Arnould Frémy. A diferença em relação à precedente é a posição social da personagem. Teresa é uma simples bordadeira de uma pequena cidade da França. A história se passa em 1809. As autoridades e pessoas ilustres da localidade, ao saberem que a arquiduquesa da Áustria, Maria Luiza, passaria por ali a caminho de Compiègne para seu casamento com Napoleão, resolvem lhe presentear com um véu.

Decidiu-se que o véu seria bordado pelas ilustres senhoras e senhoritas da cidade. E aqui a história mergulha nos mexericos e discussões das senhoras antes de decidirem o tipo de tecido, a cor, o desenho, a linha ou o melhor ponto para o bordado. Enfim, o mundo do trabalho feminino.

Enquanto bordavam, as senhoras comentavam com maledicência sobre as pretensões da melhor bordadeira da cidade, Teresa Brisson, de se casar com Adolfo Brotier, filho do tecelão, que partira da cidade havia algum tempo e que subira na carreira militar lutando no exército de Napoleão.

Apesar de trabalharem dia e noite, as senhoras perceberam que o bordado, de feito extremamente complicado e trabalhoso, não ficaria pronto a tempo. Decidem, pois,

chamar a jovem bordadeira, única capaz de concluir a tarefa. Teresa termina o véu a tempo. Seu único pedido é o de participar da festa de entrega, o que lhe é negado.

Ao voltar para casa, triste e decepcionada, Teresa ouve o som de um galope. Era Adolfo, que acompanhava a comitiva da embaixatriz e vinha pedir sua mão em casamento.

Nada deu certo quanto à festa que a cidade pretendia oferecer à futura imperatriz. O tão trabalhoso véu mal foi por ela notado. No final, Adolfo compra o véu e Teresa o veste no dia de seu casamento.

Em contraponto a essas Cinderelas francesas do século XIX, há aquelas mulheres que resolvem enfrentar a ordem estabelecida de um mundo regido por valores masculinos. São mulheres determinadas a quebrar os padrões de conduta que lhes foram impostos pela sociedade. Com frequência a ruptura se dá com a desobediência aos ditames paternos ou da família. Há, contudo, aquelas que ousam quebrar as regras do casamento. Na maioria das histórias, no entanto, elas acabam pagando um alto preço por seu desvio de conduta. A morte, a loucura, a miséria, o abandono ou os dias terminados na clausura de um convento costumam ser o seu destino.

De qualquer forma, seja qual for a sorte a elas reservada, todas possuem um traço comum: o que as leva a transgredir os códigos de conduta será sempre o amor.

No tocante às heroínas seduzidas e que depois são abandonadas por seus amantes, como é o caso das protagonistas de “O Sedutor”, de Washington Irving, e de “A Mesa do Diabo – Novela Militar”, do anônimo A. F., a falta de perspectiva de felicidade futura as conduz, respectivamente, ao suicídio e à loucura.

Histórias de cunho moralizante, nas quais os erros e crimes eram exemplarmente punidos ou pela própria sociedade ou pela Providência, não eram novidade nos jornais da corte do Rio de Janeiro. Como já mencionamos, ao longo do ano de 1837, o *Semanário do Cincinato* publicou algumas histórias com propósitos explicitamente pedagógicos. Nelas, o narrador deixa bem claro aos leitores que seu intuito é o de que a história sirva de exemplo para que mocinhas e rapazes não se deixem levar pela paixão.

Nas histórias publicadas no *Gabinete de Leitura*, contudo, esse propósito moralizante não fica explícito. Isso porque seus narradores se colocam como participantes e, portanto, testemunhas da história que contam. No caso de “O Sedutor”, o narrador é um viajante que permanece durante algum tempo na pequena aldeia alemã e que tem a oportunidade de testemunhar o drama de Ágata. Em “A Mesa do Diabo”, por

sua vez, o narrador é um soldado que viaja junto à sua guarnição pelo interior da França. Descreve os lugares pitorescos da região, detendo-se com especial atenção em uma formação rochosa que os habitantes do lugar acreditavam ser assombrada por maus espíritos. Na verdade trata-se de uma formação rochosa que se assemelha a uma mesa (daí o título). Uma noite, o narrador junto com seus colegas do exército resolvem cear na tal mesa. Sobem o penhasco e, quando estavam no meio da refeição, vêem surgir uma mulher “descarnada”, com a aparência de um “esqueleto”, que lhes pergunta por sua filha. Lescot, um dos soldados, que conhecia a triste história, assume o papel de narrador secundário e narra o evento.

Se juntarmos a esses ajustes do ponto de vista narrativo a descrição de paisagens e costumes pitorescos dos lugares onde os enredos se desenrolam e, no caso específico de “A Mesa do Diabo”, a presença de elementos do sobrenatural — figuras espectrais e rituais de magia negra, é possível supor que essas histórias, com forte apelo à imaginação do leitor, talvez funcionassem de maneira mais satisfatória do que qualquer catecismo moral.

É também por amor que a misteriosa e destemida heroína de “Uma Aventura (1812)” vaga sozinha pelas ruas sujas e mal iluminadas de um dos bairros mais populares de Paris. As cenas iniciais remetem à aura de mistério que envolve a dama de negro das primeiras páginas de *Cinco Minutos* de José de Alencar — a misteriosa mulher, sentada no banco de trás do ônibus, pela qual o narrador alencariano irá se apaixonar.

“Uma Aventura” também se inicia com uma misteriosa dama. É noite. A dama se aproxima e diz ao narrador-personagem: “Segui-me”. O narrador, jovem de dezoito anos, obedece à desconhecida, mas não sem antes conjecturar sobre as inúmeras possibilidades que tal situação ofereceria para a escrita de um romance. O jogo de luz e sombra, criado pela pouca iluminação das ruas, assim como o chapéu e o véu preto, que cobre o rosto da misteriosa dama, não permitem que ela seja identificada. Depois de percorrerem várias ruas, ela o encaminha para um velho prédio, com aspecto de abandono. Sobem. O quarto também está escuro. Na longa conversa inicial, permeada por afirmações de honra e dignidade, recuos e aproximações (afinal, a situação é bastante suspeita para uma mulher “direita” e “séria”), a desconhecida alega que necessita lhe fazer um pedido, mas que só o revelará sob determinadas condições. Primeiro, a de que ele nunca procure saber quem ela é, e segundo, a de que ninguém tome conhecimento daquela entrevista. Quando ela pergunta ao rapaz se ele aceita ou

não suas condições, eis que aparece o famoso “Continua”. E o leitor ficará em suspense, sem saber qual será a resposta do rapaz até o número seguinte.¹⁶⁵

Mas o leitor ainda terá que aguardar mais um pouco para saber a resposta. Isso porque, no entremeio, há um longo diálogo no qual o rapaz se declara apaixonado pela dama. Ela, por sua vez, demonstrando ser uma mulher com mais experiência, tenta dissuadi-lo afirmando que seu coração pertencia a outro.

E é nesse trecho da história que é possível encontrar certas atitudes e posicionamentos dos personagens em relação ao amor facilmente reconhecíveis na ficção romântica dos nossos primeiros ficcionistas: a defesa da honra e da virtude, a fidelidade aos sentimentos do coração e aos princípios morais. O amor afirma-se como princípio em si mesmo, como uma das justificativas, talvez a maior, da existência humana.

É por amor que a dama arrisca sua honra, dignidade e até a própria vida. Seu pedido é uma resma de papel com um determinado timbre, que ela descreve minuciosamente ao rapaz. O único lugar onde ela acreditava ainda ser possível encontrar tal papel timbrado era em um antigo armazém que ficava nos fundos da residência do rapaz. O rapaz concorda e, na noite seguinte, no horário e local combinados, aparece para entregar-lhe seu pedido. A noite estava escura e as ruas desertas. Ele escuta uma tênue voz que o chama e que vem da direção do rio. Sobe a ponte e divisa um vulto de uma mulher pendurada na balaustrada da ponte. Era a misteriosa dama que, num gesto desesperado para evitar que o rapaz chegasse perto e a reconhecesse, ameaça se jogar nas águas do rio caso ele se aproximasse. O rapaz lhe entrega o papel e afasta-se. Rapidamente a dama desaparece. O rapaz volta a procurar pelo edifício no qual eles tiveram a estranha entrevista, única pista que lhe restava. Depois de muito custo, o encontra. A zeladora lhe informa que o apartamento pertencia a um mancebo que estava fora de Paris há muito tempo. Fim da segunda parte.

Terceira parte: oito anos depois. Lugar: um tribunal. Os réus: a senhora Anna Clemencia Joubert e Emílio d’Estievant. Ambos acusados de forjar um testamento no qual Emílio figura entre os herdeiros da fortuna do senhor Casaneuve, marido de Anna. O rapazinho das duas partes iniciais é agora o advogado de defesa de Anna. Foi designado pelo governo devido à difícil situação financeira da ré. Emílio d’Estievant era sobrinho de Casaneuve. Com ciúmes de Emílio, que acreditava ser amante de sua

¹⁶⁵ Vale observar que “Uma Aventura (1812)” foi dividida em três partes. Com cerca de 6 páginas e meia, é possível considerá-la uma das histórias longas do *Gabinete de Leitura*.

esposa, Casaneuve o deserda e afasta sua esposa de casa. Depois da morte do marido, Anna aparece com um outro testamento no qual Emílio está entre os herdeiros. Emílio recebe a herança e se casa com uma outra jovem, também muito rica. O processo é aberto por um dos herdeiros que, ao voltar de uma longa viagem, desconfia de que o testamento era falso. O advogado, quando vê o timbre no papel do testamento, percebe que inconscientemente participara do crime. Passa mal e precisa ser substituído. Nada fica provado, e os réus não são incriminados. Algum tempo depois, o advogado recebe uma carta de Anna, que agora reside em Nova York. É na carta que revela que está pobre, sozinha e muito doente. Alega que tudo que fez foi por amor e que Emílio nada sabia sobre o falso testamento. Confessa que, na época em que cometera o crime, mesmo consciente de que Emílio já não a amava, imaginou que talvez seu gesto o reconquistasse. Admite que seu esforço fora em vão. Sua punição, como ela mesma afirma, foi ver Emílio gozar a fortuna com outra. Resignada, diz acreditar que a punição que o destino lhe impôs foi maior do que qualquer justiça humana.

Percebe-se que, em “Uma aventura”, certos elementos estruturais da narrativa auxiliaram na intensificação do clima de suspense e mistério, prendendo o leitor até o término da história: 1) os cortes em momentos estratégicos de forma a manter o leitor em suspenso; 2) o ponto de vista subjetivo do narrador-personagem que, assim como o leitor, não sabe o que está por trás da situação na qual foi envolvido. Em consequência disso, há uma maior aproximação do leitor com relação à experiência vivenciada pelo narrador. 3) o desfecho esclarecedor, pois é somente na carta de Anna que o narrador (e o leitor) vem a saber os motivos que a levaram a cometer o crime.

Elementos como esses, muitos dos quais retirados das histórias que começavam invadir os rodapés dos jornais franceses e, por tabela, os brasileiros, pouco a pouco iriam habituar os leitores a esse tipo de enredo. Muita ação, situações dramáticas, amores impossíveis, heróis e heroínas destemidos, que arriscam a honra e a própria vida por um amor.

Ao estudar o herói romântico do teatro francês da década de 1830, Almeida Prado delineia como o amor passou a ser visto na época:

O amor (...) como experiência vital e única, não admite meio-termo, compromissos, concessões. Ou tudo ou nada. Ou vence os obstáculos, alcançando a plenitude, a comunhão perfeita, a felicidade sem restrições, ou busca a paz aonde é certo alcançá-la. Indiferente à vida e à morte, caminhando

como se num fio suspenso sobre o nada, sentindo a atração do abismo e a presença exaltante do amor, o herói romântico mantém até o fim a sua preciosa ambigüidade.¹⁶⁶

A barreira não está entre os amantes, homem e mulher, unidos por laços espirituais e carnis, mas sim entre eles e o mundo,

...entre o amor, entendido como um absoluto capaz de relativizar todas as outras relações humanas, e as convenções morais ou religiosas da coletividade.¹⁶⁷

Os obstáculos que se interpõem entre os amantes podem ser a diferença de classe, de religião e, até mesmo como veremos mais à frente, de ideologia. Não obstante, o entrave mais comum é o casamento, que é visto como uma forma institucionalizada do amor, imposta pelas leis da sociedade e não pelas do coração. Esse é o caso da história “O Proscrito – Episódio da Insurreição Irlandesa”. Nela, de certa forma, os amantes acabam por enfrentar todas essas barreiras combinadas. O cenário é a Irlanda, final do século XVIII. Eduardo é de uma antiga família católica, que teve suas terras confiscadas pelo governo. Maria, filha do conde de Lockwood, “uma das mais ricas herdeiras do condado”. A família dela é protestante. O pai não permite o casamento, pois nunca casaria a filha com “um papista”. Os jovens passam a se encontrar furtivamente à noite no bosque. O pai descobre e, no dia seguinte, leva-a para a França. A jovem somente teve tempo de escrever ao rapaz uma carta de despedida. Eduardo vai para a França e se alista no exército. Imagina que talvez o conde mudasse de idéia se alcançasse alguma distinção militar. Três meses depois, o conde de Wexford, em viagem pela França, se enamora de Maria e a pede em casamento. Apesar dos seus protestos e choros, Maria não tem outra alternativa senão ceder à imposição do pai. Eduardo recebe a notícia e sofre muito, mas nada lhe resta fazer senão se consolar.

Seis anos depois. Irlanda. Explode a rebelião dos católicos contra os protestantes. Eduardo, ao saber dos problemas de seu país, “não podia continuar em França: a honra e o dever o chamavam à sua pátria em defesa da religião e da liberdade”.

¹⁶⁶ Prado, Décio de Almeida. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p.231.

Eduardo assume o comando do insurgidos e o conde de Wexford assume o posto de magistrado em Dublin.

Como tática, o exército rebelde decide seqüestrar a esposa de Wexford para tê-la como trunfo, abalando assim a força da repressão. Arma-se uma emboscada na estrada em que carruagem irá passar. A condessa é feita prisioneira do exército rebelde. Não fica difícil prever o que se segue. Eduardo, ao ver sua amada, percebe que o amor que sentia por ela em nada havia diminuído. Maria sofre um dilema: seguir seu coração e dar vazão aos sentimentos, ou ater-se a seu dever de honra como esposa. Eduardo, por seu turno, também se divide entre honrar seu dever para com seus companheiros e, conseqüentemente, para com a rebelião ou proteger sua amada de qualquer eventual perigo que a ameace. Resolve reconduzir Maria para junto do marido.

Na hora da partida, um mensageiro mostra a Eduardo um anúncio de recompensa pela sua captura, vivo ou morto. Surpresa, Maria acaba dando demonstrações de que ainda o ama (ela desmaia ao ler o bilhete). Fica implícito que ela decide ficar com Eduardo.

Quinze dias depois, as tropas reais derrotam os insurgidos e Eduardo é feito prisioneiro. Um mês depois, os rebeldes capturados vão a julgamento. Junto a Eduardo há um outro jovem que ninguém consegue identificar porque usa um chapéu que lhe cobre o rosto.

Antes de seu julgamento, Eduardo pede ao juiz, o conde de Wexford, que liberte o jovem rapaz devido à sua idade e ao fato de ser inocente, o que lhe é concedido. Condenado, Eduardo sofrerá a pena naquela mesma hora e local.

Vejamos a cena:

Eduardo, dirigindo-se então com passos firmes para o fundo da sala, tirou de seu peito um lenço branco; levou-o aos lábios com emoção, e depois atirou-o com um riso melancólico ao jovem prisioneiro que, apesar de absolvido, não cessava de chorar e soluçar. Mas logo que teve o lenço em suas mãos, sufocou seus suspiros e seus gemidos, e seus olhos repentinamente cheios de fogo tomaram uma estranha expressão. Depois vendo Eduardo de joelhos com as mãos nos olhos, e as espingardas que se abaixavam e dirigiam para a vítima, pôs-se à espera e a ouvir. Seu rosto estava lavado em suor, seus dentes rangiam com força, e foi fácil ver que fazia violentos esforços para fazer calar a desordem e as angústias de sua alma. Eduardo pronunciou pela derradeira vez

¹⁶⁷ Idem, p. 226.

estas palavras: — Adeus, Maria, adeus. — Imediatamente foi dado o sinal de morte; ao mesmo tempo se ouviu um grito cruel; o jovem prisioneiro se precipita para Eduardo, apertou-o em seus braços, e ambos caem ao mesmo tempo banhados em seu sangue, com a cabeça despedaçada pelas mesmas balas.

Para fechar com chave de ouro, ainda resta o último parágrafo, no qual o conde de Wexford retira o chapéu do jovem suicida e reconhece nele sua amada esposa.

Nessa narrativa, além da proibição paterna devido às diferenças de classe e religião e o posterior casamento da jovem com o conde de Wexford, há mais um elemento que se interpõe à plena realização do amor: o herói e a heroína estão em lados opostos de uma luta política.

Além do ideal do amor, a história também traz o herói que luta em favor dos menos favorecidos contra as injustiças causadas por um sistema autoritário e arbitrário, que usa a força para oprimir seu povo.

As condições adversas enfrentadas pelos insurgidos são compensadas pela determinação, disciplina e coragem do grupo:

Poucos dentre os Niveladores, ou *White-Boys*, como os chamavam, estavam munidos de sabres, espingardas e pistolas, e mesmo só os tinha os cavalheiros, os chefes, ou seus parentes em qualquer grau, e os que tinham algum título imediato a seu apoio e proteção. Mas nas linhas inferiores, achavam-se indivíduos de ordem mais baixa, os lavradores, que todavia não queriam que lhes dessem esta denominação. Entretanto vestiam a libré da indigência extrema, estavam mal armados, quase nus, a maior parte era mal conformada e de miserável aspecto.

(...)

Este estava armado de uma acha ou duma espada sem bainha, aquele duma espingarda sem fechos, outro duma foice posta em alguma vara, alguns só tinham facas, ou paus e estacas arrancadas das cercas. O ar selvagem destes homens, sua barba e seus cabelos em desordem os tornavam objeto de espanto e terror.

(...)

Entretanto seus hábitos de independência e liberdade, que todavia sabiam subordinar às ordens de seu chefe, e o modo particular de disciplina dos Irlandeses, os fazia igualmente formidáveis por sua bravura individual e pela convicção da necessidade que tinham de obrar de acordo para dar a seu gênero de ataque todas as possíveis probabilidades de triunfo.

Eduardo, ao abraçar a luta pela liberdade de seu povo, assume a condição social de um pária dentro da ordem que domina seu país. A perseguição e a punição do rebelde marginal fazem da sua morte símbolo de sua coragem, altivez, abnegação e lealdade à causa abraçada. Assim como para os amantes:

A morte é o ponto de convergência entre as aspirações secretas do par romântico, desejoso de abandonar um mundo que não está à sua altura, e as determinações da sociedade, ansiosa por punir os transgressores da lei.¹⁶⁸

Em “Um Episódio da Guerra Civil de Espanha”, de Jules A. David, o pano de fundo é a guerra civil que assolava a Espanha, iniciada após a morte do rei Fernando VII (1784-1833), devido a divergências quanto à sucessão do trono. Parte da população, principalmente a ala liberal e radical, apóia a causa de D. Carlos (1788-1855), irmão de Fernando, que alega ser o legítimo sucessor. Enquanto a parte mais conservadora dá seu apoio a Maria Cristina (1806-1878), viúva de Fernando, que assume a coroa como regente, uma vez que a filha, Isabela II, ainda é muito pequena. O assunto era bastante atual e foi amplamente noticiado e discutido pelos jornais brasileiros da época.

Logo no início o narrador faz o seguinte comentário:

Para compreender as dores e crimes que consigo arrasta uma guerra civil, releva não olhá-la em seu todo, mas em seus acidentes: não é no campo de batalha que se devem fixar os olhos, é no interior das famílias, aí se acham almas cortadas de dor, corações que sangram, sentimentos fora da natureza, inquietações e desesperações de todas as horas. Que é a ferida do corpo em comparação dessa chaga moral, que mão alguma cicatrizará, e a desordem de uma peleja em comparação da desordem doméstica que reina nos palácios dos reis e na última cabana? Não se diga Carlos contra Cristina; diga-se o filho contra o pai, o esposo contra a mulher, o irmão contra a irmã, e por toda a parte o ódio. Quando as públicas calamidades se transformam também em agonias individuais que cada qual devora em silêncio, não pode existir pintor tão fecundo, teia tão vasta que as perpetue; dolorosa é a escolha, e reproduzem-se as que pela graça tocante ou pela fortuna do herói se tornam mais pungentes.

¹⁶⁸ Prado, Décio de Almeida. *Op cit.*, p. 229.

Esse comentário é significativo em relação ao tipo de abordagem histórica presente em grande parte da prosa de ficção publicada no *Gabinete de Leitura* que se intitula “romance histórico” ou “novela histórica”. Nesse tipo de narrativa, os contextos e eventos históricos servem apenas como pano de fundo para personagens fictícias viverem um drama doméstico ou uma história de amor. Todavia, no comentário, o narrador não só revela o tipo de ficção que será oferecida ao leitor — os dramas mais “pungentes”, como também se coloca no papel daquele que simplesmente escolhe quais serão narrados. Com tal procedimento, sua história ganha estatuto de veracidade, uma vez que foi “colhida” entre os muitos “dramas” da vida real.

Nessa história, o desfecho trágico final é devido a questões ideológicas. Isso porque, inicialmente, nada há que impeça os amantes de se casarem. Ambas as famílias são nobres e ricas e o casamento está em vias de se concretizar. Porém, com a morte do rei D. Fernando, D. Leão resolve juntar-se ao comando das tropas que lutariam pela causa de D. Carlos. Seu casamento com a jovem Teresia é, assim, adiado até que a situação se normalize.

Os anos de guerra e a convivência com as tropas insurgidas, descritas como um bando de bandidos e salteadores, transformam o caráter e a personalidade de D. Leão. O homem de nobres princípios se torna frio, calculista, pronto para matar e saquear vilas e povoações.

Um certo dia, a tropa faminta resolve atacar um castelo da redondeza, o qual D. Leão reconhece pertencer ao pai de Teresia, D. Gomes. Sem poder revelar sua antiga relação com a família de D. Gomes (que era cristino¹⁶⁹) e vendo que nada que fizesse conseguiria impedir a tropa de atacar e saquear o castelo, D. Leão arma um plano para tentar salvar Teresia. O plano (com direito a disfarces e fugas no meio da noite) falha. A figura encarapuçada que D. Leão leva para longe do castelo não é Teresia, mas sim D. Gomes. Sem saber que Teresia ainda estava no castelo, D. Leão chega no exato momento em que seus homens preparam-se para violentá-la. D. Leão saca a pistola e mata Teresia. Profundamente abalado, toma consciência de seus erros. Quando D. Gomes chega com o exército para reaver o castelo, D. Leão se mata. A tragédia termina

¹⁶⁹ Cristinos e carlistas eram expressões usadas, na época, para designar quem apoiasse a rainha Maria Cristina ou D. Carlos, respectivamente.

com D. Gomes chorando a morte da filha e daquele que poderia ter sido seu genro. Desgraça pouca é bobagem, como diz Marlyse Meyer.

Há várias narrativas no *Gabinete de Leitura* que têm como pano de fundo acontecimentos ou personalidades históricas. Um exemplo é a já mencionada “Execução de Joanna Grey” de Frédéric Soulié, que traz o subtítulo “História”. Nela, como vimos, a beleza, inocência e juventude da jovem rainha inglesa, sua atitude de completa resignação perante a morte, além do fato de ela ter sido um simples peão no jogo de interesses políticos despertam no carrasco uma tomada de consciência quanto à sua função dentro do sistema sócio-político da época.

A condessa Marie Jeanne du Barry (1743?-93), filha de uma costureira e que chegou a ser amante de Luís XV, é a personagem central de “O Profeta Misterioso”. Já em “Um Protestante e um papista”, os personagens são o monge dominicano alemão Johann Tetzel (1465-1519), o teólogo alemão e reformador religioso Martinho Lutero (1483-1546) e Katherina von Bora (1499-1552), freira alemã que adotou o protestantismo e, mais tarde, casou-se com Lutero. De autoria de Eugénie Foa, “A Cruz da Ponte – Novela” tem como protagonista François Jean Lefebvre (1745-1766), conhecido como o Cavaleiro de La Barre, decapitado sob a acusação de quebrar a cruz de uma ponte em Abbeville na França. Em “Um Rapto”, de Raymond Brucker, temos Maquiavel na Itália renascentista.

Contudo, seja como personagem, ou por meio de seus oficiais, de sua corte ou de seu exército, Napoleão é a figura histórica mais presente na prosa de ficção e miscelâneas do *Gabinete de Leitura*. Como é o caso da bem-humorada história “O Rabugento – Esboço Biográfico”, sem menção do autor, que alega ser a biografia de um dos soldados mais dedicados e mais mal-humorados de Napoleão. Como também em “O Lanceiro Polaco”, de autoria da duquesa de Abrantes, que narra os percalços de um soldado polaco do exército de Napoleão que tinha como missão atravessar as estradas espanholas tomadas pelas tropas de resistência, com o objetivo de levar uma mensagem de Murat para o general Junot, em Portugal.

Dentre as narrativas em que Napoleão figura, uma se destaca por retratar um período histórico que os brasileiros certamente conheciam bem — a época da ocupação de Portugal pelo exército napoleônico. “Um Oficial de Napoleão – Histórico”, de B. Gallet, se passa em Lisboa, na primavera de 1808, e seria mais uma narrativa de amor

inserida em um momento histórico se não fosse pelo fato de conter uma alta dose de nacionalismo português.

Cena inicial: dois jovens, sentados e conversando em um cemitério (atrás da igreja de Santa Catarina) em Lisboa. Frederico é um oficial do exército de Napoleão, e Catarina, uma bela jovem portuguesa. Apesar de estarem apaixonados, divergem quanto à maneira como vêem a presença francesa em Portugal. Note-se no diálogo abaixo o forte nacionalismo:

— Oh, meu Frederico! disse Catarina, lançando um de seus braços ao pescoço do mancebo, enquanto lhe mostrava com a outra mão uma estrela, que se tornava então visível por se haver desviado uma nuvem; aquela estrela é o emblema de Portugal. Ele reviverá como ela... e em breve a opressão estrangeira fugirá de seu solo como esta nuvem...

— Ah! minha rebeldezinha, respondeu Frederico sorrindo-se, não somos Godos ou Árabes... Viemos à vossa pátria para vos proteger e não para oprimir-vos... e além disso, acrescentou maliciosamente o jovem oficial, vossos Portugueses poderiam tentar de novo resistir ao homem que já conquistou os três quartos do mundo!

— E por que não? Senhor, replicou Catarina com impaciência, vossos soldados são brutos e valentes, mas batem-se sem motivo e assassinam por dever... Fomos vencidos por vosso Mecena, mas nossa submissão é aparente... dum dia para outro nos levantaremos mais fortes e temíveis... e, acreditai-me, combateremos melhor para conservar nossa nacionalidade, do que vós para roubar-no-la.

Catarina define seu pai como um “patriota fanático”, que nunca aceitaria a união da filha com um oficial francês. Por ter se tornando amante de Frederico, Catarina acredita que renegou sua pátria e deseja que ambos fujam para a França para se casarem. O que ela não sabe é que ele já é casado.

Cena II: Palácio Imperial. Napoleão, impaciente, espera a chegada de uma comissão formada por 17 deputados portugueses. Junto aos deputados estão Catarina (disfarçada de jovem oficial) e seu pai (com um uniforme de capitão português). A deputação era liderada pelo conde de Lima, “antigo embaixador de Portugal em Paris”. Depois de cumprimentar a todos, Napoleão diz:

— Não sei o que hei de fazer de vós... Tornou o imperador... No mapa da Europa somente sois um ponto... Não estais muito unidos, nem sois assaz

numerosos para fazer um povo de vós...Tendes sido por dez vezes conquistados. Vosso rei vos abandonou como um cobarde...

E, dirigindo-se diretamente ao conde de Lima, já indignado por estes preliminares:

— Que população tem Portugal?... dois milhões de homens.

— Mais de três, respondeu o conde.

— Lisboa tem cento e cinquenta mil almas....

— Mais do duplo, tornou o conde de Lima.

— Não importa... continuou Napoleão... três milhões de homens não é volume suficiente para fazer um povo... Que quereis?... vejamos.... Quereis ser espanhóis?"

O conde de Lima levantou a cabeça, roxo de cólera, sua indignação pareceu-lhe dar mais de dez pés de altura.

— Não!!! Exclamou ele, levando a mão aos copos de sua espada, e com uma voz atoadora que abalou as abóbadas do palácio.

(...)

Quando a deputação se retirou, Napoleão voltou-se para o marechal Duroc¹⁷⁰:

— Estes Portugueses são fanáticos pela nacionalidade... e acrescentou com ironia: O conde de Lima acaba de dar-me um *não* soberbo.

Neste ponto da narrativa o leitor fluminense é informado por meio de uma nota de rodapé que “esta cena é toda histórica”. Segue o drama dos dois jovens. O pai descobre o romance entre a filha e Frederico. Desafia o rapaz para um duelo, mas o jovem recusa-se a lutar. Levado pela cólera e pela “desonra” da filha, o pai acaba por ferir o rapaz mortalmente no peito. A notícia se espalha rapidamente pela cidade. Abalado pelos acontecimentos, o velho não oferece resistência quando os franceses o prendem. O próprio Napoleão se encarrega de interrogá-lo, porquanto Frederico era um de seus oficiais prediletos. Ao saber das razões que levaram o velho pai a cometer o crime, Napoleão por um instante se mostra compadecido, contudo, não hesita em mandar fuzilá-lo. Os rogos e súplicas de Catarina de nada adiantam. O narrador, contudo, revela o lado humano de Napoleão, quando, comovido pelo drama, ele enxuga “a furto uma lágrima”. Mas logo em seguida é o poderoso imperador francês que afirma: “É triste (...) mas a clemência assemelha-se muito com a impunidade”.

¹⁷⁰ A referência é ao marechal francês Geraud-Christophe-Michel Duroc (1772-1813).

No parágrafo final, o desfecho do drama moral vivenciado pelo pai, patrioticamente referido como “o Português”, remete à situação do povo lusitano subjugado ao domínio estrangeiro. Segue a lição moral:

O Português morreu com a coragem de um soldado e com o fervor de um cristão. Catarina depois de ter mandado rezar missas em todas as igrejas da cidade pelo repouso eterno de seu amante e de seu pai, professou no convento de Santa Cecília. Quase consolada por essa benéfica religião que cicatriza todas as feridas, passando sua vida na prática da caridade e das boas obras, é o anjo da guarda da santa comunidade, e os habitantes de Lisboa não falam nunca duma mulher piedosa e resignada sem citar o nome de Catarina.

Percebe-se, pois, que o *corpus* ficcional inglês presente no *Gabinete de Leitura* difere significativamente dos outros textos de prosa de ficção ali publicados. Numa primeira leitura, constatamos que uma das diferenças está diretamente relacionada aos temas. Nas histórias britânicas não há heróis ou heroínas, enredos sentimentais trágicos, nem finais consoladores. Não há heroínas que se redimem de seus erros dedicando-se à caridade em prol da comunidade, como é o caso de Catarina em “Um Oficial de Napoleão”. Nem mulheres destemidas que enfrentam tudo e todos, muitas vezes colocando sua própria honra e reputação em jogo em defesa de um amor. Também não há histórias de amor, intriga e espionagem, tal como em “Veneno e Chocolate”, na qual uma ousada espiã inglesa, a mando do governo britânico, penetra na corte de Napoleão disfarçada de condessa austríaca com o intuito de conspirar para a queda do imperador francês e preparar o terreno para a volta de Luís XVIII. Não há heróis que lutam por uma causa ou que se apaixonam por desconhecidas.

Outro ponto que se observa nas histórias não-inglesas é o tratamento dado pelo narrador tanto com relação aos personagens quanto à própria matéria narrada. Nelas não há ironia. Ao contrário, há um nítido empenho do narrador em enaltecer as qualidades dos “bons” ou apontar os defeitos dos “maus”. Sua atitude é de quem simplesmente “narra uma história acontecida”. Diferentemente dos narradores ingleses que, como vimos, geralmente mantêm uma posição crítica tanto em relação aos personagens quanto à sociedade. Importante ressaltar que, apesar de no processo tradutório de alguns dos originais ingleses, como se pôde observar, ter ocorrido uma certa atenuação do tom crítico do narrador, a versão brasileira, contudo, não anula de todo esta postura.

Em parte, essa atitude crítica dos escritores ingleses tem raízes no próprio contexto histórico da Inglaterra das primeiras décadas do século XIX. Isso porque, se, por um lado, o desenvolvimento do capitalismo industrial, a posição de liderança no comércio internacional e o sistema político representativo colocaram a Inglaterra como a nação mais poderosa do mundo ocidental, por outro, geraram problemas até então nunca enfrentados e com os quais os escritores mais conscientes tiveram de lidar. Isso se torna mais evidente a partir de 1830 com a abertura democrática à participação de parte da classe burguesa nas decisões do país, momento em que a burguesia instala-se definitivamente como classe dominante. A possibilidade de ascensão social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial ao mesmo tempo que criou uma nova consciência de classe também pôs a nu a exclusão de grande parte da população, em especial a da classe trabalhadora. A transformação do trabalhador em escravo-máquina, vivendo nos grandes centros urbanos em condições precárias e tendo de enfrentar o fantasma da instabilidade econômica, era uma realidade que não podia ser negada.

Para Bulwer-Lytton, a era romântica terminara com a morte do poeta e aristocrata Byron em 1824:

When Byron passed away, the feeling he had represented craved utterance no more. With a sigh we turned to the actual and practical career of life: we awoke from the morbid, the passionate, the dreaming, (...) and by a natural reaction addressed ourselves to the active and daily objects which lay before us... Hence that strong attachment to the Practical, which became so visible a little time after the death of Byron, and which continues (unabated, or rather increased) to characterize the temper of the time.¹⁷¹

As mudanças na percepção do mundo causadas pelas novas condições econômicas, políticas e sociais nos ajudam, de certa forma, a compreender o posicionamento crítico de pelo menos uma parcela dos escritores ingleses em relação aos problemas e tensões inerentes à sociedade moderna na qual estavam inseridos. Isso, contudo, não resolve de todo o nosso problema. Principalmente porque lidamos aqui

¹⁷¹ [“Quando Byron morreu, o sentimento que ele representou não mais ansiou expressar-se. Com um suspiro nos voltamos para o lado real e prático da vida: despertamos do mórbido, do passional, do sonho (...) e numa reação natural, nos voltamos para os objetos vivos e diários que estavam à nossa frente... Daí este forte apego ao Prático, que se tornou tão visível pouco tempo depois da morte de Byron e que

com prosa de ficção publicada em periódicos ingleses voltados para o mercado e que procuravam atender ao gosto de um público leitor que ainda se deleitava com as histórias sentimentais e melodramáticas, com os grandes feitos de heróis e heroínas, mocinhas seduzidas, virtudes perseguidas, vilões devidamente punidos, mães sofredoras e crianças maltratadas.¹⁷²

Por que, então, a prosa de ficção inglesa publicada no *Gabinete de Leitura* não corresponde a esse tipo de ficção?

Outro ponto a ser considerado é a complexidade da estrutura narrativa do *corpus* de textos ficcionais britânicos analisados. A presença de longas passagens descritivas, assim como as constantes digressões e intervenções do narrador que interrompem o fluxo narrativo estão presentes nos textos ficcionais britânicos.

Vejamos um trecho de “The Alibi: An Assize Anecdote”. A passagem vem logo após o comentário inicial do narrador quanto ao estado de euforia que toma conta das cidades irlandesas na época da reunião dos juizes. Importante observar no original inglês a tentativa de se reproduzir o dialeto local na fala dos personagens, assim como a crítica do narrador em relação ao modo de ser dos irlandeses:

The host of “The Flaherty Arms” was up to his eyes in business, serving customers at the bar, superintending the dinner-dressing in the kitchen, running up stairs after the chambermaid, and down stairs after the cook, seeing that ostler “whispered down” the horses, that the waiter “rubbed up” the spoons, knives and forks, and glasses; that “the boy” was cleaning the boots; “the girl” plucking the poultry; thus duly keeping himself in practice for his own supereminent vocation of plucking the customers. In the midst of this bustle – but I cannot vouch for the landlord’s particular locality at the moment, whether kitchen, pantry, or scullery, he was attracted by a loud ringing at the outer bell, and vociferous bawls for the ostler, passed through a straggling crowd of servants and retainers, in his various titles of “Tim!” “Carney! !” “Tim Carney!!!” — and by such soft inducements as “why thin, bad luck to you Tim, why don’t ye run to the bell?” “To the devil wid you Carney, can’t you come whin they’re callin’ you?” “Tim Carney, you brute, why do you keep the jintleman and his sarvint and the other bastes waitin’?”

continua (de maneira igual, ou até maior) a caracterizar o espírito do tempo.”] Bulwer-Lytton, Edward. *England and the English*, 1833, livro 4, cap.2. Apud Davis, Philip. *The Victorians*. *Op. cit.*, p. 272.

¹⁷² Richard Altick cita os títulos *Fatherless Fanny* e *The Mysterious Orphan* como exemplos do tipo de histórias sentimentais consumidas pelo público leitor das décadas de 1830-40 na Inglaterra. Altick, Richard. *The English Common Reader*. *Op. cit.*, p. 290.

“ Pray, thin, mister Timothy Carney,” at last said the landlord, seeking in his own person the dilatory functionary in the darkest recess of the stables, “by what manes do you daar to keep the qwallity stannin’ in the street while you are snorin’ under the manger? It’s a nate patthern of an ostler you are, is’nt it? Why , thin, the curse o’Cromwell on you, Tim Carney , this blissed day , but it’s a broth of a boy you are, an’ might fit for an ostler at the head inn of a county town in the ’sizes! Bad scratch to ye, Tim, an’ the likes o’ ye for a lazy, limpin’, ould, good-for-nowthin’ thief o’ the world!”

To all this abuse, and the loud shouts of laughter which accompanied it from all the “by’s” and girls, old and young, who lounged in the yard and under the gateway, old Tim only muttered, as he hobbled along, his opinion that some one out of all those who took such to call him might themselves have taken hold of the horses and led them into the stable. **To the justness of this opinion my readers will no doubt give their assents. But the division of idleness is a too well established principle of political economy in Ireland to run any risk of being violated, by any one individual doing any thing that isn’t “his place”.**

“Why thin, my gracious! Dinnis Murphy”, exclaimed mine host, reproachfully but pathetically, as he encountered the waiter with an arm full of plates and dishes, and flirting with the kitchen maid in the passage, “could’nt you have thrun down thim crockery, and helped the jintleman to get off his horse, while he was waitin’ in the sthreet for that draamin’, ould hop-an’-go-constant of an ostler of yours?”

“Indeed, Mr. Mulligan, I don’t think that’s the business of a head waither entirely. Any how it’s not *my* place.”

(...)

The landlord found no greater satisfaction from the boot-boy, or the cow-boy, or the cook, in arguing and disputing with whom he lost a good quarter of an hour of his own and their time, while the gentleman in the tile-floored and sand-covered parlour was waiting with great seeming patience, first for the waiter and then for the host, who were respectfully roared after and hallooed for, in modifications of the same kind of summonses as were addressed erewhile to the ostler.

When Mr. Mulligan at last bowed himself into the parlour, he was not a little struck with respect, and somewhat with admiration, at the presence of his new customer. (meu grifo)

No trecho destacado, observa-se que, ao emitir sua crítica, o narrador dirige-se ao leitor de maneira a fazê-lo concordar com seu juízo em relação aos irlandeses. O diálogo entre Mr. Mulligan e seus empregados (parte dele por mim omitido por ser bastante extenso) confirma o tom crítico do narrador, uma vez que vários dos empregados, ao serem repreendidos pelo estalajadeiro por não terem atendido ao hóspede recém-chegado, respondem-lhe que não tinham sido contratados para tal tarefa.

Por outro lado, no trecho da versão brasileira é nítido o empenho do tradutor em resumir as imprecações do estalajadeiro, assim como o longo diálogo entre ele e os empregados da estalagem. Note-se também que a crítica formulada pelo narrador inglês desaparece do texto brasileiro:

O estalajadeiro das *Armas de Flaherty* era talvez neste momento o homem mais ocupado da cidade. Sua casa estava cheia de estrangeiros, e ele se esforçava, com o vigilante olhar do dono, por manter uma aparência de ordem no meio da confusão que aí reinava. A sineta da porta exterior da estalagem soou-lhe aos ouvidos, uma e mais vezes, e foi o sinal dum chuveiro de injúrias irlandesas, com que messer Mulligan mimoseou todos os seus criados, machos e fêmeas, moços e velhos.

— Onde estais malditos incrédulos? Ide receber a pessoa que chega, canalha ! Vá o moço da cavalaria pensar-lhe o cavalo, e tu, Betsy, doidinha, prepara a este belo senhor um copo de grog e tua mais graciosa cortesia. Com todos os diabos! andem todos ao mesmo tempo, andem ... Ah ! que inferno aturar esta gente !

A voz irada de messer Mulligan troava ainda quando foi introduzido o nobre estrangeiro a (sic) sala dos hóspedes ladrilhada e areada da estalagem, onde ficou só por alguns instantes até que se acalmou um pouco a cólera do estalajadeiro. Finalmente este, sem poder tomar respiração, entrou e balbuciou algumas palavras de desculpa, e veio respeitosamente receber as ordens do recém-chegado.

O que se percebe, pois, é que na versão brasileira ao mesmo tempo que há um enxugamento do texto, que torna o enredo mais ágil, também há uma alteração sensível da forma narrativa. Esses mesmos procedimentos ocorrem em escala ainda mais acentuada em “O Amador da Vida Campestre”. Assim como o exemplo anterior, aqui também é possível observar as constantes intervenções do narrador que, de forma irônica, volta sua crítica ora para o personagem, ora para a sociedade moderna:

“Fieldlove now set seriously about looking out for a place in the country to which he might retire; and it seldom happens, in this happy land, that a person who has plenty of money to spend, need be long in want of anything which he may wish to procure. The Humdrummie estate was to be sold. It was situate [sic], sixty miles distant from London, in a fine country, possessing the advantages of fine shooting, fine fishing, fine coursing, fine hunting. It consisted of about one hundred acres, more or less, comprising pleasure-grounds, lawns, shrubberies, orchards, fruit and flower-gardens, and (from the undulating character of a considerable portion of the land, facilities for forming [sic]) one of the most beautiful parks in England — and which required nothing but to be planted. Immediate possession might be taken, as the house was (as usual, stated to be) in complete repair. New white-washing, plastering, and papering, from top to bottom, and fresh painting, inside and out, it required, of course —for this is the least which a house in complete repair generally does require. It is true the house was partly unroofed, though, luckily, only at that part of it where the servants’ bed-rooms were. Then, the flooring of some of the lower rooms was rotten; and some of the window-frames were decayed; and some of the doors were warped and would not shut; and others were warped and would not open; and, then, there was a crack, here and there, in the main walls. But as these were trifles which might be attended to, or not, *entirely at the option of the purchaser*, the house was (in the liberal sense) in complete repair. Fieldlove went down to see the place, and was delighted with it. Not the least of its charms, in his eyes, was, that it was seven miles away from the nearest town, Bobston; two from Dumbleditch, the nearest village; and (being more than a mile off the high road) was to be approached only by a most rutty and romantic cart-road. What on earth could be more rural! It realized, nay exceeded, his wildest visions of country. Within three days after his return to town, Humdrummie House was his. “And now,” he exclaimed, “am I soon to be a country-gentleman!”

Paper-hangers, painters, plumbers, glaziers, carpenters, bricklayers, and masons, were forthwith set to work; and, in about five months, the house (which five months before was said to be in complete repair and ready for immediate possession) was rendered habitable — allowing, still, three or four weeks for it to become perfectly dry. Then came the upholsterer and *his* train. At length, everything being ready, Mrs. Fieldlove and children (for, since their marriage, three had made their appearance) were sent down; and Fieldlove himself (he being now, by the introduction of a son of Mr. Bales into the firm, relieved from a portion of his labours in the business) would occasionally take an opportunity of going there for a couple of days at a time. To find himself shooting or fishing on his own domain! What more could life bestow — than to relieve him

from all other occupations? Rod or gun in hand he was abroad from the rising till the setting of the sun. Then would he return, delighted and fatigued, recount his exploits by “flood or field,” eat his dinner — and go to bed. Had the day been twice as long it had still been too short to satisfy him. The next morning would find him again stirring with the lark; but, alas! For no pleasanter purpose than to mount the London coach and return to Mincing-lane. These visits to Humdrummie, which were short and seldom, served but to increase his appetite for a country life: so at the end of two years more, which brought him to the age of forty, he withdrew his capital from the concern and retired altogether from business. “To curing your husband till he died,” is said to have been the form of an apothecary’s bill to a poor widow. Fieldlove’s share of the profits, made by the West-India house in which he was a partner, had been considerable: this will scarcely be credited now: but they were acquired before certain Doctors had taken “to improving our Colonies till they were ruined.”

Behold him, with an ample fortune, established at Humdrummie House! “And now,” he exultingly exclaimed, “I *am* a country-gentleman; and, in the enjoyments of a country life, here will I pass the rest of my days!”

Por sua vez, na versão brasileira de “O Amador da Vida Campestre”, a supressão de vários trechos descritivos e das constantes intervenções irônicas do narrador é ainda mais evidente:

Então tratou de comprar uma casa no campo, e com efeito achou uma a 60 milhas de Londres, com boa caça, pesca, e belos campos para correr. Podia-se tomar imediatamente posse da casa, porque, como acontece a todas as propriedades que estão para vender, havia sido reparada de pouco tempo e completamente. Todavia era preciso consertar o assoalho dos quartos dos criados. Algumas tábuas de outros estavam um pouco danificadas, algumas janelas estavam empenadas; algumas portas não queriam fechar-se enquanto outras não queriam abrir-se; mas tudo isto ficou pronto em menos de cinco meses, e neste espaço toda a caterva de pintores, vidraceiros, carpinteiros, arquitetos, etc., etc. foi despedida. Era preciso esperar ainda três ou quatro semanas para que tudo estivesse completamente seco. Finalmente Fieldlove, sua mulher e seus três filhos, que já os tinham, fizeram sua entrada triunfal em seu castelo. Poder enfim caçar e pescar! ó que felicidade ! Fieldlove levava todo o dia fora de casa, armado de espingarda ou de anzol! À noite voltava cansado, mas contentíssimo, e contava o que tinha feito até que viesse o sono.

Cabe ressaltar que os procedimentos tradutórios utilizados na época não se pautavam pela fidelidade ao texto original. Numa época em que a regulamentação dos direitos autorais era bastante precária, a livre apropriação de obras por quem as pirateava ou traduzia era bastante comum. A própria tradutora brasileira de “O Amor Materno” nos indica com que liberdade o texto estrangeiro poderia ser modificado:

..queremos, leitor benévolo, contar-vos uma história, que achamos em um livreto, que nos veio às mãos; traduziremos, que nada há de melhor, porque nada há que dê menos trabalho; traduziremos, mas, com a liberdade de que usamos, iremos cortando ao original o que nos parecer inútil, desenvolvendo o que julgamos carecer de desenvolvimento, alterando o que achamos que para ser mais facilmente entendido deve ser alterado.

Não é, pois, de se estranhar que, durante esse período de introdução e início da produção de prosa de ficção no Brasil, a delimitação entre o que era tradução e o que era autoria não estava claramente estabelecida. É o caso, por exemplo, da narrativa ambientada em Paris, *A paixão dos diamantes*, assinada por Justiniano José da Rocha e publicada no *Jornal do Comércio* em março de 1839¹⁷³. Em nota de rodapé, Justiniano adverte seus leitores acerca da sua própria incerteza quanto ao seu papel no processo de criação do texto narrativo:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que vos ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vo-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francês, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, amplificando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só tive em vista, agradar-vos; Deus queira que o tenha conseguido.

Percebe-se que as alterações feitas pelos tradutores na composição dos textos ficcionais eram vistas como processos naturais tanto de adaptação da narrativa ao gosto do público leitor quanto ao seu redimensionamento de forma a caber nas apertadas

colunas dos periódicos. O que pode ter sido o caso do *Gabinete de Leitura*, uma vez que é nítido o empenho de seus redatores em utilizar todo o espaço disponível das suas oito páginas para a publicação dos textos.

Todavia, comparando-se o processo tradutório dos textos ficcionais britânicos com o de algumas narrativas francesas publicadas no *Gabinete de Leitura* é possível constatar diferenças significativas. É o caso da versão brasileira “A Execução de Joanna Grey” e o original francês “HISTOIRE - Exécution de Jane Grey”, de Frédéric Soulié.

Le jour commençait à pénétrer dans la chambre basse d'une maison située dans la rue de Guild-Hall. Aussi entendait-on la voix grondeuse d'un homme qui, du haut d'une échelle qui conduisait à l'étage supérieur, excitait la lenteur de quatre ou cinq valets, en train de faire leur toilette. Comme ils finissaient de s'habiller, celui qui semblait leur maître descendit. Un des valets lui présenta une hache, qu'il examina avec soin. Il promena ses regards autour de lui, et demanda brusquement où était maître Fayry. Celui-ci, entrant aussitôt, se plaça en face de son maître ; comme lui, il portait une hache resplendissante; il s'était posé comme quelqu'un qui s'offre à l'examen d'un supérieur, d'un connaisseur à la fois, mais cependant avec la confiance d'un homme sûr de lui-même. Après l'avoir attentivement considéré, le maître lui dit avec un signe de satisfaction :

— C'est bien, Fayry, la tenue est bonne, mais ce n'est rien mon garçon; songe à ce qu'il te reste à faire. J'espère que tu dois être content d'avoir quitté Edimbourg pour Londres, et d'avoir changé la peau tannée et coriace de tes lairds écossais pour la fine peau de nos seigneurs d'Angleterre ?

— Je vous remercie, maître Jack, répondit le jeune homme; vous m'avez tenu plus que vous ne m'aviez promis.

— Et ce n'est pas la coutume dans ton pays, n'est-ce pas ? Mais je veux être franc: assurément, quoique je désire t'avancer parce que tu m'es recommandé par lord Murray, je ne t'aurais pas cédé l'exécution d'aujourd'hui à Tyburn, si je n'avais eu affaire à la Tour. Sais-tu que c'est drôle, le même jour, sur le même billot, le grand-père, le père et le mari d'une reine; ça ne se rencontre pas comme un pou sur la tête d'un juif. ¹⁷⁴

Eis o trecho da versão brasileira:

¹⁷³ Publicada em Sobrinho, Barbosa Lima. *Op cit*, p.31-54.

Começava o dia a penetrar em uma câmara baixa duma casa situada na rua de Guild-Hall. Ouviam-se os ralhos de um homem que de cima duma escada do andar superior excitava a lentidão de quatro ou cinco criados, que se estavam vestindo. Quando acabaram, o que parecia seu amo desceu. Um dos criados lhe apresentou um machado que ele examinou cuidadosamente. Lançou suas vistas em torno de si, e com carregume perguntou por mestre Fayry. Este, entrando no mesmo momento, se postou em frente do seu amo; como ele, tinha também um machado reluzente; e se havia postado como alguém que se oferece ao exame dum superior, que é ao mesmo tempo conhecedor, mas todavia com a confiança dum homem seguro de si próprio. Depois de o haver considerado com atenção, o amo lhe disse mostrando satisfação:

— Muito bem, Fayry, o porte é bom, mas isso é nada, rapaz, toma sentido no que te resta por fazer. Espero que ficasas contente de haver deixado Edinburgo por Londres, e de haver mudado a pele trigueira e dura de teus lordes escoceses pela pele fina dos senhores de Inglaterra.

— Eu vos agradeço, mestre Jack, respondeu o mancebo; vós tendes feito por mim o que me não havíeis prometido.

— E não é esse o costume do teu país, não é assim? Mas eu quero ser franco, ainda que seja minha vontade adiantar-te visto seres recomendado de lorde Murray, todavia seguramente não te haveria cedido, a execução que hoje se faz em Tyburn se não tivesse que fazer na Torre. Não parece galante que no mesmo dia, e no mesmo cepo se mate o avô, o pai, e o marido duma rainha: é cousa tão difícil de encontrar como um piolho na cabeça dum judeu.

Nota-se que a versão brasileira é uma tradução bastante próxima do original francês. Ao mesmo tempo, observa-se que a postura do narrador em relação aos personagens é bastante diversa da postura dos narradores ingleses. Aliás, nessa história, especificamente, o narrador relega aos personagens a função de revelar ao leitor, por meio de diálogos, os detalhes pertinentes à situação por eles vivida, ou seja, o intrincado contexto histórico inglês que levou a jovem rainha ao cadafalso.

Algo semelhante ocorre em outra narrativa de Frédéric Soulié, “O Cocheiro do Marechal C...”. Nela, é o narrador quem se encarrega de contar a história do misterioso

¹⁷⁴ Soulié, Frédéric. “HISTOIRE - Exécution de Jane Grey”. O texto se encontra disponível no endereço eletrônico: http://leslivresoublies.free.fr/leslivresoublies/Soullie/Execution_de_Jane_Grey.html (último acesso novembro de 2006). Ver maiores informações no Anexo 3

cocheiro que, ao final, revela ser um homem de origem nobre que, arrependido por ter envolvido o pai num negócio escuso, assume a humilde profissão como forma de expiar suas faltas. A versão francesa se intitula “Le Cocher du Maréchal C...”¹⁷⁵.

Voici une histoire qui m'a été racontée comme je vais vous la dire, et elle est arrivée comme elle m'a été racontée. Ce n'est point une invention destinée à vous montrer comment une faute suffit à perdre souvent la vie d'un homme; c'est un fait réel au récit duquel nous ne donnerons pas ses véritables noms, parce qu'ils révéleraient les secrets d'une famille qui tient un rang illustre dans un des principaux états de l'Allemagne.

Le maréchal C... (il n'était alors que général) se trouva avoir besoin d'un cocher. Il en fit demander un à une dame de Saint-Domingue qui tenait un hôtel garni, et qui louait en même temps des voitures de remise. D'abord cette dame déclara ne pouvoir lui en procurer un dont elle pût répondre, presque tous ceux qui conduisaient ses voitures étant des cochers à la journée, et qui ne demeuraient point chez elle. Un seul, celui qui surveillait tous les autres, eût pu convenir au général, et c'était précisément à cause de ses bonnes qualités que cette dame désirait le garder. Le général insista d'autant plus vivement pour l'obtenir. Enfin, la maîtresse de l'hôtel garni finit par le lui céder.

Quand cet homme fut au service du général, on ne remarqua rien d'extraordinaire en lui ; seulement, une politesse extrême, un soin attentif à ne jamais se mêler aux jeux des autres domestiques, une exactitude rare dans l'accomplissement de ses devoirs, le rendirent précieux à son maître. Par une exception bien rare, cette préférence obtenue par le cocher n'excita pas la haine des autres domestiques. Il y avait dans cet homme un fond de tristesse si continu, qu'on ne pouvait croire que ce fût par fierté qu'il se séparait de ses camarades. A l'heure du dîner de tous, il s'asseyait silencieusement à table, mangeait avec sobriété, et se retirait dans son écurie aussitôt après le repas. Dans le château du général, au moment où le service des chevaux laissait à Muller beaucoup de loisirs, il n'en usait ni pour aller au cabaret, ni pour jouer, comme faisaient les autres ; il s'asseyait sous quelque arbre du parc, et y faisait de longues lectures. Toutefois ces singularités, qu'on se rappela plus tard, ne surprirent personne à cette époque ; on se contenta de dire que Muller était un ours, et on le laissa faire à sa guise, sans s'occuper de lui.

¹⁷⁵ Ver detalhes sobre essa narrativa no anexo 3.

Na versão brasileira, lê-se:

Vou contar-vos uma história como ma contaram, e tal qual ma constaram assim aconteceu. Não é uma invenção com o fim de mostra-vos que uma falta sobeja muitas vezes para perder a vida dum homem: é um fato real a cuja narração não juntaremos os verdadeiros nomes, porque revelariam os segredos duma família que goza de ilustre posição em um dos principais estados da Alemanha.

O marechal C... (era então general) teve necessidade de um cocheiro, e mandou pedir a uma dama de S. Domingos, dona dum hotel que tinha ao mesmo tempo carruagens para alugar, que lhe inculcasse algum. Ao princípio esta dama declarou que não podia servi-lo por não achar algum por quem pudesse responder, porque quase todos os que dirigiam suas carruagens ganhavam por dia e não moravam em casa dela. Só um que era quem administrava todos os outros poderia convir ao general, e era precisamente por suas boas qualidades que esta dama desejava conservá-lo. O general tanto insistiu para obtê-lo, que por fim a dama lho cedeu.

Nada de extraordinário notou o general neste homem quando ele entrou para o seu serviço, e somente uma civilidade extrema, um cuidado atencioso em não partilhar os jogos dos outros criados, uma exatidão rara no cumprimento de seus deveres o tornaram precioso a seu amo. Por uma bem rara exceção, esta preferência obtida pelo cocheiro não excitou o ódio dos outros criados. Havia neste homem um fundo de tristeza tão continuado que não era crível que por altivez se separasse de seus camaradas. À hora do jantar de todos, ele se sentava silenciosamente à mesa, comia com sobriedade, e retirava-se para seu quarto logo depois de comer.

Assim como no caso anterior, a versão brasileira é praticamente a tradução literal do original francês. Por seu turno, a figura do narrador e, conseqüentemente, o seu discurso são reforçados pela alegação da veracidade do relato – procedimento ainda comum na primeira metade do século XIX. Dessa forma, o narrador assume a posição de alguém que conhece um fato e deseja compartilhá-lo com os leitores.

Um outro exemplo é a história intitulada “Encontro na Gruta de Balme”, de autoria do anônimo J. M.. A história é contada por um narrador em primeira pessoa que, ao visitar esse ponto turístico francês, toma conhecimento de um estranho caso, que lhe é relatado pela jovem guia. A versão francesa intitula-se “La Grotte de Balme”:

...Après avoir laissé ma monture dans la vallée, je me mis en devoir d'escalader la rude montée, sur les pas d'une jeune fille à l'accent et au caractère de tête italiens, dont l'allure légère, la taille svelte et mignonne, le teint olivâtre, me rappelèrent la Fenella de Walter Scott. Je ne ferai pas la description de cette caverne merveilleuse, du gouffre effroyable qui, sous la forme d'un puits, s'ouvre sous vos pieds à trois ou quatre cents pas de l'entrée, et laisse entendre le bruit des eaux souterraines qui traversent ses profondeurs. Après avoir admiré toutes les beautés, toutes les bizarreries de nature qu'éclairait, d'une lueur douteuse, la torche de ma conductrice, je me disposai à redescendre, non sans avoir, sur son invitation, inscrit mon nom à la suite d'une foule d'honnêtes voyageurs jaloux de laisser pour la postérité une trace de leur passage. Je feuilletai machinalement le registre, lorsqu'un nom effacé d'une manière étrange, mais dont il était possible de deviner encore les lettres, m'arracha une exclamation qui fit rapprocher ma jeune compagne.

Pourquoi, lui dis-je, ce nom semble-t-il avoir été lavé? Elle me regarda avec une expression d'intelligence extraordinaire, cherchant à lire ma pensée dans mes traits, puis: Vous êtes bien Français, n'est-ce pas? dit-elle. Sur ma réponse affirmative: Eh bien, je vais vous conter l'histoire. Nous sortîmes de la grotte, et tout en regagnant la vallée, elle me fit le récit suivant, dans un langage vif et coloré qui trahissait son origine étrangère.

Assim como as anteriores, a versão brasileira de “La Grotte de Balme” é praticamente literal:

...Depois de ter deixado a minha cavalgadura no vale, dispus-me a escalar a áspera subida, guiado por um rapariga, cujo andar, estatura airosa e delicada, e um rosto moreno me fez recordar a *Fenella* de Walter Scott. Não farei aqui a descrição desta caverna maravilhosa, do terrível abismo, semelhante a um poço que se abre por baixo dos pés, a quatrocentos passos da entrada, e deixa ouvir o sussurro das águas subterrâneas que atravessam as suas profundidades. Depois de ter admirado todas as belezas e raridades da natureza, que mal me patenteava o clarão do archote que levava a minha condutora, já me dispunha a descer, não sem ter, a rogos seus, inscrito o meu nome em seguimento dos de uma multidão imensa de honrados viajantes, zelosos de deixarem à posteridade uma prova de terem por ali passado. — Folhei maquinalmente o registro, quando um nome apagado duma maneira estranha, mas cujas letras ainda era possível adivinhar, me arrancou uma exclamação que fez aproximar de mim a minha jovem companheira.

Por que, lhe pergunto eu, parece este nome ter sido lavado? Ela olhou para mim com uma expressão de inteligência extraordinária, procurando ler o

meu semblante; depois; “Vós sois francês, não é assim?” Diz ela. À minha resposta afirmativa, acrescentou: Está bem, pois eu vos conto toda a história. Saímos da gruta, e ganhando outra vez o vale, fez-me a narração seguinte numa linguagem viva e afetada, que traía a sua origem estrangeira.

Verifica-se, portanto, que o processo tradutório da prosa de ficção inglesa e francesa, presentes no *Gabinete de Leitura*, foi bastante diferenciado. Enquanto a tradução da prosa de ficção francesa se apresenta bastante fiel ao original, a inglesa sofreu alterações significativas tanto no conteúdo quanto na forma narrativa. Também é possível observar uma maior complexidade da estrutura narrativa da prosa de ficção inglesa, especialmente devido às constantes intervenções do narrador e, em alguns casos, a inserção de personagens secundários.

Nesse mapeamento de algumas das características da prosa de ficção britânica do *Gabinete de Leitura* e dos aspectos que a tornam distinta dos demais textos ficcionais ali presentes, constata-se diferenças principalmente quanto: 1) à temática; 2) à posição do narrador em relação à matéria narrada e à sociedade; 3) ao processo tradutório, que, em alguns dos textos ficcionais, ocasionou supressões e alterações no conteúdo e/ou na forma narrativa.

Com relação a esses aspectos, não se pode desprezar a possível intermediação da *Revue Britannique* ao menos em algumas das narrativas britânicas do *Gabinete de Leitura*. Isso porque foi na *Revue Britannique* que os nossos primeiros homens de letras buscaram alguns dos textos ficcionais e não-ficcionais britânicos publicados em seus periódicos. A proposta da revista francesa de levar aos leitores de seu país o que havia de mais moderno e instrutivo nos periódicos ingleses condizia com os propósitos de nossos jovens intelectuais — o de influir no meio cultural brasileiro com a formação de um público leitor.

Todavia, a *Revue Britannique*, ao selecionar nos periódicos ingleses os textos que seriam publicados em suas páginas, também procurou por aqueles que apresentassem aspectos críticos da sociedade inglesa. E em alguns casos, especialmente com relação à prosa de ficção, foi o tradutor francês que intensificou o tom crítico do narrador, assim como promoveu alterações no conteúdo e na estrutura narrativa de forma a adequar essa ficção ao objetivo da revista — o de levar ao público leitor francês informação e entretenimento.¹⁷⁶

¹⁷⁶ Ramicelli, Maria Eulália. *Narrativas Itinerantes... Op. cit.*

Apesar de os redatores do *Gabinete de Leitura* citarem apenas as fontes inglesas, apagando, assim, a provável intermediação da *Revue Britannique*, tudo indica que ela não foi pequena. Isso porque, dos dez textos ficcionais ingleses presentes no *Gabinete de Leitura*, sete tiveram versões francesas na *Revue Britannique*. A exceção ficou por conta de “O Testamento”, atribuída a George Crabbe, “As honras hereditárias – história de amor, de mistério e de filosofia” de Bulwer-Lytton, e “Costumes Ingleses – Um amador da vida campestre”, de John Poole. No caso da última, como já dissemos, apesar de na *Revue Britannique* haver uma narrativa intitulada “Le Cockney Campagnard”, publicada em fevereiro de 1838, a versão brasileira não é a tradução dessa francesa.

Percebe-se, portanto, que a intermediação da *Revue Britannique* foi em grande medida responsável por introduzir no *Gabinete de Leitura* um tipo de prosa de ficção que divergia consideravelmente das demais. De maneira geral, apresenta um narrador crítico, que mantém o controle da narrativa, mas que, ao mesmo tempo, trata seus personagens com distância, sem laços afetivos. Mesmo quando o narrador assume o papel de “amigo” do personagem, como é o caso em “Terêncio o alfaiate”, percebe-se que tal posicionamento (na verdade, uma camuflagem) tem por fim intensificar a ironia do “dizer, fingindo não dizer”. É exatamente essa atitude “não afetiva” do narrador com relação aos personagens que anula qualquer possibilidade de haver, nas narrativas inglesas do *Gabinete de Leitura*, heróis ou heroínas. Por seu turno, tal posicionamento acaba por gerar uma estrutura narrativa muito mais complexa, permeada pelas digressões e intervenções do narrador, especialmente nas histórias em que o narrador também critica a sociedade moderna. E voltamos a ressaltar que, mesmo com as alterações efetuadas em algumas das versões brasileiras, o narrador ainda mantém uma posição mais crítica do que o das demais histórias do *Gabinete de Leitura*. E podemos afirmar que são exatamente essas características que imprimem às narrativas inglesas uma certa atualidade, a ponto de agradar até mesmo o leitor moderno.

Se, portanto, a *Revue Britannique* foi por certo responsável pelos aspectos que diferenciaram a prosa de ficção inglesa dos demais textos ficcionais do *Gabinete de Leitura*, a adequação dessas narrativas britânicas ao público leitor brasileiro, porém, saiu da pena dos nossos redatores-tradutores.

E, como vimos, tais alterações ocorrem de forma mais acentuada nas narrativas que têm como pano de fundo a sociedade capitalista (na verdade, as duas únicas do *Gabinete de Leitura*): “Uma morada perto de tudo” e “Costumes Ingleses – Um amador da vida campestre”. Nelas, observamos que o esvaziamento da crítica à sociedade

capitalista e aos valores pequeno-burgueses dos personagens, assim como, especificamente no caso de “O Amador...”, as modificações na construção do personagem e no conteúdo narrativo foram ao encontro das expectativas que os redatores e, possivelmente, o cidadão médio urbano tinham com relação às sociedades modernas.

Pallares-Burke, ao estudar a presença do famoso periódico de Addison e Steele, *The Spectator* (1711-12, 1714), nas páginas d’ *O Carapuceiro* (1832-1847), mostra como Lopes Gama “abrasileirou” o texto inglês, dando-lhe cor local. Dentre outros procedimentos, Lopes Gama acrescentou paisagens e frutas regionais, e até mesmo escravos, quando se tratava de uma cena doméstica.¹⁷⁷

No caso de “Costumes Ingleses – Um amador da vida campestre”, apesar de, como vimos, os procedimentos terem sido outros, o objetivo dos redatores-tradutores era por certo semelhante ao de Lopes Gama — tornar o texto estrangeiro reconhecível para seus leitores e, assim, fazer do texto literário um poderoso instrumento de reforma de hábitos e costumes e, podemos acrescentar, idéias.

E para reforma tão ampla implicava trazer aos leitores o que as nações modernas haviam conquistado de positivo em termos de desenvolvimento nas áreas econômica, política e sociocultural — e nesse aspecto, como vimos, a Grã-Bretanha recebia posição vantajosa perante as demais.

Os redatores do *Gabinete de Leitura*, contudo, não tiveram tamanha pretensão. Presentearam seus leitores com a “Galeria Parlamentar” e com histórias divertidas. Histórias, porém, que traziam consigo as marcas da modernidade britânica: nos temas, no enredo, na estrutura narrativa.

¹⁷⁷ Pallares-Burke, M. Lucia. “Um espectador nos trópicos: estudo de caso sobre produção e reprodução cultural” In: *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 129-165.

Considerações Finais

Justiniano José da Rocha, num artigo d'*O Chronista*, nos dá um testemunho de sua experiência longe do Brasil, época em que estudou em colégios franceses. Segundo ele, quem nunca esteve distante não sabe

...como o sentimento do amor da pátria se enraíza em nossos corações, como eles palpitam quando ouvimos algum som da língua que primeiro balbuciamos, como se nos arrasam de lágrimas os olhos quando alguma cousa exterior nos lembra a pátria, quando vemos nos jardins públicos a planta de nossa terra, e de nossa afeição, quando nas cartas dos pais, recebemos notícias de que há longe de nós, quem por nós se interesse...

Todavia,

Se depois, quando voltamos, pela comparação de nosso atraso, e do progresso da civilização que deixamos, nossa alma como que se encolhe, e se entristece, passada essa primeira impressão, que sentimentos tão nobres nos inflamam, como anelamos elevar quanto pudermos o ídolo de nossos cultos à altura em que o supúnhamos, em que o ideávamos!¹⁷⁸

Não é de todo impossível imaginar que a mesma percepção do “atraso” do nosso país em relação ao “progresso da civilização” européia foi experimentada pelo grupo de jovens redatores e colaboradores da revista *Niterói*, ao desembarcar em terras brasileiras. E por certo, compartilharam o mesmo sentimento de Justiniano de que algo tinha de ser feito. E foi nas páginas dos periódicos que esses jovens intelectuais encontraram o meio privilegiado para empreender as mudanças que acreditavam serem necessárias — influir no acanhado meio sócio-cultural brasileiro.

Suas armas foram a pena e as páginas de seus jornais. Quem as percorre observa a diligência desses jovens jornalistas em utilizar todo e qualquer espaço nelas disponível

¹⁷⁸ *O Chronista*, 8 de abril de 1837.

para publicar artigos que chamassem a atenção dos leitores e, por certo, dos políticos para os problemas da nação. A falta de leitores, contudo, tornava a empreitada difícil. Especialmente porque, dentre as múltiplas tarefas que a si delegaram, também estava a de dotar a nação de uma literatura que exprimisse o que tínhamos de original. Para que a estratégia por eles escolhida para combater os males da nação fosse bem sucedida, era fundamental que houvesse um público leitor. Cabia, portanto, formá-lo.

O *Gabinete de Leitura* surgiu do esforço conjunto de alguns desses jovens que desejavam fazer da leitura um hábito diário nos lares brasileiros. Nossa carência cultural, porém, obrigou-os a buscar nos periódicos estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, as histórias que acreditavam serem capazes de desempenhar a tripla tarefa de entreter, instruir e edificar.

Foram esses os aspectos que nortearam este trabalho ao tentar apreender o caráter da presença britânica no *Gabinete de Leitura*. Tendo como ponto de partida o contexto sócio-econômico-cultural brasileiro do final da década de 1830, assim como os artigos que nossos homens de letras publicaram em seus outros periódicos, percebeu-se que o principal interesse desses intelectuais pela nação britânica consistia em compreender — com o objetivo de aplicar aqui — o que ela continha de moderno no âmbito econômico, político e social.

Contudo, diferente das longas análises político-econômicas publicadas nos jornais da corte, o *Gabinete de Leitura* apresentou aspectos da modernidade inglesa em histórias e artigos divertidos. Ao confrontarmos os originais ingleses e a versão brasileira, percebemos que tais aspectos tornaram-se ainda mais evidentes devido às alterações feitas pelos tradutores brasileiros.

Este estudo também constatou que a prosa de ficção britânica, quando comparada às demais narrativas do *Gabinete de Leitura*, apresenta diferenças significativas quanto à temática, à postura crítica do narrador e à estrutura narrativa. Percebeu-se, assim, que a *Revue Britannique*, ao fazer a intermediação na recepção da prosa de ficção inglesa, também foi responsável por introduzir no periódicos brasileiros um tipo de ficção caracterizada por uma estrutura e forma narrativas muito mais complexas, e portanto modernas.

ANEXO 1

**Índice do *Gabinete de Leitura, serões das famílias brasileiras,*
*jornal para todas as classes, sexos e idades***

Gabinete de Leitura, serões das famílias brasileiras, jornal para todas as classes, sexos e idades

[F] Ficção
[FB] Ficção Brasileira
[C] Crônica
[CB] Crônica Brasileira

Índice

N.01 13 / 08 / 1837

p.1 **Introdução**

p.1-3 **O Profeta Misterioso** [F]
Fonte: *O Chronista*
Nota Inicial: “Este conto foi publicado no *Chronista*”

p. 3 **Um Processo!**
Fonte: *L’Entr’Acte*

p. 3 **Miscelânea**

1) “Enterrou-se há algum tempo em Inglaterra...”
2) “Um habitante de Southampton...”

p. 3-4 **Ciências Médicas**

1) **Faculdade de Profetizar atribuída a alguns enfermos**
Fonte: *Rev. Britannique*

p.3 2) **Receita contra a Bacharelise**
Fonte: *Entre’Acte*

p.4-5 3) **Um Médico Condescendente**
Fonte: *Gazette Médicale*

p.5-6 **O Banquete do Cemitério – Crônica do século XI** [F]
Autor: O Visconde D’Arlincourt

p. 7 **Viagens**

A Festa de S. Pedro em Corongos

Nota Inicial: “Corongo = cidade da América do Sul na República do Peru”

Fonte: *Rev. Britannique*

- p.7-8 **Uma Visita** [F B]
Anônimo
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
- p.8 **Fato Curioso**
Sem fonte e autor
- p.8 **Crônica – Os amigos de George IV**
Fonte: *Rev. Britannique*
- p.8 **Sem título:** “Os pintores célebres...”

N. 02 20 / 08 / 1837

- p.9 **O Amor Materno** [F]
Nota inicial: “Obtivemos da pessoa que escreveu em português a bela novela — “O Amor Materno” — publicada no *Cronista*, a correção e supressão de diversos lugares que tornavam a narração fria, e o diálogo pouco animado.”
Sem fonte e autor.
- p.12-13 **O Noivo D’Além Túmulo** [F]
Fonte: 3º Conto do *Semeador*
- p.13-15 Viagens
Uma Noite no Mar [F]
Fonte: *Blackwood’s Magazine*
- p.15-16 **Nota Estatística**
- p.16 **Loteria** [C B]
Anônimo
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
- p.16 Miscelânea -Estatística
- p.16 **Notícias Estatísticas d’Inglaterra**

N. 03 27 / 08 / 1837

- p.17-19 **O Lanceiro Polaco** [F]
Autor: A Duquesa de Abrantes
- p.19-20 **O Cocheiro do Marechal C...** [F]
Autor: Soulié
- p.20-21 **O Novo La Ronciere** [F]
Fonte: *Entr'Acte*
- p.21- 22 **O Noivo D'Além Túmulo** [F]
Nota inicial: "Continuação do n. antecedente"
Nota Final: "Segue o próximo número"
- p.22- 24 **O Leão de Medina** [F]
Autor: Em. Deschamps
- p.24 Miscelânea
- 1) **Galeria Parlamentar - Charles Whithereld**
Nota inicial: "Sob este título publicaremos o retrato de alguns membros da câmara dos comuns em Inglaterra. Principalmente pelo partido tory."
Nota final: "Este artigo e os subseqüentes foram publicados em princípio de 1836 pelo *Political Observer*"
- N.04 03 / 09 / 1837**
- p.25- 28 **Uma Ocorrência da Vida de Tom Bermingham** [F]
Fonte: *Biblioteca Universal*
Nota final: "Tom Bermingham não declara se depois do seu casamento pagou ao seu alfaiate".
- p.28- 30 **Um Oficial de Napoleão – Histórico** [F]
Autor: B. Gallet
- p.30- 32 **O Noivo d'Além Túmulo** [F]
Fonte: 30º conto do *Semeador*
Nota inicial: "Continuação do n. antecedente"
Nota final: "ERRATA deste artigo. P. 13, 1ª coluna, linha 18, em vez de *Alfredo* leia-se Henrique".
- p.32 Miscelânea
- 1) **Sem título:** "Um dia andava Napoleão..."
Fonte: *Jornal da Marinha*
- 2) **Medicina. Influenza. (Epidemia)**
Sem fonte

- 3) **Excesso de Amor**
Sem fonte
- 4) **Isturitz**
Fonte: *Blackwood's Magazine*

N. 05 **10 / 09 / 1837**

- p.33-34 **Um Protestante e um Papista** [F]
Autor: O Judeu Errante
Nota Final 1: “Traduzido por uma Fluminense”
Nota Final 2: “Agradecemos à nossa assinante, que nos enviou este artigo, as lisonjeiras expressões com que brindou nossa empresa, e temos que a sua cooperação é evidente sinal de que ela prosperará. Pedimo-lhe perdão de (sic) algumas alterações que fizemos em sua tradução.”
- p. 34 **Galeria Parlamentar – M. Croker**
- p.34-37 **A Mesa do Diabo – Novela Militar** [F]
Autor: A. F.
- p.37-38 **Vamos à Feira** [F B]
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
Anônimo.
- p.38-39 **Uma Atriz em Viagem** [F]
Autor: E. G.
- p.39-40 **Krettel – Crônica Alemã** [F]
Autor: M.
- p.40 Miscelânea
- 1) **Novecentos Dólares por uma Mulher**
(sem indicação de fonte)
 - 2) **Linguagem Universal**
Fonte: *Courrier Français*

N.06 **17 / 09/ 1837**

- p.41- 43 **História – Execução de Joanna Grey** [F]
Autor: Frederico Soulié
- p.43- 46 **O Livro da Vida** [F]
Fonte: *Retrospective Review*

p.46- 47 **O Negociante de Cabelos** [F]
Autor: Stephen de la Madelaine

p.47-48 **Estatística da População do Globo**

p.48 **Os Nervos**

p.48 **Poesia Portuguesa – A Sesta**
Autor: Garrett

p.48 Miscelânea

- 1) **Modo de destruir as pulgas, percevejos, etc.**
(sem indicação de fonte)
- 2) **Purificação do azeite rançoso**
(idem)

N.7 24 / 09/ 1837

p.49- 51 **Recordações de Meu Tio Doutor – Uma Mãe** [F]
Autor: N. Albert

p.51-53 **Um Episódio da Guerra Civil de Espanha** [F]
Autor: Jules A. David

p.53- 54 **Emancipação Mulheril** [C]
Nota final: “Continua”

p.54 **Os Cabelos Brancos** [C]
Fonte: *L’Entr’acte*

p. 54 Miscelânea

- 1) **Sem título:** “Nada prova tanto a cruel situação das províncias da Síria...”

54- 56 2) **Galeria Parlamentar – Thomas Sadler – Sir Robert Peel**

N. 8 01/ 10/ 1837

p.57-59 **Meu Primeiro Duelo** [F]
Autor: Ephraim Twigg

- p.59- 60 **Manuscrito Achado em uma Casa de Loucos** [F]
 Fonte: *Literary Souvenir*
- p.60- 62 **Die Judengasse – [A Rua dos Judeus] – Crônica de Strasburgo em 1349** [F]
 Autor: Eugene Prud’Homme
- p.62- 63 **Costumes – Os Velhos Namorados** [C B]
 Fonte: *Carapuceiro*
- p.63- 65 Miscelânea
- 1) **Fenômeno**
 Sem indicação de fonte.
 - 2) **Absurdo Matemático da Homeopatia**
 Fonte: *Revista Estrangeira*
 - 3) **Fragmento Inédito achado nos papéis de Lorde Byron**
 Fonte: *Representative*

N. 9 08/ 10/ 1837

- p.65- 68 **Veneno e Chocolate – Anedota do Tempo do Império** [F]
 Fonte: *Memórias de Luiz XVIII*
- p.68-69 **Emancipação Mulheril – Dois meses depois** [CB]
 Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
 Sem fonte e autor.
- p.69- 71 **O Testamento** [F]
 Fonte: Crabbe’s *POSTHUMOUS WORKS*
- p.69 Poesia Brasileira – **Fantasia Poética**
 Assinado: Pelo fluminense F. R. da Silva
- p.70 Miscelânea
- 1) **Galeria Parlamentar – Goulbourn – Knatchbull – Henrique Hardinger**
 - 2) **Descobrimento do vidro**
 - 3) **Variedades das cores**
 - 4) **Aposta**
 - 5) **Espetáculo dum Exército Turco em Campanha**

N. 10 15/ 10 / 1837

- p.73- 75 **O Sedutor** [F]

	Autor: Washington Irving
p.75- 77	A Alma do Outro Mundo [F B] Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
p.77- 79	Costumes – O Jeito [C] Nota inicial: “Foi este artigo escrito em Portugal e publicado aqui em quase todos os jornais, mas a rogos dum nosso assinante, e porque o achamos digno desta publicação o inserimos”. Fonte: <i>O Artilheiro</i>
p.79- 80	Luiza – Legenda Brasileira [F B] Autor: Pereira da Silva Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
p.80	<u>Miscelânea</u> 1) Os Duelos em Inglaterra Sem indicação de fonte.
N. 11	22 / 10/ 1837
p.81- 83	As Honras Hereditárias – História de amor, de Mistério e de Filosofia [F] Autor: G. L. Bulwer Nota final: “Para inteligência dos leitores diremos que em alguns países da Europa o emprego de carrasco é hereditário, e são herdeiros dos vestidos dos criminosos que enforcam.”
p.83- 86	Casaca Verde e Casaca Azul [F] Autor: Madame A. L.
p.86- 87	Uma Aventura em Veneza [F B] Autor: Pereira da Silva Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
p.87- 88	<u>Miscelânea</u> 1) Galeria Parlamentar 2) Tribunais Fonte: <i>Gaz. des Tribunaux</i> 3) Estatística
N. 12	29 / 10/ 1837

- p.89- 91 **Álibi** [F]
 Nota original referente ao título: “Ausência do indiciado do lugar onde foi cometido o crime de que é acusado, no tempo em que teve lugar.”
 Fonte: *New Monthly Magazine*
- p.91- 94 **O Irmão de Armas de São Tiago – Tradição espanhola** [F]
 Sem indicação do autor.
 Fonte: *Lays and Legends of Various Nations*
- p.94- 96 **Uma Morada Perto de Tudo** [F]
 Sem indicação do autor.
 Fonte: *Blackwood’s Magazine*
- p.96 Miscelânea
- 1) **Tribunais**
 Sem indicação de fonte
 2) **Útil Invento**
 3) **Anedotas**
- N. 13 **05 / 11/ 1837**
- p.97- 99 **O Rei de Ouros** [F]
 Nota final: “Continuar-se-á”
- p.99- 101 **Job o Filantrópico** [F]
 Sem indicação do autor
 Nota final: “Traduzido”
- p.101- 102 **Um Primeiro Amor** [F B]
 Autor: Pereira da Silva
 Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
- p.103-104 Miscelânea
- 1) **Galeria Parlamentar – O marquês Chandos – Shaw – Vyvyan – Sibthorp**
 2) **Poesia Portuguesa – Carta para o Príncipe D. Pedro de D. Inês de Castro**
 Autor: O Português
 3) **Máxima**
 4) **Anedota**

N. 14 12 / 11 / 1837

- p.105-107 **O Rei de Ouros** [F]
Nota inicial: “Continuação do n. antecedente”
Autor: Eug. Scribe
- p.107-108 **Uma Vingança** [F]
Sem indicação do autor e fonte
Nota final: “Traduzido”
- p.108-110 **As Catacumbas de São Francisco de Paula** [F B]
Autor: Pereira da Silva
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
- p.110-112 **Terêncio o Alfaiate** [F]
Sem indicação do autor
Fonte: *Forget-me-not*
- p.112 Miscelânea

1) Anedota

Aviso Final do fascículo: “Com este n.º finda o primeiro trimestre desta publicação. Rogamos aos nossos subscritores que assinaram por trimestre hajam de reformar suas assinaturas, para não sofrerem demora na entrega. O 2º trimestre findará em 13 de fevereiro de 1838.”

N. 15 19 / 11 / 1837

- p.113-115 **O Verso da Medalha** [F]
Autor: P. M.
- p.115-117 **Uma Manhã na Casa dos Inválidos** [F]
Autor: Emílio Deschamps
- p.117-119 **Um Último Adeus** [F B]
Autor: Pereira da Silva
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
- p.119-120 Miscelânea
- 1) Galeria Parlamentar – O Partido Radical na Câmara dos Comuns – Henrique Hunt – William Cobbett**
- 2) Carta de uma donzela de treze anos, pedindo parecer sobre o seu casamento**
Autor: Steele
- 3) Sem título: “Um alfaiate de Londres reclamava...”**

N. 16 26 / 11/ 1837

p.121-123 **O Passaporte** [F]
Autor: E. Guinet

p.123-125 **Visita de D. Sebastião I ao Convento da Batalha** [F]
Autor: Ferdinand Denis

p.125-126 **Miss Negly ou o Olho de Vidro** [F]
Nota final: “Continua no próximo número”

p.126-127 **A Medicina na Alemanha** [C]
Fonte: *Entr’acte*

p.127-128 Miscelânea

- 1) **Galeria Parlamentar – Macaulay – Jeffrey – O Coronel Torrens – Hume**
- 2) **Sem título:** “Há alguns dias, diz um jornal de Berlim...”
- 3) **Sem título:** “Foi posta em segurança uma mulher de Kennington...”
- 4) **Sem título:** “As viúvas continuam a queimar-se em Bengala...”
- 5) **Aneotas**

N. 17 03 / 12 / 1837

p.129-130 **O Novo Conde de Saint Germain** [F]
Sem indicação de fonte e autor.
Nota final: “Traduzido”

p.130-132 **Miss Negly e o Olho de Vidro** [F]
Nota inicial: “Vide o n. 16”
Autor: P. Granal

p.132-135 **A Noite do Sangue – Aneota de 1836** [F]
Nota final: “Continuar-se-á”

p.135-136 **Um Baile** [F B]
Sem indicação do autor
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”

N.18 10 / 12 / 1837

p.137-138 A Grande Serpente Marinha

Nota inicial: “Alguns dos nossos assinantes se hão queixado da redação do nosso jornal, por lhes não oferecer artigos científicos, e somente historietas que aproveitam apenas no momento da leitura, sem deixar rasto após de si: nosso fim não era instruir, queríamos preparar o terreno, dando gosto da leitura, mas por agradarmos a esses assinantes, e mesmo para estendermos o nosso jornal a outras classes de leitores, nós subscrevemos a este desejo.”

Nota final: “Continua”

p.138-141 O Proscrito – Episódio da Insurreição Irlandesa [F]

Fonte: *Boston Magazine*

p.141-142 Maria [F B]

Autor: Pereira da Silva

Nota final: “Colaboração do Gabinete”

p.142-143 A Noite do Sangue – Anedota de 1836 [F]

Nota inicial: “Vid. n. 17”

Autor: Visconde d’Arlincourt

p.143-144 O Último Hino de Santeuil – Abadia de S. Victor [F]

Nota final: “Continua”

p.144 Miscelânea

1) O Processo perdido

Sem indicação de fonte

N. 19 17 / 12 / 1837

p.145-146 A Grande Serpente Marinha

Nota inicial: “Vid. n. 18”

Autor: B. de Xivrey

p.146-149 O Último Hino de Santeuil – Abadia de S. Victor [F]

Nota inicial: “Vid. n. 18”

Nota final: “Continua”

p.149-151 O Profeta Pedro [F]

Autor: T. V.

p.151-152 Um Jantar no Campo [F B]

Nota final: “Continuar-se-á”

p.152 Miscelânea

- 1) **As Diligências, os Barcos de Vapor e os Caminhos de Ferro**
- 2) **O Leão e a Águia**
- 3) **Uma Relíquia de Napoleão**

N. 20 **24 / 12 / 1837**

p.153 **Biografia – Mozart**
Sem indicação de fonte.

p.153-156 **As Aventuras Galantes de um Marinheiro Inglês** [F]
Sem indicação de fonte e autor

p.156-157 **O Que pode a Miséria** [F]
Sem indicação de fonte e autor.

p.157-159 **O Último Hino de Santeuil – Abadia de S. Victor – Terceira Parte – Dijon** [F]
Nota inicial: “Vid. n. 19”
Sem indicação de fonte e autor.

p.159-160 **Um Jantar no Campo** [F B]
Nota inicial: “Vid. n. 19”
Sem indicação do autor.
Nota final: “Colaboração do Gabinete”

p.160 Miscelânea

- 1) **Sem título**
- 2) **Modo de Suportar as Desgraças**
- 3) **Achada para os Filarmônicos**
- 4) **O Bofetão por Tabela**
- 5) **A Vida dos Médicos**
- 6) **Imprensa Inglesa**

N. 21 **31 / 12 / 1837**

p.161-163 **O Homem de Má Sina** [F]
Sem indicação de fonte e autor.

p.163-165 **A Perjura** [F B]

	Nota final: “Continua”
p.165-167	Bálsamo Amarelo [F] Autor: A. Arnould
p.167-168	<u>Miscelânea</u> 1) Moléstia Extraordinária 2) Tribunais 3) Singular Interpretação de uma Receita
N. 22	07 / 01 / 1838
p.169-171	O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III [F] Nota final: “Continua”
p.171-174	Reichmuth D’Abocht – Novela de Oehlenschlaeger [F] Fonte: Revue du 19 ^o siècle
p.174-175	As Vítimas do Preconceito [F] Nota Final: Extraído de Beaumont
p.175-176	Um Sonho [F B] Autor: Rodrigues da Silva Nota final: “Colaboração do Gabinete”
p.176	A Mãe que Assassinou a Filha [C] Fonte: <i>Bushing’s Evening Post</i>
p.176	<u>Miscelânea</u> 1) Castigo do Adultério na Rússia 2) Singular Aposta
N. 23	14 / 01 / 1838
p.177-179	O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III [F] Nota inicial: “Continuado do n. antecedente” Nota final: “Continua”
p.179-182	A Perjura [F B] Nota inicial: “Vid. o n. 21” Sem indicação do autor. Nota final: “Colaboração do Gabinete”

- p.182-184 **Uma Tormenta** [F]
 Autor: J. G.
 Fonte: *Commerce*
- p.184 Miscelânea
- 1) **O Ladrão do Troco**
 2) **Os Duelos na Groelândia**
 Fonte: *Magasin Universel*
- N. 24 21 / 01 / 1838**
- p.185-187 **O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III** [F]
 Nota inicial: “Continuado do n. antecedente”
 Nota Final: “Continua”
- p.188-190 **A Traição de uma Flor** [F]
 Autor: Lassailly
- N. 25 28 / 01 / 1838**
- p.191-196 **O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III** [F]
 Nota inicial: “Continuado do n. antecedente”
 Autor: Alexandre de Lavergne
- Observação: Faltam as páginas 192 e 193
- p.196-199 **O Rabugento – Esboço Biográfico**
 Fonte: *Un Page du Palais Imperial*
- p.199-200 Miscelânea
- 1) **Definição Física do Piparote**
 2) **Estatística da China e Índia**
 3) **O Punhal de Otelo**
 4) **Anedotas**
 5) **Charadas**
- N. 26 04 / 02 / 1838**
- p.201-204 **O Véu de Maria Luiza** [F]

	Autor: Arnould Fremy
p.204-206	Sim ou Não? – Legenda das Margens do Neckar [F] Nota Final: “Traduzido do alemão por A. Pichard” Fonte: <i>Journal de Paris</i>
p.206-207	Vida em Paris [C] Fonte: <i>The Metropolitan</i>
p.207-208	Um Casamento por Subterfúgio [F] Sem indicação do autor Fonte: <i>O Pilote du Calvados</i>
p.208	<u>Miscelânea</u> 1) Revelação Pouco Satisfatória para um Procurador Régio 2) Madrigal Autor: A. A. Queiroga 3) Charada
N. 27	11 / 02 / 1838
p.209-211	Meu Primeiro Namoro [F B] Autor: K. Nota Final: “Colaboração do Gabinete”
p.211-213	A Cruz da Ponte – Novela [F] Nota Final: “Continua”
p.213-215	A Cidade de Washington [C] Autor: P. M. F.
p.213-214	O Professor de Acenos [C] Sem indicação de fonte e autor.
p.215-216	<u>Miscelânea</u> 1) Lance Sentimental de Dois Esposos 2) O Latim não Enche Barriga 3) Sem título: “Angeli é um bravo e honrado artista...” 4) Máquina para Alisar as Pedras 5) Charada
N. 28	18 / 02 / 1838

- p.217-220 **A Cruz da Ponte – Novela** [F]
 Nota Inicial: “Vide o número 27”
 Nota Final: “Continua”
- p.220-222 **Uma Barateria** [F]
 Autor: Jules Lacomte
- p.222 **O Rei Dick** [C]
 Sem indicação do autor
 Fonte: *Revue Britannique*
- p.222-223 **Higiene – Socorro para os afogados**
 Sem indicação de fonte e autor.
- p.223-224 Miscelânea
- 1) **Tribunal de Polícia Correccional de Paris – O Óculos Furtado por Engano**
 - 2) **Soldados, Reis, Duques e Príncipes do Tempo da Revolução Francesa**
 - 3) **Modo de fazer reviver o escrito, quando, com o tempo, se tem tornado inteligível**
 - 4) **Anedotas**
 - a) **O Gascão e o cavalo de Henrique IV**
 - b) **O receio bem fundado**
 - c) **O homem coerente com a sua promessa**
 - d) **Resposta lisonjeira**
 - e) **Contrição de um usurário**
 - f) **O amador de teatro**
 - 5) **Charada**
- N. 29 25 / 02 / 1838
- p.225 **Glórias Literárias da América**
 Sem indicação do autor.
 Fonte: *Correio Oficial Niteroiense*
- p.225-229 **A Cruz da Ponte – Novela** [F]
 Nota Inicial: “Vide o número 28”
 Autor: Eugênia Foa
- p.229-231 **O Tio da América** [F]
 Autor: Alphonse Karr
- p.231-232 Miscelânea

- 1) **Higiene Pública – Influência da vacina sobre a duração da vida**
- 2) **Polimento para os móveis e mármore**
- 3) **Do perigo que há de conservar vinho, água ou aguardente em vasilhas de chumbo**
- 4) **Anedota**

N. 30 04 / 03 / 1838

p.233-236 **Costumes Ingleses – Um Amador da Vida Campestre** [F]

Sem indicação do autor

Fonte: *Colburn's Magazine*

p.236-238 **Uma Aventura – Primeira Parte (1812)** [F]

Nota Final: “Continua”

p.238-239 **Respeito dos Ingleses pela Lei** [C]

Sem indicação de fonte e autor.

p.239-240 **Meu Vizinho Anatole** [C]

Autor: Burat de Gurgy (jeune)

p.240 Miscelânea

- 1) **Tribunal de Polícia Correccional de Paris – Lição materna, ou os ratoneiros de menor idade**
- 2) **Um Duelo Importante**
- 3) **Charada**

N. 31 11 / 03 / 1838

p.241-244 **A Senhora Condessa** [F]

Autor: Jules A. David

p.244-246 **Uma Aventura – Primeira Parte (1812)** [F]

Nota Inicial: “Vide n. 30”

Nota Final: “Continua”

p.246-247 **Esboços Sicilianos** [F]

Nota Final: “Continua”

p.247-248 Miscelânea

- 1) **Tribunal de Polícia Correccional de Paris – As bordoadas que envolvem política**
- 2) **Açúcar Extraído do Milho**

- 3) **Um Navio Americano**
- 4) **Resposta de uma Cantora Italiana ao Grão-senhor**
- 5) **Equipagem Curiosa**
- 6) **Poesia – A Saudade**
Sem indicação do autor.
- 7) **Enigma**

N. 32 18 / 03 / 1838

p.249-251 **Uma Aventura – Segunda Parte (1820) [F]**
Nota Inicial: “Vide n. 31”
Autor: A. A.
Fonte: *Le Commerce*

p.251-253 **Vingança Espantosa [F]**
Sem indicação de fonte e autor.

p.253-254 **Esboços Sicilianos [F]**
Nota Final: “Continua”

p.254-256 **Encontro na Gruta de Balme [F]**
Autor: J. M.

p.256 Miscelânea

- 1) **Prodigiosa Longevidade**
- 2) **Microscópio Monstro**
- 3) **Couve Monstro**
- 4) **Batata Monstro**
- 5) **Poesia – Os Dois Lírios**
Sem indicação do autor
- 6) **Charada**

N.33 25 / 03 / 1838

p.257-259 **Uma Alcinha [F]**
Autor ou fonte?: Job-o-Risonho

p.260-261 **Esboços Sicilianos [F]**
Nota Inicial: “Vide n. 32”
Nota Final: “Continua”

p.261-263 **Meus Dias de Guarda – O Sim d’uma Moça [F]**

Nota Final: “Continua”

p.263 **Um Casamento na China** [C]
Sem indicação de fonte e autor.

p.263 Miscelânea

- 1) **Um Duelo**
- 2) **Indigentes na Europa**
- 3) **A Mania de Mentir**
- 4) **A Verdade até Morrer**
- 5) **O Econômico**
- 6) **As Duas Leis**
- 7) **Esperteza de um Pregador**
- 8) **Poesia – Apólogo – Mané Sapo, uma Cobra e um Cisne**
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”

N. 34 **01 / 04 / 1838**

p.265-267 **Meus Dias de Guarda – O Sim d’uma Moça** [F]
Autor: Eduardo Lemoine

p.267-268 **Semana Santa em Jerusalém**
Sem indicação de fonte e autor.

p.268-270 **Um Rapto** [F]
Autor: Raymond Brucker

p.270-271 **Esboços Sicilianos** [F]
Fonte: *The Metropolitan*

p.271-272 Miscelânea

- 1) **Anedota**
 - a) **O Marinheiro inglês e seu companheiro sem cabeça**
 - b) **Descrição que podia custar caro**
 - c) **Xisto V e o seu bordão**
 - d) **Amor pago com ingratidão**
 - e) **Desforra de um magistrado**
- 2) **A Mania de Quebrar Vidros**
- 3) **Aviso aos que pedem cartas de recomendação**
- 4) **Poesia – A meu Amigo F. B Ribeiro – Ode às Lágrimas**
Sem indicação do autor
Nota Final: “Colaboração do Gabinete”

N. 35 08 / 04 / 1838

p.273-275 **O Preceptor de seu Mestre** [F]
Autor: Eleonora Vaulabelle

p.275-277 **Napoleão** [Biografia]
Nota Final: “Continua”

p.277-278 **Um Episódio de 1831** [F B]
Autor: L. C. M. P (Luís Carlos Martins Pena)

p.278-280 Miscelânea

- 1) **Milagre da Polícia Correccional de Paris**
- 2) **Os Casamentos em Agra**
- 3) **Anosidade**
Fonte: *Journal des Debats*
- 4) **Carta de um Cômico**
- 5) **Revista Judiciária**
- 6) **Aviso aos Enfermeiros – Rasgo de ingratidão de um doente**
- 7) **Modo de Preservar as Plantas do Estrago dos Caracóis**
- 8) **Profundidade do Mar**
Fonte: *Geology of Scriptures*, London, 1835
- 9) **Modo de fazer uma bebida muito saudável chamada cidra**
- 10) **Modo de Conservar as Batatas**

ANEXO 2

Textos do *Gabinete de Leitura* publicados n' *O Chronista*

“O Livro da Vida” [Ficção] [*Gabinete de Leitura* n.16 17/09/1837]

O Chronista n. 3 (05/10/1836) (é nesse número que inicia a seção Folhetim); n. 6 (15/10/1836); n. 7 (19/10/1836) [seção “Variedades”]

N’*O Chronista* n.7, devido a problemas com o texto, os redatores inserem a seguinte nota:

“Por engano, unicamente nosso, se publicou no CHRONISTA n. 6 uma parte deste artigo que devia ter lugar aqui; pedimos a nossos leitores desculpa desta falta”.

“O Amor Materno” [F] [*Gabinete de Leitura* n. 2, 20/08/1837]

O Chronista, seção “Apêndice”, n. 84 (02/08/1837); n. 85 (05/08/1837); n. 86 (09/08/1837).

“O Noivo d’Além Túmulo” [F] [*Gabinete de Leitura* n.2 20/08/1837]

O Chronista n. 91 (26/08/1837); n. 92 (30/08/1837) e n. 94 (06/12/1837)

Ao término da história, no n. 94, vem a mesma fonte do *Gabinete de Leitura* “3^o conto do Semeador” e também “Gabinete de Leitura n.4”.

“Um Sonho” [Ficção Brasileira] [*Gabinete de Leitura* n. 22 (07/01/1838)]

Autor: Firmino da Silva Rodrigues

O Chronista n. 129 (11/01/1838)

“A Mãe que assassinou a filha” [*Gabinete de Leitura* n. 22 (07/01/1838)]

Fonte: *Bushing’s Evening Post*

O Chronista n. 131 (16/01/1838)

“Glórias Literárias da América” [*Gabinete de Leitura* n.29 (25/02/1838)]

O Chronista n. 149 (01/03/1838)

Apólogo – Mané Sapo, uma cobra e um cisne [Poesia] [*Gabinete de Leitura* n.33 (25/03/1838)]

Os Dois Lírios [Poesia] [*Gabinete de Leitura* n. 32 (18/03/1838)]

A Saudade [Poesia] [*Gabinete de Leitura* n. 31 (11/03/1838)]

Todos publicados n’*O Chronista* n. 162 (31/03/1838)

“Tribunal de Polícia Correccional de Paris – Lição materna, ou os ratoeiros de menor idade” [Miscelânea] [*Gabinete de Leitura* n.30 (04/03/1838)]

O Chronista n. 171 (21/04/1838)

“Um Casamento na China” [Crônica] [*Gabinete de Leitura* n. 33 25/03/1838]

O Chronista n. 176 (05/05/1838)

“Galeria Parlamentar – Charles Whithereld” [Miscelânea] [*Gabinete de Leitura* n.3 (27/08/1837)]

Miscelânea – Sem Título / Fonte: *Jornal da Marinha* [*Gabinete de Leitura* n. 4 (03/09/1837)]

Miscelânea – Anedotas [*Gabinete de Leitura* n.12 (29/10/1837)]

Todos publicados n’*O Chronista* n. 182 (19/05/1838)

Tribunais [Miscelânea] [*Gabinete de Leitura* n.21 (31/12/1837)]

Isturitz [*Gabinete de Leitura* n.4 03/09/1837]

Miscelânea – **Estatística**

Miscelânea – **Notícias Estatísticas da Inglaterra** [ambos, *Gabinete de Leitura* n. 2 (20/08/1837)]

O Chronista n.183 (22/05/1838)

Miscelânea – **Novecentos Dólares por uma Mulher**

Miscelânea – Linguagem Universal [ambos, *Gabinete de Leitura* n.5 10/09/1837]

Miscelânea – Tribunal de Polícia Correccional de Paris – O Óculos Furtado por Engano [*Gabinete de Leitura* n. 28 18/02/1838]

O Chronista n. 184 (26/05/1838)

ANEXO 3

Lista de alguns dos autores presentes no *Gabinete de Leitura*

Cada entrada está organizada da seguinte forma:

- a) Nome do autor em ordem alfabética pelo sobrenome
- b) Título da(s) história(s)
- c) Entre chaves: data da publicação no *Gabinete de Leitura*, número do fascículo, páginas.
- d) Entre parêntese: fonte fornecida pelo *Gabinete de Leitura*. Segue também entre parêntese a fonte na qual o texto foi localizado.
- e) Item Observações: informações coletadas sobre o texto ou a fonte.
- f) Item Dados Biográficos: informações biográficas sobre o autor.

DUQUESA D'ABRANTES

1) “O Lanceiro Polaco” [27/08/1837, n. 3, p. 17-19]

DADOS BIOGRÁFICOS: Laure Permon Junot, duchesse d'Abrantès (1784-1838). Esposa de Andoche Junot, um dos generais íntimos de Napoleão. Laure brilhou na corte napoleônica com suas festas luxuosas, jantares soberbos e também por causa de sua extravagância, beleza e inteligência. Algumas vezes acompanhou Junot durante suas campanhas militares na época da Guerra da Península Ibérica. Recebe o título de duquesa quando Junot é condecorado duque de Abrantès. Devido aos seus gastos excessivos, principalmente após a morte do marido e a queda de Napoleão, Laure logo se vê em situação financeira bastante precária. Incentivada por amigos como Balzac, ela resolve escrever suas memórias. O sucesso foi imediato. Desde então, utilizando seu título de duquesa de Abrantès, Laure passou a tirar da literatura o seu sustento. Além de seus livros de cunho memorial, Laure também escreve romances e contribui com novelas e contos a vários periódicos, especialmente para os dedicados à juventude, tal como o *Journal des jeunes personnes* (1830-1894).

Algumas de suas obras: *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal, de 1808 à 1811* ; *Les Deux Soeurs, scènes de la vie d'intérieur* ; *Etienne Saulnier, roman historique* ; *Histoires morales et édifiantes* ; *L'Amirante de Castille* (1832) ; *Catherine II* (1834) ; *Histoires contemporaines* (1835) ; *Mémoires sur la Restauration ou souvenirs historiques* (1835) ; *Une Soirée chez Madame Geoffrin* (1837) ; *Histoire des salons de Paris, tableaux et portraits du grand monde, sous Louis XVI, le Directoire, le Consulat et l'Empire, la Restauration et le règne de Louis-Philippe* (1837) ; *Souvenirs d'une ambassade* (1837) ; *La Duchesse de Vallombray* (1838) ; *Hedwige, reign de Pologne* (1838) ; *Louise, roman posthume* (1839).

VISCONDE D'ARLINCOURT

1) “O Banquete do Cemitério – Crônica do século XI” [13/08/1837, n.1, p.5-6]

2) “A Noite do Sangue – Anedota de 1836” [03/12/1837, n. 17, p. 132-135 e 10/12/1837, n.18, p. 142-143]

DADOS BIOGRÁFICOS: Charles-Victor Prévot, visconde d'Arlincourt (1789-1856), romancista francês. Em 1818, D'Arlincourt publica um poema épico, *Charlemagne, ou La Caraléide* (1818). Mas é como escritor de romances com enredos de aventura e pano de fundo histórico, seguindo a então recente tradição do romance gótico, que D'Arlincourt alcança popularidade — em especial com a publicação de *Le Solitaire* (1821), *Le Renégat* (1822) e *Ipsiboé* (1823). Devido ao grande sucesso alcançado junto ao público francês, os três romances foram traduzidos para o inglês no mesmo ano de suas publicações na França, sob os títulos *The Recluse*, *The Renegate* e *Ipsiboé* respectivamente. Nos prefácios dessas edições é possível encontrar as razões pelas quais decidiu-se publicar as obras de Arlincourt para o público inglês. O prefácio de *The Recluse*, por exemplo, estabelece uma relação entre a obra e “o caráter histórico e estilo dramático” de Walter Scott¹⁷⁹. Já o prefácio de *The Renegate* justifica a publicação da obra devido à sua “interessante natureza” e “eloquência de suas descrições”, destacando a avidez com que os leitores franceses a consumiram. Acrescenta que mais quatro edições já haviam sido lançadas no mercado e que o público francês ainda as recebia “com a mais alta estima”.¹⁸⁰ Hale comenta o sucesso comercial de *Le Solitaire* na segunda década do século XIX e estima que a obra possa ter atingido cerca de 100.000 leitores somente na França.¹⁸¹

Algumas de suas obras: *L'Etrangère* (1825) ; *Le Chef des Penitens noirs, ou le Proscrit et l'Inquisition* (1828) ; *Les Rebelles sous Charles V* (1832) ; *Les écorcheurs ou*

¹⁷⁹ “Preface to the Fifth Edition of the Original”, vol. 1, p. [iii].

¹⁸⁰ Vol. 1, p. [v]. As informações e referências bibliográficas sobre as edições inglesas das obras de D'Arlincourt, assim como o comentário acerca do conteúdo de seus prefácios podem ser encontrados no endereço eletrônico do “Centre for Editorial and Intertextual Research – British Fiction 1800-1829 (A Database of Production, Circulation and Reception) da Cardiff University.

Endereço: <http://www.british-fiction.cf.ac.uk/index.html> Acesso maio 2006.

¹⁸¹ Hale, Terry. “A Forgotten Best-Seller of 1821: *Le Solitaire* by the Vicomte d'Arlincourt and the Development of European Horror Romanticism”. *Gothic Studies* 2 (2000), Manchester University Press, pp. 185-204.

l'usurpation et la peste, fragmens historiques 1418 (1833) ; *Le Brasseur Roi, chronique flamande du quatorzième siècle* (1834) ; *Double Regne. Chronique du Treizieme Siècle* (1835)

L'Herbagère (18-); *Les Trois Châteaux, histoire contemporaine* (1840) ; *Le Pèlerin. L'Etoile polaire* (1843) ; *Les Trois Royaumes* (1844) ; *Les Anneaux d'une chaîne* (1845) *Dieu le Veut* (1848) ; *Les Fiancés de la mort, histoire contemporaine* (1850) ; *Le Chateau de Chaumont* (1853).

A. ARNOULD

1) “**Bálsamo Amarelo**” [31/12/1837, n. 21, p. 165-167]

DADOS BIOGRÁFICOS: Auguste Jean François Arnould (1803-1854). Literato francês. Escreveu inúmeras comédias, *vaudevilles*, romances e dramas. Grande parte de suas obras foi escrita em parceria com outros escritores como, por exemplo, a ópera cômica composta com Frédéric Soulié, *Les Deux Reines* (1835). Com Alexandre Dumas (pai) e Narcisse Fournier escreve, dentre outros textos, o famoso *L’homme au masque de fer*, publicado em *Les Crimes Célèbres* em 1840. Em 1843, em colaboração com Alboize de Pujol e H. Marquet, publica *Histoire de la Bastille*.

Alguma de suas obras de ficção: *Struensée, ou la Reine et le favori (histoire danoise de 1769)* (1823) [em parceria com Narcisse Fournier] ; *Alexis Pétrowitch: histoire russe de 1715 à 1718* (1835) [em parceria com N. Fournier] ; *À la belle étoile* (1838) ; *Les Trois aveugles* (1838) [em parceria com Alexandre de Lavergne] ; *Romans du coeur. La Mère-folle* (1840) ; *Adèle Launay* (1841) ; *Fille, femme et veuve* (1841) ; *La Roue de fortune* (1842) ; *Tout chemin mène à Rome* (1844) [Em parceria com Alexandre de Lavergne].

RAYMOND BRUCKER

- 1) **“Um Rapto”** [01/04/1838, n. 34, p. 268-270]

DADOS BIOGRÁFICOS: Um dos pseudônimos de Auguste Michael Benoît Gaudichot Masson (1800-1875). Jornalista, dramaturgo e romancista francês. Várias de suas obras foram assinadas com outros pseudônimos: Michael Masson e Michael Raymond. Em 1835 é um dos colaboradores do jornal *Chronique de Paris*, mais conhecido como *Globe*, recém adquirido por Balzac. Junto a Théophile Gautier e Charles de Bernard, foi responsável pela parte ficcional do jornal.

Algumas de suas obras: *Daniel le lapidaire ou Les contes de l'atelier* ; *Le Puritain de Seine-et-Marne* (1832) ; *Les Sept Péchés capitaux* (1833) ; *Les intimes* (1834) ; *Un secret* (1835) ; *Soirées à Corbeil* (1836) ; *Mensonge* (1837) ; *Le boudoir et la mansarde* (1838) [Em colaboração com Carle Ledhuy (1808-1862)] ; *Le Bouquet de mariage, révélations sur les mœurs du siècle* (1838) ; *Le portefeuille noir* (1839) ; *Le Maçon, mœurs populaires* (1840) ; *Un Jacobin sous la Régence* (1842) ; *Les Causeries de Bruyères le Chatel* (1842) ; *Les Docteurs du jour devant la famille* (1844) ; *Le Carême du roi, comédie en 3 actes* (1853) ; *Quarante-huit heures de la vie de ma mère* (1857).

BULWER-LYTTON

- 1) **“Manuscrito achado em uma casa de loucos”** [01/10/1837, n. 8, p.59-60]
(*Literary Souvenir*)

OBSERVAÇÕES: A versão original, publicada no volume de 1829 do *Literary Souvenir*, sob o título “A Manuscript found in a madhouse”, traz a seguinte nota: “by the author of *Pelham*”, que vem a ser Edward Bulwer-Lytton.

- 2) **“As honras hereditárias. História de amor, de mistério e de filosofia”**
[22/10/1837, n. 11, p. 81-83]

OBSERVAÇÕES: O texto original intitula-se “Hereditary honours. A tale of love and mystery”. Foi publicado na *New Monthly Magazine* em 1832.

DADOS BIOGRÁFICOS: Edward George Earle Bulwer-Lytton (1803-1873), primeiro Barão Lytton. Membro do parlamento inglês. Autor de extensa e variada obra, com grande aceitação popular. Escreveu romances, peças teatrais, poesia e crítica literária. Foi editor da *New Monthly Magazine*, entre 1831 e 1833. Iniciou a carreira com romances que descreviam a vida elegante da aristocracia, como é o caso de *Pelham* (1828), que poucos críticos na época perceberam o tom satírico da obra. Bulwer também iniciou a voga do romance de crime e injustiça social com *Paul Clifford* (1830), dando seguimento com *Eugene Aram* (1833). Autor de vários romances históricos, como *The Last Days of Pompeii* (1834), no qual contrasta a brutalidade, sensualidade e superstições pagãs com a simplicidade e sinceridade dos primeiros cristãos.

Algumas de suas obras: *Falkland* (1827) ; *The Disowned and Devereux* (1828) ; *Godolphin* (1833) ; *Ernest Maltravers* (1837) ; *Leila* (1838) ; *The Last of the Barons* (1843) ; *Zanoni* (1842) ; *Harold* (1848) ; *The Caxtons* (1849) ; *The Coming Race* (1871).

GEORGE CRABBE

1) “O Testamento” [08/10/1837, n. 9, p. 69-71] (Crabbe’s *Posthumous Works*)

OBSERVAÇÕES: Não houve publicação com o título indicado.

DADOS BIOGRÁFICOS: George Crabbe (1754-1832) nasceu em Suffolk, na Inglaterra. Publicou vários poemas, mas também escreveu algumas obras em prosa. Sua poesia de cunho realista versa principalmente sobre a vida rural. Assim como Wordsworth, Crabbe trouxe para a poesia o caráter e as condições sociais dos pobres e humildes.

Algumas de suas obras: *The Village* (1783) ; *The Borough* (1810) ; *Tales in Verse* (1812) ; *Tales of the Hall* (1819).

JULES A. DAVID

1) “Um Episódio da Guerra Civil de Espanha” [24/09/1837, n. 7, p. 51-53]

2) “A Senhora Condessa” [11/03/1838, n. 31, p. 241-244]

DADOS BIOGRÁFICOS: Jules-Antoine David. Literato francês. Participou do comitê da *Société des Gens de Lettres* em 1841. Autor de vários romances, dentre eles *La Pythie des Highlands* de 1844 que, sob a rubrica “roman inédit”, inicialmente foi atribuído a Walter Scott. ;

Algumas de suas obras: *Lucien Spalma* (1835) ; *Le Dernier marquis* (1835) , *La Duchesse de Presles* (1836) ; *La Bande noire* (1837) ; *Le Club des désœuvrés* (1838) ; *Les Protecteurs* (1840) ; *Frédéric le Lion* (1840) ; *Jacques Patru* (1840) ; *Le Péchê originel* (1842) ; *Le Procureur du roi* (1842) ; *Stuarts et Bourbons* (1843) ; *Le Yacht du diable* (1844) ; *Les Créanciers* (1844) ; *Les Voisins* (1844) ; *La Reine des voleurs* (1844) ; *Tel père tel fils* (1847).

ÉMILE DESCHAMPS

1) “O Leão de Medina” [27/08/1837, n. 3, p.22-24]

2) “Uma Manhã na Casa dos Inválidos” [19/11/1837, n. 15, p. 115-117]

OBSERVAÇÕES: “Uma Manhã na Casa dos Inválidos” é parte do conto “Une Matinée aux Invalides”, publicado na obra coletiva *Paris, ou le livre des cent-et-un*, tomo nono, Chez Ladvocat Libraire, Paris, 1832.

DADOS BIOGRÁFICOS: Émile Deschamps de Saint-Amand. Poeta, dramaturgo e crítico literário francês. Nasceu em Bourges em 1791, e morreu em Versailles em 1871. O salão de seu pai em Paris, à rua Saint-Florentin, tornou-se um dos primeiros pontos de encontro dos principais representantes da nova geração romântica. É lá que Émile tem oportunidade de reencontrar Henri de Latouche e com ele compor duas comédias, *Selmours* e *Le Tour de faveur* (1818). É também lá que conhece Victor Hugo com o qual, cinco anos mais tarde, inicia a publicação da revista *La Muse française*. Em parceria com Alfred de Vigny, traduz o drama de Shakespeare *Roméo et Juliette* em 1827, cujo texto será na década seguinte adaptado por Deschamps para a sinfonia dramática composta por Hector Berlioz. Da mesma forma que Hugo no seu “Prefácio” de *Cromwell* (1828), Deschamps divulga no “Prefácio” de *Les Études Françaises et Étrangères*, também de 1828, as idéias da nova escola romântica, que estabeleciam uma ruptura com a tradição clássica. Adapta e traduz para o francês várias obras inglesas (especialmente Shakespeare), alemãs (Goethe e Schiller, dentre outros), espanholas e russas.

Algumas de suas obras: *Ivanhoé, opéra en 3 actes, imité de l'anglais* (1826) [Em parceria com G.-G. de Wailly. Música de Rossini] ; *La Guerre en temps de paix* ; *Les deux familles*; *Causeries littéraires et morales sur quelques femmes célèbres* (1837) ; *Macbeth, drame en 5 actes, en vers* (1848) ; *La Rédemption, mystère en 5 parties* (1850) [poesia de Emile Deschamps e Emilien Paccini, música de Giulio Alary].

EUGÉNIE FOA

1) “**A Cruz da Ponte – Novela**” [11/02/1838, n. 27, p.211-213; 18/02/1837, n.28, p. 217- 220 e 25/02/1838, n. 29, p. 225-229]

DADOS BIOGRÁFICOS: Rébecca Eugénia Rodriguès-Henriques (1796-1853) nasceu em Bordéus a 14 de Junho de 1796. Descendente de duas ricas famílias de judeus portugueses, que passaram a residir na França depois da expulsão dos judeus da Península Ibérica em 1492. Aos vinte anos Eugénia casa-se com Joseph Foa, um negociante de Marselha. Dedicar-se à escrita de ficção sob o nome Eugénie Foa — utilizando também os pseudónimos Miss Maria Fitz-Clarence e Edmond de Fontenes. Escreve para periódicos, tais como *La Voix des femmes*, *Journal des femmes* e *La Chronique de Paris*. Colabora e participa da criação de jornais e revistas voltados para o público infanto-juvenil, como o *Le Journal des Demoiselles*, *La Gazette de la jeunesse* e *Le Journal des enfants*. Apesar de iniciar sua carreira escrevendo novelas com temas judaicos, especializa-se e alcança notoriedade com seus contos e romances voltados à juventude, uma área literária pouco explorada até então. Vários desses contos traçam o perfil de personalidades famosas da História francesa. Foa também participou da fundação da *Société des Gens de Lettres* e da *Académie des Femmes*, instituições voltadas para a divulgação e proteção dos direitos dos escritores e artistas. Escritora prolífera, dotada de uma imaginação muito fértil, Eugénie Foa compôs uma vasta obra que a tornou reconhecida em sua época. Seus livros e contos, bastante apreciados pelo público leitor francês durante grande parte do século XIX, também foram traduzidos em várias línguas.

Algumas de suas obras: *Le Kiddoushim ou l'anneau nuptial des Hébreux* (1830)

Alexandrine ; *Batilde, ou la Petite esclave* ; *Les Blancs et les bleus* ; *Le Chapeau du noyé* ; *Le Chien de lord Byron* ; *Les Contes de ma bonne*; *Le Castel du diable* ; *Les Contes de ma bonne. Les Cinq infortunes des sabots de Ramouniche*; *Les Deux amis*; *Enfance et jeunesse d'hommes illustres* ; *L'Enfant mystérieux, ou Mlle de Lussan* ; *Les Enfants d'Edouard* ; *Les Enfants du fermier* ; *La Famille du vieux soldat* ; *La Femme à la mode* ; *La Fiancée de l'exilé*; *La Fille du gondolier, suivie de Jean l'Oiseleur* ; *La Juive, histoire du temps de la Régence* (1835) ; *Le Juvénile-Keepsake* ; *Ludwig Van Beethoven, ou le Petit maître de chapelle* ; *La Madone, suivie du Tuteur* ; *Mémoires d'un*

polichinelle (1837) ; *Mémoires d'une petite fille devenue grande* ; *Les Nouveaux Robinsons, aventures extraordinaires de deux enfants qui cherchent leur mère* ; *La Paysanne de Domrémy, ou Jeanne d'Arc* ; *Contes historiques pour la jeunesse contenant Jean-Jacques Rousseau, Sainte Victoire, Jacques Cook, les élèves d'Ecouen, Antoine Galland, Wolfgang Mozart, les Deux soeurs d'Ecouen, Marie Leczinska, Marietta Tintorella* ; *Courage et résignation, contes historiques contenant Vercingétorix, Grisel Raleigh, Mlle de La Fayette, Oberlin, Marie de Beaurepaire, Deux princes d'Orléans, Mme Campan* ; *Héroïsme et candeur, contes historiques* ; *Grandeur et adversité, enfance de femmes célèbres, contes historiques dédiés à la jeunesse, contenant Clotilde de France, Bertrade, Mme de Maintenon, Mlle de Penthièvre, Mlle Du Bourk, Joséphine, Pauline de Tourzel, la reine Hortense* ; *La Dernière des Penthièvre. Le Comte de Dijon. Contes historiques pour la jeunesse* ; *Contes variés, histoire et fantaisie, contenant Les Enfants de la vallée d'Argelès, Angélique Kaufmann, Virginie Chesquière, Suzanne Centlivre, Jacques Laffitte* ; *Les Enfants illustres, contes historiques contenant Jeanne d'Arc, Guttenberg, Gustave Wasa, Sixte-Quint, Rubens, Gassendi, Catherine I^{ère}, Mozart* ; *Le Livre de la jeunesse, contes historiques contenant Sainte-Victoire, Saint-Médard, Elie de Bourdeille, Valentin Duval, Mme Leprince de Beaumont, Mme de Genlis, l'abbé de L'Epée, Berquin* ; *Persévérance et renommée, contes historiques* ; *Le Petit poète* ; *Le Petit Robinson de Paris ou le triomphe de l'industrie* ; *Le petit Robinson des Bois* (1840) ; (sob o pseudonimo de Miss Maria Fitz Clarence) *Petite mosaïque historique, contes vrais dédiés au jeune âge contenant Du Guesclin, le Masque de fer, Charles-Edouard, les Pages du grand Frédéric, Expédition d'Egypte, le Premier grenadier de France, Naufrage de la Méduse* ; *Les Petits artistes peintres et musiciens, contes historiques dédiés à la jeunesse, contenant Guido, Marietta Tintorella, Van Dyck, Callot, Salvator Rosa, Sébastien Gomès, J.B. Lulli, Boieldieu* ; *Les Petits guerriers, contes historiques pour la jeunesse contenant Turenne, Jean Bart, Dugay-Trouin, Hoche, Kléber, Napoléon, le général Foy* ; *Les Petits poètes et littérateurs, contes historiques dédiés à la jeunesse, contenant Le Roi René, Christine de Pisan, Clément Marot, Mme de Sévigné, Fénelon, Daniel de Foe, Bernardin de Saint-Pierre, Mme de Staël* ; *Petits princes et petites princesses, contes historiques dédiés à la jeunesse, contenant Marguerite de Provence, Mme Isabelle de France, Anne de Bretagne, Louise de Lorraine, Louis Xiv enfant, Marie Leczinska, Mme Louise de France, le Petit roi captif* ; *Les Petits savants, contes historiques dédiés à la jeunesse contenant Cujas, Montesquieu, Pothier, Franklin, Vaucanson, Jacquard, Dupuytren* ;

Rachel ; Les Saintes, contenant Sainte Geneviève, ... ; Le Schelling marqué, ou l'Enfance du capitaine Cook ; Simples histoires, suivi de La Petite créole, ou Mademoiselle d'Aubigné ; La Soeur du joueur ; Les Soirées du dimanche ; Travail et célébrité, contes historiques dédiés à la jeunesse contenant Colbert, Galland, Cornil, Barth, Métastase, Sedaine, Favart, J.J. Rousseau, le capitaine Cook ; Vertus et talents, modèles des jeunes filles, contes historiques contenant Olga, grande-duchesse de Russie, Mlle de Marillac, Mlle de Lussan, Mme Cottin, Mme Elisabeth, Mme Campan, Marie d'Orléans, la reine Victoria ; Le Vieux Paris, contes historiques ; Les Vocations, ou les Elus des beaux-arts, contes historiques ; Les Frères captifs, ou Deux Orléans.

ARNOULD FRÉMY

1) “O Veu de Maria Luiza” [04/02/1838, n. 26, p. 201-204]

DADOS BIOGRÁFICOS: Arnould Frémy (1809-?) Literato francês. Colaborador assíduo de um grande número de jornais, tais como *Le Peuple*, *Le Siècle*, *Le Charivari* e *L'Avenir National*. Participa também de coletâneas com textos de vários autores como, por exemplo, *Physiologie du rentier de Paris et de province* (1841) que escreve junto com Honoré de Balzac. Em 1847, assume o cargo de professor de Literatura Francesa na Faculté de Lettres de Lyon. Publica vários romances e novelas, entre outros *Les Deux anges* e *La Chasse aux fantômes*. Também escreveu comédias para o Teatro Odeón, como *La Réclame* e *Le Loup dans la bergerie*.

Algumas de suas obras: *Les Deux anges* (1833) ; *Elfride* (1833) ; *Une Fée de Salon* (1837) ; *La Chasse aux Fantômes* (1838) ; *Moeurs contemporaines. Les Roués de Paris. Victor de Chélan* (1838) ; *Les Femmes proscrites* (1840) ; *Les Mémoires d'une fille du peuple* ; *Les Moeurs de notre temps* ; *Journal d'une jeune fille* (1853) ; *Les Maîtresses parisiennes. Scènes de la vie moderne* (1855) ; *Confessions d'un bohémien* (1857) ; *La Cousine Julie* (1860) ; *Joséphine le Bossu* (1861) ; *Les Femmes mariées* (1862).

THOMAS COLLEY GRATTAN

1) “Álibi” [29/10/1837, n. 12, p. 89-91] (*New Monthly Magazine*)

OBSERVAÇÕES: O *Gabinete de Leitura* somente cita a fonte. A autoria só foi descoberta através do original. “The Alibi; an Assize Anecdote” foi publicado na *New Monthly Magazine* em fevereiro de 1836, e traz a seguinte nota: “by the author of *Highways and Byways*, que vem a ser T. C. Grattan

DADOS BIOGRÁFICOS: Thomas Colley Grattan (1792-1864) nasceu em Dublin, na Irlanda. Romancista, também escreveu relatos de viagens. Estudou direito, mas acabou se dedicando à carreira literária. Amigo de Washington Irving, Lamartine e Thiers.

Colaborador de vários periódicos britânicos, tais como *New Monthly Magazine*, *Edinburgh Review* e *Westminster Review*. Seu livro de memórias de viagem, *Highways and Byways*, foi dedicado a Washington Irving e teve sua primeira edição em 1823, seguida de mais duas, em 1825 e 1827. Exerceu o cargo de cônsul britânico no estado de Massachusetts nos Estados Unidos da América.

Algumas de suas obras: *Highways and Byways, or Tales of the Roadside picked up in the French Provinces by a Walking Gentleman* (1823) ; *Traits of Travel, or Tales of Man and Cities* (1829) ; *The Heiress of Bruges, a Tale of the Year Sixteen Hundred* (1831) ; *Legends of the Rhine and of the Low Countries* (1832) ; *Civilised America* (1859) ; *Beaten Paths and those who trode them* (1862).

BURAT DE GURGY

1) “**Meu Vizinho Anatole**” [25/02/1838, n. 29, p.239-240]

DADOS BIOGRÁFICOS: Edmond Burat de Gurgy (1810-1840). Literato e dramaturgo. Autor de *La Prima donna et le garçon Boucher* (1831).

Alguma de suas obras: *Un duel sous Charles IX. Scène historique du XVIe siècle* (1830); *Le Fils de Figaro, comédie-vaudeville en 1 acte* (1833); *Un bal. 6 mars* (1834); *Paillasse, épisode de carnaval* (1834); *La Jeunesse d'un grand roi, épisode historique en 1 acte* (1836); *Le Diable boiteux, ballet-pantomime en 3 actes* (1836); *Biographie des acteurs de Paris* (1837); *Le Bonheur sous les toits, vaudeville en 3 actes* (1839); *Le Jugement dernier, opéra sacré en 1 acte* (música de M. A. Vogel, estreou no teatro Renaissance em Paris em 1839).

WASHINGTON IRVING

1) “O Sedutor” [15/10/1837, n. 10, p. 73-75]

DADOS BIOGRÁFICOS: Washington Irving (1783-1859) Escritor americano, autor de contos e ensaios, poeta, biógrafo e colunista, também escreveu livros de viagem. Irving nasceu na cidade de Nova York, em 3 de abril de 1783, caçula de uma família de 11 filhos. Seu pai era um próspero comerciante e sua mãe era de origem inglesa. Logo cedo Irving desenvolveu sua paixão pelos livros. Pouco utilizou sua formação em Direito. Entre 1804 e 1806, Irving viajou por vários países da Europa. Sua carreira de escritor iniciou-se em jornais e revistas. Colaborou para o periódico *Morning Chronicle* (1802-1803), cujo redator era um de seus irmãos. Depois da morte de sua mãe, decidiu ficar na Europa onde residiu por dezessete anos, de 1817 a 1832. Aclamado em seu país por ser o primeiro escritor americano a alcançar renome internacional, Irving retorna à América em 1832. Suas obras mais conhecidas são os contos “The Legend of the Sleepy Hollow” e “Rip Van Winkle”.

Algumas de suas obras: *The Sketch Book Of Geoffrey Crayon, Gent.* (1819-20); *Bracebridge Hall* (1822); *Columbus* (1828); *Conquest Of Granada* (1829); *The Companions Of Columbus* (1831); *Alhambra* (1832); *Mahomet And His Successors* (1850); *Wolfert's Roost* (1855); *The Life of George Washington* (1855-59).

ALPHONSE KARR

1) “O Tio da América” [25/02/1838, n.29, p. 229-231]

DADOS BIOGRÁFICOS: Jean Baptiste Alphonse Karr (1808-1890). Jornalista, crítico e novelista francês. Em 1832 publica *Sous les tilleuls*, seu primeiro romance. *Une Heure trop tard* sai no ano seguinte, confirmando o sucesso obtido junto ao público. Em 1839, Alphonse Karr se torna redator do *Le Figaro*, jornal para o qual até então tinha sido colaborador assíduo. Nesse mesmo ano, também passa a publicar sua própria revista satírica, *Les Guêpes*, um sucesso imediato de público. Com sua pena ácida e estilo profundamente irônico, Karr satiriza a vida política e literária da época. Desgostoso com os rumos da política francesa após a subida de Napoleão III, retira-se para Nice, onde passa a se dedicar à botânica e jardinagem.

Algumas de suas obras: *Vendredi soir*. (1835); *Le chemin le plus court* (1836) ; *Ce qu'il y a dans une bouteille d'encre. 2e livraison. Clarisse*. (1839); *Voyage autour de mon jardin* (1845); *Clovis Gosselin* (1851); *Raoul Des Loges ou un homme fort en thème* (1852); *Contes et nouvelles* (1852); *Les femmes*. (1853); *Devant les tisons*. (1854); *La famille Alain et Fa-dièze* (1854); *En fumant* (1862); *De loin et de près* (1862).

LASSAILLY

1) “A Traição de uma Flor” [21/01/1838, n. 24, p.188-190]

DADOS BIOGRÁFICOS: Charles Lassailly (1806-1843). Poeta e romancista francês. Editou em parceria com Théophile Gautier o semanário *Ariel, journal du monde élégant* em 1836. Em 1840, foi editor da *Revue Critique*. Autor de *Les Roueries de Trialph*, romance com raízes na tradição gótica, publicado em 1833.

ALEXANDRE DE LAVERGNE

1) **“O Último Mouro de Granada – Crônica do Tempo de Felipe III”** [07/01/1838, n. 22, p. 169-171; 14/01/1838, n. 23, p. 177-179; 21/01/1838, n. 24, p.185-187 e 28/01/1838, n. 25, p. 191-196]

2) **“O Último Hino de Santeuil – Abadia de S. Victor”** [10/12/1837, n. 18, p. 143-144; 17/12/1837, n.19, p. 146-149 e 24/12/1837, n. 20, p. 157-159]

OBSERVAÇÕES: Apesar de “O Último Hino de Santeuil – Abadia de S. Victor” não trazer nem fonte nem assinatura, dentre as obras de Alexandre de Lavergne encontra-se “Le Denière Hymne de Santeuil”.

DADOS BIOGRÁFICOS: Alexandre-Marie-Anne de Lavaissière de Lavergne (1808-1879). Romancista e dramaturgo francês.

Algumas de suas obras: *Marguerite de Quélus* (24 août 1572), *drame en trois actes* (1835) [Em parceria com Paul Foucher (1810-1875) e Charles-Louis-François Desnoyer (1806-1858)]; *Le transfuge, drame en trois actes* (1835) [Em parceria com Paul Foucher]; *Les Trois aveugles* (1838) [Em parceria com Auguste Arnould]; *L'Aîné de la famille* (1839); *L'Audience secrète, drame en 3 actes* (1842) [Em parceria com Paul Foucher]; *La Belle Aragonaise* ; *La Pension bourgeoise* (1841); *La Course au clocher* (1841); *La Marquise de Contades* (1842); *Tout chemin mène à Rome* (1844) [Em parceria com Auguste Arnould]; *Le Secret de la confession* (1845); *La Princesse Des Ursins* (1845); *Le Dernier seigneur de village* (1845); *Le Cadet de famille* (1852); *Il faut que jeunesse se passe* (1852); *Le Comte de Mansfeldt* (1857); *La Famille de Marsal* (1862); *Le Chevalier du silence* (1864); *Le Roi des rossignols* (1864); *Le Lieutenant Robert* (1868); *Epouse ou mère. 2e partie du Lieutenant Robert* (1868); *Les Demoiselles de Saint-Denis* (1873).

Contos: *Pauline Butler*; *Les Suites d'une passion.*; *La Sainte d'Offémont*; *Le Dernier More de Grenade*; *La Force*; *La Dernière hymne de Santeuil*; *Le Bourgeois de Bayeux*; *Le Jeune Boufflers*; *Le Château de la Brosse-Saint-Ouen*; *Anne d'Arcona* ; *Hannah*

Glenmore ;Le Brasero; La Marquise de Contades; Le Livre du Mezouar; Brancas le rêveur.

JULES LECOMTE

1) “**Uma Barateria**” [18/02/1838, n.28, p. 220-222]

DADOS BIOGRÁFICOS: Jules François Lecomte nasceu em Boulogne-sur-Mer em 1814, morreu em Paris em 1864. Foi jornalista, romancista, autor dramático e crítico de arte. Sob o pseudônimo Van Engelgom escreveu crônicas maliciosas que criticavam certos excessos de obras e autores do romantismo francês — o que despertou o rancor de muitos de seus contemporâneos. Contribuiu para vários jornais e periódicos e trabalhou como correspondente do *Indépendance Belge* por volta de 1850. Entre 1858 e 1864, foi redator de *La Chronique Parisienne*. Lecomte ficou conhecido por suas obras de literatura marítima, em especial por seu *Dictionnaire Pittoresque de Marine* publicado em 1835, e por sua revista *Le Navigateur*, publicada entre 1834 e 1838. Em parceria com Charles Bosselet traduziu o drama *Othello* de Shakespeare, que estreou em Paris em março de 1834.

Algumas de suas obras: *Chroniques de la marine française* (1836); *L'Abordage, roman maritime* (1836); *L'Ile de la Tortue, roman maritime* (1837); *La Croisière de la Mouche* (1837) ; *Les Smogglers* (1838); *Le Capitaine Sabord* (1839); *La marquise invisible* (1843); *Marie-Louise à Parme* (1845); *Cinq coups de poignard et main de plâtre* (1846); *La Femme pirate* (1846); *Le Mort vivant, roman maritime* (1847); *La Dernière Morosini, ou le Poignard de cristal* (1848); *La Pêche du gardon, par deux pêcheurs rennais* (Escrito em parceria com Alexandre Bon); *Un voyage de désagrément à Londres* (1853); *Histoire d'un modèle* (1855); *Les Pontons anglais, ou le Mort vivant...* (1858); *Voyages çà et là* (1859); *La Charité à Paris* (1861); *Secrets de famille; Ghita* (1863).

E. LEMOINE

- 1) “**Meus Dias de Guarda – O Sim d’uma Moça**” [01/04/1838, n. 34, p. 265-267]

DADOS BIOGRÁFICOS: Édouard Lemoine. Literato e crítico de arte francês. Colaborador do *L’Écho des Feuilletons*. Sob o pseudônimo Thécel escreveu artigos de crítica literária no *L’Indépendance Belge* em 1860. Autor de *Physiologie de la femme la plus malheureuse du monde* de 1841.

ROBERT MACNISH

- 1) “**Terêncio o alfaiate**” [12/11/1837, n.14, p. 110-112] (*Forget me not*)

OBSERVAÇÕES: A versão original intitula-se “Terence O’Flaherty” e foi publicada no *Forget me not* para o ano de 1829. O texto é assinado por “The Modern Pythagorean”, pseudônimo de Robert Macnish.

DADOS BIOGRÁFICOS: Robert Macnish (1802-1837) nasceu em Glasgow, na Escócia. Formou-se em medicina. Sua primeira publicação foi *Anatomy of Drunkenness*, tese apresentada em 1825 e publicada em 1827. Em 1830, publica *The Philosophy of Sleep*, outra obra da área médica,. Escreveu alguma poesia. Sua ficção foi marcada principalmente pelo fantástico e grotesco. A partir da publicação de “The Metempsychosis” na *Blackwood’s Magazine*, em 1826, seus escritos passaram a ser acolhidos por importantes revistas britânicas, tais como a *Fraser’s Magazine* e *The Metropolitan*. Em 1938, seu amigo, D. M. Moir, escreveu sua biografia e reuniu seus escritos ficcionais em *Life of Macnish*.

STEPHEN DE LA MADELAINE

1) “O Negociante de Cabelos” [17/09/1837, n. 6, p.46-47]

DADOS BIOGRÁFICOS: Étienne-Jean-Baptiste-Nicolas Madelaine (1801-1868). Conhecido como Stephen de la Madelaine, romancista francês. Nasceu em Dijon. Veio para Paris com 24 anos com o objetivo de estudar literatura. Dono de uma voz privilegiada, entrou para o coro da capela real na época do reinado de Carlos X. Apesar do encerramento das atividades da capela com a Revolução de 1830, Madelaine continuou ativo nos círculos musicais, tornando-se amigo de Berlioz. Entre 1835 e 1838, Madelaine contribuiu para a *Revue et Gazette Musicale* com diversos contos “históricos” que, na verdade, eram uma mistura de ficção e fatos sobre a biografia e a carreira de músicos e instrumentistas famosos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Entre 1830 e 1860 escreveu vários romances e novelas, a maioria deles dedicada à juventude.

Algumas de suas obras: *Le Curé de campagne*; *Le Chemin des écoliers* (1837); *Scènes de la vie adolescente* (1837); *Le Berger d'Helfédange, chronique du XVIIIe siècle* (1837); *Après le travail, contes sous la feuillée, pour l'instruction et l'amusement de la jeunesse* (1838); *L'Ange gardien* (1838); *Le Donneur d'eau bénite de Saint-Eustache, ou la Charité d'un pauvre homme* (1838); *Les bonnes étrennes, ou le livre des prix* (1839); *Les Voisins de campagne* (1840); *Mémoires d'un chien* (1841); *La Cabane et le château* (1847).

LUIS CARLOS MARTINS PENA

1) “Um episódio de 1831” [08/04/1838, n. 35, p.277-278]

OBSERVAÇÕES: Este conto se encontra publicado em Barbosa Lima Sobrinho. *Os Percursos do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Civilização Brasileira, 1960.

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1815 e morreu a 7 de dezembro de 1848, em Lisboa. Frequentou a Academia de Belas Artes. Trabalhou na Mesa do Consulado da Corte e na Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Em 1847, foi nomeado adido da primeira classe à Legação Brasileira em Londres. Publicou crônicas e crítica teatral no *Jornal do Comércio*. Na historiografia literária brasileira, Martins Pena é especialmente lembrado por sua obra teatral.

Algumas de seus contos: “A Sorte grande” [*Correio das Modas*, 12 e 19 de janeiro de 1839]; “O Poder da Música” [*Correio das Modas*, 23 de fevereiro de 1839]; “Minhas aventuras numa viagem nos ônibus” [*Correio das Modas*, 26 de janeiro de 1839]; “Uma viagem na barca de vapor” [*Correio das Modas*, 13 de abril de 1839].

Teatro: *Juiz de Paz na Roça*; *A Família e a Festa da Roça*; *Judas em Sábado de Aleluia*; *Os Irmãos das Almas*; *Os Dois ou o Inglês Maquinista*; *O Noviço*; *Caixeiro da Taverna*; *Quem Casa quer Casa*; *As Casadas Solteiras*.

JOHN POOLE

1) “**Uma Morada perto de tudo**” [29/10/1837, n. 12, p. 94-96] (*Blackwood's Magazine*) (original publicado na *New Monthly Magazine*)

OBSERVAÇÕES: Apesar de o *Gabinete de Leitura* indicar a *Blackwood's Magazine* como fonte, o original “The Inconveniences of a Convenient Distance” foi publicado na *New Monthly Magazine*, no segundo semestre de 1830. A versão original vem assinada por ‘P*’, inicial identificada como sendo de John Poole.

2) “**Costumes Ingleses. O Amador da Vida Campestre**” [04/03/1838, n. 30, p.233-236] (*Colburn's Magazine*) (original publicado na *New Monthly Magazine and Humorist*)

OBSERVAÇÕES: Não existiu na Grã-Bretanha uma publicação intitulada *Colburn's Magazine* como indicado no *Gabinete de Leitura*. O original inglês intitula-se “A Cockney Country-Gentleman” e foi publicado na *New Monthly Magazine and Humorist* em junho de 1837. O texto vem assinado por ‘P*’, assinatura identificada como sendo de John Poole.

DADOS BIOGRÁFICOS: John Poole (1786?- 1872) dramaturgo e escritor de contos e poemas. Ficou conhecido por suas farsas e comédias encenadas em Londres, entre 1813 e 1829. Sua peça teatral mais conhecida é *Paul Pry*, comédia em três atos. Colaborou assiduamente para a *New Monthly Magazine*. Também participou com miscelâneas para *Household Words* (1850-1859), cujo editor era Charles Dickens.

Alguma de suas obras:

Teatro: *Hamlet Travestie* (1810); *Turning the Tables* (1821); *Simpson & Co.* (1823); *Deaf as a Post* (1823); *Married and Single* (1824); *Tribulations: or, Unwelcome Visitors* (1825); *Paul Pry* (1825); *Twixt the Cup and the Lip* (1826); *The Wealth Widow, or They're Both to Blame* (1827); *Lodgings for Single Gentleman* (1829).

Outros escritos: *Little Pedlington* (1839); *Byzantium, a Dramatic Poem*; *Comic Miscellany*; *Sketches and Recollections*

EUGÈNE SCRIBE

1) “O Rei de Ouro” [05/11/1837, n. 13, p. 97-99 e 12/11/1837, n. 14, p. 105-107]

DADOS BIOGRÁFICOS: Eugène Scribe (1791-1861) Literato, escritor dramático e libretista francês. Começou sua prolífica e bem sucedida carreira com *vaudevilles*. Seu primeiro sucesso foi a peça *Une Nuit de la Garde Nationale* em 1815. Scribe foi um dos primeiros dramaturgos que conseguiu espelhar em suas obras a vida e a moralidade burguesa, infundindo na ópera e drama franceses do século XIX temas políticos e religiosos. Dentre suas melhores obras, notáveis por seus enredos bem estruturados estão *Adrienne Lecouvreur* (1849), que mais tarde foi adaptada para ópera, e a *Bataille de Dames* de 1851.

Algumas de suas obras: *L'Ours et Pacha* (1820); *La Veuve du Malabar* (1822); *La Louge du portier* (1823) ; *Le Mariage de raison* (1826) ; *La Demoiselle à marier* (1826); *Le Diplomate* (1827); *Le Mariage d'argent* (1827); *Bertrand e Raton* (1833); *La Camaraderie* (1837); *Le Varre d'eau* (1840); *Une Chaîne* (1841); *Les Contes de la Reine de Navarre* (1850); *Bataille de Dames* (1851).

PEREIRA DA SILVA

- 1) **“Luiza – Legenda Brasileira”** [15/10/1837, n. 10, p. 79-80]
- 2) **“Uma Aventura em Veneza”** [22/10/1837, n. 11, p. 86-87]
- 3) **“Um Primeiro Amor”** [05/11/1837, n. 13, p. 101-102]
- 4) **“As Catacumbas de São Francisco de Paula”** [12/11/1837, n. 14, p.108-110]
- 5) **“Um Último Adeus”** [19/11/1837, n. 15, p. 117-119]
- 6) **“Maria”** [10/12/1837, n. 18, p. 141-142]

OBSERVAÇÕES: Os títulos constantes nos itens 1, 3, 4 e 6 acima estão publicados em Barbosa Lima Sobrinho. *Os Percussores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Civilização Brasileira, 1960.

DADOS BIOGRÁFICOS: João Manuel Pereira da Silva nasceu em Iguaçu, no Rio de Janeiro a 30 de agosto de 1817, e ali morreu em 1898. Em 1834, foi para Paris onde formou-se em Direito. Durante esse período, associou-se a Domingo José Gonçalves de Magalhães, Manuel José de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem, grupo que publicou a *Niterói – Revista Brasiliense*. No segundo número da revista, Pereira da Silva publica um importante artigo, “Estudos sobre a Literatura”, no qual traça as primeiras diretrizes da crítica romântica. De volta ao Brasil em 1837, colabora para o recém fundado *Jornal dos Debates*, cujo editor era Francisco Sales Torres Homem. Foi advogado e político de linha conservadora, elegeu-se deputado provincial, depois geral e, mais tarde, senador. Pereira da Silva foi redator do *Jornal dos Debates* (1838), *Jornal do Comércio* e da *Revista Popular*. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Pertenceu à diretoria e foi subscritor da Associação Biblioteca Fluminense. É considerado um dos mais importantes precursores da prosa de ficção no Brasil. Além de sua contribuição no *Gabinete de Leitura*, Pereira da Silva também publica no *Jornal dos Debates* “A Vida

política no Brasil”, em março de 1838; “Uma Paixão de Artista – Romance”, em julho de 1838 e “Um Brasileiro em Roma- Romance”, em agosto do mesmo ano.

Algumas de suas obras:

- “Amor, Ciúme e Vingança – Novela Brasileira” [publicada no *Museo Universal*, vol. II., de 1838 a 1839]
- “O Aniversário de D. Miguel em 1828. Romance Histórico” [*Jornal do Comércio*, 16 a 22 de janeiro de 1839]
- “Religião, Amor e Pátria. Romance Histórico” [*Jornal do Comércio*, 12 a 16 de março de 1839]
- “O Banho russo” [*Revista Nacional e Estrangeira*, dezembro de 1839 e *Museo Universal*, 13 de janeiro de 1844]
- “Jerônimo Corte-Real, crônica portuguesa do século XVI” [*Jornal do Comércio*, 8 a 11 de janeiro de 1840]
- *Variedades Literárias e Políticas* (1862)
- *Manuel de Moraes, crônica brasileira do século XVII* (1866)
- *Aspásia* (1873).

FRÉDÉRIC SOULIÉ

1) “O Cocheiro do Marechal C...” [27/08/1837, n. 3, p. 19-20]

OBSERVAÇÕES: O texto original intitula-se “Le Cocher du Maréchal C...” e pode ser encontrado no endereço eletrônico vinculado à Bibliothèque Municipale de Lisieux:

<http://www.bmlisieux.com/archives/lecocher.htm>

Segundo informações contidas nesse endereço eletrônico, o texto reproduzido foi publicado na *Revue des feuilletons*, 3º ano, Paris, 1843. Contudo, informa-se que o texto fora publicado anteriormente no *Journal des Enfants* (sem registro de data).

2) “História – Execução de Joanna Grey” [17/09/1837, n. 6, p.41-43]

OBSERVAÇÕES: O texto original intitula-se “Histoire – Exécution de Jane Grey” e pode ser encontrado no endereço eletrônico:

http://leslivresoublies.free.fr/leslivresoublies/Soullie/Execution_de_Jane_Grey.html

Segundo informações contidas nesse endereço eletrônico, o texto foi publicado no *Musée des Familles* em outubro de 1833.

DADOS BIOGRÁFICOS: Romancista e dramaturgo francês. Nasceu em Foix em 1800, morreu em Bièvre em 1847. Apesar de atualmente pouco conhecido, Soulié foi um dos autores mais apreciados em seu tempo. Suas primeiras obras, dramas com pano de fundo histórico encenados no Teatro Odéon e no Théâtre-Français, *Roméo et Juliette* (1828), *Christine à Fontainebleau* (1829) e *Clotilde* (1832), não alcançaram muito sucesso junto ao público. Seu reconhecimento só veio com a publicação do romance *Les Deux Cadavres* (1832) e com a série de romances históricos sobre a região de Languedoc: *Le Vicomte de Berziers* (1834) e *Le Comte de Toulouse* (1835). O reconhecimento definitivo, que o colocou lado a lado com escritores como Balzac, Victor Hugo e Dumas (pai) na preferência popular, foi a publicação seriada de *Les Mémoires du Diable* nas páginas do *Les Journal des Débats* em 1837 e 1838. Seu dramas posteriores também lhe trouxeram notoriedade, em especial *La Closerie des Genêts* (1846). Escreveu também uma série de contos, poemas e artigos em revistas e periódicos.

Algumas de suas obras: *Le Conseiller d'État* (1835); *Un Éte à Meudon* (1836); *Deux Séjour. Province et Paris* (1836); *Romans Historique du Languedoc* (1836); *Sathaniel* (1837); *La Lanterne Magique: histoire de Napoléon, racontée par deux soldats* (1838); *L'Homme de Lettres* (1838); *Un Diamant à dix Facettes* (1839) [romance escrito em parceria com Paul de Kock]; *Diane et Louise* (1839); *Le Maître d'École* (1839); *Diane de Chivry* (1839); *Le Fils de la folle* (1839); *Le Bananier* (1843); *Les Prétendus* (1843)

ELÉONORE DE VAULABELLE

1) “O Preceptor de seu Mestre” [08/04/1838, n. 35, p. 273-275]

DADOS BIOGRÁFICOS: Eléonore Tenaille de Vulabelle (1802-1859) Dramatista francesa. Irmã do historiador francês Achille de Vulabelle, famoso por suas obras sobre o período da Restauração francesa. Eléonore compôs inúmeras comédias, *vaudevilles* e dramas, a maioria deles em parceria com outros escritores. Utilizou também os pseudônimos Jules Cordier para suas peças dramáticas, e Ernest Desprez para assinar alguns de seus romances. Autora de romances e contos voltados para o público infanto-juvenil. Em parceria com os irmãos Théodore e Hippolyte Cogniard escreveu *Les Trois dimanches*, comédia adaptada por Martins Pena com o título *Casadas e Solteiras*.

Algumas de suas obras: *Un Enfant* (1833) [Escrita sob o pseudônimo Ernest Desprez]; *Les Jours heureux, contes et morale à l'usage des enfans des deux sexes* (1836); *La Tireuse de cartes, mélodrame en 3 actes* (1831) [Em parceria com Alboise du Pujol]; *Clémentine*, comédie-vaudeville en 1 acte (1845) [Em parceria com J. Ancelot (1794-1854)]; *Les Club des maris et le club des femmes*, vaudeville en un acte (1848) [MM. Clairville (1811-1879) e Jules Cordier]; *Les filles de la liberté*, vaudeville en un acte (1848) [MM. Clairville (1811-1879) e Jules Cordier]; *Paris sans impôts*, vaudeville en trois actes et six tableaux (1849) [MM. Clairville (1811-1879) e Jules Cordier]; *Les grenouilles qui demandent un roi*, vaudeville en un acte (1849) [MM. Clairville, J. Cordier e Arthur de Beauplan]; *Le palais de cristal, ou Les parisiens à Londres, grande*

revue de l'Exposition universelle, en 5 actes et 8 tableaux (1851) [Em parceria com Clairville (1811-1879)].

XIVREY

1) **“A Grande Serpente Marinha”** (não ficcional) [10/12/1837, n. 18, p. 137-138 e 17/12/1837, n. 19, p.145-146]

DADOS BIOGRÁFICOS: Jules Berger de Xivrey (1801-1863). Membro da Académie des Inscriptions et Belles Lettres do Instituto da França. Autor de várias obras, dentre elas *Traditions Têratologiques ou de l'aniquité et du moyen age en occident sur quelques points de la fable du merveilleux et de l'histoire naturelle* (1836), cujo tema central é o estudo de animais exóticos e criaturas monstruosas que fazem parte do folclore e imaginário ocidental desde a Idade Média. Outra de suas obras é *Recherches sur les sorces antiques de la littérature française*, publicada em 1829.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

O Chronista. Rio de Janeiro, Typ. Commercial de Silva & Irmão. (Typ. J. do N. Silva) (1836-1839) Fundado por Justiniano José da Rocha. Colaboradores: Josino do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues da Silva

Gabinete de Leitura, serões das famílias brasileiras; jornal para todas as classes, sexos e idades. Rio de Janeiro, Typ. Commercial de J. do N. Silva, 1837-1838.

Jornal dos Debates Politicos e Litterarios. Rio de Janeiro, Typ. de J. Villeneuve e Comp. (1837-1838)

Revue Britannique, ou choix d'articles traduits des meilleurs écrits périodiques, de la Grande-Bretagne, sur la littérature, les beaux-arts, les arts industriels, l'agriculture, la géographie, le commerce, l'économie politique, les finances, la législation, etc., etc. Paris, Dondey-Dupré [1825-1901] período consultado 1825-1838

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALTICK, Richard D. *The English Common Reader: a social history of the mass reading public 1800-1900*. Chicago / London: The University of Chicago Press, 1957.

_____. *Victorian People and Ideas*. New York / London: W. W. Norton & Company, 1973.

AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 4^a ed., São Paulo: Perspectiva, 2002.

BALZAC, H. de. *Illusions Perdues*. Paris: Garnier Frères, 1961.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. 5^a ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, R. Spencer Maciel de. *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

BOTTING, Fred. *Gothic*. London, New York: Routledge, 1997.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.

_____. “O Anônimo e Pseudônimo na Literatura Brasileira”. In: *Horas de Leitura: 1^a e 2^a séries*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992, pp.119-122.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 6^a ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, 8. ed., Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia, 2 vols., 1997.

_____. *A Educação pela Noite & Outros Ensaio*s. São Paulo: Ática, 2000.

_____. “A literatura e a formação do homem”. In: *Textos de Intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002, pp. 77-92.

_____. “A Personagem do Romance”. In: *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Noções de Análise Histórico-literária*. São Paulo: Humanitas, 2005.

CANO, Jefferson. *O Fardo dos Homens de Letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado (mimeo)

CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CASTELO, J. Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. vol.2, Revistas da época romântica. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s.d.

_____. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*, vol. I, São Paulo: Edusp, 1999.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. Trad. Cristiane Nascimento, 2^a ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004

CHEW, Samuel C. & ALTICK, Richard D. *The Nineteenth Century and After (1789-1939)*, vol. IV of BAUGH, Albert C. (ed.) *A Literary History of England*. London: Routledge, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7^a ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Eduardo F. & CARVALHAL, Tania Franco (org.) *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. & ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Imprensa: a imprensa na França, 1775-1800*. Trad. de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

DAVIS, Philip. *The Victorians*. Oxford: Oxford University Press, 2002. [The Oxford Literary History, Vol. 8: 1830-1880].

DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco – Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1974.

D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DUARTE, Nelson. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, 2^a ed., Coleção Brasiliana, vol. 172, São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1966.

EAGLETON, Terry. *A Função da Crítica*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra, 5^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Trad. Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo: Editora Nacional, 1972.

ERICKSON, Lee. *The Economy of the Literary Form: English literature and the industrialization of the publishing, 1800-1850*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1999.

FRANÇA, Jean M. de Carvalho. *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 12ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2000.

GASKELL, Elizabeth C. *The Life of Charlotte Brontë*. London: J. M. Dent & Sons, New York: E. P. Dutton & Co., 1950.

GAY, Peter. *The Enlightenment: an interpretation, the science of freedom*. New York, London: W. W. Norton & Company, 1977.

GLASGOW, Eric. "Circulating Libraries". In: *Library Review*, Vol. 51, n. 8, 2002, pp. 420-423.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Trad. Celina Brant. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

GRAHAM, Walter. *English Literary Periodicals*. New York: Octagon, 1966.

GUINSBURG, J. (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*, 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JACOBS, Edward. "Eighteenth-Century British Circulating Libraries and Cultural Book History". In: *Book History*, Vol. 6, Penn State University Press, 2003, pp. 1-22.

KAYSER, Wolfgang. *O Grotesco: Configuração na Pintura e na Literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2003

LAJOLO, Marisa & Zilberman, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *A Leitura Rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

LEITE, Dante Moreira. *O Amor Romântico e Outros Temas*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

LOPES, Hélio. *A Divisão das Águas: Contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LÖWY, Michel. *Romantismo e Messianismo – ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. Trad. Myrian Veras Baptista & Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva / EDUSP, 1990.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance. Um ensaio filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad., posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

_____. *The Historical Novel*. Lincoln / London: University of Nebraska Press, 1983.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, vol. 275, 1952.

MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Trad. Janaína Amado, São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, mimeo.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, Vol. II (1794-1855) & Vol. III (1855-1877). São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MAYO, Robert. *The English Novel in the Magazines, 1740-1815. With a Catalogue of 1375 Magazine Novels and Novelettes*. London: Oxford University Press, 1962.

MEYER, Marlyse. “O que é, ou quem foi Sinclair das Ilhas?”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, 1973, n. 14, 1973, pp. 37-63, e *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, n.8, São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, pp.82-99.

_____. “O Inglês nas comédias de Martins Pena”. In: *Pireneus, Caiçaras... da Commedia dell’Arte ao Bumba-meu-boi*. 2ª ed., Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1991, pp. 95-144.

_____. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Voláteis e Versáteis: de variedades e folhetins se fez a Chronica”. In: *As Mil Faces de um Herói Canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. “Mulheres romancistas inglesas do século XVIII e o romance brasileiro”. In: *Caminhos do Imaginário no Brasil*, 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2001, pp.47-72.

_____. “Um Fenômeno Poliédrico: O Romance-folhetim Francês do Século XIX”. In: In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.2, São Paulo: ABRALIC, maio de 1994, pp. 123-135.

MORETTI, Franco. *Atlas do Romance Europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.

NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das Miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*, 2ª ed., São Paulo: Edusp, 2000.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *The Spectator, O Teatro das Luzes – diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PARENT-LANDEUR, Françoise. *Les Cabinets de Lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982.

PARKER, Mark. *Literary Magazines and British Romanticism, 1820-1834*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.

PENA, Martins. *As Casadas Solteiras*. In: *Teatro de Martins Pena I – Comédias*. Ed. crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três Devotos, uma Fé, nenhum Milagre: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes*. São Paulo: Fundação da Ed. UNESP, 1998.

POINTER, David. *The Literature of Terror: a history of gothic fiction from 1765 to the present day*. London: Longman, 1980.

PORTO ALEGRE, M. A. & MAGALHÃES, Gonçalves de. *Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

PRADO, Décio de Almeida. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. *O Drama Romântico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. “A História literária e a formação de leitores”. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.2, São Paulo: ABRALIC, maio de 1994, pp. 79-85.

RAMICELLI, Maria Eulália *Ciranda de ficção no Século XIX*. Blackwood's Edinburgh Magazine no Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Dissertação de Mestrado. (mimeo).

_____. *Narrativas Itinerantes: aspectos franco-britânicos da ficção brasileira em periódicos do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de Doutorado. (mimeo)

RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX. Edgar Alan Poe e a narrativa de Arthur Gordon Pym*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil 1500-1822 – com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Livraria Kosmos Editora, s.d.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Editora UnB, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os Jardins das Delícias: Gabinetes Literários, Bibliotecas e Figurações da Leitura na Corte Imperial*. FFLCH / USP, 1999, Tese de Doutorado, (mimeo)

SEVERO, Ricardo. “Um ‘Tombo’ Luso-Brasileiro” (discurso proferido a 14 de maio de 1937 no Centenário da Criação do Gabinete de Leitura) . In: *Discursos*, Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1937.

SHERBURNE, George & BOND, Donald F. *The Restoration and the Eighteenth Century (1660-1789)*. Volume III of BAUGH, Albert C. (ed.). *A Literary History of England*. London: Routledge, 1993.

SILVA, Arlenice Almeida da. *O Épico Moderno: o Romance Histórico de György Lukács*. FFLCH, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1998. (mimeo)

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *O Carapuceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco (1840-1843)*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

SIMMONS, James C. *The Novelist as Historian: Essays on the Victorian Historical Novel*. Netherlands: Mouton & Co., 1973.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Os Precursores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1960.

SODRE, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*, 4^a ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TINHORÃO, José Ramos. *Os Romances em Folhetins no Brasil: 1830 à atualidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Vol. I, *A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann, 4^a edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol.2, *A maldição de Adão*. Trad. Renato Busato Neto, Cláudia Rocha de Almeida, 4^a edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Vol. 3, *A força dos trabalhadores*. Trad. Denise Bottmann, 3^a edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

VASCONCELOS, Sandra G. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. “Leituras inglesas no Brasil oitocentista”. In: *Crop*: revista da área de língua inglesa e norte-americana do Departamento de Letras Modernas/ FFLCH. USP, n.8, 2002, pp. 223-247.

_____. “Formação do romance brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas)”. Texto disponível no site: <http://www.unicamp.br/iel/memorial/Ensaios/Sandra/sandra.htm>

_____. *Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. I e II, FFLCH/USP, Tese de Livre Docência, 2000. (mimeo)

_____. “Leituras Inglesas no Brasil Oitocentista”. In: FONSECA, Maria Augusta (org.). *Olhares sobre o Romance*. São Paulo: Nanquim Editorial, 2005, pp.255-287.

VIANNA, Helio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Vol. 1, tradução Regina Régis Junqueira, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985.

WATSON, Melvin R. *Magazine Serials and the Essay Tradition 1746-1820*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, Humanities Series Number Six, 1956.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society 1750-1950*. New York: Columbia University Press, 1983.

_____. *The Country and the City*. New York: Oxford University Press, 1973.

ZILBERMAN, Regina *et al.* *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. “A Fundação da Literatura Brasileira”. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.2, São Paulo: ABRALIC, maio de 1994, pp. 58-78.